



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA VERONESI BATISTA

**AGENDA 2030 E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES PARA A  
FORMAÇÃO DE LEITORES**

VITÓRIA  
2021



Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

PATRÍCIA VERONESI BATISTA

**AGENDA 2030 E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES PARA A  
FORMAÇÃO DE LEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Linguagens.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleonara Maria Schwartz.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B333a Batista, Patrícia Veronesi, 1989-  
Agenda 2030 e bibliotecas públicas : implicações para a formação de leitores / Patrícia Veronesi Batista. - 2021.  
306 f. : il.

Orientadora: Cleonara Maria Schwartz.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Agenda 2030. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Biblioteca pública. 4. Política pública de leitura. 5. Formação de leitores. I. Schwartz, Cleonara Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

**AGENDA 2030 E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES PARA A  
FORMAÇÃO DE LEITORES**

DE

PATRÍCIA VERONESI BATISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Linguagens.

Vitória, 31 de maio de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleonara Maria Schwartz, presidente (PPGE da Ufes)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Mendes Gontijo, membro interno (PPGE da Ufes)

---

Prof. Dr. Robson Loureiro, membro interno (PPGE da Ufes)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Zanetti Becalli, membro externo (Ifes de Vila Velha)

Dedico esta dissertação a Myrian Santiago, que, com suas palavras e reflexões, me ensinou que mar calmo não forma bom marinheiro e que na instabilidade podemos encontrar nosso lugar no mundo, a versão mais real e legítima de nós mesmos. Viver a experiência do mestrado foi viver essa instabilidade que tanto me assusta, mas foi também uma grande alegria e agradeço por me incentivar a escolher esse caminho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, pelas contribuições fundamentais:

de Gerson Moreira, pela parceria na vida e nos estudos, pela alegria, força e leveza que sempre encontro em suas palavras, mesmo nos momentos mais difíceis;

de Myrian Santiago, pelas reflexões que apontam para caminhos tortuosos, mas tão necessários de serem trilhados para alcançar novos sentidos para a vida;

da professora Maria Amélia Dalvi e do grupo de pesquisa Literatura e Educação, que mesmo antes do mestrado já contribuía com minha formação, mais ainda depois;

da professora Neuza Balbino e do professor José Alimateia, pelo apoio durante o processo seletivo do mestrado, pela torcida que tanto me incentivou a acreditar e a apostar;

da bibliotecária Rosilene Vieira (querida Rosi), pelos momentos que passamos juntas antes e durante o mestrado, pela alegria, pelo apoio e pelas palavras revigorantes diante das inseguranças;

da professora Fernanda Becalli, que muito contribuiu nas definições iniciais do objeto de pesquisa, nas aulas de Estágio em Pesquisa I e II, sendo no decorrer da investigação uma importante referência enquanto pesquisadora e sempre muito generosa;

da professora Cleonara Schwartz, pelas aulas e pela orientação que me (re)ensinaram a escrever, exigiram novas propostas, novas compreensões sobre o processo de pesquisa, enfim, pelos momentos nos quais até paralisei diante de tantos desafios novos, sendo fundamentais, entretanto, para a superação de cada nova etapa;

do professor Robson Loureiro e da professora Cláudia Gontijo, que, mediante a banca de qualificação, revigoraram o processo de pesquisa com contribuições e considerações mais do que úteis;

dos demais professores e professoras do mestrado, pelas aulas, pelos momentos de leitura, estudo e reflexão, que também me preparam para cada nova etapa;

da banca de defesa de dissertação, pelo aceite, pela leitura atenta e pela seriedade com que avaliaram minha pesquisa;

dos colegas da turma 33 do mestrado e do grupo de orientandos da professora Cleonara, principalmente de Gisele Nadai e de Hudson Ribeiro, pelas boas conversas, pelos muitos esclarecimentos e tantos incentivos que trocamos, em especial pela torcida e pela amizade;

da Secretaria do PPGE e de seus servidores e servidoras, pela atenção em todos os momentos;

da Biblioteca Central e de seus bibliotecários e bibliotecárias, pelas manhãs e tardes de estudos que, até a chegada da pandemia da Covid-19, foram fundamentais na rotina dividida entre leituras da graduação e do mestrado;

da Capes, pelo financiamento que permitiu o desenvolvimento de parte considerável desta pesquisa, sobretudo durante a pandemia, momento em que não havia a possibilidade de acesso às bibliotecas. Graças à bolsa foi possível adquirir os livros necessários para o desenvolvimento do trabalho;

da educação pública, de seus professores e professoras, que me formaram desde o nível básico;

da Ufes, por mais esta oportunidade de formação, de amadurecimento pessoal e profissional;

dos familiares, que mesmo não compreendendo muito bem o porquê da minha ausência, do desejo de seguir estudando, mantiveram-se próximos, torcendo sinceramente pela realização de mais uma etapa formativa.

Há um sinal dos tempos, entre outros, que me assusta: a insistência com que, em nome da democracia, da liberdade e da eficácia, se vem asfixiando a própria liberdade e, por extensão, a criatividade e o gosto da aventura do espírito [...].

Paulo Freire (1996).

Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural.  
Pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural.  
Nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht (1982).

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

José Saramago (1995).



## RESUMO

Esta dissertação integra os estudos da linha de pesquisa *Educação e Linguagem*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, que dialogam com políticas públicas de ensino da Língua Portuguesa no Brasil, visando a analisar reflexos de diretrizes internacionais na educação brasileira. Inscreve-se no campo de análise de políticas públicas de leitura, investigando as proposições do plano de ação *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, as interferências nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e as implicações para a formação de leitores. O aporte teórico-metodológico parte de concepções provenientes do Círculo de Bakhtin, mais especificamente, retoma as categorias conceituais *palavra*, *signo*, *enunciado*, *diálogo*, *compreensão*, segundo Bakhtin (2003, 2006), e *polifonia*, conforme Bakhtin (2010). Compreende uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e analítica, dedicada a fontes que evidenciam forças políticas, econômicas e sociais que agem em contextos internacional e nacional sobre a áreas da Educação e da Biblioteconomia. Contempla contextualização, descrição e análise das fontes e revela as origens da ONU, do movimento de desenvolvimento sustentável, assim como o projeto neoliberal de sociedade, os quais alicerçam as intencionalidades e as implicações do plano de ação, repercutindo nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores. Em meio às constatações, destacam-se ações pragmáticas que focalizam esforços na preparação para o mercado de trabalho, perpetuando a contraditória e injusta ordem social, econômica e cultural vigente; a inserção das bibliotecas ao projeto neoliberal, à lógica capitalista de adequação e de adaptação às exigências do mercado; os processos formativos superficiais, em busca do rápido alcance de resultados; políticas públicas comprometidas com as demandas cotidianas das comunidades, alinhadas à lógica de financiamento empresarial; e um discurso predominantemente monológico que tende a comprometer a formação de leitores, enquanto sujeitos dialógicos, visto que desfavorece os processos dialógicos que emergem da multiplicidade de vozes e dos discursos polifônicos.

Palavras-chave: Agenda 2030; desenvolvimento sustentável; biblioteca pública; política pública de leitura; formação de leitores.

## ABSTRACT

This dissertation integrates the studies of the line of research *Education and Language*, of the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Espírito Santo, which dialogue with public policies of teaching of the Portuguese Language in Brazil, aiming to analyze reflexes of international guidelines in education Brazilian. It is part of the field of analysis of public reading policies, investigating the proposals of the *Transforming Our World action plan: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, the interferences in policies directed at public libraries in Brazil and the implications for the formation of readers. The theoretical-methodological contribution starts from conceptions originating from the Bakhtin Circle, more specifically, it resumes the conceptual categories *word, sign, statement, dialogue, understanding*, according to Bakhtin (2003, 2006) and *polyphony*, according to Bakhtin (2010). It comprises a documentary research, with a qualitative and analytical approach, dedicated to sources that show political, economic and social forces that act in international and national contexts on the areas of Education and Library Science. It contemplates contextualization, description and analysis of the sources and reveals the origins of the UN, of the sustainable development movement, as well as the neoliberal project of society, which underpin the intentions and implications of the action plan, with repercussions on the policies directed to the public libraries of the Brazil and in the training of readers. Amid the findings, pragmatic actions that focus on preparing for the job market stand out, perpetuating the contradictory and unfair social, economic and cultural order in force; the insertion of libraries to the neoliberal project, to the capitalist logic of adequacy and adaptation to the demands of the market; superficial formative processes, in search of quick results; public policies committed to the daily demands of the communities, in line with the business financing logic; and a predominantly monological discourse that tends to compromise the formation of readers, as dialogical subjects, since it disadvantages the dialogical processes that emerge from the multiplicity of voices and polyphonic discourses.

**Keywords:** Agenda 2030; sustainable development; public library; public reading policy; readers training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	156
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	160
Figura 3 – Desenvolvimento sustentável segundo propõe a Agenda 2030.....	161
Figura 4 – Desenvolvimento sustentável: dimensões interconectadas .....	162
Figura 5 – Missão, princípios e compromissos da Agenda 2030 .....	169
Figura 6 – Impacto social da organização social Recode – Ano 2018 .....	225
Figura 7 – Objetivos e estratégias do Programa Conecta Bibliotecas/Programa Recode Bibliotecas .....	225

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Municípios brasileiros com e sem bibliotecas públicas (2010).....	78
Gráfico 2 – Bibliotecas públicas abertas e fechadas por região (2010).....	79
Gráfico 3 – Bibliotecas públicas por região (2015).....	80
Gráfico 4 – Produção de artigos sobre sustentabilidade (2008-2018).....	86
Gráfico 5 – Serviços disponibilizados por bibliotecas segundo a Ifla ([2015?]) .....	199

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégias, resultados e seleções iniciais por base de dados.....	31
Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura .....	34
Quadro 3 – Caracterização metodológica .....	122
Quadro 4 – Fontes documentais selecionadas para pesquisa .....	127
Quadro 5 – Fontes por categorias de análise e objetivos da pesquisa .....	129
Quadro 6 – Seleção final de fontes .....	132
Quadro 7 – Desenvolvimento sustentável: marcos históricos .....	145
Quadro 8 – Elementos e dimensões da sustentabilidade e seus respectivos ODS	162
Quadro 9 – Agenda 2030: caracterização geral .....	167
Quadro 10 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a) .....	173
Quadro 11 – Resultados da adequação das metas da Agenda 2030 ao contexto brasileiro.....	175
Quadro 12 – As bibliotecas e a implementação da Agenda [...] (IFLA, 2015): caracterização geral.....	189
Quadro 13 – Acesso e Oportunidades para Todos [...] (IFLA, [2015?]): caracterização geral.....	197
Quadro 14 – XXVIII CBBB (FEBAB, 2019): caracterização geral .....	202
Quadro 15 – Pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB (FEBAB, 2019) .....	203
Quadro 16 – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: caracterização geral.....	209
Quadro 17 – O SNBP e a Agenda 2030.....	212
Quadro 18 – Políticas públicas alinhadas à Agenda 2030: registros do SNBP .....	214
Quadro 19 – Políticas públicas alinhadas à Agenda 2030: caracterização geral ....	215
Quadro 20 – Projetos selecionados pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral .....	233

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010) ..	77
Tabela 2 – Quantidade de habitantes por biblioteca em cada região brasileira .....	80
Tabela 3 – Dados sobre as percepções de profissionais da informação .....	87
Tabela 4 – Dados sobre a situação das bibliotecas públicas de Santa Catarina em 2016 .....	93
Tabela 5 – Dados sobre bibliotecas da América Latina e a sustentabilidade ambiental.....	103

## LISTA DE SIGLAS

AG	Assembleia Geral
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CERLALC	Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe
COP21	21ª Conferência das Partes
Covid-19	Coronavírus Disease 2019
CS	Conselho de Segurança
CSLLL	Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
Estocolmo-72	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
EUA	Estados Unidos da América
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
Febab	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
Iberbibliotecas	Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ifla	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
ISO	Organização Internacional de Normalização
OCDE	Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica

ODM	Objetivos para Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca da Escola
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
Proler	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEBP	Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas
SLL	Secretaria do Livro e da Leitura
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>2 EMERGÊNCIA DO OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>22</b>
<b>3 AGENDA 2030 NOS CAMPOS EDUCACIONAL E BIBLIOTECÔNOMICO .....</b>	<b>29</b>
3.1 APRESENTAÇÃO DAS BUSCAS E FONTES SELECIONADAS .....	30
3.2 AGENDA 2030 NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....	40
3.3 HISTÓRICO E REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS ....	53
<b>3.3.1 Noções sobre os antecedentes históricos mundiais .....</b>	<b>54</b>
<b>3.3.2 História das bibliotecas públicas brasileiras .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3.3 Realidade das bibliotecas públicas brasileiras .....</b>	<b>75</b>
3.4 AGENDA 2030 NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	84
<b>3.4.1 Abordagens genéricas .....</b>	<b>86</b>
<b>3.4.2 Abordagens pontuais.....</b>	<b>95</b>
<b>3.4.3 Algumas considerações e definições.....</b>	<b>106</b>
<b>4 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO SOB AS LENTES BAKHTINIANAS ...</b>	<b>112</b>
4.1 DA PALAVRA À COMPREENSÃO POLIFÔNICA.....	114
4.2 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA .....	122
4.3 <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL .....	126
<b>5 ONU E AGENDA 2030: O TRABALHO COM AS FONTES .....</b>	<b>133</b>
5.1 LIMITES DO CONTEXTO EM QUESTÃO .....	133
<b>5.1.1 Origem e atuação da ONU .....</b>	<b>134</b>
<b>5.1.2 Origem do desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>144</b>
5.2 LIMITES DOS TEXTOS EM QUESTÃO.....	165
<b>5.2.1 Intencionalidades que perpassam a Agenda 2030 .....</b>	<b>167</b>
<b>5.2.2 Diretrizes internacionais e nacionais .....</b>	<b>187</b>
<b>5.2.3 Políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil .....</b>	<b>202</b>
<b>6 IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES .....</b>	<b>243</b>
6.1 POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS..	244

6.2 HÁ ESPAÇO PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES DIALÓGICOS? .....	252
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>264</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>273</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>288</b>
<b>APÊNDICE A - Pesquisas selecionadas para <i>corpus</i> documental .....</b>	<b>288</b>
<b>APÊNDICE B - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas.....</b>	<b>291</b>
<b>APÊNDICE C - Ações realizadas por bibliotecas ao redor do mundo .....</b>	<b>300</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. [...] (BAKHTIN, 2003, p. 410, itálico do autor).

A abordagem proposta nesta dissertação surgiu de uma experiência de exploração de documentos provenientes de organismos internacionais, proposta inicialmente na disciplina Estágio em Pesquisa I (2019/1) e posteriormente desenvolvida no Estágio em Pesquisa II (2019/2), no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que nos levou a identificar relações que se estabelecem entre as bibliotecas brasileiras e o plano de ação *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*<sup>1</sup> (ONU, 2015a), doravante referida como Agenda 2030.

As pesquisas preliminares nos levaram a constatar absoluto consenso entre estudiosos e profissionais da área biblioteconômica quanto ao potencial das bibliotecas frente às premissas do plano de ação, todos ressaltavam a importância de planejamentos e investimentos alinhados a tais diretrizes. Entretanto, foram pouco problematizadas a inexistência e a precariedade de nossas bibliotecas, a necessidade de discutir meios e possibilidades de transformação, tendo em vista as implicações para a formação de leitores, principalmente diante de orientações como a da Agenda 2030, que lança propostas que podem se mostrar ambiciosas e até pouco relevantes, a depender do ponto de vista, do âmbito internacional ou nacional, enfim, do contexto político-econômico-social de cada país. Diante do referido cenário, evidenciado nos primeiros estudos, identificamos a possibilidade de investigar diretrizes internacionais, alinhadas às proposições da Agenda 2030, que incidem sobre o contexto das políticas voltadas às bibliotecas públicas brasileiras e sobre a formação de leitores.

---

<sup>1</sup> *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development.*

O percurso de revisão bibliográfica vivenciado para elaboração desta pesquisa nos possibilitou aprofundamento dessas primeiras descobertas. O panorama alcançado nos levou a reconhecer a importância de um olhar atento para as estruturas políticas e econômicas para tratar de implicações de diretrizes internacionais no contexto das bibliotecas, uma vez compreendido que as transformações sociais têm, historicamente, colocado as bibliotecas públicas brasileiras sob conflitos ideológicos e anseios diversos, definindo seu modo de atuação, compreendendo uma história marcada por influências internacionais e nacionais, por equívocos desde a origem das primeiras bibliotecas, por momentos de retrocessos, por deficiências e insuficiências que se perpetuam até a atualidade, comprometendo a imagem e a função social das bibliotecas públicas no Brasil.

Diante do exposto, encontrando cenário crescente de pesquisas desenvolvidas na área biblioteconômica alinhadas à Agenda 2030, marcadas por aparente aprovação unânime<sup>2</sup>, por parte de profissionais e de estudiosos, frente às implicações para o contexto brasileiro, confirmamos a relevância da problemática de pesquisa: como as proposições da Agenda 2030 repercutem nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores?<sup>3</sup>

Propomos como objetivo geral: investigar as proposições da Agenda 2030, para compreender as interferências nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e as implicações para a formação de leitores. E para alcançar tal objetivo, chegamos às seguintes ações específicas:

- identificar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030;
- analisar orientações internacionais e nacionais da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030; e

---

<sup>2</sup> Vale dizer que a afirmação de unanimidade mencionada no decorrer desta pesquisa diz respeito ao observado nos estudos preliminares e na revisão bibliográfica, desenvolvida na subseção 3.4.

<sup>3</sup> O processo de construção dessa problemática de pesquisa, assim como dos objetivos apresentados, será retratado no próximo capítulo.

- refletir sobre como tais orientações podem reverberar nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e interferir na formação de leitores.

Nosso aporte teórico-metodológico parte de concepções provenientes do Círculo de Bakhtin, mais especificamente das categorias conceituais *palavra, signo, enunciado, diálogo, compreensão*, segundo Bakhtin (2003, 2006), e *polifonia*, conforme Bakhtin (2010). Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e analítica, dedicada a fontes que apontam para forças políticas, econômicas e sociais que agem em contextos internacional e nacional sobre as áreas da Educação e da Biblioteconomia, retratando interferências nas políticas de bibliotecas públicas e na formação de leitores.

Em meio às fontes selecionadas estão, além da própria Agenda 2030; documentos da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (Ifla), traduzidos e disseminados no Brasil pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab) – os quais orientam teoricamente como deve ser o trabalho biblioteconômico com o que pressupõe a Agenda 2030; estudos apresentados e publicados nos anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), ocorrido em 2019, sob organização da Febab; e ainda, programas governamentais registrados no *síte* do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – estes últimos evidenciando repercussões nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas.

Retomando a epígrafe que inicia este capítulo, a qual nos põe a par da complexidade e da impossibilidade de limitar um contexto dialógico e do inacabamento dos sentidos do passado e do futuro do diálogo, partimos da concepção de que o campo biblioteconômico, assim como o educacional, suas teorias e práticas, não podem ser dissociados de intencionalidades políticas e econômicas, não sendo possível concebê-los como neutros ou imparciais perante as forças que perpassam as relações sociais, seja em âmbito nacional, seja em âmbito mundial.

Da mesma forma, compreendemos que as produções técnico-científicas, os programas governamentais, as proposições internacionais e nacionais, assim como as práticas que surgem dessas diretrizes, também não são aleatórios. Ao contrário, estão conceitualmente fundamentados em determinadas concepções e perspectivas sócio-políticas que precisam ser refletidas, avaliadas e questionadas, a depender de suas implicações, o que reforça o desejo de ampliar o campo de visão sobre o assunto para avaliar como proposições internacionais são recebidas na área biblioteconômica, como são compreendidas e perpetuadas no cenário nacional.

Os resultados da pesquisa encontram-se apresentados nesta dissertação em cinco capítulos, além das considerações iniciais e finais. Inicialmente, buscamos contextualizar a emergência do objeto de pesquisa, destacando alguns aspectos que emergiram da revisão bibliográfica e possibilitaram a definição da problemática de estudo que se destacava frente ao panorama analisado; os objetivos geral e específicos; o aporte teórico-metodológico; o *corpus* documental. Nessas primeiras páginas, anunciamos ao leitor, introdutoriamente, os principais aspectos que delineiam a pesquisa e que são abordados em profundidade nos capítulos seguintes.

O capítulo dois foi destinado ao contexto de emergência do objeto de estudo, relatando e descrevendo os primeiros momentos de investigação, desde a inserção no projeto de pesquisa da professora e orientadora Cleonara Maria Schwartz, momento em que fomos apresentados à pesquisa documental, mediante as aulas de Estágio em Pesquisa I e II; considerando possíveis contribuições a serem dadas, frente às produções da linha de pesquisa *Educação e Linguagens* do PPGE da Ufes; até os particulares interesses de pesquisa.

No terceiro capítulo, apresentamos a revisão bibliográfica organizada em três eixos de contextualização, que nos permitiu ampliar nosso excedente de visão sobre a temática do estudo. Inicialmente abordamos estratégias e critérios que perpassaram a seleção de fontes. Na sequência, tratamos de compreensões já alcançadas no campo educacional quanto a influências de diretrizes internacionais da Agenda 2030 sobre o cenário educacional brasileiro (eixo um); retomamos o percurso histórico das bibliotecas públicas e caracterizamos a realidade das bibliotecas públicas brasileiras

(eixo dois); e, finalmente, abordamos como a Agenda 2030 é tratada no contexto das bibliotecas públicas (eixo três).

No quarto capítulo, nos detivemos a delinear o quadro teórico-metodológico que orientou esta pesquisa, retomando conceitos da perspectiva bakhtiniana de linguagem que tomamos como ponto de partida para dialogar com o *corpus* documental, constituído no decorrer da investigação.

O quinto capítulo foi dedicado à contextualização, à descrição e à análise do *corpus* documental. Abordamos os limites do contexto e dos textos em questão ao apresentar a origem e a atuação da ONU, as origens do desenvolvimento sustentável, as intencionalidades que perpassam a Agenda 2030, as diretrizes internacionais e nacionais, além das políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil.

O sexto capítulo discutiu a formação de leitores decorrente das políticas públicas de bibliotecas alinhadas às diretrizes da Agenda 2030, tratando especificamente sobre as possíveis influências neoliberais nas políticas públicas e sobre as implicações para a formação de leitores.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos uma síntese dos principais aspectos destacados e discutidos no decorrer da pesquisa, assim como das conclusões decorrentes da investigação, ressaltando compreensões e contribuições que o percurso de pesquisa nos permitiu alcançar.

## 2 EMERGÊNCIA DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo do falante, seja esse objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes. O falante não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez [...] (BAKHTIN, 2003, p. 299-300).

As pesquisas são desenvolvidas coletivamente, sempre em diálogo com outras já produzidas. É por meio de vozes que se entrecruzam, evidenciam ou silenciam realidades, posicionamentos, desafios e proposições, que novos estudos surgem e se localizam no emaranhado de relações possíveis e necessárias, ora complementando, ora contestando compreensões já alcançadas.

Entendemos como fundamental missão da pós-graduação a produção crítica de conhecimentos frente às pesquisas em curso, nos impondo a necessidade de familiaridade com o estado de conhecimento da área, entendendo-o como consequência do desenrolar de milhões de anos de evolução histórica e humana da qual fazemos parte.

Desta forma, faz-se necessário apresentar, inicialmente, o contexto de surgimento do objeto de estudo, localizando-o em meio às pesquisas já realizadas na linha de pesquisa *Educação e Linguagens*, no projeto de pesquisa da orientadora, retratando as motivações pessoais que justificam o interesse pelo tema de pesquisa, buscando ainda, contribuir com as produções do PPGE da Ufes.

Em levantamento realizado no *site* do PPGE da Ufes, no primeiro semestre de 2019, pode-se observar que tem sido recorrente em meio aos estudos realizados na linha de pesquisa *Educação e Linguagens*, propostas de investigações de políticas públicas destinadas à alfabetização e ao ensino de Língua Portuguesa<sup>4</sup>. Esses estudos investigam políticas que resultam de planos e programas alinhados às

---

<sup>4</sup> O levantamento se deu na ocasião da disciplina *Seminário em Pesquisa I* (2019/1), com objetivo de conhecer as produções da linha dos últimos cinco anos: Endlich (2014), Côco (2014), Gonçalves (2015), Antunes (2015), Pereira (2015), Loose (2016), Campos (2016), Costa (2017), Rosado (2018), Dias (2019), entre outros.



diretrizes internacionais provenientes de acordos, conferências e fóruns mundiais de Educação<sup>5</sup> que incidiram diretamente na história das reformas educacionais brasileiras, sobretudo, a partir de 1990.

Comprometida em avaliar os efeitos das interferências de diretrizes internacionais na qualidade da educação brasileira, a orientadora Cleonara Maria Schwartz tem se dedicado ao projeto de pesquisa *A política de ensino da língua portuguesa no Brasil nos anos 2000*, dispondo de banco dados que reúne fontes documentais provenientes de organismos internacionais que atuam no campo educacional, podendo ser reveladoras das concepções que direcionam, e sobre as quais se ancoram, ações em âmbitos global e nacional.

Deste contexto, surgiu a oportunidade de exploração de documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Na ocasião, não partimos exatamente de um problema de pesquisa previamente estabelecido, afinal, não havia previsão de quais documentos encontraríamos, selecionamos materiais variados, com os quais estabelecíamos alguma relação de interesse.

Havia o desejo de estudar a realidade das bibliotecas no Brasil, interesse que precede a ocasião deste trabalho, manifesta-se antes no projeto submetido ao processo de seleção do PPGE da Ufes (em 2018), na graduação em Biblioteconomia (2015-2020), nas experiências de estágio e de trabalho em bibliotecas públicas e escolares, sobretudo, visando a dar continuidade à preparação para o futuro exercício profissional.

A experiência profissional ainda a ser conquistada não nos deixa à revelia dos desafios que a área biblioteconômica nos submete, mediante um mercado de trabalho que, não raramente, mostra-se frágil em termos de legislações que se façam cumprir, de infraestruturas precárias e insuficientes, de ausência de reconhecimento social sobre a importância da atuação do bibliotecário profissional,

---

<sup>5</sup> Dentre os quais destacamos a Conferência Mundial de Educação para Todos de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990; o Fórum Mundial de Educação para Todos de Dakar, realizado em 2000; o Fórum Mundial de Educação para Todos de Incheon, realizado na Coreia do Sul em 2015.

mesmo em espaços tradicionais como as bibliotecas públicas e escolares; mesmo sendo inúmeras as demais instituições que têm a informação como recurso básico, devendo, portanto, ser campo de atuação de bibliotecários; mesmo diante de excessiva disseminação de informações, nem sempre confiáveis, em seus mais variados formatos e suportes, levando à carência de mediadores para desenvolver comportamentos éticos e responsáveis perante a informação.

O que nos impressiona, em especial, são as poucas produções acadêmicas dedicadas ao estudo das bibliotecas públicas e escolares, apontando para certa desvalorização, mesmo no contexto acadêmico<sup>6</sup>, fato que, particularmente, motivou a busca por oportunidades de repensar concepções, superar deficiências, dedicar atenção a este nicho de atuação que compreende o mercado de trabalho mais consolidado no cenário biblioteconômico capixaba<sup>7</sup>.

Segundo afirma Samara e Tupy (2007), a escolha de um documento para investigação não é realizada aleatoriamente, depende da identificação com o assunto, assim como com os objetivos e as oportunidades que tal pesquisa oferece, refletindo uma postura, necessariamente, engajada.

Pode-se afirmar, neste caso, que a realização do desejo de pesquisa tornou-se possível, tendo em vista o oportuno encontro com o documento intitulado *O uso de bibliotecas para apoiar os esforços nacionais de alfabetização*<sup>8</sup>, que defende a importância de as bibliotecas contribuírem com os esforços, nacionais e

---

<sup>6</sup> Em consulta realizada (em 2019/1) à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD do Ict) filtrando pelo Repositório Institucional da Ufes e pelo PPGE da Ufes, lançando mão das estratégias de busca "biblioteca escolar" e "biblioteca pública", somente a dissertação *Diálogos sobre a biblioteca escolar: entre textos e contextos*, de Eduardo Valadares Silva, defendida em 2015, dedicou-se a pensar o contexto da biblioteca escolar, mais precisamente no município de Vitória, concentrando-se nas práticas da bibliotecária de uma escola pública municipal.

<sup>7</sup> Realidade retratada no artigo *O perfil do bibliotecário em exercício no Espírito Santo*, de Rosemberg, Nascimento, Luz e Souza (2003), ao apresentarem, dentre outros dados, que dos 92 bibliotecários entrevistados, 53,26% atuam em instituição de caráter público, sendo que 69,5% dos profissionais atuam no setor biblioteca, apontando para o predomínio de atuação em instituições compreendidas como mais tradicionais no cenário biblioteconômico, corroborando com a nossa constatação. Não encontramos pesquisas mais recentes, mas sabe-se que a Lei 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares, tende a ampliar e consolidar esse mercado tradicional.

<sup>8</sup> *Using libraries to support national literacy efforts.*

internacionais, para a alfabetização de jovens e adultos, tonando-se assim, ponto de partida para aprofundar a exploração.

O referido documento apresenta recomendações políticas que resultaram de discussões realizadas em um *workshop* internacional, em abril de 2016, dedicadas a levantar propostas para alcançar a meta 4.6<sup>9</sup> do objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) número quatro<sup>10</sup>, do plano de ação Agenda 2030.

As recomendações políticas que resultaram do referido *workshop*, apontam para a necessidade de promover as bibliotecas como espaços de reflexão sobre alfabetização; com estrutura adequada para contribuir na alfabetização de crianças, jovens e adultos; com profissionais capacitados; assim como tornar-se uma instituição que, mediante a suas práticas, seja capaz de contribuir na formulação de políticas públicas para alfabetização<sup>11</sup>.

Como consequência do percurso de exploração, lançamo-nos ao estudo da Agenda 2030, que compreende um acordo global firmado pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015<sup>12</sup>. O plano de ação apresenta em sua estrutura, além do preâmbulo com informações introdutórias; declaração com todos os acordos firmados e a visão de mundo almejada para 2030; 17 ODS e 169 metas a serem alcançadas; meios de implementação e parcerias globais; indicadores para acompanhamento e revisão nos âmbitos regional, nacional e global; visando o crescimento econômico, ambiental e social das nações<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Meta 4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática (ONU, 2015a, p. 23).

<sup>10</sup> Objetivo 4 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015a, p. 18).

<sup>11</sup> O andamento da pesquisa acabou por nos distanciar da temática *bibliotecas e alfabetização*, de forma mais específica. Entretanto, compreendemos como um possível e interessante tema para projetos futuros da linha de pesquisa *Educação e Linguagens* do PPGE da Ufes.

<sup>12</sup> Sete meses antes da realização do *workshop* que deu origem ao documento *O uso de bibliotecas para apoiar os esforços nacionais de alfabetização (Using libraries to support national literacy efforts)* com o qual tivemos contato no primeiro momento da exploração de documentos.

<sup>13</sup> O documento será descrito em profundidade na subseção 5.2 do capítulo cinco.

Os ODS foram pensados com base no que dispunham os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio (ODM), elaborados em 2000 como metas para 2015<sup>14</sup>. Desta forma, a Agenda 2030 se propõe a dar sequência ao trabalho desenvolvido até então e lançar novos desafios, contando com governos, sociedade civil, setores públicos, privados, meios de comunicação, academia, Nações Unidas, enfim, contando com parcerias globais<sup>15</sup>.

Tendo em vista esses primeiros avanços na exploração de documentos, no decorrer das aulas de Estágio em Pesquisa I e II, ocasiões em que fomos apresentados à pesquisa documental e ao projeto de pesquisa desenvolvido pela professora Cleonara Maria Schwartz, retomando o panorama de estudos realizados na linha de pesquisa *Educação e Linguagens* e o particular interesse de pesquisa, deparamo-nos com a possibilidade de investigar diretrizes internacionais, alinhadas às proposições da Agenda 2030, que incidem sobre o contexto das políticas públicas voltadas às bibliotecas brasileiras.

Para avaliar a pertinência da possível temática, voltamos ao contexto das produções do PPGE da Ufes, via Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), com propósito de pesquisar por trabalhos que abordassem as expressões *Agenda 2030, objetivos de desenvolvimento sustentável* e ainda, a palavra-chave *biblioteca*<sup>16</sup>.

Na busca por *Agenda 2030*, nenhum estudo foi recuperado. Tratando sobre *objetivos de desenvolvimento sustentável*, duas pesquisas foram recuperadas, mas apenas a tese *Política educativa de jovens e adultos no Brasil no contexto da Agenda Globalmente Estruturada para Educação*, de Fraga (2017), tratava dos ODS propostos na Agenda 2030. Na ocasião foram analisadas políticas educativas destinadas a jovens e adultos, considerando a transição dos ODM (2000 a 2015)

---

<sup>14</sup> Objetivos para desenvolvimento do milênio: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome. 2) Alcançar a educação primária universal. 3) Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres. 4) Reduzir a mortalidade infantil. 5) Melhorar a saúde materna. 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças. 7) Assegurar a sustentabilidade ambiental. 8) Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2015b, p. 4-7).

<sup>15</sup> A contextualização mais detalhada será apresentada na subseção 5.1 do capítulo 5.

<sup>16</sup> As buscas foram realizadas no dia 23 de outubro de 2019.

para os ODS (2015 a 2030), as relações e tensionamentos que se estabelecem com a Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, destacando-se assim, por tratar dos impactos da globalização nas ações do Estado e da forte atuação dos organismos internacionais na indução e na padronização de políticas públicas (FRAGA, 2017).

Utilizando a palavra-chave *biblioteca*, dez resultados foram recuperados, desses apenas a dissertação *Diálogos sobre a biblioteca escolar: entre textos e contextos*, de Valadares (2015), apresenta a biblioteca como assunto central do estudo, mais especificamente dedicado à biblioteca escolar, visando compreender como é abordado o tema *Biblioteconomia Escolar* em trabalhos apresentados, entre 2005 e 2013, no CBBB, e ainda como se desenvolviam atividades de uma bibliotecária escolar da rede de ensino da Prefeitura Municipal de Vitória - ES.

Em meio aos estudos levantados não foram encontradas pesquisas dedicadas a analisar reflexos de diretrizes internacionais no contexto das bibliotecas, apontando para a relevância da temática frente às produções do PPGE da Ufes e da linha de pesquisa *Educação e Linguagens*, podendo contribuir com os esforços de investigações sobre a incidência de orientações internacionais nas políticas públicas de educação, mas dedicando atenção ao contexto das bibliotecas.

Tendo em vista a diversidade de unidades de informação existentes (bibliotecas escolares, públicas, comunitárias, universitárias, especializadas etc.), considerando nossos interesses de pesquisa, a necessidade de estabelecer uma modalidade para maior eficiência nas buscas para a revisão de literatura e o estabelecimento de um perfil de instituição para direcionar as discussões, optamos por trabalhar com as bibliotecas públicas que, como vimos no levantamento acima, ainda não foram pesquisadas pelo PPGE da Ufes e sobre as quais recaem demandas de um público diverso, contemplando alunos de todos os seguimentos da educação básica, do ensino superior, pessoas sem nenhum nível de instrução, enfim, variados públicos, com necessidades informacionais e educacionais igualmente diversas, ressaltando a pertinência do estudo.

Na sequência, ampliamos a contextualização para além do PPGE da Ufes, a fim de favorecer o diálogo com a produção de conhecimento existente sobre o tema, delimitando os contornos da pesquisa de forma a contribuir com as discussões em curso, com possíveis lacunas e com demandas de relevância social.

### 3 AGENDA 2030 NOS CAMPOS EDUCACIONAL E BIBLIOTECÔNOMICO

A interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (no meu, no atual, no futuro). O contexto antecipável do futuro: a sensação de que estou dando um novo passo (saí do lugar). Etapas do movimento dialógico da *interpretação*: o ponto de partida – um dado texto, o movimento retrospectivo – contextos do passado, movimento retrospectivo – antecipação (e início) do futuro contexto (BAKHTIN, 2003, p. 401, *itálico do autor*).

No capítulo anterior apresentamos o contexto de surgimento do objeto de estudo, buscando localizá-lo e justificá-lo frente à produção de conhecimento do PPGE da Ufes. Neste capítulo, buscamos, conforme evidencia a epígrafe acima, aprofundar o processo de correlacionamento retrospectivo e dialógico com outros textos, mediante a contextualização do objeto de estudo a partir da produção de conhecimento que já dedicou atenção às implicações da Agenda 2030 no campo educacional, assim como, tendo em vista o histórico e a realidade das bibliotecas públicas do Brasil, investigar as relações que se estabelecem entre as bibliotecas públicas brasileiras e a Agenda 2030 no contexto mais recente e assim alcançar as condições básicas para projetar as ações futuras desta pesquisa.

A princípio apresentamos os critérios e os detalhes dos procedimentos de busca e de seleção de fontes que compõe a revisão de literatura. Na sequência, tendo em vista o lugar de onde falamos (PPGE da Ufes) e o contexto a partir do qual construímos nossos argumentos e posicionamentos (esfera educacional), entendemos ser necessário iniciar a contextualização com pesquisas que investiguem implicações da Agenda 2030 na área educacional, partindo, portanto, de uma perspectiva mais ampla, com a qual desejamos dialogar. Na sequência, levantamos estudos dedicados aos antecedentes históricos das bibliotecas públicas, iniciando a focalização que nos levou a conhecer o contexto exato contemplado em nossa pesquisa. Finalmente, o caminho e os tópicos percorridos na revisão de literatura nos permitiram refletir sobre trabalhos que abordam a Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas brasileiras.

O referido cenário possibilitou esclarecimentos sobre as discussões em curso, que relacionam Agenda 2030 e bibliotecas públicas, oferecendo subsídios para pensá-

las a partir da perspectiva educacional, evidenciando contribuições que se fazem necessárias, favorecendo assim a definição dos contornos da pesquisa.

### 3.1 APRESENTAÇÃO DAS BUSCAS E FONTES SELECIONADAS

Esta subseção destina-se a apresentar a etapa inicial de buscas e levantamentos de fontes de cada eixo que compõe a revisão de literatura. Seleccionamos para as buscas um conjunto de variadas bases de dados, palavras-chave e estratégias que favoreceram maior recuperação possível de resultados, tendo em vista a ausência de pesquisas no âmbito do PPGE da Ufes e a expectativa de encontrar poucas dissertações e teses sobre o tema (em decorrência do que se observou em levantamentos que precederam esta produção), além do funcionamento de cada base, que exige estratégias de busca distintas, a depender dos recursos que oferecem.

Visando a encontrar dissertações e teses seleccionamos a BDTD do Ibtct e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Considerando a possibilidade de trabalhar com produções em artigos, capítulos de livros etc., elegemos o Portal de Periódicos da Capes, a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) – a qual concentra a produção de conhecimento da área da Biblioteconomia, sendo útil nas buscas referentes às bibliotecas públicas – e ainda, o Google Acadêmico.

Como já mencionado, a escolha das bases de dados se justifica pela intenção de recuperar o máximo da produção de conhecimento sobre os temas em estudo, contemplando desde artigos, capítulos de livros, até dissertações e teses, favorecendo o cruzamento de informações que nos proporcionaram a contextualização almejada. Para tal, optamos por padronizar os filtros para recuperar somente páginas em português, respeitando o período compreendido entre os anos 2015 e 2019<sup>17</sup> como recorte temporal da pesquisa, priorizando produções revisadas por pares, a depender dos recursos de busca de cada base de dados.

---

<sup>17</sup> 2015 compreende o ano de lançamento da Agenda 2030 e 2019, o ano em que realizamos as buscas para a revisão de literatura.



Os conceitos-chave para as buscas foram estabelecidos tendo em mente as possíveis temática e problemática de pesquisa apresentadas no capítulo anterior, a contextualização almejada, o contexto educacional ao qual estamos relacionados e a partir do qual desenvolvemos nossas reflexões. Optamos assim, por explorar os descritores *Agenda 2030* ou *objetivos de desenvolvimento sustentável*, combinados com *biblioteca pública*, *educação* ou *educacional*, *história* ou *histórico*, *realidade*, *Brasil* ou *brasileira*, por vezes lançando-os em buscas simples, quando possível utilizando operadores booleanos em pesquisas avançadas e até estratégias mais complexas, a depender das possibilidades de cada base.

Importante ressaltar, que nesse momento não houve uniformidade no estabelecimento de estratégias, em alguns casos nem utilizamos o descritor *biblioteca pública* por perceber que seria mais interessante avaliar no momento da leitura de títulos e resumos se os resultados remetiam às bibliotecas públicas ou não. A decisão de proceder dessa forma, permitiu maior flexibilidade frente às recuperações de nenhum resultado e de muitos resultados que inviabilizavam as análises. Segue abaixo quadro com sistematização das estratégias, resultados e seleções iniciais por base de dados:

Quadro 1 – Estratégias, resultados e seleções iniciais por base de dados

(continua)

Base de dados	Estratégias de busca	Filtros	Pesquisas recuperadas	Filtros	Seleção inicial
<b>Eixo 1 - Agenda 2030 no contexto educacional<sup>18</sup></b>					
BDTD do Ibict	"Agenda 2030" AND (educação OR educacional)	Idioma português	5	Análise de títulos e resumos	0
	"objetivo de desenvolvimento sustentável" AND (educação OR educacional)		6		2
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	"Agenda 2030"	Ocorrência em qualquer lugar do artigo	21	Análise de títulos e resumos	0
	"objetivos de desenvolvimento sustentável"		2		0

<sup>18</sup> As buscas foram realizadas no dia 27 de dezembro de 2019.

Quadro 1 – Estratégias, resultados e seleções iniciais por base de dados

(continuação)

Base de dados	Estratégias de busca	Filtros	Pesquisas recuperadas	Filtros	Seleção inicial
<b>Eixo 1 - Agenda 2030 no contexto educacional</b>					
Portal de Periódicos da Capes	"objetivos de desenvolvimento sustentável" AND (educação OR educacional)	Revisados por pares e idioma português	24	Análise de títulos e resumos	1
	"Agenda 2030" AND (educação OR educacional)		28		0
Brapci	"Agenda 2030" AND (educação OR educacional)	Período de 2015 a 2020 e ocorrência em título, palavra-chave e resumo	10674	Resultados desconsiderados por se tratar de uma base especializada na área biblioteconômica	0
Google Acadêmico	allintitle: educação OR educacional "Agenda 2030"	Ocorrência apenas nos títulos	13	Análise de títulos e resumos	3
<b>Eixo 2 - Histórico e realidade das bibliotecas públicas no Brasil<sup>19</sup></b>					
BDTD do Ibict	"biblioteca pública" AND (histórico OR histórico OR realidade) AND (Brasil OR brasileira)	Idioma português	65	Análise de títulos e resumos	2
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	"biblioteca pública" AND Brasil	Ocorrência em qualquer lugar do artigo	93	Análise de títulos e resumos	3
	"biblioteca pública" AND histórico		60		1
Portal de Periódicos da Capes	"biblioteca pública" AND (Brasil OR brasileira)	Revisados por pares e idioma português	97	Análise de títulos e resumos	6
	"biblioteca pública" AND (histórico OR histórico OR realidade)		91		1
Brapci	"biblioteca pública" AND Brasil	Ocorrência em título, palavra-chave e resumo	69	Análise de títulos e resumos	9
Google Acadêmico	allintitle: Brasil OR brasileira OR história OR histórico OR realidade "biblioteca pública"	Ocorrência apenas nos títulos	51	Análise de títulos e resumos	7

<sup>19</sup> As buscas foram realizadas no dia 27 de dezembro de 2019.

Quadro 1 – Estratégias, resultados e seleções iniciais por base de dados

(conclusão)

Base de dados	Estratégias de busca	Filtros	Pesquisas recuperadas	Filtros	Seleção inicial
<b>Eixo 2 - Histórico e realidade das bibliotecas públicas no Brasil</b>					
BDTD do Ibict	"Agenda 2030"	Período de 2015 a 2019 e páginas em português	23	Análise de títulos e resumos	0
	"objetivos de desenvolvimento sustentável"		54		0
<b>Eixo 3 - Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas</b>					
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	"Agenda 2030"	Período de 2015 a 2019 e páginas em português	51	Análise de títulos e resumos	1
	"objetivo de desenvolvimento sustentável"		333.149	Resultados desconsiderados devido à grande recuperação	0
Portal de Periódicos da Capes	"biblioteca pública" AND ("Agenda 2030" OR "objetivos de desenvolvimento sustentável")	Período de 2015 a 2019 e páginas em português	4	Análise de títulos e resumos	2
	"biblioteca pública" AND "objetivos de desenvolvimento sustentável"		0		0
	"biblioteca pública" AND "Agenda 2030"		4		2
	"Agenda 2030"		68		1
	"objetivos de desenvolvimento sustentável"		50		0
Brapci	"Agenda 2030"	Período de 2015 a 2019 e páginas em português	29	Análise de títulos e resumos	14
	"objetivos de desenvolvimento sustentável"		0		0
Google Acadêmico	"biblioteca pública" AND ("Agenda 2030" OR "objetivos de desenvolvimento sustentável")	Período de 2015 a 2019 e páginas em português	55	Análise de títulos e resumos	18

Fonte: produção da própria autora.

A seleção inicial, com 73 fontes, se deu a partir da leitura de títulos e resumos, passando posteriormente pela análise de repetições, leitura do sumário, da introdução e da conclusão, a fim de observar adequação à abordagem temática pretendida: quanto ao eixo um, foi observado se as pesquisas tratavam do contexto educacional de forma ampla, sem focalizações temáticas; quanto ao eixo dois, foram selecionados os trabalhos que abordavam a história e a realidade das bibliotecas públicas no Brasil; quanto ao eixo três, os que estabeleciam relação entre bibliotecas públicas e a Agenda 2030.

Todo esse percurso de buscas, levantamento e análise de fontes foi registrado em planilha própria, com caracterização, detalhamento do conteúdo, categorização e estruturação da revisão de literatura. Finalmente, foram selecionadas 31 fontes para leitura completa e sistematização da revisão, dentre elas: três do eixo um, 11 do eixo dois e 17 do eixo três. Segue abaixo apresentação geral das fontes selecionadas para a revisão:

Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(continua)

<b>Título, autor e ano</b>	<b>Tipo de fonte</b>	<b>Breve apresentação</b>	<b>Vinculação institucional</b>
<b>Eixo 1 - Agenda 2030 no contexto educacional</b>			
O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU (PIMENTEL, 2019)	Artigo	Aborda a Agenda 2030 no intuito de apresentar os ODS estabelecidos para a educação mundial e sua adequação à realidade brasileira	Universidade do Estado da Bahia
A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? (AKKARI, 2017)	Artigo	Trata da influência de organizações internacionais sobre a educação através da análise das implicações da Agenda 2030	Université de Genève, Suisse
Educação na Agenda 2030 e emenda constitucional 95: uma erosão do direito a educação (COSTA; GENTIL, 2018)	Artigo	Investigam as proposições para a educação presentes na Agenda 2030, juntamente com a Emenda Constitucional 95, alertando que contribuem para a erosão do direito à educação no Brasil	Universidade do Estado de Mato Grosso

Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(continuação)

<b>Título, autor e ano</b>	<b>Tipo de fonte</b>	<b>Breve apresentação</b>	<b>Vinculação institucional</b>
<b>Eixo 2 - Histórico e realidade das bibliotecas públicas no Brasil</b>			
A biblioteca pública como um lugar de signos (BRAGA, 2004)	Artigo	Busca situar a biblioteca pública, sua origem e finalidade, tendo em vista a perspectiva histórico cultural, tratando do histórico das bibliotecas públicas no Brasil e das complexidades que marcam a biblioteca contemporânea	Universidade Federal do Maranhão
Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas (FREITAS; SILVA, 2004)	Artigo	Sintetizam o panorama atual das bibliotecas públicas brasileiras, evidenciando que recorrentemente são transformadas em depósitos de livros, deixando de contribuir com o desenvolvimento do país	Universidade de Brasília
A biblioteca pública em face da demanda social brasileira (LEMOS, 1979)	Artigo	Reflete a biblioteca pública enquanto instituição distante da sociedade, dividida entre o modelo universal e a realidade de um país dependente como o Brasil	Universidade de Brasília
Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura (MACHADO, 2015)	Dissertação	Por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresenta o desenvolvimento da biblioteca pública, definições, objetivos e funções apontadas em estudos teóricos e em diretrizes internacionais, analisando, finalmente, o Plano Distrital do Livro e da Leitura	Universidade de Brasília
Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores (MEDEIROS, 2015)	Tese	Trata da realidade das bibliotecas públicas com base no que pensam atores políticos e pesquisadores de destaque que, de alguma forma, estiveram ou ainda estão ligados a estas instituições	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006 (PAIVA, 2008)	Dissertação	Busca compreender quais as políticas governamentais federais lançadas para as bibliotecas públicas de 1990 a 2006 e em que medida elas puderam representar um avanço em relação às políticas anteriores, principalmente as políticas conduzidas pelo Instituto Nacional do Livro	Universidade Federal de Minas Gerais
Cultura Letrada no Brasil Colonial: bibliotecas, livros e leitura (RASTELI; CALDAS, 2017)	Artigo	Descreve-se o panorama do percurso das bibliotecas, dos livros e da leitura no Brasil colonial, apresentando retrato dos aspectos da cultura letrada, tratando entre outros assuntos, da constituição das bibliotecas e da imprensa	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência (ROSA, 2018)	Tese	Apresenta histórico da formação do conceito de biblioteca pública, analisa a desconexão teórico-prática, dedicando-se a pensar o conceito adequado para a realidade das bibliotecas no século XXI	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(continuação)

<b>Título, autor e ano</b>	<b>Tipo de fonte</b>	<b>Breve apresentação</b>	<b>Vinculação institucional</b>
<b>Eixo 2 - Histórico e realidade das bibliotecas públicas no Brasil</b>			
Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira (SOUSA, 2018)	Artigo	Investiga as principais mudanças que marcam a história do ensino no Brasil, entre 1930 e 1990, comparando com a história do Instituto Nacional do Livro	Universidade Federal de São Carlos
A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação (SUAIDEN, 2000)	Artigo	Trata do papel da biblioteca pública na sociedade da informação e propõe como alternativa para os novos tempos a atuação por segmentação de mercado, de acordo com as necessidades informacionais da comunidade	Universidade de Brasília
Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995)	Artigo	Investigam a história do planejamento de bibliotecas públicas no Brasil	Universidade de Brasília
<b>Eixo 3 - Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas</b>			
O papel do bibliotecário no acesso à informação: a escolha informada na opção do modelo de parto (ANTUNES, 2016)	Dissertação	Compreende uma pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativo e descritivo, que tem como objeto de estudo a informação sobre o parto, visando “[...] identificar como o bibliotecário pode auxiliar na disseminação da informação sobre o parto” (ANTUNES, 2016, p. 16)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Ambiente e saúde: coerência e estratégias de sustentabilidade ambiental em sistemas de informação (DIAS, 2016)	Comunicação	Apresenta investigação, decorrida entre 2014-2015, sobre práticas ambientalmente sustentáveis no seio das bibliotecas públicas portuguesas. Propõe-se a discutir de que forma a sustentabilidade se relaciona com os serviços disponibilizados pelas bibliotecas e se estas podem contribuir no desenvolvimento sustentável	Universidade de Lisboa
Bibliotecas Parque e a Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro (SPUDEIT; PRADO, 2017)	Artigo	Com o propósito de analisar ações realizadas pelas bibliotecas parque do Rio de Janeiro, no decorrer do ano 2016, e verificar se estão atendendo às proposições dos ODS da Agenda 2030 empregou-se uma pesquisa descritiva e bibliográfica	Universidade do Estado de Santa Catarina

Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(continuação)

Título, autor e ano	Tipo de fonte	Breve apresentação	Vinculação institucional
<b>Eixo 3 - Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas</b>			
Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública (BERNARDINO, 2017)	Relato de pesquisa	Aborda fatores necessários para desenvolver o pertencimento e empoderamento das bibliotecas públicas. Compreende uma pesquisa bibliográfica, exploratória, de análise qualitativa, ancorando-se nos conceitos de <i>identidade</i> , <i>globalização</i> , <i>imagem organizacional</i> e <i>biblioteca</i> , para pensar em uma política de territorialização da biblioteca pública no Cariri cearense	Universidade Federal do Cariri
A nau CBBB: ancoragem na sociedade do conhecimento, para a disseminação da informação social (LINDEMANN; SILVA, 2017)	Artigo	Apresentam aspectos relacionados ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande no que se refere ao papel social da Biblioteconomia; tratam da relação da biblioteca com a sustentabilidade (bibliotecas verdes); abordam a inclusão de deficientes no espaço da biblioteca; relembram encontros do CBBB; planejam no futuro avaliar compromissos firmados frente às proposições da Agenda 2030	Universidade Federal do Rio Grande
Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social (RASTELI; CALDAS, 2017)	Artigo	Buscam, por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, “[...] contribuir com reflexões sobre os atos de apropriação cultural como ação opositora a reprodução ou consumo de discursos, mas sim, de ações, atuações e participações que criam e recriam a cultura e seus significados em direção à cultura de paz” (RASTELI; CALDAS, 2017, p. 44)	Universidade Estadual Paulista
A biblioteca como mediadora nas questões sociais: o tráfico de mulheres no Mato Grosso do Sul. No que podemos colaborar? (TEIXEIRA; SILVA; MARQUES, 2017)	Artigo	Abordam a temática tráfico humano. Compreende uma iniciativa do projeto de extensão Programa Escola de Conselhos que realiza ações de promoção dos direitos humanos. A proposta se justifica tendo em vista os altos índices que o Mato Grosso do Sul apresenta em tráfico humano para exploração sexual, apresentando as bibliotecas como instituições que podem colaborar na divulgação de informações, estabelecendo parcerias com órgãos competentes e atendendo aos ODS da Agenda 2030	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
As bibliotecas públicas e comunitárias tornando-se um espaço para educação ambiental e a conscientização na reciclagem de materiais (MARQUES, 2017)	Monografia	Compreende uma pesquisa aplicada, abordagem qualitativa que realiza estudo bibliográfico e documental, com o objetivo de apropriação do conceito de bibliotecas verdes como possibilidade para bibliotecários e bibliotecas públicas e comunitárias	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(continuação)

Título, autor e ano	Tipo de fonte	Breve apresentação	Vinculação institucional
<b>Eixo 3 - Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas</b>			
Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018)	Artigo	Analisam se as ações desenvolvidas em Bibliotecas Públicas de Santa Catarina atendem às proposições da Agenda 2030, lançando mão de pesquisa exploratória, descritiva e bibliográfica	Universidade Federal de Santa Catarina
As Bibliotecas Públicas e a Agenda 2030: a percepção dos profissionais de informação (ALVIM, 2018)	Artigo	Apresenta resultados de uma investigação qualitativa sobre a percepção de profissionais de informação atuantes em bibliotecas públicas portuguesas sobre a Agenda 2030 e a implementação dos ODS	Universidade de Évora, Portugal
Competência em informação (ColInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea (BELLUZZO, 2018)	Artigo	Busca compreender como a competência em informação e midiática se relacionam com a Agenda 2030. Compreende uma pesquisa teórica, construída por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas: competência em informação, educação, aprendizado ao longo da vida, desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e os ODS	Universidade Estadual Paulista Marília
Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018)	Artigo	Tem como objetivo “[...] discutir o lugar do Bibliotecário enquanto promotor e participante de ações de promoção e acesso ao livro e a leitura [...]” (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018, p. 117) para pessoas em situação de rua	Universidade Federal de São Carlos
Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo (SANTOS, 2018)	Dissertação	Analisa o movimento <i>Advocacy</i> Bibliotecário e como “[...] tem se manifestado ao redor do mundo, por meio da coleta de informações sobre iniciativas relacionadas ao <i>advocacy</i> que foram conduzidas ou apoiadas por associações nacionais ou internacionais de bibliotecas, de modo a mapear seu desenvolvimento e registrar modelos e boas práticas” (SANTOS, 2018, p. 16)	Universidade de São Paulo



Quadro 2 – Fontes selecionadas para a revisão de literatura

(conclusão)

Título, autor e ano	Tipo de fonte	Breve apresentação	Vinculação institucional
<b>Eixo 3 - Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas</b>			
Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BELLUZZO, 2019)	Relato de pesquisa	Busca “[...] promover a reflexão teórica à luz dos cenários atuais e das transformações sociais, sobre as demandas para novas habilidades e capacidades necessárias para atender aos desafios que se fazem presentes ante a multidiversidade cultural e à complexidade atual de acesso e uso da informação encontrada em suportes de natureza vária e decorrentes da transformação digital, estabelecendo inter-relação com as diretrizes e metas que constituem a ‘Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)’ enquanto instrumento de desenvolvimento econômico, ambiental e social para o contexto global” (BELLUZZO, 2019, p. 10)	Universidade Estadual Paulista Marília e Bauru
A evolução das bibliotecas na sustentabilidade ambiental: uma análise comparativa de casos da América Latina (CORRÊA; SÁ; SOBRAL, 2019)	Artigo	Buscam “[...] identificar como as bibliotecas vêm trabalhando a visibilidade da sustentabilidade ambiental nos serviços de informação, tendo como metodologia a análise de bibliotecas da América latina [...]” (CORRÊA; SÁ; SOBRAL, 2019, p. 1). Selecionam para pesquisa: Biblioteca Parque Estadual Rio de Janeiro (Brasil); Biblioteca Pública Altavista (Colômbia); as bibliotecas universitárias Carlos Monge Alfaro (Costa Rica) e a Central San Benito Abad (Argentina)	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Percurso da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030/ONU (GERALDO; PINTO, 2019)	Artigo	Analisam como o tema sustentabilidade está sendo trabalhado nas publicações científicas dos principais periódicos da área da Ciência da Informação, entre 2008 e 2018, a fim de verificar como estão se concretizando as abordagens alinhadas aos ODS da Agenda 2030. Compreende uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, que se debruçou sobre 35 periódicos da área da Ciência da Informação	Universidade Federal de Santa Catarina
Empreendedorismo social na Biblioteconomia: Análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030 (SOUZA; SPUDEIT, 2019)	Artigo	Levantam casos de empreendedorismo social realizados pelo Brasil por bibliotecários, visando o alinhamento de ideias e ações a Agenda 2030. Compreende uma pesquisa bibliográfica e descritiva a partir de fontes encontradas nas plataformas Brapci e Scielo. O levantamento de casos de empreendedorismo foi realizado a partir de publicações encontradas na página do <i>facebook</i> do grupo Bibliotecários do Brasil	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Estado de Santa Catarina

Fonte: produção da própria autora.

De posse dos estudos selecionados e com o objetivo de observar tendências temáticas, teóricas e/ou metodológicas; classificar, aproximar, distanciar e ordenar as discussões apresentadas, iniciou-se uma leitura completa dos trabalhos, visando conhecer o conjunto de reflexões que compõe a produção de conhecimento sobre Agenda 2030 no campo educacional e, tendo em vista um panorama da história e da realidade das bibliotecas públicas do Brasil, investigar as relações que se estabelecem entre as bibliotecas públicas brasileiras e a Agenda 2030, conforme subseções que seguem.

### 3.2 AGENDA 2030 NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A partir dos levantamentos realizados, selecionamos três artigos que abordam a Agenda 2030 no contexto da educação e que se dedicam a pensar implicações para a realidade brasileira, nos levando a observar que não se trata de uma temática muito estudada na área educacional, destacando-se especialmente a ausência de dissertações e teses dedicadas ao tema.

Vale ressaltar que tais estudos, mesmo aparecendo em número reduzido, sem preocupação com fundamentação e caracterização teórico-metodológica, em sua maioria, contêm reflexões muito importantes, contribuindo para pensarmos como a Agenda 2030 é analisada em meio ao campo educacional, problemática que pode ser considerada relativamente nova, tendo em vista que o documento foi lançado no ano de 2015, justificando assim a ausência de pesquisas sobre o tema.

Iniciamos com Pimentel (2019), que já nas primeiras páginas nos disponibiliza importantes contribuições ao apresentar dados sobre melhorias e defasagens que marcam os últimos anos da educação brasileira, evidenciando desafios para a educação e para os educadores no que diz respeito à garantia da qualidade da educação, reconhecendo avanços na universalização da educação básica, sobretudo no ensino fundamental, mas ainda a necessidade de atuar sobre a permanência de jovens no ensino médio, em busca de maiores índices de conclusão da educação básica.

Compreende uma pesquisa exploratória e documental sobre ODS em publicações da Unesco, apoiando-se em indicadores educacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos quais apresenta um interessante histórico do contexto de surgimento do discurso sobre a educação em busca do desenvolvimento sustentável, que se inicia no ano de 1992, por ações orientadas pela Unesco; seguido da Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido entre 2005 e 2014; e de medidas vinculadas ao Programa de Ação Global – todas ações que incentivavam transformações no modo de pensar, agir e viver das pessoas (PIMENTEL, 2019).

Convergindo com tais propostas, e em consequência de movimentações de organizações do campo educacional, em maio de 2015 ocorre o Fórum Mundial de Educação em Incheon, na Coreia do Sul. Paralelamente se estabeleciam os acordos da Agenda 2030 em busca de desenvolvimento sustentável, resultando no plano de ação publicado em setembro de 2015, no qual a educação é um dos objetivos e ainda meio estratégico que permite alcançar outros ODS (PIMENTEL, 2019).

Após os referidos marcos históricos, novos documentos passam a ser elaborados com o propósito de atender ao ODS 4 da Agenda 2030, como o mencionado *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem* (2017), o qual propõe competências-chave para o desenvolvimento da sustentabilidade, apostando em aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental, fazendo com que o discurso da união mundial em prol da sustentabilidade, da responsabilização individual pelas ações necessárias ao futuro sustentável do planeta, fincasse raízes no seio educacional. Assim, nos diz a autora, o campo educacional passa a incluir “[...] nas suas propostas as capacidades básicas previstas para que os indivíduos atuem e se auto-organizem em vários contextos e situações complexas” (PIMENTEL, 2019, p. 26), levando à aposta nas competências técnicas, à investida na responsabilização individual pela relação que se estabelece com o saber, à defesa da pedagogia das competências, por acreditar que o ser humano deve se desenvolver a partir da interação com o meio, sob adaptação às condições e ordens vigentes, desenvolvendo habilidades que permitam a resolução e superação de problemas (PIMENTEL, 2019).

Torna-se necessário assim, que os currículos escolares sejam repensados e fundamentados no desenvolvimento de competências, relacionando conhecimentos formais a situações concretas de modo a se tornar utilitários frente às exigências do referido contexto. Como documento de destaque, Pimentel (2019) menciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conhecimentos, as competências e as habilidades que estabelece para o ensino infantil, fundamental e médio, de escolas públicas e privadas do Brasil, e alerta para desafios a serem enfrentados:

[...] A taxa de atendimento escolar saltou de 61,9% em 1980 para 96,4% no ano de 2017, a qual 1,5 milhão de crianças e jovens, na faixa etária de 4 a 17 anos, ainda estão fora da escola (IBGE, 2017). Contudo, quando analisamos o aprendizado adequado para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, por exemplo, somente 21,5% concluíram com o conhecimento básico de matemática e 39,5% em língua portuguesa (IBGE, 2018). Com relação ao ensino médio, 41,0% dos jovens de 19 anos não conseguiram terminar a última etapa da educação básica. Outro problema é o acesso a creche, apenas 35,0% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas, em contrapartida com 93,0% das crianças da pré-escola. A educação profissional representa não mais que 19,0% dos alunos do ensino médio. No que tange a educação superior, 24,0% dos estudantes estão em instituições públicas e tão só 15,5% da população brasileira tem diploma de nível superior (IBGE, 2017) (PIMENTEL, 2019, p. 27-28).

A autora destaca a importância de atenção para a infraestrutura e recursos financeiros das escolas, assim como investimentos na formação dos professores e políticas educacionais necessárias para a garantia da educação como um direito humano. Quanto ao ODS 4, ressalta que sua potencialização depende da elaboração de temas apontados pela Unesco, como: educação como um direito fundamental, aprendizagem ao longo da vida, diversidade e educação inclusiva, comportamentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, empoderamento dos grupos marginalizados e dos jovens etc. Propõe ainda, um quadro com as 10 metas do ODS 4 adaptadas à realidade da educação brasileira e salienta que dessas, sete são contempladas no Plano Nacional de Educação e as demais na BNCC, acreditando serem esses documentos as principais ferramentas para dar efetividade aos ODS e a uma educação de qualidade, concebendo a Agenda 2030 como “[...] um instrumento imperioso para a promoção de uma aprendizagem de qualidade para todos. [...]” (PIMENTEL, 2019, p. 31).

Diante das contribuições do trabalho, reconhecemos tamanha importância para o esclarecimento sobre como se deu o surgimento do projeto de educação para o

desenvolvimento sustentável, que culminou na Agenda 2030, e em influências nas diretrizes educacionais brasileiras. Contudo, ressaltamos que Pimentel (2019) relata os mencionados marcos históricos e o contexto frente ao discurso da educação para o desenvolvimento sustentável, posicionando-se de forma que consideramos acrítica, pois não tece ressalvas às consequências para o contexto educacional, como se representasse o caminho lógico e inevitável para a conquista da qualidade da educação. Nesse ponto, nos distanciamos da autora e nos posicionamos contrários à lógica da pedagogia das competências, por acreditarmos que dentre outras mazelas, repercute no esvaziamento da importância da escola e do trabalho docente, os quais têm papel de fundamental importância na relação que se estabelece com os saberes, na democratização da aprendizagem, na construção de novos conhecimentos e, sobretudo, na transformação de realidades que nos oprimem.

Passemos agora ao artigo de Akkari (2017) que permite ampliar perspectivas sobre relações e concepções que perpassam a agenda internacional da educação, nos levando a aprofundar algumas questões que o estudo de Pimentel (2019) favoreceu os primeiros contatos e reflexões. Importante registrar que não há na pesquisa detalhamento que a caracterize metodologicamente, e teoricamente observam-se contribuições de diversos estudiosos, sem uma focalização em especial.

O autor inicia seu texto retomando que, tradicionalmente, a responsabilidade pelas decisões e políticas educacionais competia individualmente aos Estados nações e que nos últimos trinta anos essa lógica mudou, passando a ser influenciadas por organismos internacionais, como consequência da globalização que levou os sistemas educacionais a competirem entre si, frente aos cenários regional e internacional. A partir dessa contextualização, dedica-se a analisar implicações para educação diante das influências das organizações internacionais, tendo em vista, sobretudo, a Agenda 2030 (AKKARI, 2017).

Sem desconsiderar a importância, o valor simbólico e mobilizador de uma agenda internacional para a educação, assim como da Agenda 2030, Akkari (2017)

questiona a utilidade e o caráter utópico<sup>20</sup> dos acordos que incidem internacionalmente sobre o campo educacional, retratando que a maior parte das metas acabam não se concretizando, sendo repassadas consecutivamente aos novos acordos que surgem, assim como ocorreu em Jomtien (1990), Dakar (2000), no que se refere aos objetivos da Educação para Todos. O autor afirma, entretanto, a percepção de que há um diferencial nas proposições de Incheon (2015), apostando na ampliação de ambições para além dos países do sul e da educação básica, e em uma agenda realmente internacional de educação, o que Akkari (2017) considera e anuncia como algo inédito<sup>21</sup>, levando ao acirramento da influência de organismos internacionais sobre a educação. Quanto a isso, o autor alerta para a necessidade de não sermos ingênuos:

Embora a UNESCO mantenha um prestígio histórico principalmente nos países do Sul, ela foi suplantada pela UNICEF e, especialmente, pelo Banco Mundial e pela OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica), não só em termos de financiamento da educação, mas, sobretudo, no que diz respeito ao limite mais preocupante na conceituação e orientação de prioridades da educação. O Banco Mundial é o ator atual dominante das políticas internacionais para a educação e desenvolvimento nos países do Sul [...]. Nos países do Norte e em alguns países emergentes, a OCDE, que é promotora do famoso estudo internacional PISA, tem sido a agência mais influente nas políticas educacionais (AKKARI, 2017, p. 942).

Vê-se assim que as organizações internacionais não são isentas de interesses econômicos, não são entidades que atuam autonomamente, de forma a sair ilesas perante as relações de poder que se estabelecem globalmente. Ao contrário, “[...] são financiadas pelos Estados que não hesitam em usar este poder para exercer

---

<sup>20</sup> Vale esclarecer, que o termo *utópico* foi utilizado por Akkari (2017), com o sentido comumente aplicado àquilo que se mostra fantasioso, fruto da imaginação, sem condições reais de realização, sendo considerado algo irreal. Aponta, portanto, para o caráter romântico e cosmético dos acordos internacionais, tratando-se de uma perspectiva afirmativa do que já existe, sem possibilidade de transformação da realidade. O conceito mostra-se problemático, justificando essa nota explicativa, na medida em que poderia conotar perspectiva crítico-negativa (não é o caso), a partir da qual se projeta, para o futuro, algo diferente e transformador, tendo em vista como o fenômeno é na atualidade e como foi no passado, corroborando com o exercício crítico que defendemos nesta pesquisa.

<sup>21</sup> Sabemos, entretanto, que não se trata de algo inédito, que desde as primeiras políticas educacionais da Unesco já havia uma focalização mundial de ações, passando posteriormente por momentos de setorização e de regionalização das políticas, tendo em vista as diferentes realidades das nações, conforme evidenciado e problematizado na tese de Endlich (2019) – estudo desenvolvido da linha de pesquisa *Educação e Linguagens* do PPGE da Ufes.

sua influência ou para legitimar sua agenda doméstica no setor da educação. [...]” (AKKARI, 2017, p. 942).

Problematiza-se ainda, se todos os Estados membros possuem o mesmo lugar de importância na participação e definição de prioridades para a agenda internacional, apostando que tais priorizações ocorrem pela influência geopolítica mundial, que para os mais poderosos “[...] a agenda tem uma influência relativamente limitada [...]. Mas, para os Estados mais frágeis, a conformidade com as diretrizes da agenda pode abrir as portas do financiamento internacional [...]” (AKKARI, 2017, p. 942-943). Desta forma, o autor acredita que a Agenda 2030 seja o resultado do que chama de "consenso suave" (AKKARI, 2017, p. 947), visto que articula os seguintes paradigmas contraditórios:

- paradigma humanista Unesco – ligada aos direitos humanos, visa transformação e justiça social;
- paradigma intermediário Unesco, OCDE, Banco Mundial (BM) – composta por orientações novas e que podem ser apropriadas tanto pelo paradigma humanista como pelo neoliberal, a depender da aplicação a ser dada; e
- paradigma instrumental/neoliberal OCDE, BM – compreende a educação como meio de produzir recursos humanos para atuar no mercado de trabalho, atendendo a economia e demandas de consumo, dando origem à concepção de aprendizagem para todos e a aposta em testes padronizados de avaliação da qualidade da aprendizagem (AKKARI, 2017).

Cada um desses paradigmas contempla determinadas orientações da agenda da educação internacional definidas na declaração de Incheon (2015) e em ações apontadas por diversos organismos internacionais para 2030: o paradigma humanista contempla educação inclusiva e equitativa, extensão da duração da escolarização e educação nas zonas de conflitos; o paradigma intermediário contempla educação para o desenvolvimento sustentável e educação para a cidadania mundial e aprendizagem ao longo da vida; e o paradigma neoliberal contempla educação de qualidade. O autor ressalta que a referida classificação não é unânime, que outros direcionamentos podem ser adotados por organizações, mas

que de forma geral ocorre certa convergência entre as proposições de organismos internacionais (AKKARI, 2017).

Quanto a tais orientações, apresentamos algumas considerações que se destacaram no texto de Akkari (2017):

- educação inclusiva e justa – pressupõe luta contra toda forma de exclusão e desigualdade, levando a dedicar esforços aos mais desfavorecidos, tendo em vista uma abordagem humanística da educação;
- extensão da duração da escolaridade – ao prever pelo menos um ano de educação infantil, 12 anos de educação básica, com pelo menos 9 anos obrigatórios, a atual agenda se destaca em meio às anteriores pela exigência de resultados de aprendizagem, no entanto, pode mostrar-se um tanto quanto desafiadora para muitos países, como a África por exemplo, que luta ainda para garantir a educação fundamental. Além da noção de resultado ser um tanto quanto vaga na maneira de mensurar a aprendizagem, deve-se considerar que o simples prolongamento de anos de escolaridade não garante melhor aprendizado e que dificuldades são enfrentadas para a inserção e permanência dos jovens no ensino médio e superior, assim como no mercado de trabalho;
- educação de qualidade – exige pensar sobre os processos de avaliação, dar autonomia aos professores e educadores, melhorar a qualificação profissional, tornar eficiente a gestão de sistema e recursos educacionais, desenvolver criatividade, conhecimentos, competências e habilidades. Concepções essas que fundamentam a aposta global em testes, como meio de responsabilização e garantia de qualidade;
- educação para o desenvolvimento sustentável e educação para a cidadania mundial – responsáveis por desenvolver competências, valores e atitudes para o alcance de uma vida sustentável. A educação para a cidadania mundial ganha certo destaque por propor o rompimento com as identidades nacionais, no entanto, apresenta certa divergência conceitual, podendo apontar para a promoção de mobilidade, flexibilidade e familiaridade dos jovens com redes sociais e desafios globais da economia ou das competências interculturais, quanto a questões relacionadas a migração



global e a convivência entre sociedades multiculturais. Neste ponto parece contraditório ao autor que a Agenda 2030 defenda uma educação de qualidade mediante aplicação de testes padronizados ao passo que propõe uma educação para a cidadania mundial, e ainda indaga sobre a capacidade do conceito de educação para a cidadania mundial invisibilizar “[...] desigualdades, conflitos, competições, a tensões tanto a nível nacional como internacional. [...]” (AKKARI, 2017, p. 949-950), ressaltando assim a necessidade de discutir colaborativamente o conceito com pesquisadores de todo o mundo;

- aprendizagem ao longo da vida – propõe a necessidade de oportunidades de aprendizagem em qualquer contexto ou nível de ensino, exigindo aumento de vagas na educação, sobretudo na formação técnica, profissional e superior; e
- educação nas zonas de conflito – tratando das necessidades educacionais nos contextos de crises humanitárias, sejam marcados por violências, desastres naturais, pandemias, refugiados etc. (AKKARI, 2017).

Finalmente, a Agenda 2030 é analisada por Akkari (2017) como “[...] um consenso frágil ou denominador comum [...]”, além de “[...] um acordo pouco explícito, baseado em conceitos difusos, que evitam conflitos. [...]” (AKKARI, 2017, p. 948). E diante do contexto nacional, faz algumas considerações em especial:

- a proposta de educação inclusiva e equitativa apontada pela Agenda 2030 pode ser explorada no contexto brasileiro, pois neste quesito as nossas políticas públicas não deram conta de transformar o sistema educativo, que se divide entre rede pública e privada, tão distantes em qualidade e confiança perante o imaginário social, sendo necessário refletir o insuficiente financiamento da educação pública e a necessidade de garantir melhores oportunidades às parcelas pobres e minoritárias. O autor ressalta que sem tais transformações não pode haver perspectiva de inclusão e equidade na educação ofertada no Brasil;
- é desafiador mas também necessário desenvolver as reformas estruturais e mentais necessárias à educação: repensar infraestrutura, formação, gestão, concepções e opiniões que rondam o imaginário popular sobre a educação pública;

- quanto à qualidade na educação, considera-se uma definição estreita de qualidade a aposta geral em testes padronizados, pois não são capazes de mensurar a qualidade de todo o sistema de ensino, devendo ser olhados com certa suspeita frente ao impacto financeiro e acirramento do mercado de redes de ensino privado, podendo levar ao acentuamento do ensino padronizado no Brasil, à supervalorização dos testes nacionais e internacionais, à promoção do espírito competitivo, individualista e meritocrático, sendo este, infelizmente, o caminho mais provável de realização na atualidade brasileira. Entretanto, poderia também abrir debate sobre o conceito de qualidade no ensino, refletindo orientações curriculares, entrada e permanência de alunos no ensino médio e superior etc.; e
- há de se considerar ainda a qualificação profissional, remuneração e valorização da profissão docente e da escola pública, assim como o direito à autonomia enquanto profissional da educação, podendo ser a Agenda 2030 um caminho de luta para a classe docente, pesquisadores e defensores do ensino público (AKKARI, 2017).

O trabalho de Akkari (2017) se destaca por evidenciar importantes concepções que fundamentam ideologicamente a agenda internacional da educação e a Agenda 2030, tratando das relações que se estabelecem internacionalmente, mas levantando também reflexões necessárias ao contexto nacional, contribuindo, sobremaneira, para uma análise crítica frente às influências de diretrizes internacionais sobre o sistema de ensino brasileiro, reconhecendo pontos positivos e negativos, rompendo com algumas perspectivas ingênuas que impedem o aprofundamento das discussões e o alcance de compreensões sobre forças e interesses que agem no cenário educacional brasileiro.

Pode-se perceber que Akkari (2017) apresenta olhar positivo e esperançoso frente às possibilidades que uma agenda globalmente estruturada para a educação pode conferir à classe docente e à educação brasileira. Entretanto, não há como negar e vale ter em vista neste momento, os dados recentes (de 2017 e 2018 do IBGE) apresentados anteriormente por Pimentel (2019), evidenciando desafios históricos e déficits educacionais a serem superados, tornando imprescindível a reflexão sobre a efetividade das propostas e diretrizes internacionais sobre o contexto nacional,

afinal, compreendem influências que incidem sobre a educação brasileira já há algumas décadas.

No terceiro e último estudo a contribuir nesta contextualização, Costa e Gentil (2018) desenvolvem uma pesquisa bibliográfica e documental mediante pesquisa nos *sites* do Instituto Camões, da Câmara e do Senado Federal, além de participação em seminário. O estudo reflete as consequências da governança global de políticas educacionais, entendendo governança como fruto de mecanismos que conduzem pessoas e organizações a condutas determinadas e desejadas por organismos internacionais, visando interesses do capitalismo, a lógica do mercado e a competitividade internacional, transformando a educação em uma mercadoria ou negócio a ser comercializado (COSTA; GENTIL, 2018).

No caso brasileiro, as autoras relatam que há três décadas vivemos sob influência do projeto neoliberal reverberando em reformulações de leis e programas educacionais que implicam na negociação da educação. Tendo em vista este cenário, propõem-se a refletir sobre como “[...] o direito à educação está sendo colocado em cheque, o que pode ser evidenciado pelo exame de leis recentemente aprovadas e suas relações com a agenda internacional” (COSTA; GENTIL, 2018, p. 665).

Em vista de tal problemática as autoras se lançam a investigação das agendas de três governos recentes, identificando-as como: agenda neoliberal (governos de Fernando Henrique Cardoso), agenda neodesenvolvimentista (governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) e agenda ultraliberal e conservadora (governo Michel Temer). Relatam que com a agenda neoliberal, instituída na década de 1990, as ações empreendidas priorizaram o ensino fundamental, sendo um período marcado por forte influência de diretrizes internacionais que incidiram no campo educacional. Na agenda neodesenvolvimentista, que teve início em 2003, variados direitos sociais, em especial os educacionais foram ampliados, desde o ensino infantil até o superior, ocorrendo certo crescimento econômico, alguma transferência de renda, políticas públicas voltadas à inclusão, que não chegaram a romper com os pressupostos neoliberais, mas resultaram em maior competitividade perante o cenário internacional. Já a agenda ultraliberal e conservadora, surge como

consequência de tensões entre forças políticas e econômicas nacionais e internacionais, frente aos interesses nacionais e populares, sendo estes últimos, naturalmente, menos influentes e que sofrem agora com o pós-golpe de 2016, com a precarização dos investimentos em políticas públicas, destacando-se a Emenda Constitucional 95, que congela o financiamento da educação durante vinte anos, como exemplo do que chamou de “[...] ‘truculência’ do atual governo e de um Congresso majoritariamente subserviente aos interesses do capital [...]” (COSTA; GENTIL, 2018, p. 668), indo de encontro ao que preconiza a Constituição Federal de 1988, quanto ao papel de fundamental importância da educação na transformação das realidades que assolam a sociedade (COSTA; GENTIL, 2018).

As autoras reconhecem que a mesma Constituição Federal legitima acordos e tratados internacionais como a Agenda 2030, levando à urgência de compreender como o Brasil “[...] toma emprestado, mesmo à revelia de interesses nacionais, aspectos de orientações políticas globais objetivando analisar a desconstrução do direito à educação, [...]” (COSTA; GENTIL, 2018, p. 669), tornando necessário estabelecer relação entre o que ocorre globalmente e localmente.

Retratam assim, que mesmo contemplando todos os Estados membros, as proposições da Agenda 2030 se voltam fundamentalmente para os países mais desfavorecidos, devendo ser implementadas por meio de doações das grandes corporações, por parcerias entre organizações governamentais, não governamentais, universidades, empresas etc. e, segundo apontam as autoras, tais arranjos se assemelham à “[...] visão de filantropia como ‘capitalismo criativo’, esboçada por Bill Gattes no Fórum Mundial de Davos, em 2008” (COSTA; GENTIL, 2018, p. 669), a partir do qual variadas organizações se unem pelo mundo, visando expandir mercados e lucros com o intuito de minimizar desigualdades. Compreende um discurso que acaba por retirar a importância antes dada às instituições mais tradicionais, que são substituídas pelo poder do mercado, apostando em uma espécie de versão social do capitalismo, desconsiderando, entretanto, o fato de que as desigualdades são próprias desse sistema, que se baseia, sobretudo, na exploração e que sempre terá como objetivo primeiro o alcance de maior lucratividade (COSTA; GENTIL, 2018).

Diante do exposto, as autoras constataam que “[...] a política adotada pelo país pós golpe, parece colocar este país subserviente aos interesses do capital econômico e financeiro global, de grandes potências, como os Estados Unidos. [...]” (COSTA; GENTIL, 2018, p. 670). Problematizam ainda, algumas concepções que rondam o imaginário educacional, como a falácia de que a prestação de serviços privados é necessariamente a de melhor qualidade, alertando que compreende um discurso proveniente da lógica de mercado, e que não raramente é responsável pela baixa qualidade da educação destinada a crianças das classes mais populares, assim como ocorre por efeito das privatizações na área da educação em todo o mundo. Outra questão problematizada é a concepção de educação ao longo da vida e suas ambiguidades, podendo ser compreendida como meio para inserir, subordinar e adaptar os indivíduos à ordem vigente ou como forma de transformar a sociedade, tendo em mente um projeto humanista que se dedica à emancipação dos sujeitos, sendo necessário, portanto, a preocupação com o esclarecimento do conceito em documentos como o plano de ação Agenda 2030, pois não se considera impossível haver discordância entre as ambições dos propositores do acordo global e os reais interesses e necessidades populares quanto aos propósitos educacionais (COSTA; GENTIL, 2018).

As autoras evidenciam o que acreditam ser a lógica da educação na Agenda 2030, tratando ainda do contexto nacional, que cada vez mais cede à lógica do capital criativo e retira do Estado a responsabilidade pela disponibilização da educação enquanto direito e bem público:

[...] parece evidente a lógica da educação na Agenda 2030; se por um lado acena com a obrigação de governantes em assegurar a educação de qualidade ao longo da vida, também abre possibilidades de executá-las em regime de parcerias e de privatizar a educação profissional e superior, afirmando que estas devem ser oferecidas a baixo custo. Nota-se no Brasil, que após o “impeachment” da presidente eleita Dilma Rousseff, o ensino superior público e a educação profissional tem passado por cortes drásticos e contingenciamento de recursos financeiros, com sérios ataques à carreira docente: desinvestimento na área da pesquisa, redução do número de bolsas a estudantes, encerramento do Programa Ciências Sem Fronteiras, entre outras medidas; o atraso por meses no pagamento de salários, como pode ser constatado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e outras instituições país afora. É a promoção deliberada do sucateamento das universidades públicas e que pode levá-las, em última instância, à privatização. Outras medidas bastante polêmicas como a Medida Provisória 746, de reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são também exemplos de ingerência direta do mercado no sistema

público de ensino que pode ceder grande fatia deste ao setor empresarial (COSTA; GENTIL, 2018, p. 675-676).

Finalmente, Costa e Gentil (2018) defendem que a Emenda Constitucional 95 reflete interesses da elite brasileira descomprometida com direitos sociais e educacionais, expressando e absorvendo as incongruências presentes na Agenda 2030, que permitem pensar a educação como mercadoria, não como bem público, em consonância com ambições internacionais de educação ao longo da vida, por meio de parcerias entre organizações públicas e privadas, que abrem precedentes para o encaminhamento de recursos para o mercado, no lugar de promover políticas públicas sob atuação dos Estados.

As perspectivas de análise de Akkari (2017), Costa e Gentil (2018), que refletem influências e implicações das proposições da Agenda 2030 sobre a educação no Brasil, se aproximam em certa medida da problemática de nossa pesquisa, diferenciando-se pelo objeto de estudo, que no nosso caso compreendem as bibliotecas públicas brasileiras. Apesar dos diferentes objetos, entendemos que há muita proximidade quanto aos interesses e influências que agem sobre o contexto educacional e biblioteconômico, ao passo que, se pensarmos especificamente nas bibliotecas públicas, o acesso à educação é uma de suas funções primordiais, além do acesso à cultura, à informação e ao lazer. Reconhecemos assim, grande contribuição para ampliar compreensões que o campo educacional tem alcançado em estudos já desenvolvidos sobre o projeto de educação da Agenda 2030.

Ao contrário de Pimentel (2019), Akkari (2017) e Costa e Gentil (2018) levantam problematizações e posicionam-se de forma crítica, considerando interesses que marcam o contexto global em relação ao local, voltando atenção especial para as consequências inevitáveis a países subdesenvolvidos ou em posição de desvantagem frente à competitividade que marca o cenário internacional, analisando em especial as implicações para a educação pública brasileira.

Todas as contribuições foram fundamentais para a qualidade das discussões desenvolvidas nas subseções que seguem, sobretudo, ao tratar da Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas, momento em que retomamos a contextualização aqui sistematizada para pensar a realidade biblioteconômica.

Na próxima subseção damos uma pausa nas discussões sobre a Agenda 2030, nos dedicamos a (re)visitar a história das bibliotecas públicas, com breves antecedentes mundiais, tratando em especial da história das bibliotecas públicas brasileiras, principais marcos e políticas públicas, até a situação atual. Acreditamos que tenha sido um movimento necessário, antes de adentrarmos à discussão central do trabalho, pois possibilitou (re)conhecer a história das bibliotecas públicas (mesmo que panoramicamente, sem intenção de abarcar a totalidade dos acontecimentos, das características e das ações desenvolvidas), identificar avanços e retrocessos que as conduziram até o momento presente, e ainda, entender como essa instituição pública tem sido pensada, explorada, compreendida e se posicionado, frente às políticas, às demandas sociais e às diretrizes internacionais. Essas não são exatamente as problemáticas que nos propomos a responder nesta pesquisa, porém entendemos que são fundamentais para, posteriormente, aprofundarmos as discussões sobre a temática investigada.

### 3.3 HISTÓRICO E REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Em meio aos estudos selecionados para compor esta subseção constam 11 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses que tratam de temáticas relacionadas ao estudo do histórico das bibliotecas públicas em contexto mundial e nacional, abordando conceitos, definições, funções e políticas públicas, além da atual situação das bibliotecas públicas do Brasil.

Como exposto, todos os trabalhos têm em comum a biblioteca pública como objeto de estudo, no entanto, cada um desenvolve abordagens temáticas, teórico-metodológicas distintas entre si e distantes da problemática central a ser investigada em nossa pesquisa. À vista disso, sem desconsiderar a importância das reflexões que desenvolvem, optamos por explorar em especial os conteúdos referentes à constituição histórica das bibliotecas públicas e compor o panorama sobre:

- antecedentes históricos mundiais – com contribuições de Braga (2004), Machado (2015), Medeiros (2015) e Rosa (2018);
- história das bibliotecas públicas brasileiras – a partir do que expõem Braga (2004), Freitas e Silva (2004), Machado (2015), Medeiros (2015), Paiva

(2008), Rasteli e Caldas (2017), Sousa (2018), Suaiden (2000), Tarapanoff e Suaiden (1995), Rosa (2018) e Lemos (1979); e

- realidade das bibliotecas públicas brasileiras – por meio do que apresentam Braga (2004), Freitas e Silva (2004), Machado (2015), Lemos (1979), Suaiden (2000) e Paiva (2008).

Nesse sentido, vale ressaltar as contribuições dadas para a composição da história das bibliotecas públicas e, conseqüentemente, para mais uma importante etapa que constitui o percurso de pesquisa. As subseções que seguem apresentam conteúdos provenientes das abordagens e organização apresentadas anteriormente.

### **3.3.1 Noções sobre os antecedentes históricos mundiais**

Ao retomarmos os sentidos que compõe o termo biblioteca em sua origem grega, observamos “[...] a junção de *biblion* (livro) e *theca* (estojo, lugar, escaninho, depósito), onde se armazenavam rolos de papiro e pergaminho” (ROSA, 2018, p. 24), revelando que a biblioteca foi pensada, desde o princípio, como lugar destinado ao armazenamento e à guarda de materiais, com o propósito de preservar a memória da humanidade, compreendendo uma instituição de grande valor social, que pode servir a propósitos educacionais, informacionais e culturais, a partir dos quais se produzem e reproduzem modos de pensar, de agir e de ser em cada período histórico (ROSA, 2018).

Braga (2004) retrata que não se sabe exatamente quando surgiram as bibliotecas, se antes ou com o advento dos registros escritos, resultando em versões diferentes da história, a depender dos historiadores. Contudo, sabe-se que os inúmeros objetos de registro do conhecimento que marcam a história da humanidade, considerados frágeis e preciosos, exigiam cuidados especiais em bibliotecas, espaços compreendidos como sagrados, sigilosos e de acesso restrito a poucos, mesmo entre os que compunham a elite intelectual de cada época, pois não havia inicialmente qualquer pretensão de que as bibliotecas atuassem como disseminadoras de informações (BRAGA, 2004).



Também a expressão biblioteca pública varia conceitualmente, a depender do momento histórico, devendo-se considerar o contexto em que se insere, as funções e identidades a ela atreladas em determinados contextos sociais, políticos, culturais, econômicos e informacionais. Desta forma, pode-se dizer que as transformações sociais é que definem as funções das bibliotecas públicas, conforme as sociedades evoluem as bibliotecas e sua forma de atuação sofrem transformações (MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015).

Tratando de forma genérica, as bibliotecas, desde sua origem até a atualidade, são compreendidas como instituições sociais de promoção da cultura e da memória. Machado (2015) observa certa homogeneidade nas descrições e definições lançadas às bibliotecas públicas, com algumas diferenças, conforme a perspectiva de análise, compreendendo, entretanto, sentidos complementares. Podem ser classificadas pelo público que atendem, logo, para o qual se volta o seu acervo, como crianças, estudantes universitários, profissionais da área médica etc.; pela instituição a qual está subordinada, podendo ser mantida por instituição pública, privada, comunitária etc.; pela atuação em determinado espaço geográfico, como em um específico centro de educação, em determinada unidade de ensino, em uma comunidade em especial, etc. O que se observa em relação às bibliotecas públicas e como a compreendemos hoje, é que se caracterizam pelo público indistinto (público diverso), pelo espaço geográfico de atuação definido (estado ou município) e pelo financiamento público (federal, estadual ou municipal) (MACHADO, 2015).

Machado (2015) apresenta, por meio de revisão de literatura, abordagens que apontam o surgimento da biblioteca pública como a compreendemos hoje, como resultado da convergência de três momentos históricos: do humanismo renascentista - séculos XIV ao XVI; da invenção da imprensa - século XV; e da reforma protestante - século XVI. Juntos proporcionaram transformações quanto à socialização, democratização e laicização desses espaços, reconhecendo, entretanto, a existência de bibliotecas desde o início da civilização humana, fazendo ressalvas às devidas diferenças conceituais, próprias de cada contexto histórico (MACHADO, 2015).

Rosa (2018) retrata que na antiguidade grega (século VIII a. C. ao V d. C) não havia bibliotecas públicas, pois o número de leitores era ínfimo, repercutindo na existência de bibliotecas privadas, particulares, como as de Estado e as sacerdotais. Um destaque do período e exemplo de biblioteca de Estado é a renomada Biblioteca de Alexandria, que compreendia um dos maiores templos do saber da humanidade, depósito de memória e modelo para outras bibliotecas da época. No Império Romano (século I a. C. ao V d. C.) há registros de que a primeira biblioteca pública criada data de 39 a. C, inspirada nos modelos gregos, marcando o início das bibliotecas públicas (ROSA, 2018).

Na idade média (século V ao XV) foram marcantes a existência e o funcionamento das bibliotecas em torno dos interesses da igreja Católica, assim como ocorria na sociedade em geral, composta basicamente: pelo clero, que monopolizava o saber; pela nobreza, que desenvolvia interesse pela leitura; e pela plebe, que não detinha acesso ao conhecimento. Conseqüentemente o acesso às bibliotecas não era público, somente aqueles relacionados às ordens religiosas podiam acessar os materiais, sendo ainda um acesso controlado, pois as obras consideradas de natureza profana eram retiradas dos acervos, impondo os preceitos ideológicos da igreja. Havia ainda bibliotecas particulares e universitárias, estas últimas inicialmente vinculadas às ordens religiosas, depois sofreram transformações que levaram a maior disseminação do conhecimento, conforme aumentava o número de estudantes e pesquisas universitárias (ROSA, 2018).

Desse período merece destaque a invenção da imprensa, em 1430, por Gutenberg, que levou à multiplicação de impressos, além do desenvolvimento do papel, incorrendo no aprimoramento da produção de livros, dando viabilidade à democratização do acesso. Dessa maneira, no momento em que o Renascimento começa a se delinear, torna-se possível a ressurgência do projeto de bibliotecas públicas como as existentes em Roma, mesmo que ainda não mantidas pelo governo, mas sofrendo já importante mudança de paradigma, passando da guarda e preservação para a democratização do acesso (ROSA, 2018).

Medeiros (2015) retrata que foi com a Renascença e com a disseminação do impresso que surgiram diversas bibliotecas pela Europa, com destaque para a

Inglaterra, onde no século XVIII são criadas bibliotecas de empréstimos e circulantes. Nos Estados Unidos as bibliotecas surgem em meio ao século XIX, estabelecendo laços estreitos com a população, desde o princípio até a atualidade. Em ambos os contextos, as ações levam à proposição da Lei para as Bibliotecas Públicas em 1850 e à responsabilização do Estado pela criação e manutenção das instituições. Entretanto, deve-se reconhecer diferentes paradigmas que marcam os contextos norte-americano<sup>22</sup>, onde a biblioteca é compreendida como instituição central e requerida pelas comunidades; e europeu, que apresenta formato hierarquizado, sendo menos acessadas, funcionando como depósitos de livros (MEDEIROS, 2015).

Rosa (2018) relata que com o acirramento da produção de livros e documentos impressos, passou a haver maior preocupação com controle, organização e armazenamento dos acervos, a fim de favorecer a recuperação de materiais, impactando diretamente as atividades biblioteconômicas, levando à necessidade de desenvolver novas técnicas e modos de atuação nas bibliotecas. Esta foi, inclusive, uma das heranças deixadas pela Idade Média para a Idade Moderna (século XV ao XVIII), levando as bibliotecas a acompanharem a evolução social, transformando-se em espaços públicos e abertos, desenvolvendo projetos como o das bibliotecas circulantes (que contemplavam grupos distantes dos grandes centros), levando ao surgimento de novos tipos de bibliotecas (como as especializadas que atendiam necessidades informacionais dos distintos públicos), enfim, o público leitor se desenvolvia, o livro perdia aquele caráter sagrado de outrora e se tornava mais popular, assim como as bibliotecas ganhavam notoriedade social (ROSA, 2018).

Na Idade Contemporânea (séculos XIX ao XXI) a era industrial se impõe também às questões relacionadas ao livro e à biblioteca, novos modos de produção, novas práticas sociais, novas relações se estabelecem com o conhecimento, novos leitores, novas modalidades de leitura e de escrita, o crescimento das produções

---

<sup>22</sup> Importante esclarecer que Medeiros (2015) ressalta o modelo norte-americano considerando a relação de maior proximidade que as bibliotecas públicas estabelecem com as comunidades que atendem, em comparação direta com o modelo europeu. Não há consideração, na referida pesquisa, sobre a influência que tal paradigma tenha exercido sobre a qualidade da formação do Bibliotecário, nem sobre reflexos de uma atuação mais tecnicista deste profissional, aspectos importantes, que poderiam ter sido considerados.

impresas são somadas às produções midiáticas audiovisuais, que mais tarde ocasionariam uma série de avanços e transformações nos modos de viver do homem contemporâneo, refletindo nos alicerces do paradigma da sociedade da informação (ROSA, 2018).

Na história recente, final do século XX e início do século XXI, uma crise se instala com a superprodução e o avanço das tecnologias de informação e comunicação, colocando à prova a sobrevivência das bibliotecas em um mundo digital, exigindo adaptação frente à nova ordem econômica, situação que se agrava com a crise econômica que tem avançado sobre diversos países, como na Europa e até nos Estados Unidos, onde mesmo com consolidada tradição em bibliotecas públicas, as instituições sofrem ameaças, cortes orçamentais e de pessoal, implicando no fechamento de algumas bibliotecas (MEDEIROS, 2015).

Vivemos atualmente no contexto da sociedade da informação, em busca de uma sociedade do conhecimento, os arranjos sociais atuais nos relacionam globalmente, nos apresentam à profusão de tecnologias de comunicação e informação (TIC), exigindo constante remodelação da forma como vivemos em sociedade, levando também as bibliotecas públicas às inevitáveis novas transformações e funções sociais (MACHADO, 2015).

Todas essas transformações nos levam a refletir sobre como os propósitos e as funções das bibliotecas públicas foram sendo constituídos historicamente, conforme respectivo arranjo social, podendo explicar algumas das concepções que atualmente rondam o imaginário social das bibliotecas: como o que nos leva a pensar a biblioteca como lugar silencioso, de isolamento e de recolhimento – características herdadas das bibliotecas da Idade Média, que constituíam verdadeiros templos sagrados de saber e de silêncio; ou como lugar de ostentação, poder e prestígio cultural – constituindo herança da imponência das bibliotecas monárquicas, que buscavam tais representações com suas grandiosas arquiteturas; ou como lugar acessível e democrático – sendo herança inovadora da biblioteca pública moderna, que deixa de ser de acesso restrito; ou ainda, como lugar de aprendizado e de busca por qualificação – herança da revolução industrial que exigia formação para massa trabalhadora, para uma força de trabalho qualificada e alfabetizada. Enfim,

essas e outras transformações que ocorreram às bibliotecas e que seguem contínuas na atualidade, colocam-nas sob influência direta de inúmeros conflitos ideológicos, anseios sociais, acabando por definir forma, conteúdo e atuação de tais instituições (MACHADO, 2015).

Diante dessa breve passagem pelos antecedentes históricos mundiais, lançamo-nos a observar a constituição da história das bibliotecas públicas no Brasil, como tem se dado a relação entre o imaginário social, as políticas públicas e as funções a elas atribuídas. Sem intenção de abordar a totalidade de ações, buscamos conhecer as principais políticas e ações destinadas às bibliotecas públicas, desde o período colonial até o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por constituir o recorte temporal abordado no conjunto dos trabalhos selecionados. Dados específicos sobre a situação mais recente foram abordados em seguida.

### **3.3.2 História das bibliotecas públicas brasileiras**

Machado (2015) retrata que a história da biblioteca pública no Brasil se aproxima, de certa maneira, do panorama histórico mundial, entretanto, apresenta peculiaridades e nunca esteve na posição de definir os rumos de seu próprio desenvolvimento, sendo sempre influenciada pelos avanços internacionais, ficando marcadamente conhecida por características herdadas de suas primeiras bibliotecas (MACHADO, 2015).

Dependência e submissão compreensíveis se considerarmos o atraso brasileiro frente ao desenvolvimento mundial. Em 1500, momento em que os portugueses tomavam posse das terras brasileiras, Gutenberg revolucionava o mundo com seus tipos móveis, livros que até então eram apenas copiados, passaram a ser impressos e a circular como nunca antes, favorecendo avanços na alfabetização, na circulação de ideias, conseqüentemente, na criação de bibliotecas. No Brasil colônia, embora haja registros de algumas tipografias clandestinas, só haveria tipografia oficial em 1808, com a vinda da corte portuguesa, momento em que a população alfabetizada era ínfima (MEDEIROS, 2015; PAIVA, 2008; RASTELI; CALDAS, 2017).

Em 1549 com a instalação do governo geral na Bahia, ocorreram os primeiros contatos com livros, havia controle e censura do que entrava no Brasil, mas, mesmo que em pequeno número, esses constituíram as primeiras bibliotecas brasileiras, assemelhando-se ao padrão das bibliotecas medievais europeias. No geral, eram de propriedade privada de ordens religiosas e de particulares, algumas até permitiam acesso público, entretanto, um acesso restrito a poucos, pois apontavam para prestígio, ostentação e superioridade social, representando centros de formação da intelectualidade da época. Sobreviveram até 1759 com a expulsão dos jesuítas, que refletiu no abandono e na destruição das bibliotecas. Como herança histórica deste período, tem-se a imagem da biblioteca como lugar dotado de certa sacralidade e pouco popular (MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015; RASTELI; CALDAS, 2017).

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, as realidades da imprensa e da biblioteca sofrem completa transformação. A Imprensa Régia é instalada, favorecendo a existência de mais bibliotecas, sejam oficiais, particulares e públicas. De igual importância está a chegada da Real Biblioteca D'Ajuda, considerada uma das melhores da Europa, com seus milhares de volumes e coleções, conferindo símbolo de poder e de prestígio incomparáveis aos padrões das bibliotecas brasileiras da época. Inicialmente foi destinada a um grupo seleto de nobres e eruditos, a partir de 1814 passou a receber turistas e interessados, constituindo um público letrado ainda reduzido, voltando-se, sobretudo, para a preservação da tradição (MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015; PAIVA, 2008; RASTELI; CALDAS, 2017).

A primeira biblioteca criada com intuito de atender à sociedade surgiu na Bahia em 1811, após restauração de antiga biblioteca monástica deixada pelos Jesuítas. Fruto de iniciativa particular do senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, com objetivo de oferecer instrução para todos. Apesar de ser considerada por muitos estudiosos a primeira biblioteca pública do Brasil, e assim era identificada na época, constituía o que consideramos hoje uma biblioteca comunitária ou popular, não era mantida unicamente por financiamento público, não apresentava infraestrutura adequada, atendia a uma elite letrada e a administração era exercida por sócios e pela sociedade em geral, contando, em alguns momentos, com ajuda do governador da província, o chamado conde Arcos, e com doações do Príncipe Regente, o que

proporcionou a diversificação e o desenvolvimento de seu acervo, mas, ao final do governo, sem poder contar com estes pontuais apoiadores e sem outros financiamentos públicos, a biblioteca sofreu as consequências do abandono (BRAGA, 2004; MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015; PAIVA, 2008; RASTELI; CALDAS, 2017).

Foi uma prática comum na história do Brasil, a criação de bibliotecas a partir de iniciativas particulares, o que Lemos (1979) chama de “[...] iniciativa de uma classe média tutelar, de natureza patrimonialista, cuja consciência ingênua via a educação como o único fator que determinaria o progresso. [...]”, e destaca:

A biblioteca pública, numa sociedade atrasada, dependente e periférica, servia para que as classes dominantes flertassem com as classes dominadas, oferecendo a estas uma instituição que é reconhecida universalmente como símbolo de civilização e progresso. E essa ação devolvia ao seu sujeito os valores implícitos nesse símbolo, proporcionando também mais reconhecimento e prestígio social. Por outro lado, de acordo com seu espírito tutelar, apregoava que quem quisesse subir na vida pelo estudo e sacrifício pessoal teria à sua disposição escolas e bibliotecas. É a atitude farisaica de quem diz que, num país de tantas oportunidades, somente é pobre quem quer. Ou só não estuda quem não quer. Trata-se ainda do arrazoado que se baseia na crença carismática de que uma instituição isolada pode levar as mudanças sociais sem que seja antes necessário fazer mudanças na própria infra-estrutura econômica e social (LEMONS, 1979, p. 206).

Lemos (1979) trata de um equívoco que se perpetua até a atualidade, quanto à crença e/ou aposta no simples acesso, como se a existência de espaços privilegiados como o das bibliotecas garantisse, por si só, as condições necessárias para as transformações que a sociedade almeja e necessita, não reconhecendo a importância de adequada infraestrutura e da atuação de profissionais qualificados.

Com a Independência em 1822, ocorre maior interesse pela cultura e política, além da implantação de editoras, tipografias, jornais, escolas e maior circulação de livros. Assim, em 1825 o Brasil compra parte do acervo da Biblioteca Real, e durante o império e a República desenvolvem grandemente seu acervo, sendo transformada em Biblioteca Imperial, depois Biblioteca Nacional. Com o passar do tempo todo o *glamour* dos tempos áureos é comprometido ao adquirir *status* de repartição pública (MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015).

Durante a República Velha ou Primeira República (1889 a 1930), as bibliotecas mantêm as mesmas características dos períodos colonial e imperial, no entanto, surge a criação e gestão pública das bibliotecas, nos levando efetivamente ao conceito atual, sem, contudo, avançar na implementação de políticas, impedindo o desenvolvimento dessas instituições, implicando, quando muito, na simples criação de bibliotecas, sem aprimoramento de ações e de recursos, sem comprometimento com as necessidades informacionais daquela sociedade, atuando basicamente como guardião de livros. Somente a partir da Revolução de 1930 e do Estado Novo é que passam a ser criadas políticas para bibliotecas, momento em que o Brasil enfrenta grandes transformações sociais, culturais e econômicas (MACHADO, 2015).

No que se refere às esferas educacional e cultural, o século XX foi um período de fortalecimento do interesse pela produção intelectual brasileira, muito em decorrência da Semana da Arte Moderna ocorrida em 1922, da atuação de importantes intelectuais da época (como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Rubens Borba, entre outros) que passaram a criticar modelos importados e a valorizar manifestações culturais próprias do contexto brasileiro, levando à inauguração da Biblioteca Municipal de São Paulo em 1926, depois chamada Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, tornando-se instituição de referência para a América Latina devido aos inúmeros serviços prestados à comunidade (serviços de extensão como bibliotecas ambulantes em fábricas, escolas, hospitais etc.), ao amplo atendimento (funcionava todos os dias de 8h às 23h59), rompendo com o modelo europeu de biblioteca pública, que se comprometia com a edificação do indivíduo, sem estreitar laços com a comunidade e suas necessidades informacionais. Atualmente é considerada no Brasil a maior biblioteca pública e a segunda maior em acervo (FREITAS; SILVA, 2014; MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015).

Dentre as personalidades que se destacavam, naquele momento, atuando na administração pública, ressaltam-se iniciativas de Mário de Andrade e Rubens Borba. Mario de Andrade, juntamente com o Departamento de Cultura de São Paulo, atuou para o fortalecimento das bibliotecas públicas, lançando novo paradigma na área, criando condições necessárias para o desenvolvimento das bibliotecas



enquanto depositárias da história de São Paulo e do Brasil. Rubens Borba é mencionado como destaque pela reorganização e implantação de técnicas inovadoras de processamento e organização, conforme modelo norte-americano, visando bibliotecas integradas com a sociedade e suas necessidades informacionais, além da criação do primeiro curso de formação de bibliotecários, sob responsabilidade do departamento de cultura. Desta forma, os intelectuais inovavam em São Paulo, enquanto que no Rio de Janeiro predominava ainda o padrão europeu de bibliotecas (FREITAS; SILVA, 2014; MACHADO, 2015).

Em 1930, com o governo de Getúlio Vargas, cria-se o Ministério da Educação e Saúde, considerado a primeira política federal que volta atenção para a cultura no Brasil. Como consequência, ações são desenvolvidas levando à estruturação da área cultural, contando com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Serviço Nacional do Teatro etc. De igual importância foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, que surge também em resposta aos intelectuais e às críticas que ganharam força na Semana da Arte Moderna, contribuindo para inserir as bibliotecas públicas nos projetos governamentais. O INL visava favorecer a produção de livros, melhorar os serviços bibliotecários, instalar bibliotecas públicas pelo Brasil, além da edição de obras raras e de interesse cultural, assim, foi o primeiro a implantar políticas para bibliotecas no cenário federal. Sabe-se que INL sofria as consequências da divisão de poder com o Departamento de Imprensa e Propaganda, entretanto, compreendeu um período muito importante para a biblioteconomia, de consolidação da biblioteca enquanto instituição pública, atuando tanto na guarda como na produção cultural e intelectual, contribuindo para uma pequena insurgência de democratização do acesso ao livro, às bibliotecas e à cidadania. Em meio às críticas proferidas ao INL, destaca-se a queixa de atuação voltada, sobretudo, para distribuição de livros e consequente beneficiamento de editoras mediante o acirramento do mercado editorial (FREITAS; SILVA, 2014; BRAGA, 2004; MEDEIROS, 2015; PAIVA, 2008).

Vale ressaltar que a partir da Revolução de 1930 um novo rumo é traçado, ressurgem um espírito de desinteresse pelo que era brasileiro, mediante centralismo e autoritarismo administrativo do Estado, de expansão das atividades urbanas e industriais, dando base à moderna economia brasileira. Contexto em que as políticas

públicas passaram a ser pensadas visando o desenvolvimento econômico, o mesmo ocorreu com as bibliotecas públicas, vistas como meio de acirramento da indústria e do mercado editorial, desvirtuando-se do caminho que poderia conduzir à missão social das bibliotecas públicas e reforçando o equívoco de funcionarem como meros depósitos de livros (MACHADO, 2015).

Este talvez seja o primeiro momento na história do Brasil em que o livro e a biblioteca tenham sido, mais fortemente, alvos de conflitos ideológicos, em que se buscava impor valores capitalistas, liberais e cristãos, visando o controle sociocultural e a extinção de ações comprometidas com a emancipação humana. Deste modo, Getúlio Vargas pôs fim ao Departamento de Cultura de São Paulo, ao projeto de Biblioteca Municipal como pensado por Rubens Borba de Moraes, criou o INL com propósitos controladores e desenvolvimentistas vinculados ao regime político autoritário, até criou e distribuiu bibliotecas públicas pelo país, mas com uma função instrumental, de guarda da produção editorial em desenvolvimento. E assim procedeu no controle social, estimulando a indústria livreira, a expressiva publicação de livros didáticos, inibindo quaisquer ideais emancipadores, levando as bibliotecas públicas a lugares distantes, mas, afastando-as das necessidades informacionais dos cidadãos, atuando como depósitos de livros a serviço das exigências do Estado (MACHADO, 2015). Desta forma, o contexto favorecia ainda a biblioteca como espaço erudito, de guarda e preservação, conforme os moldes europeus e quanto às bibliotecas públicas em especial, atuavam alinhadas aos interesses ideológicos do Estado, tendo suas funções educativas, culturais e informacionais reduzidas (ROSA, 2018).

Em 1945 ocorre a queda de Getúlio Vargas e uma retomada democrática no país, levando as bibliotecas e o INL a voltar atenção para a diversidade cultural do Brasil e para as necessidades informacionais de suas comunidades, encontrando, entretanto, dificuldades frente às altas taxas de analfabetismo, à falta de acesso à leitura, sendo necessário romper com o paradigma que aposta unicamente na promoção do livro e de sua indústria (MACHADO, 2015).

Nos anos que seguem, as principais políticas para área do livro e das bibliotecas foram, além de ações do INL, a Campanha Nacional do Livro em 1960, que seguiu

promovendo a indústria livreira, mas contribuindo, em certa medida, para ampliação de acervos das bibliotecas, tornando-os mais compatíveis com as diferentes realidades e reconhecendo as comunidades como produtoras de cultura. Lança-se o Serviço Nacional de Bibliotecas em 1962, junto do Ministério da Educação e Cultura, constituindo a primeira legislação nacional voltada especificamente para as bibliotecas públicas, representando, nesse sentido, avanço inédito. No entanto, desenvolvia funções que competiam ao INL e ao Instituto de Bibliografia e Documentação, resultando na divisão dos recursos entre órgãos de um mesmo ministério e em dificuldades de alcançar resultados, sendo incorporado mais tarde, em 1968, ao INL, ao qual passou a competir a coordenação nacional de políticas voltadas às bibliotecas públicas (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Vale ressaltar que neste período democrático, houve certo desenvolvimento na área biblioteconômica, mediante fortalecimento das bibliotecas em municípios, regulamentação da profissão de bibliotecário, implementação do primeiro código de ética do bibliotecário e instituição do Conselho Federal de Biblioteconomia, em 1962, 1963 e 1965 respectivamente. Ilustrando momento de implementação de políticas muito importantes, mas igualmente conflitantes, por vezes sem adequado planejamento e continuidade administrativa, compreendendo, no geral, medidas que não impactaram a realidade das bibliotecas públicas, levando à reflexão sobre a necessidade de planos e ações que respeitem, atendam e concretizem demandas sociais, sendo imprescindível a participação da sociedade e de profissionais especializados da área biblioteconômica (MACHADO, 2015; MEDEIROS, 2015).

A partir de 1964, novo período de governo ditatorial se instala no país e mais uma vez as relações entre Estado e cultura se mostram problemáticas. Mediante a defesa da segurança nacional e do desenvolvimento econômico, intensificam-se represálias aos movimentos políticos e culturais que questionavam o Estado. As bibliotecas públicas, não se tornaram alvos imediatos, seguiram recebendo investimentos políticos para grande distribuição de livros, criando a ilusão de circulação de informações. Somente a partir de 1970 as bibliotecas públicas se tornaram alvos da censura de publicações, sendo assistidas durante todo o período de Regime Militar, beneficiadas com ações desenvolvidas pelo INL, como a criação do SNBP, sendo alvo de diagnósticos e recebendo muitos investimentos, sendo,

entretanto, orientados por concepções conservadoras e descomprometidas com as funções sociais das bibliotecas públicas, semelhante ao que aconteceu na ditadura de Getúlio Vargas, principalmente no que se refere à priorização do livro, em detrimento da biblioteca (MACHADO, 2015).

Em 1971 ocorre a reforma do ensino que tornou obrigatória a pesquisa escolar, incentivando o uso de bibliotecas públicas, dada a situação precária das bibliotecas escolares. Ocorre assim o que tem sido chamado de escolarização da biblioteca pública, a qual passou a ser compreendida como apoio paradidático ao estudante, atendendo prioritariamente tal público em detrimento de outros, que deveriam igualmente serem atendidos, recebendo financiamento da educação, não mais da agenda cultural, sem contar, entretanto, com programas adequados para formação e atuação de professores e de bibliotecários, resultando, mais uma vez, na seleção e distribuição de livros, mas agora, livros didáticos (BRAGA, 2004; MACHADO, 2015). Sobre o processo de escolarização da biblioteca pública, Lemos (1979) faz uma ressalva importante:

É mais do que sabido que são os estudantes, principalmente os do ensino fundamental, o mais representativo grupo de usuários da biblioteca pública. [...] Este fato não é, em si mesmo, negativo ou contraproducente. Reflete determinadas características da realidade social e de como objetivos atribuídos à biblioteca, transplantados de uma outra cultura para o meio brasileiro, são negados ou alterados pela própria prática social. Contraproducente é a maneira desorientada, mecanicista e ineficaz como os estudantes fazem uso da biblioteca e da leitura, o que certamente reflete a ineficiência e a desorientação do processo educacional e de reformas educacionais que se pretende impor sem a correspondente infra-estrutura institucional (LEMOS, 1979, p. 204).

O autor reflete que o atendimento a estudantes em bibliotecas públicas, mesmo que em número expressivo, não representa exatamente um problema, as questões a serem consideradas são a inexistência e precariedade das bibliotecas escolares, a incapacidade da biblioteca pública expandir atendimento para outros públicos diante dos escassos recursos que disponibilizam, o despreparo dos profissionais para bem atender os estudantes e a ineficiência das políticas públicas, sejam as que se voltam para as bibliotecas ou para as reformas educacionais, atuarem sobre esses desafios que marcam a realidade brasileira.

Em 1976 ocorre a transferência dos programas dos livros didáticos para a Fundação Nacional de Material Escolar, ocasionando esvaziamento de recursos e do poder do INL; foi criado o Programa Nacional de Biblioteca, que não tratava da formação de um sistema, mas voltava atenção específica para bibliotecas; e, como principal herança do período, tem-se a criação em 1977 dos, ainda vigentes, SNBP e Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBP), conferindo grande avanço na gestão de recursos entre os Estados brasileiros, além de implementação e padronização de serviços para atuação estruturada, enquanto centros de ação cultural e de educação permanente. Entretanto, muitos obstáculos são enfrentados, como a falta de consciência cultural dos administradores, falta de participação social e de profissionais bibliotecários etc. comprometendo a implantação das políticas, distanciando-se das demandas sociais, atendendo apenas as ambições do Estado (MACHADO, 2015).

Mais adiante as bibliotecas públicas seriam contempladas em políticas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, entre 1979 e 1985, ficando definido o retorno das bibliotecas públicas para a agenda cultural, após dez anos de incorporação à esfera educacional. O INL é incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória em 1982, o SNBP também passa a ser mantido pela Fundação, assim as bibliotecas voltam a ser compreendidas como patrimônio cultural, entretanto, tais rearranjos refletiram na diminuição de recursos (MACHADO, 2015).

Observa-se que mesmo disponibilizando investimentos para políticas voltadas às bibliotecas públicas, o período de Regime Militar contribuiu para reforçar equívocos históricos, afastando os cidadãos das bibliotecas, quando na verdade deveriam aproximar, resultando na não popularização de serviços, desconsiderando as necessidades informacionais da sociedade, comprometendo a imagem social das bibliotecas, que se tornam instituições estranhas à população, impedindo mudanças na realidade da leitura e do acesso à informação no Brasil, refletindo na criação de milhares de bibliotecas, mas sem utilidade pública, sendo exploradas como espaços destinados a guarda de livros, instrumentos para controle social, imposição de poder e ordem ideológica convenientes aos interesses do Estado (MACHADO, 2015).

Com a Nova República (1985) e governo Sarney (1985 a 1990), implementa-se o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual pela primeira vez faz menção às bibliotecas, mas sem refletir em avanços para a área. Com a lei 7.505/1986 as bibliotecas passam a ser beneficiadas pelos impostos fiscais, incentivando doações, conferindo maior autonomia às bibliotecas, certa independência do Estado, levando a algumas melhorias. O INL, sob a tutela da Fundação Nacional Pró-Memória, constitui junto à Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional Pró-Leitura, em 1987. Em 1988 o direito à informação, educação e cultura é reconhecido constitucionalmente. Em 1989 já se observava uma tímida mudança na atuação do INL visando abandono da biblioteca como lugar de guarda de livros, tendo em vista o fortalecimento do SEBP, descentralização administrativa e maior participação de bibliotecários no planejamento de ações (MACHADO, 2015).

Breves avanços, pois em 1990 o governo neoliberal de Collor (1990 a 1992) extingue fundações relacionadas à arte e à cultura, entre elas a Fundação Nacional Pró-Leitura, chegando logo ao INL, levando ao fim, após 52 anos de existência, da instituição de maior importância no Brasil no que se refere ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas. Extições que ocorrem em função da ascensão do neoliberalismo e de seu projeto de privatização das instituições públicas, de incentivo à economia de mercado a partir da concepção de Estado mínimo. Como consequência, a Biblioteca Nacional assume as funções da extinta Fundação Pró-Leitura, incorporação retratada como equivocada, dada as diferentes naturezas das instituições (MACHADO, 2015).

Suaiden (2000) e Rosa (2018) elencam algumas das contribuições que a atuação do INL delegou à área biblioteconômica, entre elas: a criação do Prêmio de Biblioteconomia e Documentação; o estágio remunerado para estudantes de biblioteconomia atenderem comunidades carentes; os carros-biblioteca e as caixas-estante; o sistema de coedição; os cursos de treinamento; a inclusão de verbas municipais voltadas, especificamente, para bibliotecas públicas municipais; o crescimento dos acervos; enfim, a inserção das bibliotecas públicas nas agendas governamentais de uma forma geral (SUAIDEN, 2000; ROSA, 2018).

Sousa (2018) retrata na atuação do INL o favorecimento do mercado livreiro, o incentivo à produção e à distribuição de livros, influenciando drasticamente a função bibliotecária no Brasil, acarretando prejuízos à imagem social do bibliotecário e da biblioteca, visto que, durante praticamente todo o seu período de existência, impôs às bibliotecas as obras que comporiam seus acervos, sendo basicamente formados por obras eruditas<sup>23</sup>, distantes das preferências e das necessidades populares, aproximando-se, quando muito, do contexto escolar ao serem exploradas para suprir a carência das bibliotecas escolares, mas sem o comprometimento necessário para o desenvolvimento cultural, formação do leitor e atendimento às necessidades informacionais (SOUSA, 2018).

Para ilustrar, destacamos que somente durante os anos de 1988 e 1989 o INL reconheceu a incapacidade de seus avaliadores contemplarem materiais de interesse das diversas comunidades atendidas pelas bibliotecas públicas, assim como a importância de voltar atenção para tais comunidades, para as diferenças de gosto, níveis de instrução e demandas sociais, deste modo, pela primeira vez as bibliotecas puderam contar com seleções próprias, pensadas e adequadas aos perfis de suas comunidades. Infelizmente a iniciativa teve duração restrita a dois anos, não chegando a beneficiar a totalidade das bibliotecas públicas brasileiras (SOUSA, 2018). O fato nos leva a pensar como a biblioteca pública teve suas funções e potencialidades negligenciadas no decorrer da história de desenvolvimento de suas políticas, levando a perda de identidade, a uma forma de atuar em que a sociedade, os administradores públicos, os políticos e até os próprios bibliotecários se distanciaram do que seriam atividades básicas da prática biblioteconômica, como a referida seleção e aquisição de materiais a partir do estudo de usuários que compõe as variadas comunidades atendidas.

Em 1992 são criados uma nova versão do SNBP e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) – primeira iniciativa que relaciona a produção de livros ao

---

<sup>23</sup> Vale reconhecer a importância de os acervos de bibliotecas públicas abarcarem obras clássicas e eruditas a fim de proporcionar ampliação de leituras, para além daquilo que é de interesse comum e cotidiano da comunidade. Entretanto, o desejo, o interesse e a busca por tais obras depende muito da mediação de profissionais, destacando-se a importância da atuação de bibliotecários e de professores para a formação de leitores, sem desconsiderar demandas corriqueiras e preferências que os leitores já apresentam, tendo em vista suas experiências de leitura.

incentivo à leitura – instituídas junto à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Neste momento, a FBN, o SNBP e o Proler compartilhavam o mesmo diretor, apesar de cada instituição possuir funções distintas. No mesmo ano ocorre o *impeachment* de Collor e Itamar Franco assume a Presidência do Brasil, restaurando o Ministério da Cultura e a Secretaria do Livro e da Leitura (SLL), lançando em 1993 o programa Uma biblioteca em cada município, que compreendia antes meta do INL. Lança-se o Programa Nacional de Apoio à Cultura, pela Lei Rouanet de incentivo fiscal, direcionando recursos privados, oriundos de impostos, para incentivo a projetos culturais. Esperava-se com a iniciativa suprir a carência de investimentos na área, mas, infelizmente, a prática não atingiu as expectativas, ao transferir para a iniciativa privada a escolha de projetos a serem financiados, os empresários foram dotados do poder de escolha, liberalidade que refletiu na priorização de projetos comerciais, beneficiando grandes empresas e o eixo Rio - São Paulo (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Em 1994 o Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas<sup>24</sup> ganha destaque no cenário nacional e internacional, sendo apontado como fonte de reflexão sobre a missão da biblioteca pública para o novo contexto emergente, devendo guiar as ações das bibliotecas públicas em todo o mundo com o intuito de: criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade; apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis; proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal; estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens; promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas; propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral; fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural; apoiar a tradição oral; garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária; proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse; facilitar o desenvolvimento da habilidade no uso do computador; apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos e implantar tais atividades se necessário (PAIVA, 2008).

---

<sup>24</sup> O documento é lançado inicialmente em 1949, passou por edições e atualizações em 1972, chegando à versão mais atual, de 1994 (ROSA, 2018).



Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 1997) os processos de privatização são aprofundados, assim como o projeto neoliberal e de Estado mínimo. Ocorrem tentativas do Ministério da Cultura de estabelecer um programa nacional integrado, no entanto, atuando de forma independente da FBN, resultando em duplicação de investimentos e desperdício de recursos, enfraquecendo o Proler e o SNBP, levando a uma disputa entre instituições, impedindo mais uma vez a construção de novos rumos para as bibliotecas, sem comprometimento com suas funções sociais, perpetuando equívocos que perpassam a história das bibliotecas públicas brasileiras. São exemplos de projetos voltados para bibliotecas, os programas: Uma biblioteca em cada município (que por meio de parcerias com municípios, propunha a implantação de bibliotecas onde ainda não existiam); Livro aberto (que estabelecia parcerias com municípios, a fim de levar melhorias para bibliotecas públicas e escolares, além de qualificação para profissionais de bibliotecas); projetos criados pela SLL; e projetos que retomam campanhas do INL. Importante ressaltar que não eram claras as definições e delimitações das funções dos referidos programas, diante ainda de outras iniciativas do SNBP, o que seguiu acarretando o histórico negligenciamento das bibliotecas frente às políticas voltadas ao livro e à leitura (ROSA, 2018).

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002) os empenhos se voltam ao modelo de globalização da sociedade da informação, o qual exige desenvolvimento da infraestrutura das TIC. Em 1999 é decretado o Programa Sociedade da Informação com o propósito de viabilizar a geração e o acesso à *internet* para os brasileiros. Em 2000 é lançado o Livro Verde, programa de ações voltadas para a sociedade da informação no Brasil, o qual contém um subcapítulo destinado às bibliotecas públicas e os seguintes desafios para a área das bibliotecas públicas: universalização do acesso aos serviços de informação e comunicação; educação e aprendizado ao longo da vida, gerando competência para transformar informação em conhecimento; valorização de conteúdos e identidade cultural nacionais; governo ao alcance de todos, com o acesso a informações e documentos governamentais através das TIC. Em 2002 o Cadastro Nacional de Bibliotecas é lançado com a função de criar um catálogo virtual de bibliotecas brasileiras, avaliar investimentos etc., sendo considerado por alguns, mais uma iniciativa que levava à

duplicação de recursos, visto que a FBN poderia desenvolver tal projeto (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Ao fim dos governos de Fernando Henrique Cardoso as bibliotecas eram contempladas por inúmeras políticas, observou-se aumento na quantidade de bibliotecas em municípios do Brasil, no entanto, sem adequada infraestrutura. A FBN, o SNBP e o Proler atuavam, basicamente, com os mesmos objetivos, trabalhando de forma isolada e duplicando esforços, sem refletir nas transformações necessárias. Em oito anos de governo, foi notável o investimento em compra de livros, o maior da história do Brasil, sobretudo para escolas públicas de ensino fundamental e médio, com o Programa do Livro Didático, Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Literatura em minha casa, milhões de livros foram distribuídos, mesmo onde não havia biblioteca escolar (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Sousa (2018) aponta o fato de o Brasil ser o maior comprador de livros mediante políticas como o PNBE, que centram atenção no livro como mercadoria, desconsiderando a importância da ampliação de serviços de bibliotecas e da promoção da leitura, como possível herança do INL, instituição que atuou por mais de cinco décadas no Brasil e que apesar de extinta, tem seus equívocos perpetuados até a atualidade das políticas públicas para bibliotecas (SOUSA, 2018).

Tarapanoff e Suaiden (1995) retratam que “[...] o livro, às vésperas do ano 2000, ainda é classificado sob a rubrica patrimônio” (TARAPANOFF; SUAIDEN, 2000, p. 159), isto é, ainda era considerado material permanente, levando muitas bibliotecas públicas a evitar o empréstimo domiciliar. Somente com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), que manifestava entendimento de que a cultura dever ter lugar em meio às políticas e investimentos públicos, ocorre a instituição da Política Nacional do Livro no ano 2003, também chamada Lei do Livro, sendo considerado um grande marco do governo, a partir do qual os livros deixaram de ser considerados materiais permanentes, estabelecendo-se a responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e municípios sobre a manutenção das bibliotecas, ficando o sistema bibliotecário e os programas de promoção da leitura sob financiamento do Fundo Nacional de Cultura (MACHADO, 2015).

A seguir algumas das principais ações dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva com base no que apresentam Machado (2015) e Paiva (2008):

- 2003 – ocorre a extinção da SLL, que sobrepunha ações com o Proler, passando suas atribuições para a FBN (que já concentrava funções do SNBP e do Proler), subsidiando também políticas para acesso ao livro e a promoção da leitura. Ainda no primeiro ano iniciam-se as primeiras ações para implantação da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (CSLLL), espaço aberto à sociedade para discussão e debate;
- 2004 – é lançado o Programa Fome de Livro, também chamado Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura e ocorre a instituição do Grupo de Trabalho do Livro e Leitura para elaborar a política nacional do livro, leitura e bibliotecas, a fim de coordenar e gerir projetos fins;
- 2005 – inicia o movimento de adesão ao Plano Ibero-americano de Leitura, estabelecendo-se o Ano do Livro e a campanha Viva a Leitura, contando com apoio internacional da Unesco e do Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC);
- 2006 – ocorre o lançamento da CSLLL, espaço público de discussão sobre o livro e a leitura, constituindo a primeira vez em que a sociedade é convocada para contribuir na elaboração de política pública. No mesmo ano lançam o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), subsidiando os Planos Estaduais do Livro e da Leitura, vinculados com o Plano Ibero-americano de Leitura e campanha Viva Leitura, representando importante marco, pelo ineditismo da união dos ministérios da educação e cultura, além da participação popular em todo o Brasil, mas, com ausência de normatização de orçamento, controle e acompanhamento das políticas;
- 2007 – cria-se o Programa Mais Cultura, que lança editais para modernização de bibliotecas públicas;
- 2009 – a CSLLL é transformada em Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura, passando a integrar o Conselho Nacional de Políticas Culturais. De forma inédita, foi realizado o I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, divulgado em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), servindo de diagnóstico para futuras políticas públicas;

- 2010 – é criado o Plano Nacional de Cultura que contemplava bibliotecas em seis de suas metas, com a intenção de retomar a criação de bibliotecas em todos os municípios, modernizar bibliotecas existentes, disponibilizar acervos nas bibliotecas públicas do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais até o ano de 2020 (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Diante do panorama de políticas públicas apresentado, do período colonial até o fim dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, observam-se importantes avanços, mas, sobretudo, a lentidão com que as melhorias e mudanças ocorrem, sendo uma história marcada por recorrentes momentos de retrocessos e por equívocos que se perpetuam até a atualidade, comprometendo a imagem e a função social das bibliotecas públicas.

Vê-se que as políticas para bibliotecas públicas no Brasil não encontram cenário favorável, apresentam-se constantemente fragmentadas entre as áreas de informação, cultura e educação, não sendo prioridade em nenhuma delas (MACHADO, 2015). E mesmo se tratarmos especificamente das políticas públicas para bibliotecas, precisamos ainda romper com a ideia de que a simples criação de bibliotecas é suficiente perante os desafios bibliotecários no Brasil. Lemos (1979) reflete a necessidade de a biblioteca pública estar alinhada e comprometida com a situação social, política e cultural do Brasil, assim como com as transformações necessárias ao seu desenvolvimento:

Resolver a questão bibliotecária não é simplesmente abrir bibliotecas a esmo, sem que antes se tenha definido, ao nível político e cultural, a função que essas bibliotecas desempenharão no processo histórico de desenvolvimento, que rompa a situação de dependência, e na luta pela superação da consciência ingênua, fruto dessa mesma dependência. Mesmo a utilização de novas técnicas, consideradas mais eficazes, como o planejamento bibliotecário, somente adquirirá relevância na medida em que forem submetidas ao batismo de fogo da prática social e subordinadas a um projeto político e cultural definido pela sociedade como um todo (LEMOS, 1979, p. 210).

Na próxima subseção tratamos da situação atual das bibliotecas públicas, apresentamos os dados mais recentes aos quais tivemos acesso, buscando pensar questões relacionadas às funções das bibliotecas frente à situação de dependência

do Brasil, conforme colocado por Lemos (1979) no trecho acima, considerando ainda, as demandas provenientes do projeto de sociedade da informação.

### **3.3.3 Realidade das bibliotecas públicas brasileiras**

Nas subseções anteriores foram retratadas as inúmeras transformações pelas quais as bibliotecas públicas passaram, seja em contexto mundial, seja em contexto brasileiro, sempre em decorrência dos arranjos sociais de cada momento histórico, refletindo diretamente no tipo de política pública a ser financiada, nas distintas concepções, funções, propósitos e importância dada às bibliotecas, reverberando na forma como são compreendidas pela sociedade, não havendo unanimidade em sua caracterização, a depender do contexto histórico.

A biblioteca pública é retratada por Braga (2004) como instituição a qual compete o “[...] armazenamento e organização da reserva de pensamentos registrados no passado, hoje lugar de signos, por excelência, para uma melhor assimilação do processo de apropriação da informação” (BRAGA, 2004, p. 22), ou seja, a biblioteca apresenta tradicionalmente a função de reunir, organizar, preservar e guardar os diversos objetos de registro do conhecimento.

Na atualidade, busca-se romper com o predomínio da guarda, devendo antes ser um espaço público, de livre acesso à informação, educação, cultura e lazer, funções primordiais para um espaço de integração com a comunidade, visando o combate à desinformação, ao analfabetismo, contribuindo para o desenvolvimento de práticas e do hábito de leitura, que proporcione a inclusão das minorias e dos mais necessitados, o respeito à diversidade cultural e o exercício democrático e cidadão a todas as pessoas, sem qualquer restrição de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução, atendendo, sobretudo, às necessidades de sua comunidade, devendo disponibilizar produtos e serviços variados, que atendam às necessidades de cada público, favorecendo aprendizagem permanente, conforme aponta o manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas de 1994 (BRAGA, 2004; FREITAS; SILVA, 2014).

No que se refere às diretrizes internacionais e funções teoricamente apontadas por especialistas, se comparadas às práticas e realidades das bibliotecas públicas brasileiras, observam-se muitas divergências, pois não atendem as necessidades informacionais da sociedade, não contribuem efetivamente com o desenvolvimento intelectual, cultural, não rompem com a equivocada imagem social construída no decorrer da história, sendo recorrentes as mesmas falhas nas políticas públicas, além da perpetuação do modelo europeu de bibliotecas desde o período colonial (MACHADO, 2015). Sobre tais incompatibilidades Lemos (1979) afirma:

Parece-nos que existe uma concepção, equivocada em nosso entender, e que decorre do suposto universalismo, ainda que nominal, das técnicas bibliotecárias, segundo a qual a biblioteca como instituição pode ser transplantada de um país para outro sem que seja preciso passar por adaptações e modificações. Ora, isso é um contrasenso e uma ingenuidade. Não se pode fazer caso omissivo de que a biblioteca, da mesma forma que outras organizações sociais, é o resultado de pressões e demandas que a forjam dentro de uma sociedade específica constituída de indivíduos que diferem, por sua formação educacional, tradições, necessidades e aspirações, dos de outras sociedades. A biblioteca como instituição e as técnicas que a fazem funcionar devem coadunar-se com a realidade social de um determinado país e não com formas ideais, que a sociedade desse país pode vir a rejeitar. Se o resultado desse processo de compatibilização for uma biblioteca, com as correspondentes técnicas, que se aproxime daquilo que se considera o padrão internacional, não teremos porque nos queixar. Mas isso terá ocorrido dentro de um processo natural que se nutre da realidade objetiva e não como um mecanismo artificial imposto de fora para dentro (LEMOS, 1979, p. 210).

Lemos (1979), importante bibliotecário brasileiro, apesar de se referir muito às técnicas bibliotecárias, reflete para além delas, trata da necessidade do estreitamento de relações entre função e atuação das bibliotecas com as realidades que as cercam, não devendo negligenciar esta relação por nenhum modelo ou influência externa que se imponha incorrendo em incompatibilidades, pois ao agir assim, corre-se o risco de ficar à margem da própria história e de seguir, equivocadamente, perpetuando modelos que nunca nos couberam. Desta forma, é fundamental para a qualidade da discussão que esperamos desenvolver neste trabalho, não perder de vista tanto a história das bibliotecas públicas brasileiras, quanto às realidades que agora se apresentam como desafiadoras.

As características que marcam, desafiadoramente, a realidade das bibliotecas hoje são funcionamento ruim, escassos recursos financeiros, além de acervos, produtos e serviços desatualizados e insuficientes, conforme evidenciam dados do Censo

Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, desenvolvido em 2009 pela FGV, nos 5.565 municípios brasileiros, a pedido do Ministério da Cultura, sendo divulgado em 2010<sup>25</sup>. Seguem alguns dos aspectos observados:

Tabela 1 – Dados do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010)

<b>Alguns dos aspectos observados</b>	<b>Dados levantados</b>
Computadores com acesso à <i>internet</i>	45% possuem, mas apenas 29% disponibilizam acesso ao público
Atividades de extensão, como oficinas e rodas de leitura	88% das bibliotecas não disponibilizam
Acervo das bibliotecas	83% é constituído por doações
Frequência de uso das bibliotecas	Os usuários frequentam a biblioteca 1,9 vezes por semana, em média
Uso para	65% pesquisas escolares 26% pesquisas em geral 8% lazer
Horário de funcionamento	99% de segunda a sexta 12% abrem aos sábados 1% abre aos domingos 24% abrem a noite
Média nacional de empréstimos	296 por mês
Médias estaduais de empréstimos (alguns destaques)	702 por mês – São Paulo 559 por mês – Brasília 411 por mês – Paraná 52 por mês – Maranhão 43,5 por mês – Tocantins 11,7 por mês – Amapá

Fonte: Freitas e Silva (2014).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

A tabela evidencia as deficiências na infraestrutura digital das bibliotecas, logo, grande empecilho para a inclusão digital da sociedade; a pouca diversidade de serviços disponibilizados pelas bibliotecas à sociedade, consequência da falta de

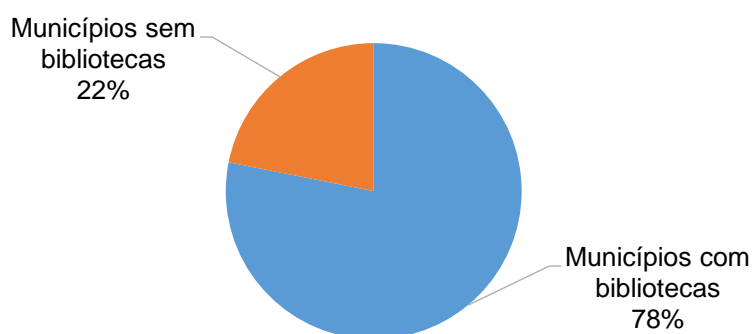
<sup>25</sup> Vale ressaltar que no momento da sistematização desse capítulo, que ocorreu entre fins de 2019 e início de 2020, não foram encontrados dados mais atualizados, sobre a realidade das bibliotecas públicas brasileiras.

recursos e de profissionais qualificados; a falta de orçamento e de planejamento para o desenvolvimento dos acervos, conforme as necessidades das comunidades; o principal público atendido são alunos do ensino fundamental e médio, o que não é exatamente um aspecto negativo, mas silencia a ausência de bibliotecas escolares e dificulta a ampliação de atendimento para outros públicos; os horários de atendimento são pouco acessíveis às famílias e às camadas trabalhadoras; a baixa procura por serviços disponibilizados pelas bibliotecas, assim como as baixas médias de atendimento, são consequências da falta de recursos, profissionais qualificados, conforto, acessibilidade e integração à sociedade.

Observa-se que a urgência de mudança de paradigma exigida pela sociedade da informação, não tem favorecido a reestruturação das bibliotecas públicas, pelo contrário, diante das dificuldades historicamente enfrentadas e não superadas, as bibliotecas públicas tendem a deixar de ser depósitos de livros, para se tornarem pontos de acesso a TIC, negligenciando os processos de mediação necessários para preparar a população para uso adequado da *internet* e das tecnologias (MACHADO, 2015; PAIVA, 2008).

Para além das deficiências que as bibliotecas existentes apresentam, merece atenção, o quantitativo de municípios sem bibliotecas e com bibliotecas fechadas. O mesmo censo aponta que no ano 2009 o Brasil possuía 4.763 bibliotecas públicas em 4.413 municípios, e em pelo menos 1.152 municípios não havia bibliotecas públicas, conforme percentuais ilustrados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Municípios brasileiros com e sem bibliotecas públicas (2010)



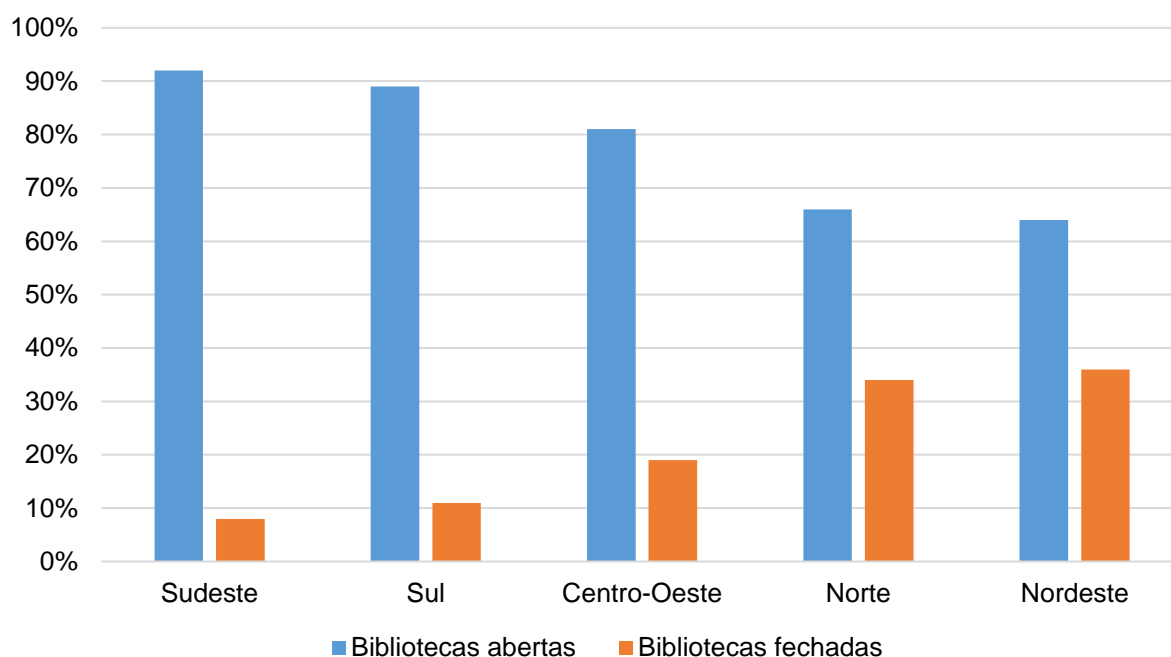
Fonte: Freitas e Silva (2014).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.



Da totalidade das bibliotecas públicas levantadas em 2009, encontravam-se abertas apenas 92% das bibliotecas da região sudeste, 89% da região sul, 81% da região centro-oeste, 66% da região norte e 64% da região nordeste, conforme ilustra o gráfico que segue:

Gráfico 2 – Bibliotecas públicas abertas e fechadas por região (2010)



Fonte: Freitas e Silva (2014).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

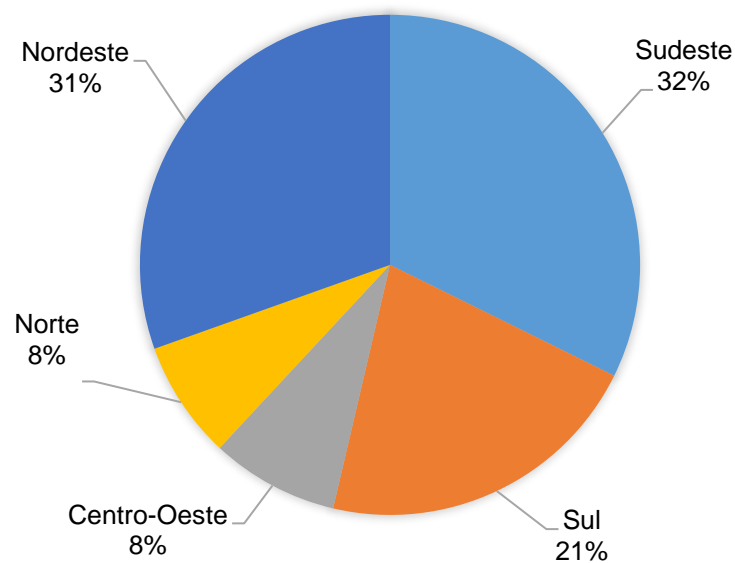
Os dados evidenciam a necessidade de investimentos, tanto na criação de novas bibliotecas em municípios ainda não contemplados, no aprimoramento da infraestrutura e dos serviços disponibilizados nas bibliotecas existentes, como também na revitalização de inúmeras outras que se encontravam fechadas em 2009, reduzindo expressivamente a capacidade de atendimento à sociedade, como se observa no norte e nordeste do país, regiões que, naquele momento, encontravam-se com quase 40% de suas bibliotecas públicas fechadas.

O SNBP (BRASIL, [20--?]) disponibiliza resultados de levantamento realizado em 2015, pelo *Projeto Mais Bibliotecas Públicas*, apresentando, portanto, dados mais recentes, segundo os quais o Brasil possuía em 2015, 6.057 bibliotecas públicas, entre municipais, distritais, estaduais e federais, representando um aumento de

1.294 unidades nos últimos cinco anos, ao compararmos com os dados do censo de 2010.

Da totalidade de bibliotecas levantadas em 2015, 1.957 encontram-se na região sudeste, 1.844 na região nordeste, 1.293 na região sul, 501 na região centro-oeste e 462 na região norte, conforme percentuais ilustrados no gráfico que segue:

Gráfico 3 – Bibliotecas públicas por região (2015)



Fonte: SNBP (BRASIL, [20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Os números retratam a desigualdade na distribuição de bibliotecas por regiões brasileiras, assim como sua insuficiência, principalmente se considerarmos a extensão territorial e a quantidade de habitantes por biblioteca em cada região, conforme detalhado na tabela que segue:

Tabela 2 – Quantidade de habitantes por biblioteca em cada região brasileira

(continua)

Região	Habitantes – estimativa IBGE para 2019 (G1, 2019)	Bibliotecas (BRASIL, [20--?])	Habitantes por biblioteca	Colocação em extensão territorial
Sudeste	88.371.433	1.957	45.156	4ª

Tabela 2 – Quantidade de habitantes por biblioteca em cada região brasileira

(conclusão)

Região	Habitantes – estimativa IBGE para 2019 (G1, 2019)	Bibliotecas (BRASIL, [20--?])	Habitantes por biblioteca	Colocação em extensão territorial
Sul	29.975.984	1.293	23.183	5 <sup>a</sup>
Centro- Oeste	13.281.806	501	26.510	2 <sup>a</sup>
Norte	16.858.114	462	36.489	1 <sup>a</sup>
Nordeste	57.071.654	1.844	30.950	3 <sup>a</sup>

Fonte: G1 (2019) e Brasil ([20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Apesar de a média nacional ser de aproximadamente 30.000 habitantes para cada biblioteca pública e tendo em vista o desafio de superar tantas precariedades que marcam a realidade das bibliotecas na atualidade, a biblioteca pública é colocada por estudiosos como indispensável para a consolidação da sociedade da informação, sociedade que se organiza em torno de questões relacionadas à globalização, à competitividade, às TIC e ao modelo de desenvolvimento sustentável, fortemente comprometido com resultados (SUAIDEN, 2000).

Em meio a realidades como a brasileira, repleta de contrastes e desigualdades sociais, sem sequer ter rompido com equívocos que acometem a história das bibliotecas desde suas primeiras políticas, tornam-se desafiadoras as transformações almejadas pela sociedade da informação. Quanto a isso Suaiden (2000) afirma:

[...] Esse processo exige que empresas, instituições, igrejas e bibliotecas sejam competitivas. A competição acaba estimulando a violência (talvez o maior problema social da atualidade), porque a regra que vigora é a regra do resultado. Não existe ética. Quando, por exemplo, privilegia-se, no ensino secundário, a formação técnica, sem nenhum conteúdo humanístico, está se criando mais um fator que estimula atividades violentas. Além disso, devemos destacar que a globalização é um navio e o ingresso é conhecimento e informação, não há lugar para os analfabetos e para as pessoas que não apresentam mão-de-obra qualificada (SUAIDEN, 2000, p. 57).

Quanto aos desafios que se impõe atualmente às bibliotecas, somados às variadas expectativas que os diferentes segmentos da sociedade têm perante a biblioteca pública, Suaiden (2000) afirma:

Nesse processo de globalização, de novos paradigmas tecnológicos e sociais e do modelo de desenvolvimento sustentável, caberá à biblioteca pública trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação (SUAIDEN, 2000, p. 57).

Como proposta Suaiden (2000) aponta a possibilidade de a biblioteca pública atuar lançando mão de uma técnica da administração e do *marketing*, que propõe a segmentação de mercado, delimitando áreas de interesse para disponibilizar serviços e produtos eficientes a determinado grupo. O autor entende ser uma proposta útil às bibliotecas públicas por contemplarem públicos heterogêneos, com demandas distintas e os recursos por vezes insuficientes, assim, atuariam conforme as condições de cada unidade de informação, atendendo a grupos específicos no lugar de “[...] tentar ‘ser tudo para todos’” (SUAIDEN, 2000, p. 58).

As reflexões lançadas por Suaiden (2000) são de extrema pertinência, apontam para implicações que devem ser consideradas ao tratar de políticas públicas para as bibliotecas no atual cenário, pois o contexto tende a conduzir as sociedades já desiguais à maiores contrastes. Contudo, deve-se destacar que o autor, ao passo que alerta para o caminho que tende a nos afastar da promoção de justiça social, acaba por promovê-lo ao responsabilizar unicamente a biblioteca pública pela resolução de deficiências do passado e ainda, ao propor adaptação e atendimento a grupos específicos, contrariando o caráter público e universal dessa unidade de informação, o que seria desastroso para qualquer instituição pública, mais ainda por se tratar de bibliotecas, espaços que devem contemplar a diversidade em busca da melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à informação, educação e cultura, contemplando todos, sobretudo aqueles mais necessitados, ou seja, o espaço público deve ser aberto a todos de modo a promover inclusão e justiça social.

Lemos (1979), ao tratar da biblioteca pública frente à demanda social brasileira, alertou já em fins da década de 70 do século XX:

A Biblioteca pública permanece sendo uma instituição afastada dos setores que compõem a maioria da nossa sociedade, perdida entre o sonho de copiar um suposto modelo universal e a condições objetivas de um país dependente. Não parece válido supor que se possa atingir um eficiente desenvolvimento bibliotecário sem que se definam as funções que as bibliotecas desempenharão no processo de superação da dependência (LEMOS, 1979, p. 203).

Quanto ao exposto, o percurso histórico revisitado nas subseções anteriores nos levou à constatação de que a biblioteca é um espaço de disputa ideológica, que pode levar tanto ao controle social como à emancipação humana. Perguntamo-nos assim, que tipo de biblioteca pública é essa que urge a existir mediante a sociedade da informação? Quais princípios éticos, humanos e sociais com os quais estará comprometida? A quem ou a quais classes sociais essa biblioteca pública atenderá? Atenderá aos interesses da sociedade ou às demandas do mercado neoliberal? Quais serão as funções a serem assumidas pela biblioteca pública no século XXI? Essas e outras questões devem ser refletidas, pois já não nos é possível pensar a biblioteca pública como espaço isento “[...] dos condicionamentos políticos, sociais e econômicos; acima dos interesses de classe, intocável na sua imparcialidade cultural, protegida pela aura de uma cultura universal, descomprometida, sublime e quase angelical” (LEMOS, 1979, p. 205). Conforme exemplifica Lemos (1979):

A formação dos acervos das bibliotecas está sujeita a diferentes tipos de cerceamento, como os paradigmas culturais dominantes, os modismos, as ideologias que justificam o poder político, os currículos educacionais e o consumismo estimulado pela indústria cultural. Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda a memória do mundo, mas, com efeito, em cada momento histórico, numa determinada sociedade, o leitor estará explorando as camadas mais superficiais, porque contemporâneas, dessa memória. Nem todos descerão às camadas mais profundas ou terão possibilidades de ler essa memória segundo um código que contrarie as posições e interesses daqueles que, afinal de contas, têm o seu controle nas mãos. A estes interessa que a leitura – talvez fosse melhor dizer “as leituras” – não contribua para o processo de abandono da chamada consciência ingênua e a conquista da consciência crítica que permite a compreensão do processo social e a ação visando a sua mudança (LEMOS, 1979, 205).

Acreditamos que o percurso de pesquisa vivenciado até o momento, mesmo não tendo abarcado a totalidade de traços que compõe a história e a realidade das bibliotecas públicas no Brasil, nos retira das camadas superficiais das discussões contemporâneas e nos oferece subsídios para melhor tratar da temática central de nossa pesquisa: as relações que se estabelecem entre a Agenda 2030 e as bibliotecas públicas brasileiras. Passemos então à contextualização do tema.

### 3.4 AGENDA 2030 NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo estudado as relações que se estabelecem entre a Agenda 2030 e o contexto educacional, assim como a história e a realidade das bibliotecas públicas brasileiras, percurso que nos possibilitou visão ampla do cenário em que nossa pesquisa se insere, retomamos agora a temática central a ser investigada e focalizamos atenção em pesquisas que tratam da Agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas. Ao fim deste tópico, apresentamos os contornos da pesquisa, definindo objetivos geral e específicos a partir do conjunto de reflexões provenientes da revisão de literatura.

A leitura atenta das 17 pesquisas selecionadas para esta subseção, entre as quais constam artigos, monografia e dissertações, nos levou à percepção de que, salvo algumas poucas exceções, não há nas produções levantadas um compromisso com a fundamentação teórica das discussões, nem preocupação com uma consistente caracterização metodológica, o que se observa é que os trabalhos resultam de levantamentos bibliográficos referentes aos temas em estudo e que, por vezes, ancoram suas defesas e proposições em documentos provenientes de organismos internacionais.

Neste trabalho nos dedicamos a investigar a influência de diretrizes internacionais no contexto das bibliotecas públicas, para isso nos propomos a dialogar com tais documentos e não necessariamente corroborar com eles, nem os assumir como fundamentação. Buscamos maior rigor teórico-metodológico e, em um exercício de criticidade, lançamo-nos a novos modos possíveis de pensar tais diretrizes, frente às relações que se estabelecem entre os contextos nacional e internacional. Desta forma, passamos à análise temática como critério para identificar tendências e direcionar a estruturação do conteúdo desta subseção.

Todos os trabalhos relacionam a Agenda 2030 com as bibliotecas públicas, mas apresentando abordagens e recortes temáticos distintos. A partir do panorama de reflexões e abordagens dos trabalhos, pode-se constatar que algumas produções se destacam por não tratarem de determinados ODS em especial, mas por apresentarem abordagens genéricas, pensando a Agenda 2030 como um todo e voltando-se para:

- Produções científicas da área da Ciência da Informação – Geraldo e Pinto (2019).
- Percepções dos profissionais da informação – Alvim (2018).
- Ações realizadas nas bibliotecas – Spudeit e Prado (2017), Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018).

Outro conjunto de trabalhos dedica atenção, cada um à sua maneira, a abordagens pontuais, isto é, a determinados assuntos, que remetem a um ou a alguns dos ODS. Optamos por agrupar estes trabalhos em categorias que evidenciam tendências temáticas, conforme sistematização abaixo:

- Biblioteconomia – Bernadino (2017), Lindemann e Silva (2017), Belluzzo (2018), Santos (2018), Belluzzo (2019), Souza e Spudeit (2019).
- Justiça social – Rasteli e Caldas (2017), Teixeira, Silva e Marques (2017), Gonçalves, Gracioso e Silva (2018).
- Meio ambiente – Dias (2016), Marques (2017) Corrêa, Sá e Sobral (2019).
- Saúde – Antunes (2016).

Importante notar que as tendências temáticas identificadas neste primeiro momento de análise, colocam as bibliotecas públicas na posição de instituições que podem e devem atuar pela transformação de variados aspectos sociais, contemplando novas e distintas funções daquelas para as quais as bibliotecas públicas foram criadas (guarda e preservação de materiais bibliográficos), ampliando ainda aquelas funções as quais as bibliotecas passaram a abarcar no decorrer de seu desenvolvimento histórico (formação de leitores, disseminação e democratização do acesso à informação etc.), mesmo diante das precariedades e insuficiências já retratadas.

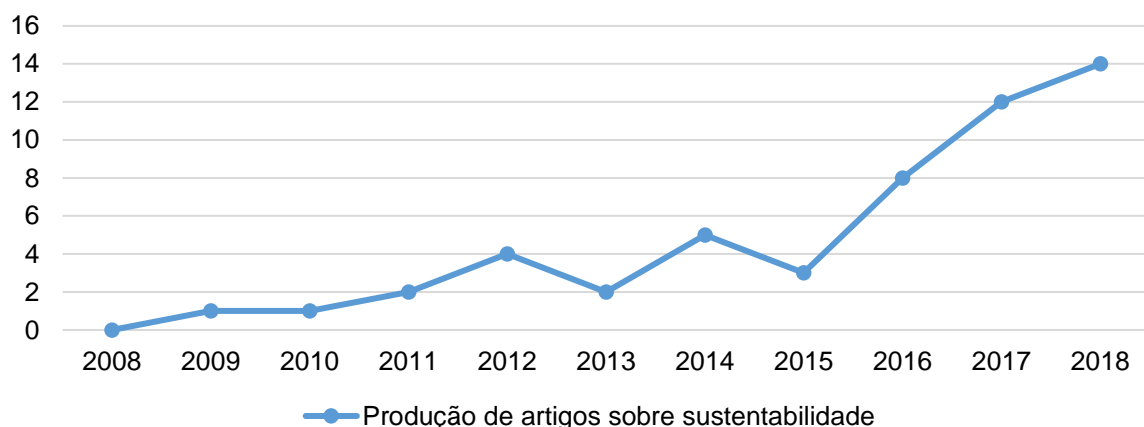
A organização e as reflexões das subseções que seguem foram conduzidas tendo em vista os agrupamentos temáticos e as categorias apresentadas acima.

### 3.4.1 Abordagens genéricas

As pesquisas de Geraldo e Pinto (2019), Alvim (2018), Spudeit e Prado (2017), Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018) apresentam contribuições, pontos de convergência e divergência importantes de serem destacados. Todos se dedicam a pensar a vinculação da Agenda 2030 com o contexto das bibliotecas públicas de forma ampla, sem qualquer focalização em determinado ODS. Entretanto, cada um observa tal relação sob uma perspectiva distinta.

Geraldo e Pinto (2019) revelam, a partir de levantamentos realizados em 35 periódicos da área da Ciência da Informação, que, de 2015 em diante, tem ocorrido grande aumento de produções científicas alinhadas aos ODS, muito provavelmente em decorrência do lançamento da Agenda 2030 ocorrido no mesmo ano; de orientações de importantes organizações da área biblioteconômica, como a Ifla e a Febab, que passaram a produzir documentos e diretrizes para orientar o trabalho em bibliotecas; e ainda, em decorrência de eventos das áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que, alinhados ao contexto, promoveram e incentivaram pesquisas sobre o tema (GERALDO; PINTO, 2019). O gráfico que segue ilustra a crescente produção científica:

Gráfico 4 – Produção de artigos sobre sustentabilidade (2008-2018)



Fonte: Geraldo e Pinto (2019).

Alvim (2018), ao contrário dos demais autores destacados nesta subseção, dedicou-se ao contexto de bibliotecas públicas de Portugal, apresentando as percepções de



profissionais da informação sobre a Agenda 2030, mediante aplicação de questionário. Os resultados apontam que poucos profissionais participaram da pesquisa, dos 132 contatados apenas 41 participaram, e que a relação destes com a Agenda 2030 é perpassada por deficiências e desconhecimentos. Alguns dos resultados são destacados abaixo:

Tabela 3 – Dados sobre as percepções de profissionais da informação

<b>Conhecimento sobre o tema Agenda 2030 e o papel das bibliotecas</b>	89% já ouviram falar, mas apenas 62% acessaram o documento 71% já ouviram falar dos ODS e 29% desconhecem 51% sabiam das ferramentas da Ifla, mas somente 32% leram ou consultaram
<b>Formação sobre o tema Agenda 2030 e o papel das bibliotecas</b>	83% não frequentaram e 17% participaram de alguma formação 86% manifestaram a necessidade de formações 34% já desenvolveram ações em consonância com os ODS
<b>Percepção dos profissionais sobre a biblioteca pública como promotora da Agenda 2030</b>	73% muito importante realizar ações para implementação da Agenda 2030 82% muito importante disponibilizar uma plataforma nacional para melhorar o desempenho das bibliotecas 73% muito importante o município reconhecer as bibliotecas públicas como parceira na implementação dos ODS a nível local 33% muito importante organizar reuniões sobre a implementação da Agenda 2030 com políticos e utilizadores da biblioteca 60% muito importante criar parcerias com instituições, empresas, redes, etc. para implementação da Agenda 2030 e os ODS

Fonte: Alvim (2018).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Os dados apontam para certo desconhecimento dos profissionais sobre as relações que se estabelecem entre a Agenda 2030 e as bibliotecas, mas, sobretudo, evidenciam o desejo de oportunidades de formação sobre o tema e a aprovação dos profissionais diante da possibilidade de as bibliotecas se tornarem promotoras da Agenda 2030.

Vale destacar ainda, parcerias apontadas na pesquisa: 91% consideraram muito importante haver parcerias com uma rede intermunicipal de bibliotecas; 70% entenderam como muito importante as parcerias com a rede de bibliotecas escolares; 76% muito importante as parcerias com organismos internacionais; 79% muito importante as parcerias com associações locais; 58% muito importante as parcerias com empresas (ALVIM, 2018). Ressaltamos expressiva adesão a

parcerias com organismos internacionais e empresas, apontando para certo desconhecimento das desiguais relações implicadas entre os contextos nacional e internacional, fragilizando a biblioteca pública, instituição fortemente vinculada a setores e financiamentos públicos.

Os ODS foram ranqueados em ordem de maior importância para as bibliotecas, resultando na sequência: ODS 4 – educação, ODS 10 – redução das desigualdades, ODS 17 – parcerias, ODS 16 – paz e justiça, ODS 5 – igualdade de gênero, ODS 3 – saúde, ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis, ODS 1 – erradicação da pobreza, ODS 13 – ação climática, ODS 12 – produção e consumo sustentáveis, ODS 15 – proteger a vida terrestre, ODS 14 – proteger a vida marinha, ODS 8 – trabalho digno e crescimento econômico, ODS 7 – energias renováveis e acessíveis, ODS 2 – erradicação da fome, ODS 6 – água potável e saneamento, ODS 9 – indústria, inovação e infraestruturas (ALVIM, 2018). Observa-se, entre as primeiras colocações, a compreensão de que a biblioteca deve atuar pela e para educação, assim como para transformação social, compreendendo aspectos que exigem comprometimento com as especificidades locais e nacionais.

Entre as conclusões da pesquisa, faz-se menção à:

- necessidade de investir no trabalho de *advocacy* pela Agenda 2030 especificamente para as bibliotecas públicas, a fim de conscientizar profissionais, incentivar planejamentos e ações em compromisso com a Agenda 2030;
- vaga percepção dos profissionais da informação sobre a implementação de ações para cumprimento dos ODS nas bibliotecas, em contrapartida ao empenho observado na descrição das ações realizadas por pequena parcela dos participantes;
- necessidade de formação sobre o tema Agenda 2030 e implementação dos ODS nas bibliotecas dos municípios, nas redes de bibliotecas e associações de profissionais, com o propósito de unir forças, envolver representações políticas, profissionais e utilizadores de bibliotecas;
- necessidade de implementação de uma plataforma nacional de apoio aos profissionais de informação;

- necessidade de trabalhar em parceria com a sociedade civil em âmbito nacional e local, buscando integração com o que pressupõe o Plano Nacional de Desenvolvimento e o contexto de cada região;
- necessidade de reconsiderar os objetivos vistos como pouco importantes: ODS 9 – indústria, inovação e infraestruturas, ODS 6 – água potável e saneamento e ODS 2 – erradicação da fome etc., a depender das especificidades geográficas;
- assim como trabalhar a função social inerente à biblioteca pública (ALVIM, 2018).

Apesar da pesquisa de Alvim (2018) não tratar das bibliotecas públicas brasileiras, acreditamos que as percepções e os resultados alcançados podem nos ajudar a pensar os desafios da realidade brasileira, sendo ainda uma importante referência internacional sobre o tema.

Voltando ao contexto nacional, Spudeit e Prado (2017) e Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018) focalizam seus estudos em análises das ações realizadas em bibliotecas públicas, com o propósito de verificar se atendem ao que pressupõe a Agenda 2030.

A pesquisa de Spudeit e Prado (2017) analisa ações realizadas pelas bibliotecas parque do Rio de Janeiro, uma modalidade nova de biblioteca pública, inaugurada pelo governo Colombiano na cidade de Medellín, buscando disponibilizar um espaço que rompesse com a concepção de livro como o único recurso a ser disponibilizado, ampliando a oferta para “[...] lazer, teatro, dança, oficinas, música, acesso à *internet* e tantas outras atividades” (SPUDEIT; PRADO, 2017, p. 143). Compreende uma iniciativa premiada no contexto internacional, inspirando o governo do Rio de Janeiro a implementar uma rede com quatro unidades (bibliotecas parque Estadual, de Manguinhos, de Niterói e da Rocinha), com agendas de variadas atividades “[...] que envolvem livros, artes plásticas, teatro, cinema, dança, leitura, tecnologia articulando múltiplos recursos e promovendo experimentação, criação e aprendizagem” (SPUDEIT; PRADO, 2017, p. 141).

Os autores relacionam as premissas da Agenda 2030 com o que estabelece o Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, elaborado pela Ifla e pela Unesco em 1994, apontando para a convergência de ideias e reafirmando a necessidade de as bibliotecas serem locais que proporcionem “[...] igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou condição social” (SPUDEIT; PRADO, 2017, p. 141), conduzindo ao conhecimento, à aprendizagem continuada, ao desenvolvimento cultural e à participação democrática. Partindo dessas concepções, foi realizada uma coleta de dados, referentes ao ano 2016, nas páginas do *site* e do *facebook* das quatro bibliotecas, a fim de levantar ações desenvolvidas e analisar se estavam em consonância com os ODS da Agenda 2030.

Em meio às atividades levantadas em cada biblioteca parque reconheceram-se muitas ações que atendem às premissas da Agenda 2030, principalmente no que concerne ao ODS 1 – erradicação da pobreza, ODS 2 – fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 – saúde e bem-estar, ODS 4 – educação de qualidade, e ODS 9 – indústria, inovação e infraestrutura. Da mesma forma, foi possível identificar aspectos que precisam ser contemplados, como o ODS 5 – igualdade de gênero e o ODS 10 – redução das desigualdades, tendo em vista as diversas comunidades de imigrantes que compõe a população carioca (dentre as mencionadas estão: sírios, árabes, turcos, africanos, poloneses, chineses, japoneses, alemães e britânicos), além do ODS 6 – água potável e saneamento, ODS 7 – energia acessível e limpa, ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 – consumo e produção responsáveis, ODS 13 – ação contra a mudança global do clima, ODS 14 – vida na água e ODS 15 – vida terrestre (SPUDEIT; PRADO, 2017).

São destacados ainda, a carência de unidades de informação como as bibliotecas parque, a necessidade de ampliar horários e dias de atendimento, a contratação de profissionais qualificados, a necessidade de implementar mecanismos de avaliação da qualidade dos serviços prestados, assim como o estabelecimento de recursos anuais para possibilitar o planejamento sistemático das ações a serem desenvolvidas (SPUDEIT; PRADO, 2017).

Spudeit e Prado (2017) consideram a vinculação das proposições da Agenda 2030 com as atividades desenvolvidas em bibliotecas como “[...] *uma alavanca de oportunidades* [...]”, sobretudo para as bibliotecas públicas “[...] que podem vislumbrar no documento uma série de atividades a realizar em seus espaços e com sua comunidade. [...]” (SPUDEIT; PRADO, 2017, p. 150, *itálico nosso*), ampliando-se assim seu papel social.

Vale ressaltar consideração feita no encerramento do texto sobre a conscientização dos governos municipais, estaduais e federal quanto à necessidade de investir em políticas públicas que promovam as bibliotecas e a própria sustentabilidade financeira dessas instituições, referindo-se à rede de bibliotecas parque que, no momento da publicação do artigo, encontrava-se com o contrato de gestão encerrado devido a problemas estruturais, levando ao fechamento de três das bibliotecas em dezembro de 2016, sob responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo aberta a biblioteca de Niterói em decorrência de acordo firmado com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (SPUDEIT; PRADO, 2017).

A pesquisa apresenta importante contribuição na defesa das políticas públicas voltadas para as bibliotecas, aspecto mencionado no encerramento do artigo e que compreendemos ser relevante frente à precária realidade das bibliotecas no Brasil, marcada ora pela ausência, ora pelo sucateamento e ora pelo fechamento de bibliotecas, nos levando a indagar se existem condições mínimas fora do contexto da rede de bibliotecas parque do Rio de Janeiro (que mesmo inspirada em modelos internacionais e sendo dotada de infraestruturas e atividades exemplares, enfrenta desafios para se manter funcionando) de pensar o alinhamento de ações com a Agenda 2030 e se existem ações globais comprometidas com estes desafios estruturais, os quais consideramos elementares para a implementação de qualquer projeto.

A pesquisa de Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018) retrata a situação das bibliotecas públicas de Santa Catarina frente às proposições da Agenda 2030, contribuindo com mais um importante cenário do contexto nacional, podendo nos ajudar a pensar as questões lançadas anteriormente.

Os autores relatam que, em 2016, Santa Catarina possuía 295 cidades (segundo dados do IBGE), contando com 296 bibliotecas públicas entre municipais, estadual, virtual e dos Centros de Esportes e Artes Unificados (segundo dados de 2015 do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina). Entendemos que compreende uma situação privilegiada, se comparada a outros estados brasileiros, uma vez que está entre as três regiões do Brasil com maior quantidade de bibliotecas públicas, conforme dados de 2015 do SNBP (BRASIL, [20--?]), sendo a região sul (com 1.293 bibliotecas públicas) a terceira, depois da região nordeste (com 1.844 bibliotecas públicas) e da região sudeste (com 1.957 bibliotecas públicas), contando ainda, com a menor extensão territorial das regiões do país, o que nos leva a inferir condições favoráveis, em termos de distribuição pelo território, para atuação das bibliotecas públicas.

Os autores defendem a possibilidade de trabalhar a temática sustentabilidade no espaço das bibliotecas públicas e apontam como temática estudada na linha de pesquisa *Informação, Gestão e Tecnologia* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2015, visando “[...] compreender o estabelecimento de estratégias de sustentabilidade, sedimentada *por uma cultura de pró-atividade, com capacidade de adaptação às constantes mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas*” (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018, p. 246, itálico nosso). O trecho em destaque salta aos nossos olhos por apontar para um posicionamento acrítico<sup>26</sup> frente às forças que imperam na sociedade, aderindo e defendendo de modo imponderado a adaptação à lógica neoliberal.

Reconhecem que a correlação entre sustentabilidade e bibliotecas está em discussão no cenário nacional e internacional, mencionando: ações apontadas pela Ifla, desde 2015, visando contribuir com as proposições da Agenda 2030; o XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitária, ocorrido em 2016, concentrando

---

<sup>26</sup> Entendemos a capacidade crítica como aquela que permite ao sujeito dialógico, segundo perspectiva bakhtiniana de linguagem, compreender como os fenômenos se apresentam na atualidade, considerando as múltiplas vozes equipolentes (e por vezes conflitantes) que compõe a polifônica cadeia comunicativa da área em questão, relacionando-as com o passado, projetando-as para o futuro, mediante o contínuo processo dialógico que coloca em constante (trans)formação os sujeitos inseridos na dinâmica das sociedades (BAKHTIN, 2003, 2006, 2010).

ações em torno da temática sustentabilidade, em consonância com a “[...] visão defendida pela Organização das Nações Unidas a respeito do tema, que envolve a vertente econômica, ambiental, social, político-institucional e cultural das bibliotecas” (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018, p. 247); e o CBBB, ocorrido em 2017, dedicado a pensar nas contribuições que as bibliotecas podem dar na implementação da Agenda 2030.

Neste contexto, os autores reconhecem a necessidade da realização de estudos mais aprofundados, tendo em vista a importância de ações estratégicas do profissional da informação enquanto gestor, mostrando-se preocupante a ausência de bibliotecários profissionais atuando nas bibliotecas, assim como os recursos limitados (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018).

O Manifesto das Bibliotecas Públicas, elaborado em 1994 pela Ifla e pela Unesco, é mais uma vez mencionado para evidenciar similaridades e convergências com as ambições da Agenda 2030 e a biblioteca pública é apresentada como “[...] força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres” (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018, p. 250). Alinhados a essas concepções, os pesquisadores aplicaram questionários a um universo de 296 cidades, obtendo respostas de 165 cidades. Os aspectos observados e alguns dos resultados alcançados são apresentados abaixo:

Tabela 4 – Dados sobre a situação das bibliotecas públicas de Santa Catarina em 2016

		(continua)
<b>Quantidade de bibliotecários na equipe</b>		31% afirmaram contar com bibliotecários profissionais
		61% não contavam com bibliotecários profissionais
		0,8% não responderam
<b>Serviços oferecidos na biblioteca</b>		92,1% apontaram para consulta local, empréstimo domiciliar e contação de histórias
		7,9% não responderam
<b>Acessibilidade, serviços e produtos que atendem pessoas com deficiência</b>		47,8% afirmaram que a biblioteca possui acessibilidade
		37,6% responderam que não possuem acessibilidade
		14,6% não responderam

Tabela 4 – Dados sobre a situação das bibliotecas públicas de Santa Catarina em 2016

(conclusão)	
<b>Acessibilidade, serviços e produtos que atendem pessoas com deficiência</b>	37,7% confirmam a existência de serviços e produtos
	36,6% afirmaram que não existem serviços e produtos
	25,7% não responderam
	Dentre os serviços e produtos mencionados constam: acervo em braile, áudio livro, computador adaptado etc.
<b>Política para atrair novos usuários</b>	29,9% confirmaram que existem estratégias para atrair novos usuários
	32,1% não
	38% não responderam
	Dentre as estratégias citadas estão: divulgação nas escolas, em redes sociais, em eventos, em ações culturais, em rádio comunitária e em propaganda via imprensa
<b>Ações culturais realizadas</b>	Inúmeras ações culturais são realizadas, mas os autores observam que não contemplam as proposições da Agenda 2030, nem as orientações apontadas pela Ifla

Fonte: Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Entre as percepções finais, destacam-se a reduzida presença de bibliotecários profissionais nas unidades de informação, entendendo-se que, conseqüentemente, os produtos e serviços não devem atender a contento às necessidades dos usuários; e a ausência de ações atrativas e inclusivas, indo de encontro ao que preconiza as expectativas da Unesco. Os autores acreditam que o cenário pode ser justificado pela falta de recursos financeiros e de profissionais qualificados, pela ausência de uma gestão própria e independente das bibliotecas, pela necessidade de ampliar horário de atendimento, implementar programas com indicadores para avaliar qualidade dos serviços prestados, assim como é fundamental que os gestores públicos assumam as suas responsabilidades perante a realidade das bibliotecas no Brasil, considerando as metas previstas na Agenda 2030 (PINTO; SPUDEIT; GERALDO; MADALENA, 2018).

Em todos os estudos apresentados nessa subseção, pode-se observar análises de natureza mais pragmática, dedicadas ao levantamento de dados sobre a realidade, sem a preocupação de refletir teoricamente as concepções que perpassam os ODS, o que parece se justificar pela unanimidade em avaliar positivamente a vinculação das bibliotecas às proposições da Agenda 2030. Identificamos, nessa avaliação unânime, uma possível lacuna a ser suprida pela pesquisa aqui em sistematização.



### 3.4.2 Abordagens pontuais

Sob outra perspectiva, doravante apresentamos pesquisas que tratam de temas variados, mas referentes às categorias *Biblioteconomia*, *justiça social*, *meio ambiente* e *saúde*, compreendendo abordagens pontuais que se mostram como tendências temáticas ao tratar especialmente de determinados ODS.

#### a) Biblioteconomia

Bernardino (2017), Lindemann e Silva (2017), Belluzzo (2018, 2019), Santos (2018), Souza e Spudeit (2019) tratam de variados assuntos (empreendedorismo social, competência em informação, movimento *advocacy*, territorialização/pertencimento etc.) vinculados à categoria *Biblioteconomia*. A seguir, uma breve apresentação de cada estudo, seguido da relação que estabelecem com a Agenda 2030 e seus ODS.

Bernardino (2017) aborda fatores necessários para desenvolver o pertencimento e o empoderamento das bibliotecas públicas. Compreende uma pesquisa realizada no âmbito do projeto Biblioteca Pública e Pertencimento: construção de uma política de atuação local, do grupo de pesquisa Biblioteca, Informação e Sociedade, ancorando-se nos conceitos de *identidade*, *globalização*, *imagem organizacional* e *biblioteca*, para pensar em uma política de territorialização da biblioteca pública no Cariri cearense.

O artigo aparenta consistência teórica ao trabalhar as referidas categorias conceituais, define que a construção da territorialidade da biblioteca deve se dar a partir de políticas de formação de uma sociedade leitora, de políticas de acesso à informação, de políticas de fomento ao desenvolvimento cultural, devendo estar atento aos contextos social, político, econômico, comunicacional e profissional, além do monitoramento de potencialidades locais, pontos fracos e fortes da biblioteca, lançando como um passo futuro almejado a aplicação da política na instituição investigada.

A Agenda 2030 é mencionada no capítulo dois ao tratar de aspectos de identidade e globalização, não faz parte da discussão central do texto, apenas é mencionada

para ilustrar e validar o envolvimento das bibliotecas com temas globais, representando importante oportunidade para transformá-los em temas de interesse local, segundo aponta Bernardino (2017).

O artigo de Lindemann e Silva (2017) compõe uma série de trabalhos apresentados em 2017 no XXVII CBBB, com tema central Objetivos para o Desenvolvimento das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030, eixo 1 – ODS. Os autores fazem uma miscelânea de abordagens, uma espécie de retrospectiva ao apresentar aspectos relacionados ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande, no que se refere: ao papel social da Biblioteconomia, à relação da biblioteca com a sustentabilidade (bibliotecas verdes), à inclusão de deficientes ao espaço da biblioteca, e ainda, lembrando encontros do CBBB, planejando no futuro avaliar os compromissos que estavam sendo firmados naquela ocasião, frente às proposições da Agenda 2030. Desta forma, vê-se que a Agenda 2030, apesar de não ser diretamente discutida, está entre as motivações centrais da produção.

Belluzzo (2018) busca compreender como a competência em informação e midiática se relacionam com a Agenda 2030. Compreende uma pesquisa teórica, construída por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas: competência em informação, educação, aprendizado ao longo da vida, desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e os ODS.

Faz-se um apanhado das origens e pontos de interseção das competências em informação e midiática apoiando-se nas concepções da Ala, Ifla, Unesco, ONU etc.; apresenta diferentes correntes teóricas (visão americana, visão francesa e visão integradora); apresenta temas que estabelecem relação direta com a competência em informação, estando entre eles: educação, aprendizado ao longo da vida e ODS; contextualiza a Agenda 2030 e seus ODS na atualidade; para na sequência responder à questão: onde estaria a inter-relação entre competência em informação, competência midiática e os ODS e a educação contemporânea? (BELLUZZO, 2018).

Fazendo referência ao ODS 4 – educação de qualidade, Belluzzo (2018) aponta a concepção de aprendizagem ao longo da vida como inerente a uma educação de

qualidade, afirma que a competência em informação e a competência midiática possibilitam às pessoas se tornarem responsáveis pelo seu próprio conhecimento, levando à garantia de sucesso em suas vidas, capacidade vista como obrigatória frente às necessidades de reflexão e análise das informações que são transmitidas pelas TIC e sem as quais não é possível ter consciência das relações que se estabelecem entre as diferentes realidades sociais. Acredita que desta forma se garante “[...] uma formação educacional promotora de reflexão e debate essencial para a sobrevivência do sistema democrático da sociedade, o que é um requisito mencionado na Agenda 2030 e nos ODS” (BELLUZZO, 2018, p. 22).

Santos (2018) analisa como o movimento *advocacy* bibliotecário vem se manifestando pelo mundo, coleta informações sobre iniciativas de associações nacionais ou internacionais de bibliotecas, mapeando assim o seu desenvolvimento, registrando modelos e boas práticas.

Identificou-se que a Ifla e a Fundação Bill e Melinda Gates (*Bill & Melinda Gates Foundation*) são instituições que se destacam pelas ações de fortalecimento das bibliotecas, financiando projetos ligados ao *advocacy* bibliotecário. Chegou-se ainda a uma categorização das iniciativas de *advocacy* ao redor mundo, são elas: de estruturação, de formação, de sensibilização e de políticas. Entre os resultados, destacamos o levantamento de 177 iniciativas em 125 países, destas 159 foram classificadas segundo quantitativo e categoria: 19 de estruturação, 96 de formação, 21 de sensibilização e 23 de políticas. Vale destacar que a maior parte destas iniciativas (82,4%) ocorreu em países menos desenvolvidos, locais nos quais os projetos de *advocacy* estão sendo implementados a certo tempo, concentrando mais ações na formação de bibliotecários.

A Agenda 2030 é mencionada inúmeras vezes e destacada como o marco a partir do qual se intensificaram os esforços vinculados ao movimento *advocacy* em âmbito mundial. Faz-se menção ainda ao ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes e a meta 16.10 que visa o acesso público à informação, a proteção das liberdades fundamentais, em consonância com legislação nacional e acordos internacionais, justificando assim a importância do movimento *advocacy* e o engajamento da comunidade bibliotecária.

Belluzzo (2019) busca, a partir dos cenários atuais, refletir teoricamente sobre transformações sociais e demandas decorrentes dos desafios da diversidade cultural, da complexidade no acesso e no uso da informação, estabelecendo relação com a Agenda 2030, que é descrita como um “[...] *instrumento de desenvolvimento econômico, ambiental e social para o contexto global*” (BELLUZZO, 2019, p. 10, itálico nosso).

Defende-se que a transformação digital deve ser compreendida como uma prioridade tendo em vista as proposições da Agenda 2030. Partindo desta concepção, aborda-se a transformação digital em relação à competência em informação, da mesma forma são estabelecidas as relações entre Agenda 2030, competência em informação e transformação digital, apontando para relação com os ODS 4 – educação de qualidade, ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico e ODS 9 – indústria, inovação e infraestrutura. Conclui alertando para o futuro digital e a necessidade de adequação, estando a competência em informação comprometida com as competências necessárias a esse futuro (BELLUZZO, 2019).

Souza e Spudeit (2019) levantam casos de empreendedorismo social realizados pelo Brasil por bibliotecários, visando o alinhamento de ideias e de ações com os ODS da Agenda 2030, sobretudo no que se refere aos ODS 4 – educação de qualidade e ODS 10 – redução das desigualdades (SOUZA; SPUDEIT, 2019).

Os autores se apoiam nos conceitos de *empreendedorismo*, *empreendedorismo social*, *sustentabilidade*, *Agenda 2030* e *função social da Biblioteconomia* como fundamentação, fazem levantamento bibliográfico nas plataformas Brapci e Scielo, e levantamento de casos de empreendedorismo na página do *facebook* do grupo Bibliotecários do Brasil. Uma vez selecionados os casos, outras análises foram realizadas mediante consulta aos *sites* e páginas do *facebook* específicas dos projetos. Finalmente são relatados alguns casos pelo Brasil, ilustrando que contribuem com os pressupostos da Agenda 2030, dão visibilidade à missão e à responsabilidade social da Biblioteconomia, além de ilustrar ações que podem ser realizadas, em compromisso com os ODS (SOUZA; SPUDEIT, 2019).

## b) Justiça social

Rasteli e Caldas (2017), Teixeira, Silva e Marques (2017), Gonçalves, Gracioso e Silva (2018), tratam de variados assuntos (igualdade de gênero, tráfico de pessoas, população em situação de rua etc.) vinculados à categoria *justiça social*. A seguir, uma breve apresentação de cada estudo, seguido da relação que estabelecem com a Agenda 2030 e seus ODS.

Rasteli e Caldas (2017), comprometidos com a construção de uma cultura de paz, dedicam-se a responder questões relacionadas à diversidade cultural no cotidiano das relações sociais, refletindo sobre a preparação das bibliotecas, enquanto equipamentos culturais e informacionais, para promover a superação das desigualdades e dos preconceitos, por meio das ações mediadoras que realizam (RASTELI; CALDAS, 2017).

Nesse contexto, conceitos de cultura são trabalhados visando apontar caminhos para o desenvolvimento humano, permitindo pensar sobre *diversidade cultural*, *multiculturalismo*, *cultura de paz* no âmbito das bibliotecas públicas, tendo em vista os ODS da Agenda 2030, a promoção de ações que proporcionem integração sociocultural, uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, os autores defendem a necessidade de uma política específica sobre diversidade cultural no âmbito das bibliotecas, para estabelecer serviços e ações que contemplem necessidades da comunidade (RASTELI; CALDAS, 2017).

Algumas propostas são apresentadas a partir da bibliografia consultada e tendo em vista as esferas cultural, educacional e informacional. Acredita-se que tais ações podem contribuir para o bibliotecário lidar com o desafio de ser mediador cultural frente a tanta diversidade de públicos, oferecendo igualdade de acesso a todos, alinhando-se à responsabilidade social da biblioteca pública (RASTELI; CALDAS, 2017).

Teixeira, Silva e Marques (2017), abordam a temática tráfico humano como iniciativa do projeto de extensão Programa Escola de Conselhos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que realiza ações de promoção dos direitos humanos.

Vale ressaltar, que não há menção direta à biblioteca pública ou a qualquer outro tipo de unidade de informação no artigo, discutem-se contribuições que as bibliotecas, de uma forma geral, podem dar frente à problemática do tráfico humano. Entendemos que a abordagem temática, assim como as proposições que são feitas, são compatíveis com as novas funções dadas as bibliotecas públicas no contexto da Agenda 2030, não havendo impedimento algum para mantê-la entre as pesquisas selecionadas para esta subseção.

A proposta se justifica tendo em vista os altos índices que o Mato Grosso do Sul apresenta em tráfico humano para exploração sexual, apresentando as bibliotecas como instituições que podem colaborar na divulgação de informações, estabelecendo parcerias com órgãos competentes e atendendo aos ODS da Agenda 2030.

Gonçalves, Gracioso e Silva (2018) focalizam seus estudos na população em situação de rua, com o objetivo de “[...] discutir o lugar do Bibliotecário enquanto promotor e participante de ações de promoção e acesso ao livro e a leitura para pessoas nesta situação [...]” (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018, p. 117).

A pesquisa é fruto de ações desenvolvidas pelo projeto de extensão intitulado Memória falada, desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos, junto à Casa de Passagem do município de São Carlos, no qual os autores abordam os direitos à igualdade social e à leitura, fundamentando-se em preceitos da ONU, Unesco, Agenda 2030, Ifla e Febab; apresentando a realidade das pessoas em situação de risco da cidade de São Carlos - SP; e o papel de mediador do bibliotecário no contexto social (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018).

Em meio aos resultados, destaca-se a necessidade de o bibliotecário ter uma formação que desenvolva criticidade e sensibilidade frente a realidades como a da população em situação de rua, tendo em vista que podem atuar junto aos setores públicos na defesa de públicos carentes e no desenvolvimento de projetos sociais (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018).

### c) Meio ambiente

Dias (2016), Marques (2017), Corrêa, Sá e Sobral (2019) tratam de variados assuntos (ambiente e saúde, bibliotecas verdes e sustentabilidade ambiental etc.) vinculados à categoria *meio ambiente*. A seguir, uma breve apresentação de cada estudo, seguido da relação que estabelecem com a Agenda 2030 e seus ODS.

Dias (2016) dedica-se a discutir como a sustentabilidade se relaciona com os serviços disponibilizados pelas bibliotecas e se estas podem contribuir no desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma pesquisa realizada entre 2014 e 2015, sobre sustentabilidade nas bibliotecas públicas portuguesas, na ocasião do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Dentre as questões analisadas estão: “[...] se as bibliotecas públicas portuguesas estariam a implementar medidas de sustentabilidade ambiental [...]” e ainda “[...] exemplos de bibliotecas verdes no estrangeiro que preconizassem uma política de sustentabilidade ambiental para os seus serviços” (DIAS, 2016, p. 3). As observações permitiram reconhecer insuficiências e a necessidade de pensar em estratégias que favoreçam novos rumos às bibliotecas, resultando assim na elaboração de um guia de procedimentos ambientalmente sustentáveis para sistemas de informação, as linhas de análise são: normas e metodologia para a sustentabilidade ambiental em bibliotecas; gestão de parâmetros sustentáveis; *marketing* e a difusão da mensagem (DIAS, 2016).

Dias (2016) aborda ainda, a “[...] importância da normalização sustentável e ecológica aplicável às bibliotecas [...]” (DIAS, 2016, p. 4) referindo-se à gestão da qualidade (ISO 9001), à indicadores de performance em bibliotecas (ISO 11620) e à gestão ambiental nas organizações (ISO 14001); bibliotecas verdes existentes pelo mundo, mencionando bibliotecas das universidades de Burgos, Huelva, Granada, Sevilha e Madrid, além de bibliotecas públicas como as da Corunha.

A Agenda 2030 é abordada juntamente com as orientações da Ifla para sustentabilidade ambiental em bibliotecas, de forma a embasar a defesa da

importância dos serviços de informação no projeto das Nações Unidas e valorizar o papel das bibliotecas na atualidade. Desta forma, considerando a relação “ambiente e saúde”, lança a ideia de “biblioteca global” (DIAS, 2016, p. 8), vislumbrando a nova biblioteca do século XXI, capaz de contribuir com soluções para as demandas de sustentabilidade e na proteção das novas gerações, ressaltando a necessidade dos profissionais da informação se posicionarem frente ao contexto global (DIAS, 2016).

Marques (2017) trata da apropriação do conceito de bibliotecas verdes e tem como propósito central contribuir para que bibliotecários adotem princípios sustentáveis nas bibliotecas públicas e comunitárias.

A Agenda 2030, assim como as diretrizes da Ifla e outras orientações internacionais são utilizadas como referencial teórico para abordar *educação ambiental e sustentabilidade, bibliotecas verdes, Agenda 2030 e desenvolvimento sustentável e certificação internacional*. A pesquisa mostra-se frágil do ponto de vista teórico, conforme observado em outras produções, visto que ocorre certa confusão entre o que seria a revisão bibliográfica e o referencial teórico que embasaria as reflexões e proposições.

Ao tratar da Agenda 2030 e de desenvolvimento sustentável, Marques (2017) elenca redes nacionais compostas por organizações da sociedade civil comprometidas com a agenda internacional, são elas: Movimento Nacional ODS Nós Podemos; Grupo de Trabalho – Agenda 2030; Programa Cidades Sustentáveis; Rede ODS Brasil; Estratégia ODS (MARQUES, 2017).

Por fim, chama atenção para um modelo de biblioteca livre, tendo em vista seu comprometimento com compartilhamento, troca e doação, visando incentivo à leitura sem burocracias, dando ao leitor liberdade para ler, emprestar e devolver. Trata-se da Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão, uma biblioteca comunitária que promove ações sustentáveis, dispendo de doação de livros (envolvendo o público na troca de resíduos sólidos por recompensas), caixas de leitura, geladeiras de troca distribuídas pela cidade, comercialização de alguns livros a preços de sebos, a fim de contribuir com a manutenção da biblioteca, além de espaço *eco kids* que



promove a educação ambiental para crianças com brinquedos construídos a partir de materiais recicláveis (MARQUES, 2017).

Corrêa, Sá e Sobral (2019) buscam “[...] identificar como as bibliotecas vêm trabalhando a visibilidade da sustentabilidade ambiental nos serviços de informação, tendo como metodologia a análise de bibliotecas da América latina [...]” (CORRÊA; SÁ; SOBRAL, 2019, p. 1), e selecionam para pesquisa as instituições: Biblioteca Parque Estadual Rio de Janeiro (localizado no Brasil); Biblioteca Pública Altavista (localizada na Colômbia); as bibliotecas universitárias Carlos Monge Alfaro (localizada na Costa Rica) e a Central San Benito Abad (localizada na Argentina).

O propósito central foi observar como as instituições promovem a sustentabilidade ambiental, utilizando-se de dois grupos de indicadores (A e B), sendo o grupo A dedicado a observar missão, visão e valores das bibliotecas e o grupo B voltado a analisar especificamente questões relacionadas à sustentabilidade e educação ambiental, como arquitetura do prédio, gestão, além de projetos, programas e atividades que são desenvolvidas (CORRÊA; SÁ; SOBRAL, 2019). Apresentamos os resultados alcançados:

Tabela 5 – Dados sobre bibliotecas da América Latina e a sustentabilidade ambiental

<b>Grupo A</b>	<p>75% das respostas indicam que as bibliotecas possuem um documento, ou mesmo no próprio <i>site web</i>, em que consta a missão, visão e valores para os usuários, contra os 25% que não</p> <p>100% das respostas indicam que as bibliotecas não contemplam nesse documento a responsabilidade ambiental</p> <p>75% das respostas indicam que existem nas bibliotecas atividades que são desenvolvidas para promover a conscientização ambiental, contra 25% que não</p>
<b>Grupo B</b>	<p>50% das respostas indicam que na arquitetura das bibliotecas é observado algum aspecto da sustentabilidade ambiental, seja na construção ou no uso de materiais, contra 50% que não</p> <p>75% das respostas indicam que há a gestão ambiental (serviços internos) das bibliotecas em algum aspecto, contra 25% que não</p> <p>75% das respostas indicam que as bibliotecas desenvolvem atividades/projetos para a conscientização ambiental, contra 25% que desenvolvem não só atividades de conscientização ambiental como também capacitação de habilidades técnicas e disseminação de ações ecológicas e/ou geração de renda</p>

Fonte: Corrêa, Sá e Sobral (2019).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Na finalização das análises, as autoras apresentam os pontos fortes e fracos de cada biblioteca, conforme sintetizado a seguir:

- biblioteca Parque Estadual Rio de Janeiro (localizado no Brasil) – contempla aspectos relacionados à arquitetura, gestão, atividades, programa e projeto de educação ambiental, mas se destaca pela arquitetura, necessitando do aprimoramento dos demais aspectos;
- biblioteca Pública Altavista (localizada na Colômbia) – aspectos relacionados à arquitetura não são contemplados, mas tem como ponto forte as atividades de educação ambiental e a gestão ambiental;
- biblioteca universitária Carlos Monge Alfaro (localizada na Costa Rica) – se destaca pela gestão ambiental, atividades, programas e projetos, mas encontra dificuldades no quesito arquitetura, uma vez que a construção é antiga e as manutenções não atendem aos padrões sustentáveis; e
- biblioteca universitária Central San Benito Abad (localizada na Argentina) – contempla aspectos relacionados tanto à arquitetura, gestão, quanto à atividades, programas e projetos de educação ambiental (CORRÊA; SÁ; SOBRAL, 2019).

#### d) Saúde

Antunes (2016) tem como objeto de estudo a informação sobre o parto, visando compreender as contribuições que bibliotecários podem dar na disseminação de informações, motivado pelos seguintes questionamentos:

[...] Como relacionar a necessidade de informação da mulher e a missão do bibliotecário? Como o bibliotecário poderá ajudar nessa busca de informação? Onde estão as informações relevantes sobre o parto destinadas às mulheres? Como a informação sobre parto está sendo representado nas bibliotecas? Os acervos e os catálogos estão adequados para fornecer a informação necessária a seus usuários? O bibliotecário poderia ir além de seu acervo para fornecer informações relevantes às mulheres? (ANTUNES, 2016, p. 15).

Entendendo que a biblioteca pública pode disponibilizar acesso a informações sobre o parto, Antunes (2016) se dedica a pesquisar a região centro-oeste do Brasil (com altos índices de cesáreas) e as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (onde se

registram os menores índices de cesáreas) e observar se as bibliotecas públicas possuem acervo sobre o tema.

Inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema parto, tendo acesso a fontes disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, em bases de dados especializadas na área da saúde, além de bases da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. O levantamento permitiu observar a ausência de pesquisa como a proposta por Antunes (2016), que os acervos das bibliotecas não atendem satisfatoriamente as necessidades informacionais sobre o tema parto, levando à elaboração de um folder informativo sobre legislação e manuais já elaborados por instituições respeitadas, que são referência na área para disseminar informações relevantes, buscando indicar aos bibliotecários possibilidades para atuar e inserir as bibliotecas públicas como agentes de transformação da saúde pública (ANTUNES, 2016).

A Agenda 2030 é mencionada por Antunes (2016) somente no capítulo quatro, ao tratar da contribuição do bibliotecário na disseminação e mediação do acesso às informações sobre o parto, mais especificamente no momento em que aborda a informação em saúde e aponta o ODS 4 – educação de qualidade e o ODS 5 – igualdade de gênero, como os que contemplam a temática da pesquisa. Vale ressaltar, entretanto, que a Agenda 2030, assim como sua relação com as bibliotecas, não compreende o assunto central em discussão na dissertação.

Diante de tudo que foi exposto nessa subseção, ficou evidente a ampla adesão dos profissionais e estudiosos da área biblioteconômica ao projeto da Agenda 2030. Segundo apontam os estudos, todos os ODS são facilmente incorporáveis ao espaço das bibliotecas, constituindo oportunidade para promoção das bibliotecas públicas, mediante ampliação de ações, públicos e abordagens. Entretanto, foram pouco problematizadas a inexistência e a precariedade de nossas bibliotecas, a necessidade de discutir meios e possibilidades para transformar tais realidades, principalmente diante de orientações como a da Agenda 2030, que lança propostas que podem se mostrar ambiciosas e até pouco relevantes, a depender do contexto político, econômico e social de cada país.

Entendemos a referida adesão como representativa de posicionamentos acríticos, provenientes de pesquisas que se mostram frágeis, tendo em conta pouco rigor teórico-metodológico e reflexivo, marcadas pela consciência ingênua que Lemos (1979) abordou no fim da subseção 3.3.3 desta dissertação, a partir da qual as proposições são decorrentes das camadas superficiais e contemporâneas da memória biblioteconômica, recaindo assim no equívoco de apostar imponderadamente em modelos internacionais como se representasse a tábua de salvação das bibliotecas públicas, conforme ocorrido em outros momentos históricos, apontando para pouco conhecimento sobre sua própria história.

Na sequência ressaltamos algumas importantes constatações, decorrentes do percurso de pesquisa trilhado até o momento, retomamos pontos de destaque, lacunas e contribuições necessárias, a partir dos quais definimos os contornos de nossa pesquisa.

### **3.4.3 Algumas considerações e definições**

Vimos nos tópicos anteriores que a Agenda 2030 compreende temática pouco estudada pela Educação. Entre as pesquisas existentes foi mencionado o caráter romântico e pouco eficiente dos acordos internacionais, destacando consequências que o discurso de responsabilização individual pelas ações necessárias a um futuro sustentável tem acarretado para a área educacional, como: a aposta nas competências técnicas, na pedagogia das competências, na competitividade, entre outras (PIMENTEL, 2019). Compreendendo um cenário que deve ser visto com desconfiança, pois as organizações internacionais agem em função de interesses econômicos dos Estados mais poderosos que as financiam, priorizando a agenda educacional de seu interesse, e diante da qual os Estados mais frágeis se tornam alvos pouco influentes, conforme discute Akkari (2017).

Na área biblioteconômica, ao contrário, são crescentes as produções científicas alinhadas aos ODS, desde o lançamento da Agenda 2030 em 2015, movimentando organizações bibliotecárias nacionais e internacionais pela defesa e adesão ao acordo global (GERALDO; PINTO, 2019). As pesquisas se destacam pela unanimidade em avaliar positivamente a influência da Agenda 2030 nas bibliotecas

públicas, suas proposições são exploradas para defesa da *Biblioteconomia* e apropriadas para promoção de *justiça social, meio ambiente e saúde*, apostando na visibilidade que podem dar à missão e à atuação das bibliotecas. Não há, entretanto, análises de implicações e de repercussões para o contexto brasileiro, evidenciando uma lacuna, no cenário acadêmico e científico biblioteconômico, à qual poderíamos nos dedicar.

As discussões do campo educacional alertam para necessidade de romper com perspectivas ingênuas quanto ao paradigma que se impõe aos países dependentes. Apesar das variações entre os paradigmas humanista e neoliberal, apresentados por Akkari (2017), vimos que há certa conformidade na forma como os organismos internacionais atuam, sobretudo comprometidos com o projeto neoliberal de sociedade, além do fato de que o Brasil, desde 1990, vive sob forte influência do neoliberalismo, de orientações políticas e educacionais globais que têm transformado a educação em mercadoria, acarretando inúmeros prejuízos para educação pública, comprometendo o lugar de importância da escola e dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, conforme retratado por Akkari (2017), Costa e Gentil (2018).

A Agenda 2030 na defesa da sustentabilidade social, econômica e ambiental das nações, não foge à regra, volta-se fundamentalmente para os países mais desfavorecidos e abre precedente para as grandes corporações e/ou parcerias governamentais ou não governamentais financiarem ações, com o discurso do *capitalismo criativo* de Bill Gattes ou do *capitalismo social*, que prega a minimização das desigualdades, como se fosse possível ao sistema capitalista qualquer projeto que não incorra em exploração e em desigualdades, como exposto por Costa e Gentil (2018).

Neste sentido, Santos (2018), ao abordar o *advocacy* bibliotecário pelo mundo (movimento que ganha força mundialmente com o lançamento da Agenda 2030), evidencia atuação da Ifla e da Fundação Bill e Melinda Gates em ações de fortalecimento das bibliotecas pelo mundo, financiando inúmeros projetos, destacando-se por contemplar, em 82,4% das iniciativas, países menos desenvolvidos, atuando na estruturação, sensibilização, em políticas e, sobretudo,

na formação de bibliotecários (SANTOS, 2018). O dado reforça a pertinência da problemática de pesquisa apresentada nos primeiros capítulos, nos levando a pensar especificamente em como tais iniciativas são desenvolvidas no cenário brasileiro, isto é, **como as proposições da Agenda 2030 repercutem nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores?**

Desta forma, a vinculação entre as compreensões já alcançadas em pesquisas da área educacional e o cenário biblioteconômico se confirmou oportuna, sobretudo ao nos depararmos com a concepção de educação ao longo da vida ou de educação permanente, defendida pela Agenda 2030, colocada às bibliotecas públicas mediante outras diretrizes internacionais, e corroborada em inúmeras pesquisas da área biblioteconômica, como por Belluzzo (2018). Compreende uma concepção que está também sob os desígnios dos mesmos paradigmas, humanista ou neoliberal, podendo ser meio para levar à subordinação e adaptação dos indivíduos à ordem vigente ou meio para a transformação da sociedade. Como vimos, não há esclarecimento quanto ao conceito de educação ao longo da vida ou de educação permanente, entretanto, cientes de que as bibliotecas se transformam conforme as sociedades mudam, é na origem das transformações sociais enfrentadas nas últimas décadas que encontramos os esclarecimentos, exercício reflexivo este que nos conduz ao reconhecimento de forte interferência do projeto neoliberal de sociedade.

Entendemos ainda, que mesmo nas ocasiões em que se defende a educação ao longo da vida ou a educação permanente aparentando comprometimento com a emancipação e a transformação da sociedade (paradigma humanista), o que se identifica são usos de recursos, argumentos e objetivos alinhados aos ideais neoliberais, embasados e comprometidos com uma formação pragmática e utilitarista, em preparação para o mercado de trabalho, como pode ser observado em Belluzzo (2018, 2019), ao defender competências em informação e midiática como caminho para o sucesso, tendo em vista a responsabilização individual pela aquisição de conhecimento, a obrigatoriedade de adaptação às TIC e ao futuro digital, abordando relações que se estabelecem entre educação, trabalho e crescimento econômico, e como tais aspectos se impõe atualmente para a sobrevivência no que considera ser o sistema democrático.

O olhar atento para as estruturas econômicas e sociais vigentes torna-se assim obrigatório, uma vez compreendido que as transformações sociais têm historicamente colocado as bibliotecas públicas sob conflitos ideológicos e anseios diversos, definindo sua forma de atuação. O histórico que (re)visitamos apontou uma série de influências sob as quais estas instituições já estiveram expostas e que, em maior ou menor grau, atuam ainda sobre o cenário das bibliotecas públicas, entre elas destacamos: o modelo europeu, que refletiu em bibliotecas funcionando como depósitos de livros, mantendo-se distantes da sociedade; o modelo norte-americano, retratado como aquele que proporcionou maior proximidade com as comunidades atendidas; o projeto de acirramento da indústria e do mercado livreiro, que por anos explorou a biblioteca como depósito e meio de distribuição da produção editorial; os interesses ideológicos do Estado, como vimos em destaque nos períodos ditatoriais; as reformas educacionais, como ressaltado na ocasião da escolarização das bibliotecas públicas; e mais recentemente, o neoliberalismo e o modelo de sociedade da informação.

Vê-se assim, quanto a área biblioteconômica é vulnerável a influências externas, sejam nacionais, sejam internacionais. Tratando especificamente do contexto internacional, as bibliotecas brasileiras sempre estiveram em posição de submissão e dependência, nunca foram protagonistas de seu próprio desenvolvimento, nem sequer romperam com os equívocos e as inadequações herdadas das primeiras bibliotecas (MACHADO, 2015).

Em meio a essas relações e influências que se impõe à Biblioteconomia, estão todas as carências e as insuficiências retratadas pelo censo da FGV de 2010, pelo SNBP com dados referentes a 2015 e na pesquisa de Pinto, Spudeit, Geraldo e Madalena (2018). Estão também os profissionais bibliotecários, pouco conhecedores da Agenda 2030, conforme apontado por Alvim (2018), aos olhos dos quais todos os ODS propostos no plano de ação soam oportunos ao espaço das bibliotecas, não só no que diz respeito à educação (ODS 4), como a todos os demais ODS, ampliando sobremaneira o universo de abordagens, ações, públicos e realidades a serem contemplados.

Entretanto, as ações já desenvolvidas em bibliotecas não contemplam suficientemente todas as premissas da Agenda 2030. Conforme apontado por Spudeit e Prado (2017), mais uma vez predominam os contrastes entre o que se defende teoricamente e o que efetivamente é desenvolvido na realidade, muito em decorrência das deficiências de infraestrutura que marcam as bibliotecas públicas, incluindo também deficiências na formação dos bibliotecários, enquanto mediadores, frente a tanta diversidade de realidades, culturas, demandas etc., abordada por Gonçalves, Gracioso e Silva (2018), Rasteli e Caldas (2017).

Torna-se curioso pensar que enquanto na Educação há consenso sobre a necessidade de investimentos e formação de equipes multidisciplinares para atendimento às diferentes necessidades e públicos que compõe o espaço escolar, na Biblioteconomia a aposta é contrária, defende-se a atuação do profissional Bibliotecário em torno de públicos e demandas variadas, sem problematizar as condições relativas à sua formação profissional e ao cenário de insuficiências que caracteriza a realidade das bibliotecas públicas.

Diante do exposto, considerando a ampla adesão de estudiosos e profissionais bibliotecários, defendendo a adaptação à lógica neoliberal, nos perguntamos se será a Agenda 2030 oportunidade para romper com falhas, deficiências e insuficiências que historicamente se fazem presentes na realidade das bibliotecas públicas? No decorrer da pesquisa, esse questionamento acompanhou o processo de formulação da problemática central do nosso estudo.

Dessa maneira, tendo em vista as considerações apresentadas e os tópicos ressaltados nessa subseção, definimos como objetivo geral de nosso estudo: **investigar as proposições da Agenda 2030, para compreender as interferências nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e as implicações para a formação de leitores.**

Entendemos que a formação de leitores se coloca como uma das principais funções da biblioteca pública, considerando o seu potencial formativo de sujeitos, visto que se trata de uma instituição que se constitui historicamente para oportunizar a



popularização do acesso ao conhecimento já elaborado pela humanidade, contribuindo, desse modo, para o processo histórico-cultural da formação humana.

Como constatado a partir da revisão de estudos que tematizam as bibliotecas públicas, além de forças políticas, econômicas e sociais que agem em contextos internacional e nacional, julgamos ser importante refletir sobre aspectos que incidem sobre a realidade dessas instituições, principalmente levando-se em conta os contrastes entre aspectos teóricos e práticos que interferem na forma de atuação das bibliotecas. Desta forma, o estudo objetivou especificamente:

- **identificar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030;**
- **analisar orientações teóricas internacionais e nacionais da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030; e**
- **refletir sobre como tais orientações podem reverberar nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e interferir na formação de leitores.**

No próximo capítulo tratamos dos caminhos teórico-metodológicos, apresentamos as categorias conceituais selecionadas para nossas discussões, caracterizamos aspectos metodológicos e apresentamos o *corpus* documental.

#### 4 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO SOB AS LENTES BAKHTINIANAS

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectivamente e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientamos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). [...] (BAKHTIN, 2003, p. 401).

Como anunciado anteriormente, nesta pesquisa nos propusemos a estabelecer diálogo com fontes documentais que possibilitassem investigar repercussões das proposições do plano de ação Agenda 2030 em políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores. Para o diálogo, buscamos nos orientar tanto teórica como metodologicamente a partir da perspectiva bakhtiniana de linguagem, nos detendo em alguns trabalhos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin.

Mais especificamente, utilizamos as categorias *palavra*, *signo*, *enunciado*, *diálogo*, *compreensão* e *polifonia*, que sustentam o pensamento bakhtiniano, por considerarmos que elas, ao nos permitirem conceber as fontes documentais como textos, oportunizam estudar o homem a partir daquilo que confere especificidade as suas ações. Conforme aponta Bakhtin (2003), no escrito intitulado *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas*, o homem, dada a sua humanidade, “[...] sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial). Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste, já não se trata de ciências humanas (anatomia e fisiologia do homem, etc.)” (BAKHTIN, 2003, p. 312). Nesse sentido, entendemos que as fontes documentais são produções humanas, são enunciados sobre a Agenda 2030 e sobre as políticas direcionadas a bibliotecas públicas, produzidos em diferentes segmentos, que, por sua vez, auxiliam na compreensão das implicações para a formação de leitores.

Partindo dessa perspectiva, compreendemos os documentos como textos dotados de palavras, de signos sociais que apontam para determinadas realidades ideológicas, constituindo enunciados que compõe a cadeia da comunicação verbal da esfera social em estudo, sendo compostos por elementos linguísticos e extralinguísticos, que devem ser colocados em diálogo para a percepção de forças

provenientes dos contextos histórico, econômico, social, cultural e político, entendendo que podem nos revelar implicações para o objeto investigado.

Segundo a concepção bakhtiniana, nós somos o conjunto de muitos outros, só existimos, pensamos e nos posicionamos como tal, tendo em vista a existência, os pensamentos e os posicionamentos dos outros, que nos formam e nos transformam, é a partir desse movimento que o nosso ser individual vai, continuamente, sendo constituindo pelo social, por aquilo que nos é exterior. Como afirma o próprio Bakhtin (2003),

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2003, p. 272).

Desse modo, e em consonância com o que expõe a epígrafe que dá início a este capítulo (no que tange ao contato dialógico entre textos), entendemos que o mesmo ocorre com as pesquisas acadêmicas, que são desenvolvidas coletivamente, sempre estabelecendo relações com outros estudos já desenvolvidos, com os quais o diálogo nem sempre conduz a uma prática consensual, por vezes ocorre de forma conflituosa e contraditória, pois por meio do texto, do diálogo e da palavra é que se manifestam as diferentes e diversas consciências, os posicionamentos dos sujeitos, sobre si próprios e sobre os outros frente ao mundo. Quanto a esse aspecto, alerta Bakhtin (2006):

[...] Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2006, p. 115).

Apostamos assim que a produção de conhecimento ocorre mediante o diálogo com palavras, textos, contextos e enunciados, que nos precedem e nos sucedem, e entendendo ser esse um caminho possível para evidenciar realidades ideológicas sobre as quais o nosso objeto de estudo se fundamenta, lançamo-nos a uma

pesquisa documental sob as lentes bakhtinianas, o que exigiu de nós, enquanto pesquisadoras, o desafio de proceder de forma ativa, crítica, responsiva e dialógica perante as fontes, reconhecendo que a compreensão sobre a linguagem só é possível ao estudá-la em seu contexto de produção.

Após essas breves considerações, passemos às categorias conceituais que perpassam os caminhos teórico-metodológicos traçados para o nosso estudo.

#### 4.1 DA PALAVRA À COMPREENSÃO POLIFÔNICA

Para avaliarmos repercussões das proposições da Agenda 2030 em políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores, tendo como base fontes documentais, isto é, textos segundo perspectiva bakhtiniana, recorreremos, a partir do estudo de *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2003) e de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 2006)<sup>27</sup>, às categorias conceituais *palavra*, *signo* e *enunciado*, que compõem a linguagem nas dimensões de uso da língua e das atividades humanas, possibilitando *diálogo* e *compreensão* sobre o objeto em estudo. E ainda, contando com contribuições de *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2010), exploramos a categoria conceitual *polifonia*, uma vez que perpassa o processo de diálogo e de compreensão aos quais nos referimos.

Antes de tratarmos dos referidos conceitos, vale ressaltar a concepção de *linguagem*, que não será abordada em profundidade, mas à qual se relacionam todos os conceitos bakhtinianos, compreendendo a matriz a partir da qual se desmembram a língua (sendo a unidade da língua as palavras e as orações, levando-nos aos signos linguísticos, sociais e ideológicos) e o diálogo (que tem como unidade de comunicação os enunciados), sendo este último o objeto de maior interesse dos estudos bakhtinianos, pois reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas e das atividades humanas, evidenciando o conteúdo temático (temas abordados), o estilo (traços próprios da identidade do

---

<sup>27</sup> Na versão digital consultada (12. ed. de 2006 da editora Hucitec) não há menção à autoria de Volóchinov, por isso não o mencionamos no decorrer do texto e na referência final. Entretanto, reconhecemos que não há consenso sobre a autoria da obra e, sempre que possível, nos referimos às obras estudadas como provenientes do Círculo de Bakhtin, cientes e em respeito aos estudos desenvolvidos em conjunto com estudiosos como Volóchinov, Medvedev, entre outros.

locutor e/ou de seu grupo social), além da construção composicional (organização linguística).

Iniciamos com a concepção de palavra que é apresentada como “[...] *fenômeno ideológico por excelência* [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 34, itálico do autor), capaz de desvendar realidades ideológicas ou “[...] a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são [...] diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Apesar de a palavra em si ser neutra e não comportar juízos de valor, podendo servir a qualquer interlocutor e a distintas concepções, é na linguagem, por meio da palavra posta em enunciações individuais (BAKHTIN, 2003), que se pode identificar as formas ideológicas da comunicação semiótica, pois

[...] As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 2006, p. 40, itálico do autor).

Vê-se que a palavra, segundo apresenta o Círculo de Bakhtin, sofre variações a depender das relações sociais. Haverá sempre um interlocutor determinado, que poderá ser do mesmo grupo social do locutor ou não, ocupar a mesma posição hierárquica ou não, e com o qual se estabelecerá alguma relação, de maior ou de menor intimidade. Têm-se assim, os enunciados, as unidades reais e únicas da comunicação verbal, que refletem a individualidade daquele que fala ou escreve, apontam para particularidades do gênero textual e da natureza do enunciado, são assim “[...] de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado ‘fluxo discursivo’, da comunicação, etc. [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 269), devendo ser observadas no momento da análise de implicações sociais. Segundo aponta Bakhtin (2003):

[...] todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto [...] opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação [...] de onde os pesquisadores haurem os fatos linguísticos de que necessitam. Achamos que em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso. O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional. [...] (BAKHTIN, 2003, p. 264-265).

Desta forma, fundamentamo-nos em fontes documentais compreendendo-as como enunciados dotados de signos sociais e ideológicos, isto é, como textos, o que na perspectiva bakhtiniana representa o caminho para desvendar sentidos sobre um objeto de estudo (BAKHTIN, 2003), visto que:

[...] Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo [...]. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva [...] (BAKHTIN, 2003, p. 297, itálico do autor).

Concordamos ainda com Bakhtin (2006) quando afirma que alterações na organização social ou nas condições de interação, resultam em modificações do signo linguístico, estreitamente relacionado com expectativas e ambições sociais, originárias de grupos e épocas específicas, mediante forças ideológicas:

Todo signo [...] resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. [...] (BAKHTIN, 2006, p. 43, itálico do autor).

Nos processos de interação, a palavra pertence a todos que em algum momento a responderam e a todos que um dia ainda a responderão, e por meio do contato com

a palavra, somos tanto influenciados como também influenciados em transformações, o que determina essa relação é o “[...] confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes.*” (BAKHTIN, 2006, p. 45, itálico do autor). Assim,

[...] cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2006, p. 66).

Tendo em vista o nosso objeto de investigação, torna-se necessário desvendar as forças, os interesses e os valores que perpassam as proposições de um acordo que tem implicações para o contexto mundial, levando-nos à análise da palavra (do signo ideológico), que, conforme afirma Bakhtin (2006), se mostra como uma “[...] arena onde se desenvolve a luta de classes [...]. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 45-46), ou seja,

[...] aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (BAKHTIN, 2006, p. 46).

É importante observar que “[...] Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo* [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 29, itálico do autor), e

[...] Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* (BAKHTIN, 2006, p. 30, itálico do autor).

Por conseguinte, ressalta-se a necessidade de nos posicionarmos ativa e responsivamente durante o processo de compressão, pois “[...] toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 272), nos permitindo concordar ou discordar das

concepções alcançadas, assim como completar, aplicar etc. as mesmas concepções (BAKHTIN, 2003), atentando-se para implicações e forças que imperam na sociedade, as quais são evidenciadas nos documentos com os quais dialogamos, nos exigindo comprometimento com a multiplicidade, sem perder de vista que o outro é um legítimo outro, que deve ser respeitado e considerado. Em suma, mantivemo-nos atentos aos discursos encontrados no decorrer da pesquisa e, atentos ainda, às consequências sociais de tais discursos, cientes de que:

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 2006, p. 46, itálico do autor).

Em face do exposto, vê-se que a experiência de pesquisa nos coloca também em posição de estabelecer diálogo com o problema investigado, e ao fazê-lo não há possibilidade de neutralidade, nos posicionamos como sujeitos histórico-sociais, dotados de concepções e visões de mundo próprias. Porquanto,

[...] A compreensão criadora não renuncia a si mesma, ao seu lugar no tempo, à sua cultura, e nada esquece. A grande causa para a compreensão é a distância do indivíduo que compreende – no tempo, no espaço, na cultura – em relação àquilo que ele pretende compreender de forma criativa [...] (BAKHTIN, 2003, p. 365-366).

Até o momento abordamos as concepções de *palavra*, *signo* e *enunciado*, que se manifestam na linguagem, e ainda *diálogo* e *compreensão* que consideramos importantes para evidenciar, teórica e metodologicamente, como procedemos perante nosso objeto de pesquisa. Tratamos agora do conceito de *polifonia*, com base nos estudos da obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2010), para continuar a pensar como os sujeitos e as pesquisas acadêmicas se constituem na relação com o que lhes é exterior, ou seja, com outros sujeitos, com outras pesquisas e documentos diversos, tendo em vista discursos dialógicos e polifônicos.



O mundo de Dostoiévski é descrito por Bakhtin (2010) como expressão do espírito capitalista, sendo a sua obra uma canção de berço do mundo atual. Descreve que antes predominavam traços de mundos fechados e isolados, e com o capitalismo rompe-se com o isolamento, surgindo condições ideais para o romance polifônico, com liberdade para as suas múltiplas vozes equipolentes. Nesta perspectiva os heróis/personagens são apresentados como livres e autônomos, aptos a escolher, a decidir, a construir os seus próprios caminhos e posicionamentos, independentemente do seu criador/autor, mantendo-se em constante diálogo com outros, inconclusos e abertos ao novo (BAKHTIN, 2010).

Vale ressaltar aspecto tratado por Tzvetan Todorov no prefácio à edição francesa presente em Bakhtin (2003), em que o filósofo e linguista búlgaro aponta para o advento do individualismo e do relativismo como consequências dos tempos modernos, refletindo tema que sempre esteve no centro dos estudos bakhtinianos, a relação entre autor e heróis/criador e seres criados, tratando a princípio do movimento exotópico, a partir do qual a vida encontra sentido e se torna elemento possível para construção estética a partir do olhar externo, contemplado pelo horizonte de uma única pessoa, do autor por exemplo. A obra de Dostoiévski rompe com este movimento ao dar o mesmo poder de interferência ao autor e aos personagens, renunciando ao absoluto, característica própria da sociedade moderna. Bakhtin não chega a se posicionar a favor dessa relatividade, a partir da qual nada mais é dito com convicção, mas, segundo afirma Todorov, é perceptível que ele se deixa influenciar (BAKHTIN, 2003):

Tal exigência da exotopia superior é perfeitamente “clássica”; Deus existe realmente e permanece em seu lugar, não se confunde o criador com suas criaturas, a hierarquia das consciências é inabalável, a transcendência do autor nos permite avaliar com segurança suas personagens. Mas ela não será mantida. No meio do caminho, Bakhtin deixa-se influenciar por seu contra-exemplo, Dostoiévski (ou pela imagem dele que faz para si); seu primeiro livro, publicado em 1929, é consagrado a ele, e é um elogio da via anteriormente condenada. A concepção anterior, em vez de ser mantida na categoria de uma lei estética geral, torna-se a característica de um estado de espírito que Bakhtin estigmatiza com o nome de “monologismo”; a perversão dostoiévskiana, ao contrário, eleva-se como encarnação do “dialogismo”, a um só tempo concepção do mundo e estilo de escrita, pelo quais Bakhtin não esconde sua preferência (BAKHTIN, 2003, p. XIX-XX).

Desta forma, no lugar da verdade absoluta passa a haver uma multiplicidade de homens e de vozes equipolentes, sem privilégios e/ou hierarquias, multiplicidade essa considerada a verdade do homem na sociedade moderna, constituindo aspecto que atrai Bakhtin à Dostoiévski, conforme explica Todorov:

Bakhtin mantém sua observação, segundo a qual em nosso mundo contemporâneo é impossível assumir uma verdade absoluta, e devemos nos contentar em citar em vez de falar em nosso próprio nome; mas não acrescenta mais nenhuma condenação nem pesar a essa constatação: a ironia (é assim que ele chama agora esse modo de enunciação) é nossa sabedoria, e quem ousaria hoje proclamar verdades? Rejeitar a ironia é optar deliberadamente pela “tolice”, limitar-se a si mesmo, estreitar o horizonte [...] (BAKHTIN, 2003, p. XXI).

O referido espírito do capitalismo é apresentado na linguagem da arte, do romance polifônico, mas entendemos ser possível pensá-lo também no contexto de produção de pesquisas acadêmicas, visando dar visibilidade a múltiplas vozes equipolentes que perpassam as proposições da Agenda 2030 e as políticas de bibliotecas públicas, não favorecendo o predomínio do discurso monológico, sobretudo por entendermos ser fundamental refletir as políticas como práticas de homens não coisificados. Aliás, segundo aponta Bakhtin (2003), a base que ancora a obra de Dostoiévski é a forma artística que liberta e descoisifica, é a luta contra a coisificação do homem ao diferenciar os diferentes tipos de discursos: os monológicos e os polifônicos-equipolentes.

Acreditamos que este movimento está em consonância com a problemática que buscamos responder na pesquisa: como as proposições da Agenda 2030 repercutem nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores? Pois, ao propor os objetivos (que dizem respeito a intencionalidades, a implicações nas políticas de bibliotecas públicas e na formação de leitores), buscamos também investigar a capacidade libertadora das proposições e das ações alinhadas à Agenda 2030, para refletir em que medida essas orientações internacionais coisificam ou descoisificam o homem, suas relações e valores mediante a biblioteca pública, que deve ser um espaço inclusivo, democrático, de acesso universal à informação, à leitura, à cultura e, sobretudo, um espaço polifônico.

Desta forma, procuramos relacionar a dinâmica de criação dos romances polifônicos com a dinâmica de produção das pesquisas acadêmicas, pensando os heróis de Dostoiévski como os argumentos, os pontos de vista, as consciências dos outros presentes nos documentos que investigamos, não como objetos acabados, não como fragmentos da vida monologicamente formalizados, mas nos propondo a interrogar, compreender e cotejar fontes, tendo em vista a multiplicidade e a convergência de consciências, o que nos impõe, enquanto pesquisadoras, uma postura dialógica mediante o objeto de pesquisa.

Ao contrário da dialética, que ocorre mediante o confronto entre tese e antítese, que pressupõe a negação de algo para alcançar a síntese, ou seja, algo novo, que rompe com o que até então se discutia, a postura dialógica ou a dialogia se manifesta perante a confluência entre tese e tese, mediante as vozes equipolentes que são descritas por Dostoiévski, responsáveis pela síntese que só existe pela existência das teses que a precedem. Portanto, no trabalho dialógico não há a pretensão direta e/ou obrigatória de romper ou criar algo novo, independente do existente, ocorrem críticas, proposições e defesas de argumentos, mas sempre reconhecendo e valorizando a importância de tudo que as precedem, de todos que, de alguma forma, possibilitaram a conquista de determinado ponto de chegada, ciente de que, inevitavelmente, se tornará ponto de partida para o alcance de outras compreensões.

As discussões realizadas por Bakhtin mostraram-se fundamentais para, perante os documentos com os quais dialogamos, nos posicionarmos atentamente frente às forças, aos valores e aos interesses que marcam o contexto global e nacional aos quais nos dedicamos, buscando nos apoiar nas múltiplas vozes que emergem e que devem ser consideradas na análise das repercussões da Agenda 2030, cotejando fontes por reconhecermos sua importância e potencial para revelar implicações para a realidade das bibliotecas públicas do Brasil. Iniciamos, entretanto, lançando certo olhar de desconfiança para a aparente adesão unânime observada na revisão de literatura, analisando os documentos cientes de sua não neutralidade e como reflexo das múltiplas relações e dos valores sociais que perpassam interesses globais e nacionais.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

Na subseção anterior nos dedicamos a pensar teórica e metodologicamente os caminhos da pesquisa, nesta subseção entendemos ser necessário complementar com informações específicas e necessárias à caracterização metodológica, conforme o quadro que segue:

Quadro 3 – Caracterização metodológica

<b>Quanto à abordagem</b>	Pesquisa qualitativa – nosso enfoque está na interpretação do objeto de estudo, ressaltando a importância do contexto, de seu alcance no tempo e no cotejamento de fontes
<b>Quanto à natureza</b>	Pesquisa básica – tendo em vista o objetivo de gerar conhecimentos úteis para o avanço da Ciência, sem prever, a princípio, uma aplicação prática
<b>Quanto aos objetivos</b>	Pesquisa analítica – se propõe à interpretação e análise do objeto de estudo
<b>Quanto aos procedimentos</b>	Pesquisa bibliográfica <sup>28</sup> – com fontes teóricas analisadas e publicadas (como: livros, artigos científicos etc.) e documental – com fontes diversas (como: plano de ação, demonstrativos de ações, registros oficiais etc.)
<b>Instrumentos para levantamento e produção de dados</b>	Pesquisas em <i>site</i> de evento acadêmico recente e em <i>sites</i> institucionais, nos quais são disponibilizadas fontes documentais e fontes bibliográficas – tratadas neste trabalho como fontes documentais, conforme nos permite a perspectiva bakhtiniana
<b>Fonte de dados</b>	Fontes primárias (decorrentes dos documentos e dos <i>sites</i> institucionais analisados) e secundárias (decorrentes de estudos preliminares encontrados em artigos, dissertações e teses)
<b>Tipo de material</b>	Documentos encontrados em <i>sites</i> de instituições nacionais e internacionais, além de artigos, dissertações e teses
<b>Registro de dados</b>	Por meio de leitura, fichamento, resumo, marcações e anotações sobre os textos
<b>Análise de dados</b>	Estudo analítico das fontes documentais

Fonte: Gerhardt e Silveira (2009).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Tendo em vista os nossos objetivos, planejamos cotejar textos e dialogar com fontes selecionadas em *sites* de evento acadêmico e de instituições nacionais e internacionais, para perceber tendências temáticas, teóricas e/ou metodológicas, contextualizar os documentos, apostando em uma compreensão ativa e responsiva perante os discursos observados, atentos às relações ideológicas e às

<sup>28</sup> Importante dizer que inserimos a classificação de pesquisa *bibliográfica* para ressaltar procedimento concernente à pesquisa documental, sendo desenvolvida do início ao fim do estudo.

transformações necessárias. Desse modo, a oportunidade de pesquisa, além de ser um momento de investigação da realidade, mostrou ser também um momento propício para analisar necessidades de transformações e/ou de intervenções sociais, levando nossa investigação, de abordagem qualitativa, natureza básica, a configurar-se como analítica, no que se refere aos seus objetivos.

Segundo conceitua Gil (2008), a pesquisa bibliográfica se desenvolve, principalmente, a partir do acesso a livros e a artigos científicos, configurando-se como estudo exploratório que possibilita tratar, amplamente, dos fenômenos investigados sem depender de deslocamentos físicos, sendo fundamental em pesquisas históricas por permitir conhecer o passado por meio de dados secundários. Ressalta, entretanto, a possibilidade de equívocos ao se trabalhar com fontes secundárias, tornando-se necessário avaliar as “[...] condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente” (GIL, 2008, p. 50-51). Menciona, ainda, as etapas de uma pesquisa bibliográfica, são elas: formular problema e objetivos, elaborar plano de trabalho, identificar fontes, localizar e obter materiais, ler materiais, fazer apontamentos, fazer fichamentos e redigir o relatório.

Quanto à pesquisa documental, Gil (2008) reconhece certa semelhança com as etapas que constituem uma pesquisa bibliográfica, diferenciando-as conforme a natureza das fontes investigadas. A pesquisa documental se utiliza de documentos “[...] que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

Moreira e Caleffe (2008) afirmam que a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida, ainda, a partir de jornais, materiais cartográficos, dissertações, teses etc., ou seja, a partir de fontes elaboradas que colocam o pesquisador em contato com o que já foi produzido sobre o assunto, exigindo reflexão crítica tendo em vista as discussões que proporcionam à pesquisa.

Ao tratar de pesquisa documental Moreira e Caleffe (2008) ressaltam a importância de não confundir o tipo de pesquisa documental com o tipo de análise documental, e

descrevem os seguintes passos constituintes de uma pesquisa documental: “[...] a) determinar os objetivos da pesquisa; b) escolher os documentos; c) acessar os documentos; d) analisar os documentos; e e) redigir o relatório” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 75).

Pinsky (2008) retrata a importância de dar contexto aos documentos investigados, sendo “[...] preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? [...]” (PINSKY, 2008, p. 63), enfim, trata-se de uma contextualização fundamental, tendo em vista a necessidade de olhar criticamente para as fontes, desconfiar das intenções dos autores, pois não há possibilidade de posicionamentos neutros: “Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. [...]” (PINSKY, 2008, p. 63). Desta forma, é necessário “[...] entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu. [...]” (PINSKY, 2008, p. 64).

Segundo Samara e Tupy (2007) a pesquisa documental pode se dar a partir de uma multiplicidade de fontes (livros, cartas, relatórios, objetos, pinturas, fotografias, construções arquitetônicas etc.), sejam elas registros escritos ou não, exigindo, em todos os casos, o conhecimento e a análise crítica de suas formas de expressão, “[...] não conhecer os valores, os interesses, os problemas, as técnicas e os olhares expressos por cada um deles implica uma leitura acrítica do documento [...]” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 118), o que não nos proporciona encontrar respostas que conferem qualidade e aprofundamento aos estudos. À vista disso,

Sugerem, também, uma série de questionamentos essenciais ao trabalho a ser realizado. Entre alguns deles, destacam-se: O que é o documento histórico? Em que contexto ele está inserido? Qual o conteúdo que disponibiliza? Quem o elaborou? Em que época? Qual a sua forma? Qual a sua mensagem original? Qual o seu objetivo? Qual a sua veracidade? Qual a sua tipologia? Como classificá-lo? Como operacionalizar o trabalho? Qual o instrumental mais apropriado? Que tipo de análise permite? Que perguntas sugere? Que respostas encaminha? Ou seja, expõe a relação, nem sempre harmoniosa, entre o historiador e sua ferramenta de trabalho (SAMARA; TUPY, 2007, p. 143).

Para que essas perguntas sejam respondidas é fundamental um estudo bibliográfico, para a partir de leituras prévias ter condições de uma contextualização dos problemas, identificar, localizar e analisar documentos, possíveis enfoques, lacunas, controvérsias etc. Entendemos assim a importância da revisão de literatura realizada e das demais pesquisas bibliográficas desenvolvidas no decorrer deste estudo.

Bakhtin (2006) corrobora com tal posicionamento, ao defender que mediante a dinâmica e o “[...] processo da relação social, todo signo ideológico, e, portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 43, itálico do autor), sendo fundamental dar contexto aos documentos, evidenciando não só aspectos cronológicos, mas analisando criticamente os fatos, cruzando dados, interrogando as fontes, avaliando as condições de produção textual, tratando as fontes como textos, para uma maior compreensão das realidades investigadas. Para Bakhtin, onde há texto, há objeto de estudo e de pensamento, e somente a partir do cotejamento de textos podemos desvendar os seus sentidos (BAKHTIN, 2003).

Apostamos na produção de dados já que não os encontramos prontos e acabados, construímos as fontes a partir do cruzamento de dados, informações e documentos, ou seja, a partir do cotejamento de textos frente aos propósitos da pesquisa, e foi por meio desse movimento dialógico, ativo e responsivo, que as condições de interação e de análise dos dados seguiram sendo constantemente remodeladas, orientando o desenrolar das compreensões sobre a realidade investigada. Assim,

[...] cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor a palavra do locutor uma *contrapalavra*. Só na compreensão de uma língua estrangeira é que se procura encontrar para cada palavra uma palavra *equivalente* na própria língua. É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. [...] (BAKHTIN, 2006, p. 135, itálico do autor).

Sabemos que o conhecimento se desenvolve pelo tensionamento de ideias, teorias e concepções, contudo, esse embate deve se dar agonisticamente, respeitando o que foi elaborado até então, dialogando com conjunto de compreensões já alcançadas, localizando a nossa pesquisa em meio a tais produções, como mais uma a compor o quadro de investigações sobre determinado tema, comprometendo-se com contribuições, mas sem esquecer que o objeto investigado é fruto e reflexo dessa coletividade de pesquisas.

Como já apresentado, entendemos os documentos em análise como textos, dotados de palavras e de enunciados que, por meio do diálogo e do estudo analítico das fontes, podem nos revelar fatos, concepções, divergências e convergências, tensões provenientes do contexto social e histórico, conduzindo-nos assim, às compreensões que buscamos nesta pesquisa.

Na subseção que segue, nos dedicamos especialmente à apresentação do *corpus* documental e à definição de estratégias que nos auxiliaram no alcance de nossos objetivos de pesquisa.

#### 4.3 CORPUS DOCUMENTAL

A constituição de nosso *corpus* documental iniciou imediatamente após a definição do objeto de estudo e seguiu sendo formulado e reformulado durante todo o período de elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação, mediante pesquisas em *sites* institucionais da área biblioteconômica; mediante conversas com colegas pesquisadores nas aulas de Estágio em Pesquisa do PPGE da Ufes, no decorrer do ano de 2019; mantendo atenção voltada para toda referência feita à Agenda 2030 e à sua relação com as bibliotecas públicas; acompanhando abordagens em eventos recentes; considerando orientações dos professores que compuseram a banca do exame de qualificação, em agosto de 2020; enfim, compondo uma relação com o máximo de documentos que pudessem ser úteis e viáveis às nossas análises.

Por fim, selecionamos fontes provenientes de instituições internacionais, nacionais e de evento científico de relevância nacional, realizado recentemente em Vitória - ES,



tendo em vista a pertinência do cruzamento de dados e as contribuições que podem dar à nossa pesquisa.

Em seguida, passamos à caracterização do *corpus*, listamos todas as fontes selecionadas, detalhando-as por título, autor e ano, tipo de documento, fazendo uma breve apresentação, informando ainda o endereço a partir do qual podem ser encontradas na *internet*. Segue quadro com a referida sistematização:

Quadro 4 – Fontes documentais selecionadas para pesquisa

(continua)

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Breve apresentação</b>	<b>Disponível em:</b>
Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a)	Plano de ação	Propõe parceria global e colaborativa, envolvendo nações, instituições públicas e privadas, pessoas de todo o mundo, integradas a fim de acabar com a pobreza, proteger a natureza, garantir a paz e a prosperidade para a humanidade, em um mundo sustentável	<a href="https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda-2030-pt-br.pdf">https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda-2030-pt-br.pdf</a>
As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015) – Tradução Febab	Programa de ação	Contém informações que visam explicar para comunidade bibliotecária o que é a Agenda 2030 e como será implementada, a fim de movimentar profissionais da informação para estabelecer diálogos com gestores governamentais, defender o potencial das bibliotecas, a importância de serem inseridas nos planos e estratégias de desenvolvimento sustentável (trabalho de <i>advocacy</i> ), acompanhar o progresso e cumprimento das metas, além de divulgar as implementações da Agenda 2030	<a href="https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf">https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf</a>
Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas (IFLA, [2015?]) – Tradução Febab	Demonstrativo de contribuições	Dedica-se a ilustrar como as “[...] 320.000 bibliotecas públicas e mais de um milhão de bibliotecas parlamentares, nacionais, universitárias, de pesquisa, especializadas e escolares [...]” (IFLA, [2015?], p. 2) existentes pelo mundo, podem contribuir com a Agenda 2030	<a href="https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf">https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf</a>
Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – <i>Desigualdade e Democracia: qual o papel das bibliotecas?</i> Eixo 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (FEBAB, 2019)	Artigos completos e resumos expandidos	Evento alinhado à Ifla e Febab, tendo em vista que a ONU, em 2019, focalizou seis dos 17 ODS da Agenda 2030 (ODS número: 4, 8, 10, 13, 16 e 17) e a Ifla incentivou que as bibliotecas trabalhassem com quatro deles: 4 - Educação de Qualidade, 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, 10 - Redução das Desigualdades e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, contando com mais de 50 trabalhos publicados	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/13/showToc">https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/13/showToc</a>

Quadro 4 – Fontes documentais selecionadas para pesquisa

(conclusão)			
<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Breve apresentação</b>	<b>Disponível em:</b>
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BRASIL, [20--?])	Site com publicações em texto e imagem	Apresenta informações sobre os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, sobre as próprias bibliotecas públicas, além de editais, notícias e documentos relacionados	<a href="http://snbp.cultura.gov.br/">http://snbp.cultura.gov.br/</a>

Fonte: produção da própria autora.

Elegemos um conjunto inicial de cinco fontes, algumas se desdobram em outras, como ocorre com o evento acadêmico, que será melhor abordado a seguir. As escolhas se justificam pela representatividade e influência das instituições em contexto internacional (ONU e IFLA) e nacional (Febab e SNBP), além da relevância do evento acadêmico no Brasil (CBBB), tendo ocorrido na cidade de Vitória - ES em 2019, destacando-se assim por evidenciar também aspectos referentes ao cenário local, da área biblioteconômica capixaba, a partir dos quais torna-se possível tratar das intencionalidades da Agenda 2030, das orientações internacionais e nacionais, das repercussões em políticas públicas, conforme proposto nos objetivos específicos.

Importante registrar que as fontes foram salvas em arquivos pessoais, quando disponíveis para *download*, e em se tratando dos *sites*, um banco de dados foi alimentado, conforme o andamento das leituras e das análises para a pesquisa, mediante capturas de imagem ou *print screen* da tela do computador, sendo utilizadas no relatório de pesquisa (quando oportuno), e sendo sempre arquivadas, a título de registro das etapas do estudo.

Na sequência passamos à organização das fontes, elegendo categorias que, alinhadas aos objetivos da pesquisa, direcionaram as análises. Segue quadro com a relação das fontes organizadas por categorias de análise, alinhadas aos objetivos da pesquisa, introduzindo ainda o planejamento para alcançar cada objetivo (na sequência tratamos com mais detalhes):

Quadro 5 – Fontes por categorias de análise e objetivos da pesquisa

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Objetivo da pesquisa ao qual se vincula</b>	<b>Como se pretende alcançar o objetivo?</b>
<b>Categoria de análise – Intencionalidades que perpassam a Agenda 2030</b>		
Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a)	Identificar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030	A partir da leitura, contextualização e análise das proposições da Agenda 2030 – pesquisa documental e estudo analítico das fontes
<b>Categoria de análise - Diretrizes internacionais e nacionais</b>		
As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015) – Tradução Febab  Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas (IFLA, [2015?]) – Tradução Febab	Analisar orientações teóricas internacionais e nacionais da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030	A partir da leitura, contextualização e análise dos documentos da Ifla e Febab – pesquisa documental e estudo analítico das fontes
<b>Categoria de análise - Políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil</b>		
XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (FEBAB, 2019)  Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BRASIL, [20--?])	Refletir sobre como tais orientações podem reverberar nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e interferir na formação de leitores	A partir de ações alinhadas à Agenda 2030 e aos ODS, desenvolvidas e em desenvolvimento, registradas nos <i>sites</i> da Febab e do SNBP – pesquisa documental e estudo analítico das fontes

Fonte: produção da própria autora.

Uma vez estabelecidas as relações entre as fontes selecionadas, os objetivos da pesquisa, as categorias de análise, procedemos a uma leitura exploratória, a fim de planejar o processo de contextualização e de descrição das fontes.

Para todas as fontes documentais (plano de ação Agenda 2030 e documentos Ifla/Febab<sup>29</sup>) apresentamos quadros de caracterização geral, detalhando título (o que é?), por quem foi produzido (quem escreveu?), a quem é destinado (para quem escreveu?), a organização interna (quais as partes que o constituem?), além da contextualização das condições de produção, das proposições que são feitas, das intencionalidades, implicações e repercussões (o que diz? O que nos permite

<sup>29</sup> Serão apresentados e detalhados no próximo capítulo.

dizer?), a fim de apresentar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030 e analisar orientações internacionais e nacionais da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030.

Quanto aos estudos bibliográficos recentes, foram consultados anais do XXVIII CBBBD, ocorrido em Vitória - ES entre os dias 1 e 4 de outubro de 2019, com o tema *Desigualdade e democracia: qual o papel das bibliotecas?* Compreende um evento bianual, relevante para área biblioteconômica no Brasil, desenvolvido pela Febab, sendo retratado como “[...] um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa” (FEBAB, 2019).

Foram avaliados especificamente aqueles trabalhos referentes ao eixo temático relacionados à Agenda 2030, a partir do qual selecionamos pesquisas que abordam bibliotecas públicas brasileiras e Agenda 2030 ou ODS, e ainda trabalhos que abordam temas vinculados à Agenda 2030, não direcionados a um tipo específico de biblioteca, mas compatíveis com as bibliotecas públicas, conforme caracterização e detalhamento apresentado no APÊNDICE A.

Listamos abaixo as pesquisas selecionadas em meio aos trabalhos apresentados no XXVIII CBBBD:

- *Biblioteca, Interculturalidade e a Agenda 2030* (PORTO, 2019);
- *Biblioteconomia social e empreendedorismo bibliotecário: temas emergentes para o século XXI* (SANTA ANNA; COSTA; SILVA, 2019);
- *Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Experiência da Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe nos Programas Tô na Rede e Conecta Biblioteca* (FERREIRA, 2019);
- *Mercado de Trabalho: oportunidade para todos* (LIMA; DEUS; FERNANDES, 2019); e
- *O Programa Conecta Biblioteca e as mudanças nas Bibliotecas Públicas Capixabas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8* (BORGES; QUEIROZ; ROCHA; SERRA, 2019).

No momento da análise destacamos títulos, autores, contexto abordado (nacional ou local?), natureza das abordagens (análises pragmáticas ou teóricas acerca da vinculação das bibliotecas com a Agenda 2030?), abordagens teórico-metodológicas (apresentam rigor teórico-metodológico?), posicionamentos em relação à Agenda 2030 (avaliam positivamente ou negativamente a relação das bibliotecas com os ODS da Agenda 2030? Posicionamentos críticos ou acríticos?) e resultados (o que concluem? Apontam para adequação ou inadequação aos pressupostos da Agenda 2030?).

Somado às referidas fontes, analisamos o *site* do SNBP, fazendo menção a todas as páginas que o constituem e dispensando atenção especial à exposição de ações ou programas relacionados à Agenda 2030.

Em um levantamento preliminar, realizado na elaboração do projeto de pesquisa<sup>30</sup> (busca por *Agenda 2030*, *objetivos de desenvolvimento sustentável* e *ODS*), identificamos os seguintes programas em desenvolvimento:

- Programa Conecta Biblioteca; e
- Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)<sup>31</sup>.

No momento da análise dos programas, buscamos identificar a proposta geral (o que é?), os comprometimentos (qual a origem?), os objetivos (quais as finalidades?) e traços que caracterizam os modos de abordagem (como se realiza?).

Uma vez caracterizadas as fontes apresentadas acima, nos dedicamos a refletir sobre como as orientações internacionais e nacionais alinhadas à Agenda 2030 reverberam nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores.

---

<sup>30</sup> Ocorreu em entre fins de 2019 e início de 2020.

<sup>31</sup> A mesma seleção se manteve no momento do estudo dos programas, em meados de 2020.

Considerando os documentos oficiais, as pesquisas acadêmicas e os programas a serem analisados, o *corpus* final se constituiu de 10 fontes documentais, conforme quadro que segue:

Quadro 6 – Seleção final de fontes

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Somatório de fontes</b>
Um documento Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a)	1
Dois documentos As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015) – Tradução Febab Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas (IFLA, [2015?]) – Tradução Febab	3
Cinco artigos XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (FEBAB, 2019)	8
Dois programas Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BRASIL, [20--?])	10

Fonte: produção da própria autora.

Tendo em vista as fontes documentais supracitadas, o capítulo seguinte foi dedicado ao trabalho de contextualização, descrição e análise. Buscamos, segundo aponta a perspectiva bakhtiniana de linguagem, nos aproximarmos da historicidade inerente ao nosso objeto de estudo, tendo em vista os limites dos contextos e dos textos em análise.

## 5 ONU E AGENDA 2030: O TRABALHO COM AS FONTES

Historicidade. Imanência. Fechamento da análise (do conhecimento e da interpretação) em um dado texto. A questão dos limites do texto e do contexto. Cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos. O comentário. A índole dialógica desse correlacionamento (BAKHTIN, 2003, p. 400).

Visando a retratar a historicidade abordada na epígrafe acima, cientes de que os limites do contexto e dos textos, isto é, dos documentos com os quais trabalhamos, ampliam-se para além de seus próprios limites, esta seção destina-se à contextualização, à descrição e à análise do *corpus* documental já apresentado no capítulo anterior.

Na primeira subseção, apresentamos a ONU, relatando brevemente o contexto de surgimento, alguns dos principais propósitos, características, críticas e relações de poder implicadas na atuação da organização. Abordamos ainda, o contexto de surgimento do desenvolvimento sustentável, a partir do qual se origina a Agenda 2030. Na segunda subseção, desenvolvemos o estudo descritivo e analítico das fontes, que, perante o cenário maior em que se inserem, são objetos das discussões do próximo capítulo.

Vale destacar que esperamos, ao fim desta seção, uma vez abordados os limites do contexto e dos textos, lançar as bases fundamentais e necessárias para responder à problemática de pesquisa e alcançar nossos objetivos específicos.

### 5.1 LIMITES DO CONTEXTO EM QUESTÃO

Buscando alcançar alguns dos limites do contexto no qual se insere nosso objeto de estudo, fez-se necessário voltar atenção para a ONU – organização internacional responsável pela promoção da agenda pós-2015. Seleccionamos, além do *site* da ONU (20--?), da coletânea de artigos organizada por Jubilut, Silva e Ramina (2016)<sup>32</sup>; as teses de Castro (2005), Silva (2011) e o artigo de Cravo (2013)<sup>33</sup>; a tese

---

<sup>32</sup> Essas referências foram propositalmente selecionadas, mediante pesquisas nos buscadores google e google acadêmico e por meio de buscas livres a *sites* institucionais no dia 14 de maio de

de Buss (2019)<sup>34</sup>; além dos livros de Boff (2016), Barbieri (2020), Costa (1996), Torres (1996), Mészáros (2008) e Freitas (2018)<sup>35</sup>, os quais possibilitaram um importante panorama histórico da ONU, permitiram compreender o contexto de surgimento da Agenda 2030 e refletir sobre o contexto e sobre os documentos analisados.

### 5.1.1 Origem e atuação da ONU

A ONU é uma organização internacional, composta atualmente por 193 países-membros. Foi fundada oficialmente em novembro de 1945, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que nações inteiras encontravam-se devastadas pelas consequências da guerra, levando ao surgimento de diversas organizações internacionais com o propósito de reduzir as desigualdades sociais, contribuir para o desenvolvimento e para a promoção da paz entre os países, contando com ações conjuntas e coordenadas em busca de progresso econômico-social, conforme estabelecem os propósitos apresentados no *site* da ONU (20--?):

Manter a paz e a segurança internacionais;  
Desenvolver relações amistosas entre as nações;  
Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;

---

2020. Foram selecionados por possibilitarem um amplo retrato histórico do surgimento e da atuação da ONU, desde sua origem até o ano de surgimento da Agenda 2030.

<sup>33</sup> Esses estudos foram recuperados mediante buscas realizadas nas bases de dados da BDTD do Ibtct e do Portal de Periódicos da Capes, no dia 14 de maio de 2020. Na BDTD do Ibtct foram lançadas, em distintos campos de um único grupo de busca, as seguintes estratégias: *ONU OR "Organização das Nações Unidas"* (busca em assunto) e *apresentação OR críticas* (busca em todos os campos). Foram recuperadas oito pesquisas, das quais duas teses foram selecionadas por atenderem aos propósitos do capítulo. No Portal de Periódicos da Capes foi lançada a seguinte estratégia de busca: *ONU OR "Organização das Nações Unidas" AND apresentação OR críticas* (busca em assunto). Ocasão em que um único artigo foi recuperado e selecionado por atender aos propósitos do capítulo.

<sup>34</sup> Tese selecionada mediante busca realizada na BDTD do Ibtct, no dia 14 de maio de 2020, lançando a estratégia *"Agenda 2030" OR "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" OR ODS* (busca em assunto), mediante a qual 18 resultados foram recuperados, dos quais sete foram previamente selecionados por apresentarem informações sobre a Agenda 2030 e, finalmente, apenas um abordava desde os antecedentes históricos até o contexto mais atual de andamento da agenda, sendo por esse motivo selecionado para compor o capítulo.

<sup>35</sup> São livros cujos conteúdos, especializados nos temas sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, Agenda 2030, capitalismo, crise na educação etc. contribuem sobremaneira com nosso objeto de pesquisa, sendo, portanto, fontes propositalmente selecionadas, mediante indicações de outros pesquisadores e pesquisas decorrentes.



Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ONU, [20--?], não paginado).

Apesar da referida data de fundação, declarada no *site* da organização, Castro (2005) afirma que a ONU nasceu de um longo processo histórico, que tem origens anteriores à Segunda Guerra Mundial, sendo gestada a partir de ordens políticas conservadoras “[...] desde o Congresso de Viena onde, pela primeira vez, o sistema internacional seria amoldado pelos países vencedores com constantes consultas entre si no intuito de preservar a ordem do balanço de poder de 1815. [...]” (CASTRO, 2005, p. 42):

[...] a ONU e, conseqüentemente, o principal órgão interno de efetivação de sua teleologia de manutenção da ordem mundial dos vencedores da Segunda Guerra Mundial – o Conselho de Segurança – têm gênese político-decisória em três momentos distintos, cada um influenciando de forma precisa sua criação e funcionamento hoje: o Congresso de Viena de 1815 com seu sistema de conferências da diplomacia européia do século XIX baseado no “equilíbrio do poder”; as duas Conferências de Paz de Haia de 1899 e de 1907; e, por fim, a experiência debilitada da Liga das Nações ou SDN (Société des Nations) entre 1920-1945. Esses três momentos constituem referências pontuais e mutuamente se influenciam na determinação da política decisória do CSNU [Conselho de Segurança das Nações Unidas] no processo de conferencização anterior à criação da ONU (CASTRO, 2005, p. 43).

Castro (2005) ressalta algumas características que ancoram a ONU desde suas raízes mais remotas, como o fato de constituir-se uma organização estatocêntrica, isto é, composta somente por Estados soberanos e signatários, que voltam atenção prioritária para a esfera público-estatal. Nessa configuração os atores envolvidos têm atuação limitada pelo mesmo caráter estatocêntrico, que impõe, por meio da legitimidade de acordos formais, como tratados e estatutos, provenientes de interesses coletivos, a soberania e a integridade dos Estados, o que possibilita inclusive a preservação dos interesses daqueles países soberanos.

Rosa (2016) evidencia que a “[...] convergência para a obediência aos estatutos e Tratados e não a determinadas potências e impérios marcou esta nova diplomacia e estruturou as raízes do multilateralismo institucional. [...]” (ROSA, 2016, p. 90), compreendendo o “[...] método moderno de construção da paz após a Primeira Guerra Mundial [...]” (ROSA, 2016, p. 88). Essa nova arquitetura tem origem no Tratado de Versalhes (1919), momento em que as potências europeias assumiam

compromissos formais e coletivos de evitar conflitos políticos armados, mediante a implementação da Liga das Nações (ROSA, 2016).

A Liga das Nações foi uma organização internacional, criada pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, visando estabelecer um tratado de paz entre os países integrantes. Seu projeto de paz, entretanto, não alcançou êxito. A busca por poder territorial, os interesses particulares das nações, sobretudo, os conflitos de interesses, acarretaram o desligamento de países signatários como Japão (em 1933), Alemanha (em 1933), Itália (em 1937) e União Soviética (em 1939), em decorrência de ações condenadas pela Liga das Nações, sendo esses os mesmos países que, passariam a protagonizar a Segunda Guerra Mundial (ROSA, 2016).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a ONU é criada, substituindo a Liga das Nações, preservando características político-institucionais e objetivos similares, visando evitar a guerra e construir caminhos para a paz entre as nações, conforme retrata Bugiato (2016):

Dessa forma, em 25 de junho de 1945, cinquenta e um Estados aprovaram a Carta de São Francisco nos EUA, que cria a ONU, com sede em Nova York. A vitória contra o Eixo era iminente e era necessário institucionalizar de um novo modo as relações internacionais, dado o fracasso da Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, em evitar um novo confronto generalizado entre os Estados, mas que serviu de embrião para a ONU – como proposta política e base jurídica, bem como instalações físicas. Entretanto, assim como a Liga, a ONU é criada em torno de questões da guerra e da paz [...] (BUGIATO, 2016, p. 176).

Sobre esse período, Rodrigues (2016) contextualiza:

No horizonte, vibravam a lembrança da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e os arranjos jurídico-políticos que foram feitos visando alcançar os mesmos elevados objetivos. O Pacto da Liga das Nações, de 1919, foi lastreado em princípios morais similares e instituiu um desenho institucional que a nova Organização das Nações Unidas (ONU) emulava. Desse modo, era possível ler na Carta de São Francisco os elementos cosmopolitas, de corte liberal, que foram defendidos pela delegação diplomática estadunidense em Versalhes, [...] e que reverberavam normativamente um projeto de mundo calcado na liberdade comercial, na regulação das relações entre Estados pelo Direito Internacional, no respeito à soberania dos Estados e na renúncia da guerra (RODRIGUES, 2016, p. 1267).

Em meio às características herdadas da Liga das Nações, a ONU diferencia-se por estabelecer dispositivos de controle a serem aplicados aos Estados agressores, podendo lançar mão de forças aéreas, navais ou terrestres, garantindo assim, meios para a resolução de conflitos, na defesa da paz e da segurança internacionais (ROSA, 2016).

No preâmbulo da Carta das Nações Unidas é destacado a ilegalidade do uso da força de modo unilateral, mas torna possível o uso da força individualmente e coletivamente na defesa de interesses comuns, cabendo ao Conselho de Segurança (CS) indicar os casos que constituem ameaças à segurança internacional e decidir pela intervenção (BUGIATO, 2016).

Por mais controverso que possa parecer, tendo em vista as afirmações anteriores, a ONU é internacionalmente reconhecida pela relevância de sua missão pela paz, conforme retratado por Bugiato (2016):

[...] formaram-se operações de paz – a principal forma da ONU intervir pela paz – que assegurassem estabilidade no sistema internacional e impedissem as catástrofes das guerras, sobretudo do século XX, e a hecatombe nuclear. Há controvérsias sobre esta forma de atuação da ONU, sua eficácia, quais benfeitorias trazem, quem se beneficia com elas, etc. Mas não há dúvidas de que a ONU na atualidade é uma organização internacional consolidada e presente nas relações internacionais como um agente político significativo, cujas decisões muitas vezes impactam na vida das populações, não apenas na cúpula dos Estados [...] (BUGIATO, 2016, p. 173).

Castro (2005) também evidencia discrepâncias entre o discurso da ONU e as práticas dos Estados membros, sobretudo dos países hegemônicos, ressaltando críticas que são lançadas à organização desde sua criação:

[...] O ímpeto positivo, porém idealista e altruísta, de “desmilitarizar as mentes” no plano da política internacional encontraria sérios entraves especialmente com o fato agravante da posse dos armamentos nucleares por parte de todos os P-5 até meados da década de sessenta: EUA (1945); URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] (1949), Reino Unido (1952), França (1960), República Popular da China (1964). O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) somente então é negociado, fechando o grupo elitista e centralizador da posse de armas nucleares para os P-5. O TNP é mais uma prova do papel de preservação da ordem mundial centralizado no CSNU, vedando qualquer outro país a tentar adquirir tais armamentos [...].

Muito se critica a ONU pelos erros quando sua estrutura criada em 1945 a impossibilitaria de ter uma postura mais incisiva em prol da democracia e da governança mundial. Na verdade, a teoria da liderança hegemônica mostra que governança mundial é de exclusividade dos países hegemônicos. Os organismos por eles criados trabalham de forma parcial e acessória nessa manutenção [...] (CASTRO, 2005, p. 40-41).

Retomando especificamente o projeto de consolidação da paz assumido pela ONU, Cravo (2013) apresenta as principais críticas já proferidas à organização, ressaltando o fracasso das operações em Angola, Bósnia, Somália e Ruanda que resultaram na reincidência de conflitos, ou seja, em mais violência. Inúmeros são os problemas relatados, desde restrições financeiras, ausência de informações e recursos humanos qualificados, variadas falhas de comunicação, coordenação e operacionalização das missões, além de desconhecimento sobre as especificidades das diferentes nações, entre outras fragilidades mencionadas. Como consequência, tem-se a perda de credibilidade e de legitimidade da organização frente às nações envolvidas, acarretando dúvidas sobre a efetiva capacidade de consolidação da paz mediante as ações empreendidas, tendo em vista, sobretudo, que as críticas levam a um “[...] necessário ‘choque com a realidade’: isto é, a constatação de que as ambições do modelo de consolidação da paz eram mais difíceis de concretizar do que o esperado.” (CRAVO, 2013, p. 28):

[...] as críticas põem efetivamente em causa: (1) a bondade do modelo de intervenção – chamando a atenção para as características imperialistas do paradigma e a forma como serve os interesses e agendas particulares do Norte nos países do Sul; (2) a sua natureza – contestando a centralidade da segurança (que privilegia ordem e estabilidade em detrimento de emancipação) e a sua essência elitista, tecnocrática e padronizada; (3) a sua legitimidade – questionando a assunção ocidental da universalidade do liberalismo, a sua abordagem eurocêntrica, impositiva e constrangedora da participação local; e (4) a sua eficácia – sublinhando as relações de dependência para com os atores externos, as consequências da desvalorização do contributo endógeno e as lacunas institucionais da organização mundial para assumir o mandato global que o novo paradigma de resposta aos conflitos armados lhe proporciona (CRAVO, 2013, p. 32).

Tais considerações nos levam a retomar Castro (2005), ao argumentar que a verdadeira missão do CSNU é manter o *status quo* da ordem mundial vigente:

[...] a missão precípua do CSNU não é, necessariamente, manter a paz e a segurança internacionais, como consta, idealmente, na Carta da ONU fundada em princípios isonômico-legalistas com leve teor de utopia racionalista. Sua finalidade essencial é preservar os pilares da ordem mundial com modificações estruturais resultantes na unipolaridade após a

extinção da URSS em 1991, salvaguardando o *status quo*. Com isso, se enfatiza que o objetivo do CSNU é evitar novos questionamentos bélicos sistêmicos da ordem mundial vigente por meio de um processo deliberativo de conservação consensual do poder, da autoridade e dos interesses no plano da hegemonia unicêntrica (CASTRO, 2005, p. 20).

Tratando agora da estrutura organizacional e das relações de poder implicadas, Zamur (2016) relata que a ONU pode ser compreendida como uma organização internacional e também como um sistema de organizações interligadas, o qual apresentava inicialmente a seguinte composição: Assembleia Geral (AG), CS, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela (este não existe mais na atualidade), Corte Internacional de Justiça, Secretariado – compondo os órgãos principais; acrescido ainda dos órgãos subsidiários opcionais, agências especializadas, fundos, comissariados, programas e organizações relacionadas (ZAMUR, 2016).

Sem ter a intenção de aprofundar reflexões sobre a referida configuração organizacional, vale ressaltar que a AG é o órgão deliberativo considerado mais democrático, a partir do qual os Estados membros se fazem representados. Entretanto, pode ser compreendido também como um diluidor de vozes diante de tamanha complexidade de interesses que perpassam os 193 Estados membros (ZAMUR, 2016). A mesma observação é feita por Barbosa e Barbosa (2016):

[...] Mais ampla e inclusiva, a ONU é uma organização global e multifuncional, refletindo imperativos da interdependência do mundo contemporâneo. Por outro lado, a própria heterogeneidade de seus membros revela as suas tensões e contradições, refletindo a morosidade e frequentes críticas quanto à eficácia do desenho institucional da Organização e duplicidade de trabalho sob sua guarda (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 129).

Já no CS, principal órgão responsável pela manutenção da paz, encontram-se os cinco Estados permanentes: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido – os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Sobre os quais Rodrigues (2016) afirma:

[...] Esses vencedores eram, em sua maioria, os mesmos de 1918, mas redimensionados num outro momento histórico que selou a ascensão dos EUA, o despontar da URSS e a subserviência europeia à lógica bipolar. Desse modo, não surpreenderia notar que o Conselho de Segurança tenha acumulado tanto poder e que este seja distribuído de modo tão desigual

entre seus membros. Quem pode legisla; e quem está alijado submete-se ou resiste (RODRIGUES, 2016, p. 1273).

Os alijados, segundo aponta o autor, são os outros dez membros eleitos para mandatos de dois anos, visto que os cinco permanentes possuem o poder de veto e sem consenso entre eles nada pode ser realizado, gerando assim críticas no que tange a concentração de poder nas mãos de poucos, além de certa paralisia, que por vezes caracteriza a postura da ONU frente a problemáticas internacionais importantes, como ocorreu no período da Guerra Fria, por exemplo (BUGIATO, 2016, p. 181).

Quanto ao processo de escolha do Secretário-Geral, líder da organização, também existem críticas no que tange a interferência do CS, limitando a atuação da AG, conforme apresenta Zamur (2016):

[...] As maiores críticas focam-se na falta de transparência na seleção dos candidatos e na falta de participação real da AG no desempenho autoritário do CS. Contrariamente ao prescrito na Carta da ONU, o que ocorre na prática é a nomeação de um candidato pelo CS, com a possibilidade de que membros permanentes exerçam seu poder de veto para barrar a escolha de um nome indesejado, que em seguida é encaminhado para a AG para sanção. O texto da Carta é claro ao limitar o papel do CS à *recomendação* de pessoas hábeis para a função. Da maneira como o processo tem sido conduzido, o CS vem usurpando o poder da AG de conceder a palavra final na decisão sobre o novo líder. Além da questão da legalidade, a grande falha desse método de trabalho é relegar a um grupo pequeno de países (os participantes do CS, especialmente os cinco com assento permanente) uma determinação que afetará todos os Estados-Membros. Sugestões de melhorias incluem a recomendação de um número maior de candidatos pelo CS para posterior análise da AG, uma participação ampliada de outros setores, como a sociedade civil, na busca de pessoas aptas a desempenhar função de Secretário-Geral e divulgação pública dos nomes indicados, para que haja aumento da transparência e que todos os países interessados possam opinar e contribuir com o processo decisório (ZAMUR, 2016, p. 211-212).

Apesar das críticas e das reivindicações por reformas empreendidas à referida configuração institucional, o cenário internacional é fortemente influenciado pelas nações vencedoras, sobretudo pela liderança americana e pela emergência de organismos internacionais, como a ONU, os quais tornam-se responsáveis pela consolidação de mecanismos internacionais e institucionalizados de governança da ordem global.

Segundo afirma Boff (2016), a governança global é uma exigência impostergável do mundo globalizado e fundamental para o enfrentamento dos problemas mundiais. O autor retrata que a ideia não é exatamente nova e avalia seu funcionamento no contexto da ONU:

[...] Como pensamento, estava presente em Erasmo e em Kant e ganhou seus primeiros contornos reais com a Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial e definitivamente depois da Segunda Guerra Mundial por meio da ONU. Mas esta funciona mal devido ao privilégio antidemocrático de algumas potências que detêm o direito de veto e assim inviabilizam qualquer encaminhamento global que vá contra os seus interesses. Organismos como o FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, da Saúde, do Trabalho, das Tarifas e do Comércio (Gatt) e a Unesco são organismos que expressam certa governança global (BOFF, 2016, p. 113).

Barbosa e Barbosa (2016) explicam que a governança surge da “[...] preocupação pública quando existe interdependência entre os atores da sociedade, ou seja, as ações de uns começam a interferir no bem-estar e nas ações dos outros. [...]” (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 121):

[...] As formas de governança que se observam nada mais são do que uma busca de instituir práticas cuja base de legitimação só pode advir de uma ideia de interesses compartilhados e, portanto, legítimos. Não se acredita, contudo, que esse processo se dê de modo justo ou por meio de regras que atentem necessariamente para a diminuição das inequidades globais. As formas de governança e de regimes que se manifestam no âmbito internacional são complexas e assimétricas, abarcando percepções conflitantes e convergentes dos mais diversos agentes internacionais.

Essa teoria procura mostrar a complexidade de forças que trabalham em um determinado domínio e se casa com a contribuição da interdependência complexa. O Estado não mais pode ser visto como um ator unitário racional, mas como uma série de interseções burocráticas e institucionais das diversas áreas da política que vem sendo cada vez mais infiltradas por forças domésticas e transnacionais (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 127).

As autoras relatam que desde sua criação, foram incorporados à ONU novos membros, novos discursos, novas demandas, novas estruturas especializadas, assim como novos mecanismos e áreas de atuação, conforme cada contexto histórico, possibilitando inclusive o diálogo com representantes da sociedade civil, sejam provenientes de movimentos sociais, sejam de setores governamentais, sejam de organizações não-governamentais etc., agentes que “[...] atuam em diversos setores como direitos humanos, meio ambiente, combate à pobreza, combate à corrupção, etc.” (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 130).

O que não significa que todos os países se fazem igualmente representados perante a concepção de sociedade civil global. Silva (2011), problematizando conceitos que perpassam a expressão e considerando que tem ocorrido aumento da participação de sujeitos e de instituições não-governamentais nas problemáticas internacionais, investiga a participação e efetiva contribuição de organizações não governamentais (ONGs) em importantes conferências realizadas pela ONU e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) entre os anos de 1992 e 2005, concluindo que não há “[...] ‘evidência empírica’ suficiente para afirmar a existência – ou constituição – de uma *sociedade civil global* – sobretudo quando constatamos que não existe nenhum equilíbrio na distribuição das ONGs pelo globo [...]” (SILVA, 2011, p. 230, itálico do autor). Portanto, mesmo considerando como importante o diálogo com representantes da sociedade civil para o apontamento de problemas, reivindicações e proposições, vemos que eles não têm exatamente a mesma liberdade e poder igualitário de decidir ou contribuir, diretamente, na elaboração de políticas públicas:

A sociedade civil global não é – a despeito do que intuitivamente possa sugerir esta expressão – a união das sociedades civis de *todos* os Estados-nacionais do globo; ou, uma *sociedade* formada pelos cidadãos de *todos* os países, ignorando as fronteiras nacionais e respectivos governos; ou uma associação *mundial* de agentes sociais que se organizam de forma independente dos agentes do mercado e dos governos. Aliás, a união dessas palavras induz ao erro, pois utiliza as virtudes atribuídas historicamente ao conceito de *sociedade civil* – com forte ligação com o contexto de formação dos Estados-nacionais – para qualificar a atuação de agentes sociais que se organizam além das fronteiras dos Estados; e aproveita a grandiosidade do adjetivo *global* para representar uma realidade que não envolve *todo o planeta* – as ligações podem ser entre dois, três ou dezenas de países, mas em nenhum caso envolvem todos – de modo que seu significado é distorcido [...] (SILVA, 2011, p. 1, itálico do autor).

Sabe-se, entretanto, que o discurso e o incentivo à cooperação na defesa por uma sociedade civil global estão em voga. Rodrigues e Maciel (2016) apontam que as discussões em torno da “[...] agenda internacional para os próximos anos tendem a tratar sobre duas questões centrais para a ordem global: a cooperação internacional e as organizações internacionais” (RODRIGUES; MACIEL, 2016, p. 1375). Questões essas diretamente vinculadas, sendo reflexo do multilateralismo que se fortaleceu no século XIX, frente à defesa do “[...] enfrentamento de questões econômicas, políticas e sociais que limitavam o desenvolvimento dos povos e o estabelecimento da paz e segurança internacionais [...]” (RODRIGUES; MACIEL, 2016, p. 1378).



Os autores destacam em especial as proposições de parcerias cooperativas, nas quais o desenvolvimento passou a ser o objetivo central a partir da Segunda Guerra Mundial, visando a elaboração de políticas globais e conseqüentemente, influenciando nas políticas nacionais:

[...] A ONU tem exercido papel de destaque em um grande número de áreas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, por meio de contribuições importantes e pioneiras – nacional e internacionalmente – na definição de prioridades e recomendações sobre o tema do desenvolvimento e na construção de um sistema que possa auxiliar os países no processo de obtenção de recursos técnicos e humanos adequados (RODRIGUES; MACIEL, 2016, p. 1384).

Vale considerar ainda observação feita por Barbosa e Barbosa (2016), quanto às instituições internacionais, com duas faces a serem consideradas: daquelas instituições que se mostram “[...] passivas, enquanto palco de negociações; e ativas, enquanto agentes promotores de agenda [...]” (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 116). No primeiro caso, considera-se a possibilidade de as organizações serem pouco influentes e até terem uma existência temporária diante das relações de poder que perpassam o meio internacional. Entretanto, reconhece-se uma crescente institucionalização na forma como se relacionam, além da participação em fóruns intergovernamentais, com maior atuação de instituições não-estatais. Já no que tange às instituições promotoras de agenda, as autoras afirmam que não devem ser negligenciadas, visto que têm legitimidade para influenciar internacionalmente os Estados, os agentes internacionais e a sociedade civil global, estando comprometidos com os seus próprios objetivos à medida que influenciam na construção de interesses e de identidades (BARBOSA; BARBOSA, 2016).

Pensando no contexto que nos é mais próximo, o Brasil integra os membros fundadores e recebe representação da ONU em território nacional desde 1947, por meio de variados programas, agências, fundos etc., que atuam em conjunto com governos (federal, estaduais e municipais), instituições privadas, academia, organizações não governamentais, sociedade civil em geral, tendo em vista as necessidades nacionais e os compromissos internacionalmente firmados (ONU, [20--?]). Segundo Bugiato (2016), no que tange ao projeto de consolidação da paz:

[...] No caso do Brasil e da América do Sul, considerados uma zona de paz (pelo menos no sentido de não haver guerras interestatais), a principal forma de atuação da ONU não gera consequências diretas. Todavia, é a atuação da ONU nas áreas social, econômica, da saúde e de direitos humanos, entre outras, que impacta em homens e mulheres da região, tratando dos problemas da periferia do sistema [...] (BUGIATO, 2016, p. 174).

Em suma, vê-se que a ONU se estabelece atualmente enquanto um organismo internacional de consolidada atuação e influência no cenário internacional e nacional, amparada pelo paradigma liberal-internacionalista que norteia sua estrutura e suas relações, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Concordamos, portanto, com Rodrigues (2016), ao propor que a ONU deve ser estudada “[...] como uma arena política, modelada por relações de poder e que expressa, dessa maneira, o mundo e o conjunto de relações de força que a constituíram historicamente. [...]” (RODRIGUES, 2016, p. 1274).

Diante do exposto, pode-se concluir que a ONU é uma organização internacional, representativa da governança global e da interdependência política e econômica que constitui o mundo contemporâneo, compreendendo uma organização que tanto influencia como é influenciada por múltiplas negociações, não podendo, desse modo, ser tratada como dotada de neutralidade frente à complexidade de forças contraditórias que imperam no contexto do qual faz parte.

Na próxima subseção, contextualizamos as discussões em torno das origens do movimento de desenvolvimento sustentável, cenário do qual emergem as bases que fundamentam a Agenda 2030.

### **5.1.2 Origem do desenvolvimento sustentável**

Boff (2016) aborda a procedência do conceito *sustentabilidade*<sup>36</sup>, com mais de 400 anos de história, retratando as origens amplamente desconhecidas do termo, uma

---

<sup>36</sup> Segundo expõe o autor, a sustentabilidade representa, na ecologia, os procedimentos necessários para manter vivo o planeta Terra, seu conjunto de biomas e de seres vivos, protegendo-os, alimentando-os “[...] a ponto de estarem sempre bem conservados e à altura dos riscos que possam advir [...]” (BOFF, 2016, p. 34).

vez que tende a ser vinculado a marcos históricos mais recentes, como os eventos internacionais liderados pela ONU, desde os anos 1970. O filósofo relata que a ideia nasceu junto com a silvicultura (ciência dedicada aos cuidados necessários ao manejo de florestas), no ano 1560, na Província da Saxônia, na Alemanha, após ampla exploração e início da escassez de florestas. Sendo o ano 1713, o momento em que, na mesma localidade, “[...] com o capitão Hans Carl von Carlowitz, que a palavra ‘sustentabilidade’ se transformou num conceito estratégico [...]” (BOFF, 2016, p. 35), a partir do lançamento de um tratado sobre sustentabilidade, intitulado *Silvicultura oeconomica*, defendendo a exploração sustentável da madeira, conforme segue:

[...] Seu lema era: “devemos tratar a madeira com cuidado” [...], caso contrário, acabar-se-á o negócio e cessará o lucro. Mais diretamente: “corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento”. A partir desta consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores nas regiões deflorestadas. As ponderações de ontem conservam validade até os dias de hoje, pois o discurso ecológico atual usa praticamente os mesmos termos de então (BOFF, 2016, p. 35).

Tratando especificamente do conceito de desenvolvimento sustentável, Barbieri (2020), especialista na área de gestão da sustentabilidade, considera a primeira Década das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1960-1970), movimento que visava a “[...] redução da pobreza nos países subdesenvolvidos [...] tendo como elemento promotor da melhoria de vida o crescimento econômico, seguido pela redução do desemprego e do subemprego [...]” (BARBIERI, 2020, p. 19), o marco inicial do movimento do desenvolvimento sustentável, o qual segue sendo proposto em diversos eventos e acordos internacionais firmados no decorrer da segunda metade do século XX. Dentre os principais marcos históricos, estão:

Quadro 7 – Desenvolvimento sustentável: marcos históricos

(continua)

<b>Eventos internacionais que marcam a história do desenvolvimento sustentável</b>	<b>Ano</b>
Primeira Década do Desenvolvimento da ONU (1960-1970)	1959
Criação do Instituto das Nações Unidas de Pesquisa sobre Desenvolvimento (UNRISD)	1963
Criação do Instituto das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD)	1964
Criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	1965
Criação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	1967
Conferência da Unesco sobre conservação e uso racional de recursos	1968

Quadro 7 – Desenvolvimento sustentável: marcos históricos

(conclusão)

<b>Eventos internacionais que marcam a história do desenvolvimento sustentável</b>	<b>Ano</b>
Programa Homem e Biosfera da Unesco	1970
Criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo)	1972
Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep)	1972
Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a criação de uma Nova Ordem Mundial	1974
Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)	1975
Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UM-Habitat)	1978
I Conferência Mundial sobre o Clima	1979
Publicação do documento Estratégia de Conservação Mundial (UICN, Unep, WWF)	1980
Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)	1983
Assembleia Geral da ONU declara o desenvolvimento como um direito humano	1989
Publicação do relatório Nosso Futuro Comum	1987
Criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)	1988
Primeira publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Pnud	1990
Publicação do documento Cuidando do Planeta Terra	1991
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro)	1992
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johanesburgo – Rio+20)	2002
Cúpula Mundial das Nações Unidas (Nova York)	2005
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro – Rio+20)	2012
Criação do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	2013
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	2015

Fonte: Barbieri (2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Apesar de não pretendermos abordar todos os eventos e os acordos internacionais pelos quais perpassam o movimento do desenvolvimento sustentável, segundo sistematizado por Barbieri (2020), vale apresentá-los como marcos históricos do contexto em análise. O autor relata que a preocupação com os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento e do crescimento econômico surgiram paulatinamente, de diferentes maneiras, inicialmente em âmbitos locais e nacionais, sendo tardiamente tratados como questões de ordem mundial, sofrendo agravamento após a Segunda Guerra Mundial e exigindo novos modos de intervenção para atuar sobre o cenário global (BARBIERI, 2020).

Ivanova e Bueno (2016) afirmam que a discussão em torno do meio ambiente no cenário internacional é recente, sendo proveniente do final da década de 1960, passando a marcar presença nas temáticas abordadas pela ONU antes mesmo da

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que foi a primeira conferência ambiental, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Nessa ocasião já era perceptível que “[...] a tensão entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento (leia-se, crescimento econômico) estava presente nas negociações [...]” (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 712-713) e em acordos multilaterais, mas não se fazia presente de forma coordenada no nível institucional.

A conferência teve dois importantes resultados: a assinatura da Declaração de Estocolmo, “[...] incluindo dispositivos sobre conservação da natureza, recursos não-renováveis, substâncias tóxicas, poluição marinha e crescimento populacional [...]” (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 714); e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), como instituição responsável pelas questões relacionadas ao meio ambiente na ONU (IVANOVA; BUENO, 2016).

Apresentada com destaque por Barbieri (2020), a Conferência de Estocolmo mostra-se importante para a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, embora ainda não existisse nesses termos, apontando, em relatório final, as diferenças entre os problemas ambientais de países industrializados e de países em desenvolvimento:

[...] Nesses países [os em desenvolvimento], *as raízes dos problemas ambientais estão basicamente fincadas na pobreza e na própria falta de desenvolvimento*. Em outras palavras, *são problemas da pobreza urbana e rural*. Não são apenas as condições de vida que estão em perigo nas cidades e no campo, mas a própria vida devido a *problemas típicos da pobreza*, tais como abastecimento deficiente de água potável, moradias inadequadas, falta de saneamento básico, nutrição insuficiente, doenças infecciosas, desastres naturais. Embora sejam problemas em grau não inferior à contaminação produzida pela atividade industrial, eles exigem atenção especial ao contexto das preocupações ambientais, inclusive pelo fato de afetarem a maior parte da humanidade. O relatório ressalta que problemas como esses podem ser superados em grande parte pelo próprio desenvolvimento.

Já nos países industrializados avançados, os problemas ambientais decorrem de seus processos de desenvolvimento. A criação de uma grande capacidade produtiva na agricultura, indústria e comércio, o crescimento de sistemas complexos de transporte e comunicação, a evolução rápida dos conglomerados humanos, são exemplos de fatores que de algum modo causam danos e perturbações ambientais. O relatório adverte que o desenvolvimento espontâneo, sem planejamento ou regulamentação, pode também produzir efeito semelhantes nos países em desenvolvimento. Assim, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente deve ser necessariamente considerada, e, se isso for feito, o desenvolvimento

converte-se em medidas para resolver os problemas ambientais mais importantes desses países (BARBIERI, 2020, p. 22-23, *itálico nosso*).

Barbieri (2020) menciona ainda, a impossibilidade de colocar a pobreza no mesmo patamar de ameaça dos padrões de consumo perdulário, afirmando que “[...] as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados” (BARBIERI, 2020, p. 32), anunciando que, nos anos seguintes à Conferência de Estocolmo, a erradicação da pobreza e a mudança do padrão de consumo se tornariam temas fundamentais ao desenvolvimento sustentável.

Os trechos em destaque na citação e mesmo as considerações feitas posteriormente, nos chamam atenção por sugerirem que a causa para os problemas ambientais dos países em desenvolvimento tem origem na pobreza (seja ela urbana, seja ela rural) ou em padrões de consumo perdulário, sem apontar quais são os fatores que geram a pobreza e o consumismo (inerentes ao próprio sistema capitalista), apontando o desenvolvimento como simples e milagrosa solução, como se não houvesse relação alguma com a própria produção de pobreza e com os problemas ambientais relatados. Boff (2016) faz menção a esse tipo de discurso e desvela algumas de suas contradições:

Analisando, porém, criticamente, as causas reais da pobreza e da degradação da natureza, vê-se que resultam, não exclusivamente, mas principalmente, do tipo de desenvolvimento industrialista/capitalista praticado. Ele é que produz degradação, pois dilapida a natureza em seus recursos e explora a força de trabalho, pagando baixos salários e gerando assim pobreza e exclusão social.

É por esta razão que a utilização política da expressão *desenvolvimento sustentável* representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz (BOFF, 2016, p. 49, *itálico do autor*).

Ainda tratando dos resultados de Estocolmo, Barbieri (2020) reconhece a frustração no alcance dos resultados almejados e ressalta a atualidade dos problemas ambientais da época:

Vale mencionar que esse diagnóstico não mudou muito desde então, as ameaças continuam graves mesmo com todos os esforços realizados. Por exemplo, um relatório da OMS de 2018 informa que a poluição atmosférica

configura uma crise de saúde pública global, pois ameaça a saúde das pessoas de todas as idades, em todo mundo, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais [...] (BARBIERI, 2020, p. 31).

O autor afirma que a expressão desenvolvimento sustentável surge em 1980, no documento intitulado *Estratégia de Conservação Mundial*<sup>37</sup>, sendo mais amplamente divulgado a partir de 1987, com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão *Brundtland*, “[...] cujo núcleo central é a formulação dos princípios do desenvolvimento sustentável entendido como um direito humano [...]” (BARBIERI, 2020, p. 35).

Ivanova e Bueno (2016) e Buss (2019), também dão destaque ao ano de 1987 e ao Relatório *Brundtland*, segundo o qual o desenvolvimento sustentável permite satisfazer as necessidades da atual geração, sem comprometer as capacidades das futuras gerações, tornando-se assim, uma das definições mais amplamente conhecidas, propondo a distribuição equitativa de recursos, priorizando as populações mais pobres. As principais características do desenvolvimento sustentável, segundo consta no referido relatório, são:

[...] justiça inter e intra-geracional e a harmonização entre interesses ambientais, sociais e econômicos. O primeiro aspecto diz respeito a equidade e questões de distribuição entre países, assim como entre gerações. Isso significa que todos devem preservar o meio ambiente para o aproveitamento e utilização de todos. O segundo aspecto reconhece que um meio ambiente saudável é fundamental tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a justiça social, providenciando recursos naturais e condições de existência benéficas. Uma economia próspera permite que a sociedade invista em maiores proteções ambientais e redução da pobreza. E a justiça social garante que os recursos naturais sejam bem manejados, que o meio ambiente seja reconhecido propriamente e que os ganhos sejam distribuídos equitativamente [...] (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 719).

O conceito ganha maior popularidade e é consolidado a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, ocasião em que ganhou relevância frente ao cenário internacional (IVANOVA; BUENO, 2016; BARBIERI, 2020). Entre os resultados considerados importantes, estão:

---

<sup>37</sup> *World Conservation Strateg.*

[...] a) a adoção da Declaração do Rio, b) a adoção de três acordos ambientais multilaterais (a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, e a Convenção sobre o Combate a Desertificação); c) a adoção de princípios sobre proteção florestal; d) a adoção da Agenda 21, um plano de ação para políticas de desenvolvimento sustentável; e e) a criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 720).

No período de realização da Rio-92 a sociedade civil manifestava-se por meio da *Carta da Terra*, reivindicando “[...] a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica no século XXI” (BUSS, 2019, p. 44). Buss (2019) avalia positivamente as repercussões do evento e aponta desafios que se destacaram na época:

[...] A Cúpula do Rio foi muito bem-sucedida politicamente, pois atraiu a atenção do mundo e o engajamento ativo e participação de praticamente todos os líderes nacionais. Seus desafios estão em duas áreas: primeiro uma ênfase excessiva no “ pilar do meio ambiente” nas negociações e, em segundo lugar, reduzida implementação de metas estabelecidas sob a Agenda 21, particularmente aqueles relacionados à ajuda e cooperação ao desenvolvimento (BUSS, 2019, p. 45).

Quanto à Agenda 21, em destaque nas citações acima, Barbieri (2020) afirma tratar-se de um programa de ação não mandatário, isto é, “[...] cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade.” (BARBIERI, 2020, p. 86), dedicado a orientar as nações para alcançar um desenvolvimento econômico considerado socialmente justo e ambientalmente sustentável.

No contexto brasileiro, o programa atuou prioritariamente na área ambiental e, segundo afirma Barbieri (2020), não se popularizou e não alcançou os resultados esperados, “[...] em termos globais o meio ambiente continuava sendo degradado e a situação social da maioria da população não mostrava melhora significativa” (BARBIERI, 2020, p. 97).

Desde então, o tema meio ambiente passou a ser tratado sempre acompanhado de questões relacionadas ao desenvolvimento, constando em negociações e em acordos multilaterais (IVANOVA; BUENO, 2016). Vê-se assim, a evolução e adesão ao conceito de desenvolvimento sustentável entre os anos 1972 e 1992,



repercutindo na criação do Pnuma e de outras agências de proteção ambiental (BUSS, 2019).

Ivanova e Bueno (2016), ao retratarem esse marco, questionam a efetividade do arranjo institucional que propõe a integração dos dois conceitos (*desenvolvimento sustentável*), e lançam uma possível explicação para a adesão à convergência conceitual:

[...] Uma possível explicação para essa convergência conceitual é que, sem o reconhecimento da importância do crescimento econômico de países em desenvolvimento, eles não teriam nenhum incentivo de participar das negociações, e muito menos de comprometerem-se a obrigações internacionais. A inclusão de normas sobre financiamento, transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades, por exemplo, resolve parcialmente essa questão e cria incentivos para um maior número de países serem partes de uma solução multilateral para crises ambientais globais (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 729).

Barbieri (2020) aborda contradições, ambiguidades e críticas dispensadas à expressão, desde o contexto da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987. A conclusão a que o autor chega vai ao encontro do que Ivanova e Bueno (2016) apontam, ao afirmar que o vislumbre do crescimento econômico foi o que possibilitou a adesão, entretanto, aponta que havia a intenção de neutralizar o receio de ter o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento:

Incluir o crescimento econômico como um objetivo do desenvolvimento sustentável foi uma espécie de exorcismo que livrou o desenvolvimento sustentável do anátema que pesava sobre o ecodesenvolvimento. Provavelmente, esse é o fato que mais favorece a aceitação da ideia de desenvolvimento sustentável por parte de amplos setores da sociedade de todos os países, principalmente governantes, políticos, empresários e dirigentes de empresas [...]

A CMMAD procurou neutralizar esse receio ao considerar a necessidade de mudar a qualidade do crescimento como objetivo do desenvolvimento sustentável para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia. O desenvolvimento sustentável considera o crescimento importante, como mencionado, mas requer mudanças na forma habitual de encará-lo, não mais como um fim em si mesmo ou para preservar o *status quo*, mas como parte de um processo de melhoria da qualidade de vida de todos os humanos (BARBIERI, 2020, p. 40-41).

Na sequência inúmeros outros eventos foram realizados, abordando também o desenvolvimento sustentável e questões relativas às mudanças climáticas, a fim de

rever o progresso da Agenda 21, entre os quais, Buss (2019) e Barbieri (2020) mencionam: Conferência sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993; Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em 1995; Conferência sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995; Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em 1996; Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em Roma, em 1996; Cúpula da Terra + 5, realizada em 1997, em Nova York; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, em Joanesburgo; etc.

Boff (2016) refere-se ao contexto de 1997, no qual ocorreu a Rio+5, com objetivo de avaliar avanços desde a Rio-92, como momento marcado por contradições diante do projeto de desenvolvimento sustentável:

Para os analistas ficava cada vez mais clara a contradição existente entre a lógica do desenvolvimento de tipo capitalista, que sempre procura maximizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiças), e entre a dinâmica do meio ambiente, que se rege pelo equilíbrio, pela interdependência de todos com todos e pela reciclagem de todos os resíduos (a natureza não conhece lixo) (BOFF, 2016, p. 37).

Quanto aos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2002, Boff (2016) menciona a notória presença de disputas por interesses econômicos entre grandes corporações e entre países produtores de petróleo, deixando à margem as preocupações ambientais:

Joanesburgo terminou numa grande frustração, pois se perdeu o sentido de inclusão e de cooperação, predominando decisões unilaterais das nações ricas, apoiadas pelas grandes corporações e os países produtores de petróleo. A questão da salvaguarda do planeta e da preservação de nossa civilização foi apenas referida marginalmente. Falou-se de sustentabilidade, mas sem constituir a preocupação central (BOFF, 2016, p. 38).

Buss (2019) relata que até o ano de 2002 “[...] alguns resultados positivos foram alcançados, mas que, em geral, os esforços de implementação foram malsucedidos nos níveis nacional e internacional” (BUSS, 2019, p. 45). O mesmo é ressaltado por Ivanova e Bueno (2016), ao afirmarem que em 2002, passados dez anos desde a conferência realizada no Rio de Janeiro, a agenda ambiental foi renegociada na

Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, com um sentimento de desapontamento frente às metas não alcançadas:

[...] Os países do Norte não estavam nem perto de atingir o objetivo de providenciar 0,7% do seu PIB para assistência financeira. Ambos países desenvolvidos e em desenvolvimento falharam na implementação de acordos ambientais para proteger a biodiversidade, reverter a desertificação, reduzir poluição, lidar com químicos orgânicos persistentes e resíduos perigosos, ou combater as mudanças climáticas. Além disso, suspeitas por parte de países do Sul sobre novas promessas, e cautela dos países do Norte em destinar novos recursos resultaram em falta de progresso intergovernamental e a propagação de uma nova abordagem de governança – parcerias entre organizações internacionais, governos, indústria e organizações não-governamentais (ONGs) para traduzir princípios em projetos (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 721-722).

Em consonância com os autores, Barbieri (2020) afirma que o evento representou “[...] um ponto de inflexão no movimento do desenvolvimento sustentável [...]” (BARBIERI, 2020, p. 111):

[...] Os documentos aprovados [...] vão pouco além de exortação e conclamações típicas dos documentos das Nações Unidas visando atender a expectativa de nunca encerrar uma Cúpula sem aprovar documentos, ainda que inócuos, para não admitir o seu fracasso. Embora os anos de 1990 registrassem crescimento econômico expressivo, não foi suficiente para reduzir as desigualdades sociais e regionais, mais uma prova de que pode haver crescimento sem desenvolvimento. A Cúpula foi realizada nesse clima de pessimismo e de desconfiança com as promessas da globalização e, conseqüentemente, com um dos seus instrumentos mais importantes, o multilateralismo [...] (BARBIERI, 2020, p. 111).

Conforme retratado por Barbosa e Barbosa (2016) o período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990 foi marcado por importantes transformações na atuação da ONU, no qual destaca-se a emergência do neoliberalismo e sua expansão para os países em desenvolvimento:

Com a forte crise econômica e as conseqüências gravosas quanto ao estado de bem estar social, associada à crise fiscal do estado, ascende um pensamento econômico neoliberal na década de 1980, especialmente entre os países centrais. É visível a mudança nos discursos com relação ao direito ao desenvolvimento, com reflexos importantes no âmbito não só da ONU como dos documentos do Banco Mundial. Se antes havia uma busca pelo desenvolvimento, as instituições norteadoras da governança global passam a trazer de modo veemente uma severa mudança de discurso que tem como ênfase o alívio da pobreza. [...]

A partir da década de 1990, o ideário do neoliberalismo econômico se expande para a periferia que passa a adotar as regras do Consenso de Washington e as medidas de redução do papel do Estado, associado às

demandas de estabilização macroeconômica, ajustes fiscais, liberalização comercial. Os países em desenvolvimento buscam atrelar a ideia de desenvolvimento ao meio ambiente, de modo a resguardar essas demandas perante ao complexo de regimes de Mudanças Climáticas e Biodiversidade inaugurados na Rio 92 (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 134-135).

Independente das avaliações negativas, foi a partir do contexto de 1992 que a expressão desenvolvimento sustentável rompeu as barreiras dos discursos ambientais, popularizou-se em documentos oficiais de organismos internacionais, de empresas, de meios de comunicação etc. (BOFF, 2016), sendo apresentado como:

[...] um ideal a ser atingido ou então como um qualificativo de um processo de produção ou de um produto, feito pretensamente dentro de critérios de sustentabilidade, o que, na maioria dos casos, não corresponde à verdade. Geralmente entende-se a sustentabilidade de uma empresa se ela consegue se manter e ainda crescer, sem analisar os custos sociais e ambientais que ela causa. Hoje o conceito é tão usado e abusado que se transformou num modismo, sem que seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido (BOFF, 2016, p. 38-39).

Barbieri (2020) relata que entre 1992 e 2002, identifica-se o desenvolvimento de dois movimentos considerados antagônicos, o desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo, entre os quais o movimento sustentável pode ter sido comprometido, ocorrendo, no mínimo, uma acomodação entre eles:

Há quem entenda que no confronto entre esses dois movimentos, o desenvolvimento sustentável levou a pior. Por exemplo, Ignacy Sanchs fala em uma contrarreforma neoliberal que agia em sentido contrário à Cúpula do Rio de Janeiro, o que fez com que os 10 anos seguintes fossem “em muitos aspectos, uma Rio-10”. De fato, os programas de ajustes macroeconômicos orientados pelo FMI e o Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990 basearam-se nas propostas neoliberais. Os empréstimos do FMI exigiram que os países tomadores adotassem medidas neoliberais [...] que em geral reduziam a capacidade dos estados de agir em prol do desenvolvimento sustentável. O *paradoxal* desse fato é que o FMI e o Banco Mundial também são parceiros prioritários do desenvolvimento sustentável, como se vê de modo insistente em seus documentos [...].

É razoável supor, no entanto, que esses dois movimentos se acomodaram mutuamente. Certas propostas neoliberais vieram ao encontro do desenvolvimento sustentável [...].

Embora as propostas neoliberais tivessem como apoiadores os grandes empresários e seus dirigentes, principalmente os das áreas financeiras, muitos deles também aderiram ao desenvolvimento sustentável, sendo que centenas de organizações empresariais foram criadas para promovê-lo [...] (BARBIERI, 2020, p.112, *itálico nosso*).

Os trechos acima ilustram intencionalidades neoliberais que passam a influenciar o movimento do desenvolvimento sustentável, algo colocado como paradoxal por Barbieri (2020). Nos perguntamos se compreende algo paradoxal ou previsível diante de toda a contextualização realizada até o momento. O autor parece relativizar essa relação ao afirmar que a “[...] promoção do desenvolvimento sustentável é uma questão de interesse público tão relevante que transcende a dicotomia *mercado versus intervenção estatal* [...]” (BARBIERI, 2020, p. 113, itálico do autor). Percebemos nessa e em outras passagens que autor assume o discurso dos organismos internacionais<sup>38</sup>, conforme pode ser constatado a seguir:

[...] Como afirma um documento do Banco Mundial, o mercado funcionando em regime de livre-concorrência é “o melhor método já descoberto pela civilização para produzir e distribuir bens e serviços com eficiência. Entretanto, ele necessita de um marco jurídico e normativo que somente o estado pode instituir”. Os aspectos convergentes desses dois movimentos, além de aumentarem o número de instrumentos de ação, tanto para as empresas quanto para os governantes, favorecem o engajamento das empresas ao desenvolvimento sustentável, que de outra forma não o fariam, como atesta o fracasso do ecodesenvolvimento [...] (BARBIERI, 2020, p. 113).

No desenrolar desse contexto, diante da necessidade de novas formas de gerenciamento do planeta frente aos desafios que se destacam no século XXI, a ONU promoveu a Cúpula do Milênio, em 2000, estabelecendo, mediante a Declaração do Milênio das Nações Unidas, oito ODM (Figura 1), 21 metas e 60 indicadores, com vigência até 2015, evidenciando a importância de políticas públicas e de parcerias público-privadas, mediante um pacto global, para o combate à pobreza, rumo ao desenvolvimento das nações (BARBOSA; BARBOSA, 2016; BUSS, 2019).

---

<sup>38</sup> Importante registrar que as concepções e os posicionamentos defendidos pelo autor não coadunam com a perspectiva crítica à qual nos dedicamos nesta pesquisa, entretanto, mostrou-se uma obra importante de ser considerada pelo aprofundamento no objeto investigado

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ONU ([20--?]).

A Declaração do Milênio apresentava uma concepção inovadora de desenvolvimento, fundamentada em indicadores de desenvolvimento humano, reafirmando a importância da cooperação internacional (RODRIGUES; MACIEL, 2016):

Nessa declaração é reafirmada a essencialidade da cooperação internacional como forma de resolução para os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário. É destacada, por exemplo, a necessidade de intensificar a cooperação entre a ONU, as organizações regionais e os parlamentos nacionais; de ampliação da cooperação para reduzir o número e os efeitos das catástrofes, tanto naturais quanto as provocadas por seres humanos; de incentivo aos projetos de cooperação relacionados aos temas do refúgio e da assistência humanitária; além de ressaltar a importância da sociedade civil na realização destes e de outros objetivos da ONU (RODRIGUES; MACIEL, 2016, p. 1398).

Barbieri (2020) relata que a Declaração do Milênio apresentava o desafio de converter a globalização “[...] em uma força positiva para todos os habitantes da Terra, uma vez que seus benefícios e custos se distribuem de forma muito desigual” (BARBIERI, 2020, p. 101), e que, tendo em vista dados do ano 1990, para medir os progressos globais, algumas metas deixaram a desejar, mas algumas foram alcançadas, e exemplifica: “[...] em 1990, cerca de metade da população das regiões em desenvolvimento sobrevivia com menos de US\$ 1.25 por dia; esta porcentagem caiu para 14% em 2015 [...]” (BARBIERI, 2020, p. 102).

Quanto ao contexto brasileiro, Barbieri (2020) relata:

No Brasil, os ODM foram objetos de políticas públicas da União, dos estados e de muitos municípios, incluindo contribuições da sociedade civil organizada. São exemplos de iniciativas no plano federal os programas Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em relação ao ODM-1; e o Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho em relação ao ODM-3. Outros objetivos se valeram de programas já consolidados, mas repaginados pra aumentar sua eficiência, como o caso do Programa Nacional de Imunização em relação ao ODM-4. Também no âmbito federal, e com o apoio do PNUD, foi criado o Prêmio ODM Brasil para incentivar e valorizar as práticas que contribuam para o alcance desses objetivos por parte de governos municipais e organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos (BARBIERI, 2020, p. 107).

Buss (2019) afirma que a maior parte das metas e dos ODM não foram alcançados no período estipulado (2000-2015), sendo repassadas à agenda subsequente. As dificuldades de concretização foram várias, além das metas por vezes ambiciosas, somaram-se os efeitos da crise econômica global iniciada em 2007-2008 e das investidas neoliberais que levaram a maior concentração de renda, impedindo o combate às desigualdades sociais (BUSS, 2019).

Em 2006, por meio de consultas informais, iniciou-se um processo longo, que se estenderia por anos, a fim de repensar a configuração institucional da área ambiental e propor uma reforma da governança ambiental para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a maior conferência ambiental da história, realizada em 2012, no Rio de Janeiro (IVANOVA; BUENO, 2016). A Rio+20 foi planejada pela ONU, visando a definição da nova agenda de desenvolvimento sustentável (BUSS, 2019). Nesse momento, passados vinte anos desde a Rio-92, pretendia-se “[...] assegurar o comprometimento político pelo desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso e falhas de implementação, e discutir novos desafios [...]” (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 725).

O documento produzido na conferência, intitulado *O Futuro que Queremos*, apontou as diretrizes para a elaboração da agenda pós-2015, a partir do qual os países signatários reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável, tendo em vista as dimensões econômica, social e ambiental, e “[...] a erradicação da pobreza e da fome como o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável [...]” (BUSS, 2019, p. 50).

Barbieri (2020) afirma que a Rio+20 não apresentou o brilhantismo e a repercussão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, mas apresentou progressos ao rediscutir e dar novas perspectivas a temas relativos ao desenvolvimento sustentável. De igual maneira, Ivanova e Bueno (2016), avaliam:

[...] Se, por um lado, os Estados renovaram seu comprometimento ao desenvolvimento sustentável e ao provimento de recursos financeiros, tecnológicos e institucionais, por outro eles não criaram metas tangíveis e prazos, e os comprometimentos feitos não são compatíveis com as necessidades atuais. Ainda assim, o documento final, *O Futuro que Queremos*, conteve provisões importantes sobre produção e acesso a alimentos, água, mudanças climáticas, desmatamento e químicos, além de, também introduzir o comprometimento político para criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, o documento avança no arranjo institucional para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 725).

Buss (2019) retrata que o fortalecimento do Pnuma e o investimento em recursos que apoiassem projetos a serem desenvolvidos em países em desenvolvimento, não ocorreu conforme as reivindicações reformistas:

[...] Segundo a ONU, a reforma da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável deveria observar o equilíbrio entre as questões sociais, econômicas e ambientais, o que redundou no abandono da ideia de um PNUMA mais forte e orientador da condução do processo de implementação do desenvolvimento sustentável em nível global, já que sua vocação sempre esteve voltada eminentemente para a questão ambiental e, possivelmente, assim permaneceria (BUSS, 2019, p. 53).

Observa-se que não há unanimidade na avaliação dos resultados provenientes da Rio+20, existem posições que apontam para pouca evolução se comparado com conferências anteriores, destacando-se apenas por reafirmar, mesmo que retoricamente, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, apresentando-se mais como uma conferência de revisão daquilo que foi desenvolvido na Rio-92 e em Estocolmo-72, segundo os quais “[...] a Rio+20 teria se restringido a um aguado endosso aos processos anteriores” (BUSS, 2019, p. 55).

A partir do já mencionado documento *O Futuro que Queremos*, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, até então vigente, foi substituída pelo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (intergovernamental e universal), que passou a atuar em 2013, em colaboração com agências e órgão da ONU, a fim



de implementar os ODS (IVANOVA; BUENO, 2016). Quanto ao fórum, Ivanova e Bueno (2016) apontam para falhas estruturais que se mostram recorrentes:

[...] O documento da Rio+20 e da resolução da Assembleia Geral que criou o Fórum providenciaram uma visão importante para o novo arranjo institucional, mas não contêm uma clara divisão de trabalho entre as instituições para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Assim, o potencial para sobreposições de atividades, duplicação de trabalhos e competição entre o novo Fórum, o PNUMA e outras instituições da ONU e acordos ambientais multilaterais é significativa e ameaça perpetuar a dinâmica que levou à reforma institucional em primeiro lugar (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 728).

O Comitê Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável também foi criado, visando “[...] identificar e estabelecer fontes estáveis de financiamento para o processo de desenvolvimento sustentável, particularmente em apoio aos países em desenvolvimento [...]” (BUSS, 2019, p. 54), o qual realizou a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba, em 2015. Como resultado, a Agenda de Ação de Adis Abeba, contribuiu posteriormente na elaboração da agenda pós-2015 (BUSS, 2019).

Os documentos e proposições provenientes do conjunto de ações e resultados da Rio+20 foram apresentados e negociados no Grupo de Trabalho Aberto entre 2013 e 2014. Trata-se de um grupo intergovernamental com “[...] trinta vagas, cada uma delas liderada por dois países, constituindo-se num subconjunto dos 193 Estados-membros das Nações Unidas, que podiam se alternar na representação [...]” (BUSS, 2019, p. 56).

Em 2013, o Informe Final elaborado pelo Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas sobre a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, instituído para auxiliar o secretariado na elaboração de contribuições para a agenda, foi entregue ao Secretário-geral da ONU, destacando-se por ser o que mais se aproximou da versão final. Em 2014 o Grupo de Trabalho Aberto encaminhou o documento com os resultados finais para avaliação da AG das Nações Unidas, dando base para o andamento dos debates que se estenderiam até setembro de 2015. E, em dezembro de 2014, o Secretário-geral da ONU apresentou à AG o documento intitulado *O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas*

*as vidas e protegendo o planeta*, contendo contribuições para a agenda pós-2015 e diretrizes para elaboração dos ODS (BUSS, 2019). Quanto a este último documento, Buss (2019) afirma:

Levando em conta a experiência derivada de duas décadas de prática em matéria de desenvolvimento e as contribuições obtidas através de um processo aberto inclusivo, o relatório propõe uma agenda universal e transformadora para o desenvolvimento com base em direitos, em que as pessoas e o planeta ocupam um lugar central (BUSS, 2019, p. 60).

A resolução *Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, foi firmada entre os chefes dos Estados membros, a partir do documento encaminhado pelo Grupo de Trabalho Aberto e das negociações da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, contendo a proposta da Agenda 2030 e os ODS (Figura 2).

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU ([20--?]).

Trata-se, assim, de um plano de ação, elaborado por meio de um acordo coletivo, firmado entre os países-membros, lançando 17 ODS que, por sua vez, baseiam-se nos antecedentes oito ODM, ressaltando progressos já alcançados em países que apresentaram maior liderança e responsabilidade frente às metas, convocando parcerias e defendendo o *slogan: sem deixar ninguém para trás* (ONU, [20--?]). Segundo afirma Barbieri (2020):

[...] Esses ODSs fundamentaram nos ODMs visando concluí-los e responder a novos desafios. Porém, enquanto estes foram pensados para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, os ODSs foram pensados para todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, o que é mais acertado, pois nesses países também há muita pobreza, desigualdade social, de gênero, analfabetismo, degradação ambiental (BARBIERI, 2020, p. 131).

A nova agenda defende que as atenções se voltem para os cinco elementos da sustentabilidade (Figura 3), são eles: as pessoas, o planeta, a prosperidade (dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável), a paz e a parceria (dimensões política e institucional que orientam a governança) (BARBIERI, 2020). E tem como objetivo a transformação global até o ano de 2030, contemplando inúmeras mazelas sociais relacionadas à erradicação da pobreza, ao bem-estar humano, à proteção da natureza, além de mudanças climáticas<sup>39</sup>.

Figura 3 – Desenvolvimento sustentável segundo propõe a Agenda 2030



Fonte: ONU ([20--?]).

Sobre a versão final da agenda, Buss (2019) ressalta a equilibrada integração das dimensões econômica, social e ambiental, portanto, sua indivisibilidade, apoiando-se em parcerias globais e na Agenda de Ação de Adis, considerada parte integrante da Agenda 2030 no que se refere ao financiamento do desenvolvimento sustentável. E assim avalia:

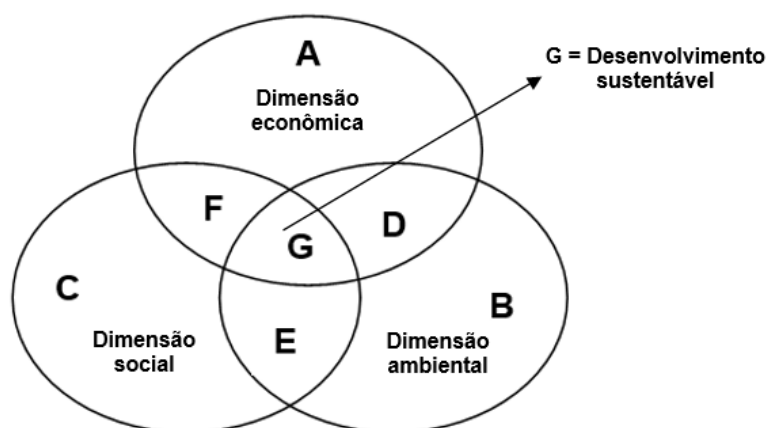
A Agenda Adis contém mais de 100 medidas que abordam fontes financeiras e sinalizam com a cooperação em determinadas áreas, como tecnologia, ciência e inovação, comércio e capacitação. A mobilização de recursos domésticos deve estar no centro da agenda e os países chegaram a acordo sobre um conjunto de medidas que visam aumentar a base de receitas, melhorar a cobrança de impostos, tal como combater a evasão fiscal e fluxos financeiros ilícitos. Também voltaram a afirmar o seu compromisso para com a ajuda pública ao desenvolvimento, particularmente para os países menos desenvolvidos, prometendo

<sup>39</sup> O estudo descritivo das partes que compõe do documento, assim como o detalhamento de seu conteúdo será apresentado na próxima subseção.

aumentar a cooperação Sul-Sul, o que, para muitos, com os (não) desdobramentos concretos havidos nos últimos 4 anos, virou, até aqui, apenas figura de retórica (BUSS, 2019, p. 69).

Barbieri (2020) ilustra a interconexão e a integração das dimensões econômica, social e ambiental que compõe o desenvolvimento sustentável:

Figura 4 – Desenvolvimento sustentável: dimensões interconectadas



Fonte: Barbieri (2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Barbieri (2020) explica que os 17 ODS associam-se e integram os cinco elementos da sustentabilidade e as três dimensões mencionadas anteriormente, conforme exemplificado no quadro que segue:

Quadro 8 – Elementos e dimensões da sustentabilidade e seus respectivos ODS

Elementos	Dimensões	ODS
Pessoas	Social	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 11
Planeta	Ambiental	12, 13, 14 e 15
Prosperidade	Econômica	8, 9 e 10
Paz	Política Institucional	16
Parceria		17

Fonte: Barbieri (2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

A agenda da ONU pós-2015, retoma o *modus operandi* dos ODM, constituindo-se em objetivos e metas considerados ambiciosos, apostando também em parcerias público-privadas, aspecto esse que acarreta críticas por parte de ativistas,

entendendo que há direta vinculação com a “[...] lógica do neoliberalismo econômico associada à perda de capacidade de participação na construção das regras do sistema por parte da sociedade civil” (BARBOSA; BARBOSA, 2016, p. 137).

Em contrapartida, a ampla participação da sociedade civil é também apresentada como um diferencial na elaboração da Agenda 2030, considerada “[...] mais sensível à influência dos países emergentes, diante de um contexto no qual são redefinidos os desafios e as responsabilidades dos atores internacionais no processo de governança global [...]” (RODRIGUES; MACIEL, 2016, p. 1401). Quanto a isso, Barbieri (2020) afirma:

Diferentemente dos ODMs que foram aprovados sem uma ampla discussão em nível mundial, os ODS resultaram de um intenso debate em todos os níveis do internacional ao local. Nenhum outro plano de ação ou agenda recebeu tantas sugestões como a agenda de desenvolvimento pós-2015. Entre 2012 e 2013 foi realizada uma ampla consulta em três frentes: uma envolvendo mais de 80 países para detectar as perspectivas nacionais; outra envolvendo as comissões econômicas regionais [...]; e uma terceira frente de consultas setoriais ou temáticas, tais como sobre educação, saúde, governança global, desastres naturais, energia, água. Também foram realizadas consultas online pela internet e redes sociais como Facebook, o que constituiu uma inovação no processo de construção de consenso no âmbito das Nações Unidas (BARBIERI, 2020 p. 129-130).

Segundo afirmam Ivanova e Bueno (2016), o lançamento da Agenda 2030 representa “[...] uma oportunidade única para que a ONU integre os esforços das instituições para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, garantindo que os ODS permeiem o trabalho de todas as agências e organizações relevantes” (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 733), isto é, compreende uma oportunidade para desenvolver o arranjo institucional até então segregado e aprimorar a governança global ambiental, para que as instituições atuem de forma coerente e integrada. As autoras ressaltam que esse movimento depende também do interesse das instituições envolvidas:

[...] os esforços de integração nem sempre recebem o apoio dos atores e instituições envolvidas; algumas organizações tem um maior interesse em cooperação, enquanto outras temem que sua relevância (e orçamento) sejam afetados por um sistema de governança mais coeso (IVANOVA; BUENO, 2016, p. 733).

Buss (2019) afirma que “[...] 7 anos depois (2012-2019), pode-se afirmar que pelo menos no plano retórico o processo de implementação da Agenda 2030 foi cumprido conforme o estipulado na Conferência [...]” (BUSS, 2019, p. 56). O acompanhamento dos impactos, progressos, dificuldades, assim como a necessidade de revisões, foi estabelecido no plano internacional sob o supervisionamento anual do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Entre 2019 e o início de 2020 estava em curso o processo de revisão dos indicadores necessários ao monitoramento e à avaliação da execução das metas estabelecidas nos ODS, com previsão de uma nova revisão abrangente de indicadores para o ano de 2025 (BUSS, 2019).

Diante das metas estabelecidas para 2030 e dos progressos até então alcançados, Buss (2019) retrata a lentidão com que as transformações ocorrem, chamando atenção para o acirramento das desigualdades entre os mais pobres e excluídos, além de inúmeras insuficiências. Dentre algumas mencionadas estão:

[...] estima-se que a *taxa de pobreza extrema* seja de 6% em 2030, o que significa que a meta mundial de erradicá-la não será alcançada; a *fome* está aumentando pelo terceiro ano consecutivo e o progresso é pequeno quanto ao *sobrepeso e à obesidade entre menores de cinco anos*; a *biodiversidade* está sendo perdida em ritmo alarmante, e cerca de um milhão de espécies já estão em perigo de extinção, muitas delas em questão de décadas; as *emissões de gases de efeito estufa* continuam a aumentar; o nível necessário de financiamento para o desenvolvimento sustentável e outros meios de implementação ainda não estão disponíveis; e as instituições não são fortes ou eficazes o suficiente para responder adequadamente a esses enormes problemas inter-relacionados e transfronteiriços.

No contexto do princípio fundamental da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, há progressos, embora a um ritmo lento. Grupos populacionais com desvantagens documentadas permanecem amplamente excluídos. Globalmente, os jovens têm três vezes mais probabilidade de estar desempregados do que a população adulta. A infância é super-representada entre os mais pobres: uma em cada cinco crianças vive em extrema pobreza. As diferenças entre áreas rurais e urbanas também são evidentes em campos como educação e saúde. As pessoas com deficiência e as que vivem com o HIV/AIDS continuam a enfrentar múltiplas desvantagens e lhes são negadas oportunidades na vida e direitos humanos fundamentais (BUSS, 2019, p. 99).

Diante do desafio histórico de lidar com as desigualdades que marcam as questões de gênero, os diferentes níveis de desenvolvimentos das nações, a situação de exclusão e de miséria daqueles mais necessitados, vê-se que todo o projeto de desenvolvimento sustentável foi comprometido, desde 2015, pelo aumento de

conflitos, pelos processos migratórios, pelas crises econômicas, pelos desastres ambientais e tantas outras mazelas que acometeram os cenários internacional e nacionais (BUSS, 2019).

Em meados de 2020, momento em que este capítulo era escrito, nos encontrávamos em um cenário de extraordinária crise sanitária, que atingia o mundo em decorrência da pandemia do novo Coronavírus Disease 2019 (Covid-19), com a tendência de acarretar grandes dificuldades a inúmeras nações nos anos seguintes, dependentes do desenvolvimento e da disseminação de vacinas e de medicamentos para a proteção das pessoas, seja controlando os sintomas da Covid-19, seja imunizando-as de novas ondas de contaminação, além das possibilidades de sequelas, que, até então, não haviam informações seguras e oficiais.

Desta forma, reconhecendo o desafio de lidar com as inúmeras demandas e as diferentes realidades nacionais, sobretudo, tendo em vista a ambiciosa proposta que a Agenda 2030 apresenta frente ao atual cenário mundial, ressaltamos o longo percurso desde as décadas de 1960-1970, nas quais o desenvolvimento sustentável passou a ser discutido e proposto como solução para grandes problemas que ameaçam a humanidade, somado às inexpressivas transformações, que não permitiram avanços, nem impediram o acirramento de desigualdades e de problemas sociais como os vivenciados na atualidade.

Na próxima subseção apresentamos uma síntese descritiva e analítica do *corpus* documental selecionado para a pesquisa, a qual será fundamental para as posteriores discussões.

## 5.2 LIMITES DOS TEXTOS EM QUESTÃO

Esta subseção é destinada à descrição e à análise das fontes. Conforme já anunciado, nos dedicamos a responder questões como: quem escreveu? Para quem escreveu? O que diz? Com qual intenção? Quais as condições de produção? Com o propósito de levantar informações que serão úteis à investigação de interferências nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil, assim como serão úteis para pensar, no próximo capítulo, as implicações para a formação de leitores.

Vale lembrar que, inserida na perspectiva teórica e no contexto educacional nos quais esta pesquisa se situa, tomando as diretrizes internacionais como fontes de investigação, torna-se necessário um certo afastamento do contexto da Biblioteconomia<sup>40</sup>, para que, ao ler, estudar e dialogar com as fontes, tenhamos condições de refletir sobre as implicações desses documentos oficiais nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores. Conseqüentemente, diante do referido cenário, não estamos exatamente comprometidas com as diretrizes da Agenda 2030 e da Ifla, os documentos são nossas fontes de estudo, portanto, dialogamos e não necessariamente corroboramos com elas. De igual maneira, não há intenção de declarar nossa perspectiva como verdade única e inabalável (isso seria, aliás, muito anti-bakhtiniano), almejamos outros modos possíveis de pensar criticamente essas diretrizes internacionais, elaboradas em contextos distantes das bibliotecas (se considerarmos as proposições da Agenda 2030) e em contextos distintos do brasileiro (se considerarmos as proposições da Ifla).

Optamos por organizar as descrições documentais a partir das categorias de análise apresentadas no *corpus* documental (subseção 4.3), sendo momento de reflexão sobre as intencionalidades que perpassam a Agenda 2030, sobre as diretrizes internacionais e nacionais e sobre as políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil – investigações fundamentais para o alcance de nossos objetivos específicos e para as posteriores discussões.

A partir das referidas categorias, apresentamos inicialmente quadros com caracterização geral das fontes, nos quais identificamos os títulos dos documentos e dos *sites* consultados, por quem foram produzidos, a quem são destinados, como estão organizados (partes que os constituem), além de imagens que registram as páginas iniciais dos documentos e dos *sites* acessados. Na sequência, aprofundamos a descrição do conteúdo, tratando do que dizem, das intenções e das condições de produção.

---



<sup>40</sup> No qual é comum uma ampla adesão a tais diretrizes.



## 5.2.1 Intencionalidades que perpassam a Agenda 2030

Nessa subseção buscamos identificar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030. Como o próprio verbo sugere, não há a pretensão de aprofundamento analítico nesse momento do estudo, mas sim de descrição, identificação e reflexão sobre as forças que atravessam a atual agenda global. Iniciamos com a caracterização geral do documento:

Quadro 9 – Agenda 2030: caracterização geral

Páginas iniciais do documento	Título	Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
 <p><b>Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável</b></p> <p><b>Preâmbulo</b></p> <p>Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás.</p> <p>Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Elas se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluído o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.</p> <p>Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta.</p> <p>1</p>	<b>Produzido por</b>	ONU
	<b>Destinado a</b>	Nações de todo o mundo
 <p><b>Pessoas</b></p> <p>Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.</p> <p><b>Planeta</b></p> <p>Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.</p> <p><b>Prosperidade</b></p> <p>Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.</p> <p><b>Paz</b></p> <p>Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Parceria</b></p> <p>Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.</p> <p>Os vínculos e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda seja realizado. Se realizarmos as nossas ambições em toda a extensão da Agenda, a vida de todos será profundamente melhorada e nosso mundo será transformado para melhor.</p> <p>2</p>	<b>Organização interna</b>	<p>Preâmbulo</p> <p>Pessoas</p> <p>Planeta</p> <p>Prosperidade</p> <p>Paz</p> <p>Parceria</p> <p><b>Declaração</b></p> <p>Introdução</p> <p>Nossa visão</p> <p>Nossos princípios e compromissos compartilhados</p> <p>Nosso mundo hoje</p> <p>A nova Agenda</p> <p>Meios de implementação</p> <p>Acompanhamento e avaliação</p> <p>Um chamado à ação para mudar o nosso mundo</p> <p>Objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável</p> <p><b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b></p> <p>17 ODS e suas respectivas metas</p> <p>Finanças</p> <p>Tecnologia</p> <p>Capacitação</p> <p>Comércio</p> <p>Questões sistêmicas (coerência de políticas e institucional; as parcerias multissetoriais; dados, monitoramento e prestação de contas)</p> <p><b>Meios de implementação e a Parceria Global</b></p> <p><b>Acompanhamento e avaliação</b></p> <p>Nível nacional</p> <p>Nível regional</p> <p>Nível global</p>

Fonte: ONU (2015a).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Doravante, apresentamos uma síntese do que o documento propõe nas 49 páginas e 91 parágrafos que o constituem, que, somada ao que já foi abordado na subseção anterior, de contextualização, nos permite identificar elementos que caracterizam as intenções e as condições de produção.

O plano de ação intitulado *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015a), compreende um acordo universal, firmado entre 25 e 27 de setembro de 2015, pelos Estados membros da ONU, a partir do que estabeleciam os ODM, que vigoraram de 2000 a 2015, propondo-se a concretizar as metas não alcançadas pela Declaração do Milênio, instituindo os ODS globais e defendendo o compromisso de *não deixar ninguém para trás* (ONU, 2015a).

Conforme apresentado no preâmbulo e na introdução da declaração que compõem o documento, em consonância com os propósitos e os princípios da ONU, a Agenda 2030, os países e as partes envolvidas no acordo global, comprometem-se com a promoção da paz universal, com a erradicação da pobreza, da fome e das desigualdades sociais, visando a garantia dos direitos humanos, por meio do desenvolvimento sustentável e de parcerias colaborativas globais. Ressalta-se que as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias são consideradas áreas fundamentais para as transformações almejadas para o futuro da humanidade e do planeta, devendo estar em lugar de prioridade: os países mais necessitados<sup>41</sup>, as pessoas mais vulneráveis e os mais pobres (ONU, 2015a).

Quanto à visão, o documento enfatiza o compromisso com o projeto de mundo aberto, livre, justo, equitativo, tolerante, inclusivo, sem as grandes mazelas sociais que atualmente acometem as nações, como: pobreza, exploração pelo trabalho, fome, medo, violência, doença etc. Almejando acesso equitativo e universal à educação, à alfabetização, à saúde e à proteção social, a fim de garantir o completo bem-estar humano, o direito à água potável, ao saneamento básico, ao alimento, à energia, ao crescimento econômico sustentável, enfim, o direito à dignidade

---

<sup>41</sup> Faz-se referência aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e aos países em desenvolvimento sem litoral.



Visão, princípios e compromissos estabelecidos tendo em vista o que intitulam como o nosso mundo hoje, descrito como sendo marcado por grandes desafios e desigualdades sociais, a depender das diferentes nações. São disparidades de oportunidades, de riqueza, de poder, em que se destacam as desigualdades de gênero, o desemprego entre jovens, as insuficiências na saúde, os desastres naturais, a violência, o terrorismo, as crises humanitárias, o fim dos recursos naturais, a degradação da natureza, as mudanças climáticas, que juntos impedem o desenvolvimento sustentável de muitos países (ONU, 2015a).

São reconhecidos os avanços alcançados mediante os ODM (como: diminuição da pobreza extrema; maior acesso à educação; diminuição do abismo digital frente ao maior acesso às informações, às tecnologias de comunicação e de interconectividade; avanços científicos e tecnológicos etc.), entretanto, reconhece-se a forma desigual a partir da qual tais avanços ocorreram, sem contemplar as realidades mais carentes e sem avançar em muitos dos ODM (como: saúde materna, saúde reprodutiva etc.). Assim, reafirmam o compromisso com as metas não alcançadas, com os países mais vulneráveis, propondo-se a tratar de outros objetivos e metas a partir da nova agenda global, e atuar com perspectivas amplas, considerando fatores econômicos, sociais e ambientais interconectados (ONU, 2015a).

A nova agenda defende a dedicação coletiva e a cooperação mundial para o desenvolvimento das nações, reconhecendo, entretanto, a soberania das nações, os direitos e as obrigações dos Estados diante do direito internacional, os direitos humanos, as liberdades humanas fundamentais, sem distinção “[...] de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição.” (ONU, 2015a, p. 7).

Desse modo, convocam-se os países para atuar nos níveis regionais e global, respeitando as próprias prioridades e especificidades nacionais, ressaltando particularidades dos países menos desenvolvidos, sem litoral, em situação de conflito etc., mas de forma a comprometerem-se com o cenário e com as ambições internacionais (ONU, 2015a).

Da mesma maneira, convocam-se ao empoderamento, as pessoas mais vulneráveis: “[...] todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes.” (ONU, 2015a, p. 8).

Promete-se empenho para acabar com a pobreza e com a fome; fornecer educação equitativa de qualidade para todos; promover saúde física e mental; prevenir doenças; construir economias sustentáveis; acabar com a exploração e com o trabalho escravo (ONU, 2015a).

Na defesa do crescimento econômico, assegura-se que é fundamental para a prosperidade, sendo necessário combater a concentração de renda, e desenvolver economias flexíveis que priorizem as pessoas, promovam o emprego e o empoderamento de jovens e de mulheres, a partir do trabalho decente, sem exploração. E assim afirmam que todas as nações podem “[...] ter uma *força de trabalho saudável e bem-educada* com o conhecimento e as habilidades necessárias para o *trabalho produtivo e gratificante* e a *plena participação na sociedade*.” (ONU, 2015a, p. 10, *itálico nosso*), sendo necessário, para tanto, fortalecer e adotar políticas que potencializem as capacidades produtivas (ONU, 2015a).

Os trechos em destaque na citação acima nos chamam atenção pelo tom apelativo diante do crescimento econômico colocado como inevitável e necessário, lançando luz para grandes desafios sociais, como concentração de renda e desemprego, mas apresentando a força de trabalho e o trabalho, associados aos adjetivos saudável, bem-educada, produtivo e gratificante; e às possibilidades de realização humana e de plena participação na sociedade, que são objetivos altamente almejados por qualquer nação, mas que, ao fim e ao cabo, dependem de fatores externos ao crescimento econômico para, de fato, concretizarem-se. A afirmação, convicta, entretanto, é de que por essa via (a do crescimento econômico) todas as nações podem ser beneficiadas.

Firma-se, assim, o comprometimento com a transformação das formas de produção, consumo de bens e de serviços não sustentáveis. Reconhece-se a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento, assim como os direitos humanos que lhes devem

ser assegurados, incluindo o direito de voltar ao país de origem. Reforça-se o compromisso com o direito internacional quanto às medidas econômicas, financeiras ou comerciais necessárias às diferentes realidades nacionais (ONU, 2015a).

Ratifica-se o comprometimento com os desafios climáticos e ambientais; com o planejamento urbano e a gestão sustentável (para maior qualidade de vida das pessoas); com a paz e a segurança internacionais (prevenindo e acompanhando países em situação de conflito); com a interculturalidade (respeito e tolerância frente à diversidade cultural); com a integridade, a soberania territorial e as políticas dos Estados (ONU, 2015a).

Quanto aos meios de implementação, estabelece-se a necessidade de parcerias globais, de engajamento coletivo e de solidariedade global, “[...] reunindo governos, setor privado, sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis.” (ONU, 2015a, p. 3). Ressalta-se ainda, a necessidade de explorar ações e políticas estabelecidas na Agenda de Ação de Adis Abeba, que é parte integrante da Agenda 2030 (ONU, 2015a).

Manifesta-se apoio a outros programas de desenvolvimento, como: o Programa de Ação de Istambul; o Roteiro das Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; o Programa de Ação de Viena para os Países em Desenvolvimento sem Litoral para a Década 2014-2024; a agenda de 2063 da União Africana; e o programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (ONU, 2015a).

Apesar de a nova agenda apresentar meios para sua implementação e de as parcerias (públicas, privadas, cooperativas, nacionais e internacionais) serem consideradas fundamentais, ressalta-se que cada país é, individualmente, o responsável pelo seu próprio desenvolvimento, sendo o financiamento público internacional, complementar aos esforços nacionais, sobretudo para os países com recursos limitados. Finalmente, ressalta-se a importância das Nações Unidas enquanto sistema que disponibiliza os recursos necessários para a implementação dos ODS e do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015a).

No que se refere ao acompanhamento e à avaliação, devem ocorrer nos níveis nacionais, regionais e global, mediante o acompanhando de ações, implicações, prestações de contas, reavaliações e desenvolvimento de indicadores pelos próximos 15 anos, fazendo-se menção mais uma vez à Agenda de Ação Adis Abeba, assim como ao Fórum Político de Alto Nível como responsável por esse acompanhamento, avaliação e medição dos progressos, além da tomada de decisões (ONU, 2015a).

O tópico que segue trata de um chamado à ação para mudar o nosso mundo, retoma as origens das Nações Unidas, convoca a todos para a construção de um futuro melhor, defendendo tratar-se de “[...] uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo [...]” (ONU, 2015a, p. 16), a qual depende de todos, da geração mais jovem e das gerações futuras para plena realização (ONU, 2015a).

Primando pelo equilíbrio, pela integração e pela indivisibilidade das dimensões econômica, social e ambiental; reafirmando as diferentes realidades e prioridades nacionais; reconhecendo a necessidade de melhorias no desenvolvimento de dados nacionais e globais (importantes para medir os progressos); e evidenciando a liberdade de abordagens que podem ser adotadas pelos países; convocam-se os esforços dos Estados para a agenda global, que toma “[...] o planeta Terra e seus ecossistemas [...]” (ONU, 2015a, p. 17) como a nossa casa comum, sendo o que fundamentalmente nos une (ONU, 2015a). Apresentam-se assim, os 17 ODS (Quadro 10), acompanhados de 169 metas a serem alcançadas até 2030 (APÊNDICE B).

Quadro 10 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a)

(continua)

<b>ODS 1</b>	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
<b>ODS 2</b>	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
<b>ODS 3</b>	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
<b>ODS 4</b>	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
<b>ODS 5</b>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Quadro 10 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a)

(conclusão)

<b>ODS 6</b>	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
<b>ODS 7</b>	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
<b>ODS 8</b>	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
<b>ODS 9</b>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
<b>ODS 10</b>	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
<b>ODS 11</b>	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
<b>ODS 12</b>	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
<b>ODS 13</b>	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
<b>ODS 14</b>	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
<b>ODS 15</b>	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
<b>ODS 16</b>	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
<b>ODS 17</b>	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015a).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Os ODS compreendem o eixo central da Agenda 2030, as metas são os caminhos e as medidas que proporcionam o cumprimento dos objetivos. Têm natureza global, universal e inclusiva, mas devem levar em conta as diferentes realidades, respeitando políticas e prioridades das nações, desta forma, cada país deve elaborar suas próprias metas a partir dos objetivos globais (ONU, 2015a).

Barbieri (2020) nos auxilia a compreender os diferentes tipos de metas de cada ODS:

[...] Há dois tipos de metas: metas finalísticas e metas de implementação: as primeiras são metas relacionadas diretamente ao cumprimento dos ODS; as segundas, com recursos (humanos, financeiros, tecnológicos, legais, políticos, organizacionais etc.) necessários ao cumprimento das finalísticas. Estas são identificadas apenas por números (exemplo, meta 6.1: “até 2030



alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos”). As metas de implementação são identificadas com um número e uma letra (exemplo, meta 6.b: “apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento”). Há exceções, as metas do ODS-17 são de implementação, apesar de serem identificadas apenas com números. É fácil reconhecê-las, os seus enunciados começam com termos, tais como: apoiar, fortalecer, melhorar, ajudar, reforçar, mobilizar, concretizar [...] (BARBIERI, 2020, p. 136).

O autor apresenta, no quadro que segue, os resultados dos processos de adequação das metas ao contexto brasileiro:

Quadro 11 – Resultados da adequação das metas da Agenda 2030 ao contexto brasileiro

<b>Metas</b>	<b>Quantidade</b>
Globais	169
Não aplicáveis ao Brasil	2
Globais mantidas na versão original	39
Globais adequadas à realidade brasileira	128
Nacionais adicionadas	8
Total de metas nacionais	175

Fonte: Barbieri (2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Ao tratar das finanças, o documento reforça a necessidade de mobilizar recursos internos, com apoio internacional voltado para os países mais necessitados. Dos países desenvolvidos espera-se o total cumprimento de seus compromissos e o auxílio financeiro para os países em desenvolvimento, fornecendo 0,7% da renda nacional bruta para a assistência oficial ao desenvolvimento. A partir dessa porcentagem, define-se que uma proporção entre 0,15% e 0,20% deve ser destinada aos países menos desenvolvidos, além de ressaltar a necessidade de angariar recursos financeiros a partir de outras fontes e auxiliar no controle e na gestão das dívidas dos países pobres (ONU, 2015a).

A tecnologia é um elemento a ser melhorado em todo o mundo, incluindo o acesso à ciência e à inovação e o compartilhamento de conhecimentos, a fim de desenvolver e de democratizar o acesso e o uso das TIC para os países em desenvolvimento, mediante acordos, capacitações etc. (ONU, 2015a).

No que se refere especificamente à capacitação, reforça-se a importância do apoio internacional para subsidiar ações e orientações voltadas para os países em desenvolvimento, para os planos e para os objetivos particulares das nações (ONU, 2015a).

O comércio multilateral, universal, aberto, não discriminatório e equitativo, somado ao aumento de exportações globais dos países em desenvolvimento e maior participação dos países menos desenvolvidos, contando com acesso livre e subsídios de cotas e taxas, são elementos mencionados para facilitar o acesso ao mercado mundial (ONU, 2015a).

Em meio às questões sistêmicas mencionadas, estão a coerência de políticas e a coerência institucional, necessárias para a estabilização macroeconômica global, para o desenvolvimento sustentável, para o respeito à soberania dos Estados; as parcerias multissetoriais (públicas, público-privadas e com a sociedade civil), visando o compartilhamento de experiências, recursos tecnológicos e financeiros, sobretudo, com países em desenvolvimento; dados, monitoramento e prestação de contas, incluindo capacitação estatística dos países mais necessitados, para a produção de dados de qualidade sobre as realidades, avanços e desafios locais (ONU, 2015a).

Quanto aos meios de implementação e a parceria global, reforça-se a necessidade de parcerias globais revitalizadas (com governos, sociedade civil, setores públicos e privados, sistema da ONU etc.) para tornar viável a implementação da Agenda 2030, sendo fundamental dar a mesma prioridade a cada um dos ODS, lançar mão de estratégias e de financiamentos integrados, com destaque para a importância das políticas e das lideranças nacionais, apoiados pelas ações estabelecidas na Agenda de Ação de Adis Abeba, alinhados aos compromissos internacionalmente firmados e contando com um ambiente econômico internacional e governança global favoráveis (ONU, 2015a).

Reconhece-se a necessidade de apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU para auxiliar os países de renda média na garantia dos resultados alcançados e no enfrentamento dos desafios que lhes são próprios. Ressaltam-se como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, as políticas públicas, os recursos

internos nacionais, as atividades empresariais privadas, o setor privado de forma geral (seja de atuação nacional, seja de atuação internacional), visando promover “[...] um setor empresarial dinâmico e funcional, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos trabalhistas e as normas ambientais e sanitárias em conformidade com as normas e acordos internacionais relevantes [...]” (ONU, 2015a, p. 41).

Defende-se que o comércio multilateral universal, aberto, não discriminatório e igualitário é essencial para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável mundial, devendo-se fornecer capacitação para os países mais vulneráveis, ajudá-los a promover financiamento, alívio, reestruturação e gestão de dívidas, para que devedores e credores trabalhem juntos na prevenção, resolução e controle das dívidas dos países (ONU, 2015a).

Lança-se assim o Mecanismo de Facilitação de Tecnologia, por meio de uma colaboração multissetorial, para apoiar o desenvolvimento sustentável. Entre os membros integrantes, estão: a Equipe de Trabalho Interagencial das Nações Unidas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS (de participação aberta a todos os departamentos, agências, fundos, programas etc. da ONU); o Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS (convocado anualmente para discutir a implementação dos ODS e contribuir no Fórum Político de Alto Nível, tratando de: parcerias, lacunas, transferências e difusão de tecnologias); e uma plataforma on-line (mapeando iniciativas, melhores práticas etc.; e disponibilizando informações, publicações científicas etc.) (ONU, 2015a), conforme descrito abaixo:

A Equipe de Trabalho Interagencial das Nações Unidas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS promoverá a coordenação, coerência e cooperação no âmbito do Sistema das Nações Unidas em temas relacionados a CTI [Ciência, Tecnologia e Inovação], reforçando a sinergia e eficiência, em particular para melhorar iniciativas de construção de capacitação. A Equipe de Trabalho vai aproveitar os recursos existentes e trabalhará com 10 representantes da sociedade civil, setor privado e comunidade científica para preparar as reuniões do Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, bem como no desenvolvimento e operacionalização da plataforma online, incluindo a preparação de propostas para as modalidades para o Fórum e para a plataforma online. Os 10 representantes serão nomeados pelo secretário-geral, por períodos de dois anos (ONU, 2015a, p. 42-43).

Propõe-se um quadro de acompanhamento e avaliação para ajudar os países no monitoramento de seus avanços e desafios, nos níveis nacionais, regionais e global, prestando contas, apoiando as parcerias e as cooperações, promovendo o intercâmbio de práticas e de aprendizagens. As iniciativas tem como princípios e características: a natureza voluntária, lideradas pelos países, tendo em vista a realidade de cada nação; a natureza universal, integrada e inter-relacionada das dimensões social, econômico e ambiental; a promoção, a coordenação e a eficácia do desenvolvimento sustentável; o caráter aberto, inclusivo e transparente para todos os interessados; a priorização das pessoas, sobretudo das mais vulneráveis; o comprometimento de evitar a duplicação de ações e ter em vista as prioridades, as novas metodologias etc.; a fundamentação em dados confiáveis disponibilizados por cada país; o reforço nos sistemas de dados, particularmente nos países mais vulneráveis; e o apoio de instituições multilaterais, como a ONU (ONU, 2015a).

Barbieri (2020) menciona que o acompanhamento em nível global ocorre a partir de relatórios enviados pelos países-membros, relatando os progressos e as dificuldades:

Os Relatórios Nacionais Voluntários (VNRs [...]), realizados anualmente pelos países, são os instrumentos básicos para analisar e relatar o cumprimento dos ODS e para propor revisões, além de facilitar a troca de experiências entre países [...]. Como dito [...], devido à natureza voluntária dos compromissos em torno da Agenda 2030, não há um padrão único ou requisitos obrigatórios. Porém, para facilitar a compilação de dados, as análises comparativas e a comunicação às partes interessadas, o HLPF [Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável] criou um manual para orientar os países a elaborar seus VNRs, cuja aplicação é facultativa (BARBIERI, 2020, p. 184).

Um conjunto de indicadores desenvolvidos pelos Estados membros (níveis regionais e nacionais), somados ao quadro indicador global, desenvolvido pelo Grupo Integrado Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos ODS, serão utilizados para o acompanhamento das metas e dos ODS, tornando-se necessário: apoiar os sistemas de dados nacionais para acesso a dados confiáveis; promover cooperação público-privada para a exploração de dados; revisar regularmente os progressos e os desafios de cada nação, tendo em vista sempre o cenário internacional (ONU, 2015a).

Quanto aos indicadores, Barbieri (2020) afirma serem instrumentos necessários à gestão, pois “[...] simplificam e resumem uma variedade de dados em torno de uma questão e, desse modo, funcionam como componentes das atividades de planejamento, controle e comunicação com as diversas partes interessadas” (BARBIERI, 2020, p. 185). O autor relata que os indicadores da Agenda 2030:

[...] foram estabelecidos pelo IAEG-SDGs [Grupo Interagências e de Peritos em Indicadores sobre os ODSs] após consultas aos representantes dos países e outros especialistas. Muitos indicadores foram propostos nessas consultas, alguns foram descartados, até que em meados de 2017 ficou finalmente definido um conjunto de 231 indicadores globais para as 169 metas. Oito indicadores são usados em mais de uma meta. Por exemplo, os indicadores 8.4.1 e o 12.2.1 são os mesmos [...] (BARBIERI, 2020, p. 185).

Barbieri (2020) menciona que existem variados tipos de indicadores e no caso dos ODS, podem ser classificados como: de nível 1 – com metodologia internacionalmente estabelecida, com padrões disponíveis, com dados sendo produzidos com regularidade por pelo menos metade dos países e da população das respectivas regiões; de nível 2 – com indicador claro, com metodologia, porém, sem dados sendo produzidos; e de nível 3 – sem metodologia ou padrões disponíveis, mas sendo testados ou aplicados. E relata:

Em abril de 2019 o IAEG-SDGs identificou 101 indicadores no nível 1; 91 no nível 2; 34 no nível 3; e 6 em múltiplos níveis, ou seja, indicadores cujos componentes são classificados em mais de um nível, por exemplo: metodologia internacionalmente estabelecida, mas não há dados produzidos regularmente pelos países. Isso significa que uma das tarefas mais urgentes é a regularização dos indicadores para tirá-los dos níveis 2 e 3, uma tarefa que cabe não só ao IAEG-SDGs, ao Departamento de Estatísticas das Nações Unidas, mas também aos governos nacionais, subnacionais e locais. A fim de produzir dados confiáveis e compatíveis, cada indicador terá uma ficha técnica para padronizar o uso da metodologia, dos padrões e dados [...] (BARBIERI, 2020, p. 187).

No nível nacional, propõe-se o desenvolvimento de metas nacionais, instrumentos de planejamento, estratégias de desenvolvimento, avaliações regulares, etc. contando com contribuições amplas “[...] dos povos indígenas, da sociedade civil, do setor privado e de outras partes interessadas, de acordo com as circunstâncias, políticas e prioridades nacionais. [...]” (ONU, 2015a, p. 46-47).

No Brasil, âmbito do Executivo Federal, foi criada em 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) com

a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 [...].

O Brasil havia tido uma experiência razoavelmente exitosa com os ODMs [...]. Foi um dos primeiros países a apresentar o Relatório Voluntário Nacional (VAR) ao HLPF em 2017. Isso permitiu ao país iniciar de imediato a implementação dos ODSs realizando tarefas preparatórias, como a adequação de metas, indicadores e bases de dados. Com isso, participou da revisão feita pelo HLPF em 2017 [...].

O VAR apresenta diversas medidas para atender as metas desses objetivos, a maioria criada anteriormente como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, Programa Nacional de Habitação Rural [...] (BARBIERI, 2020, p. 187-188).

No nível regional, propõem-se o acompanhamento e a avaliação, além de oportunidades de aprendizagens, compartilhamento de melhores práticas, discussões sobre metas etc., favorecendo espaços de trocas e de incentivos entre os Estados membros (ONU, 2015a).

No nível global, está em destaque a atuação do Fórum de Alto Nível sobre o desenvolvimento sustentável, mediante acompanhamentos e avaliações periódicas, facilitando compartilhamentos de práticas, de desafios e de aprendizagens. Dando unidade ao sistema, coordenando políticas, mobilizando ações, disponibilizando anualmente o Relatório sobre Progresso dos ODS, fruto das parcerias entre o sistema ONU, o quadro de indicadores globais (somado aos dados regionais e nacionais) e aos resultados do acompanhamento e avaliação do Financiamento para Desenvolvimento (ONU, 2015a).

Cabe ao Fórum Político de Alto Nível implementar a Agenda 2030, acompanhar essa implementação e revisar periodicamente os objetivos e as metas para avaliar progressos e desafios, assim como incentivar que as nações criem seus próprios controles de acompanhamentos. Desta forma, “[...] Todo ano o HLPF realiza uma avaliação em profundidade sobre certos ODSs, selecionados com base nos VNRs, a fim de propor alterações pertinentes e demandadas pelos países” (BARBIERI, 2020, p. 184).

Vários ODSs já foram revistos pelo HLPF. Por exemplo: em 2017 foi analisado um conjunto de ODSs relacionados ao tema “erradicação da pobreza e promoção da prosperidade em um mundo em mudança”, a saber: ODS-1 (acabar com a pobreza), ODS-2 (acabar com a fome), ODS-3

(assegurar uma vida saudável), ODS-9 (infraestruturas resilientes) e ODS-14 (oceanos, os mares). O ODS-17, por ser voltado à implementação dos demais ODSs, é revisto todos os anos. Em 2019 serão revistos os ODSs 4, 8, 10 e 16. A avaliação das metas de implementação referentes aos recursos financeiros é conduzida conforme a Agenda de Ação de Adis Abeba, aprovada em 2015 na 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (BARBIERI, 2020, p. 184).

Retomando as percepções alcançadas até o presente momento da pesquisa e buscando identificar intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam as proposições da Agenda 2030, vê-se que o plano de ação surge de esforços da ONU, uma organização internacional que após a Segunda Guerra Mundial, liderada pelas grandes superpotências, passou a defender, mediante proposições e acordos globais, o desenvolvimento sustentável como meio de combate aos problemas sociais e ambientais que ameaçavam a humanidade e o planeta Terra. Acordos esses que, ao contrário do que se imagina, tendo em vista os esforços que prometem movimentar mundialmente, registram poucos avanços, acumulando-se os discursos retóricos, os objetivos e as metas que sempre precisam ser reafirmados a cada nova agenda global.

Atualmente, a ONU configura-se, no cenário mundial, como uma organização representativa da interdependência política e econômica que constitui o mundo contemporâneo, sendo, portanto, influenciada e influenciadora no contexto de forças contraditórias do qual faz parte. Deste modo, não deve ser tomada como dotada de neutralidade, nem como garantidora de justiça e de equidade universais frente às tão diversas e desafiadoras desigualdades globais, sobretudo ao propor uma agenda com amplas abordagens (econômicas, sociais e ambientais), que devem ser integradamente desenvolvidas, mediante aposta no projeto de desenvolvimento sustentável, que, desde as décadas 1960 e 1970, está em constante proposição, mostrando-se, entretanto, ineficiente diante do acirramento das desigualdades sociais que vivenciamos na atualidade.

Tendo em vista esse panorama, é que Agenda 2030 deve ser analisada, desvelando-se a ingenuidade que paira sobre o complexo cenário a partir do qual a ONU convoca países e suas sociedades civis, propondo parcerias público-privadas e cooperações internacionais, em prol de interesses ditos comuns a todas as nações, incentivando o comprometimento de todos com a nova agenda, de forma a

assumi-la como parte das iniciativas e prioridades de seus próprios governos, em diversas áreas que perpassam as realidades sociais, econômicas e ambientais, sobre as quais a Agenda 2030 propõe intervenções.

Mészáros (2008), importante filósofo marxista, alerta para uma questão crucial ao capitalismo: “[...] assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44). Apelo que se faz presente na Agenda 2030 e, por conseguinte, é disseminado por instituições, projetos e agentes políticos atrelados às suas proposições.

Um exemplo de amplitude no cenário brasileiro é a campanha intitulada *Geração do Amanhã*, da Rede Globo de televisão, que promove diariamente, nos canais abertos e acessíveis por assinatura, os ODS da Agenda 2030, propondo o envolvimento de todas as gerações para cuidar do amanhã, sob o *slogan* que enfatiza: *quem concorda faz!* O autor nos explica que estratégias como essa, visam a:

[...] “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Desta forma, lançamos um olhar desconfiado para amplas adesões ou para posicionamentos passivos diante da lógica da adaptação, como podemos identificar em Barbieri (2020), ao encerrar seu livro dizendo, em tom de acomodação e aceitação:

Mesmo cercada de tantos cuidados, nada garante que todas as suas metas sejam alcançadas ao fim do período estipulado. Sem dúvida, muitas ações serão realizadas para cumprir a Agenda e seus objetivos em todas as partes do mundo e que irão melhorar a vida de centenas de milhões de pessoas em muitos lugares. E novas agendas serão criadas, tendo como ponto de partida os resultados alcançados pelas anteriores. A Agenda 2030 expressa uma ambição que parece desmedida: embarcar numa jornada coletiva com o compromisso de que “ninguém seja deixado para trás”. Há algo de quixotesco nesse compromisso. É como sonhar o sonho impossível e tentar alcançar a estrela inalcançável, como diz a letra do musical “O homem de la Mancha”. Certamente muita gente ficará para trás. O que



importa aqui é manifestar a ideia de que o desenvolvimento é um direito de todos e que todos devem se comprometer em tornar essa ideia uma realidade (BARBIERI, 2020, p. 201).

Há um outro aspecto muito sensível das proposições da Agenda 2030 que merece ser ressaltado, o impacto social das parcerias público-privadas, que desviam recursos do fundo público para incentivos, concessões e convênios com empresas (sejam elas ONGs, bancos, emissoras de televisão etc.) que mercantilizam em forma de serviços aquilo que o Estado deveria oferecer em forma de direitos sociais. Manobra essa que tende a ser justificada pelo discurso da ineficiência pública e da qualidade dos serviços prestados em âmbito privado, na defesa de que, mediante tais parcerias, as desafiadoras realidades sociais das diferentes nações podem ser transformadas.

Freitas (2018), ao abordar a importância de resistir às políticas da reforma empresarial da educação, resalta a necessidade de radical diferenciação entre o que se compreende por público e por privado, tendo em vista a valorização, proteção e sobrevivência daquilo que é um bem público e, portanto, socialmente conquistado:

[...] Programas progressistas condenam os processos de privatização do serviço público em suas variadas formas (*vouchers*, contratos de gestão, concessões, contratos de impacto social e parcerias público-privadas) no campo da educação e apontam para o fortalecimento da educação pública de gestão pública. Concessão é privatização. Público e privado são categorias mutuamente excludentes. Por definição, público é administrado democraticamente e coletivamente, e privado é administrado pelos proprietários ou organizadores do empreendimento. O privado tem “por obrigação” gerar lucro (mesmo que sob a forma de organizações “sem fins lucrativos” – uma pura questão de contabilidade), o público visa garantir direitos e atender ao interesse público. Privado não lida com direitos, lida com mercado. Mercado tem suas regras. Para garantir o lucro, os compromissos têm que ser, antes, com os proprietários: isso exige inserir-se na lógica do mercado da área explorada, reduzir custos (ex.: mais alunos em sala para o mesmo professor), ser competitivo reduzindo salários (profissionais menos qualificados, sem direitos, rotativos) e até reduzir o alcance do serviço ou produto, excluindo populações mais caras (muito pobres ou com necessidades especiais). Portanto, não há a possibilidade de formas híbridas como “parcerias público-privadas” ou “gestão privada de serviço público” serem consideradas viáveis (seja para atividades pedagógicas seja “não pedagógicas”) (FREITAS, 2018, p. 140-141).

Neste momento, vale retomarmos o projeto de sociedade implicado na Agenda 2030, o sistema e o modo de reprodução dessa sociedade, a lógica global capitalista

com a qual está estruturalmente alinhada, para assim questionarmos se os objetivos, metas e arranjos internacionais propostos são suficientes e condizentes com uma factível e ampla transformação no quadro e na ordem social das nações, sobretudo daquelas mais pobres e em desenvolvimento, como consta estar em prioridade no plano de ação.

Mészáros (2008) nos fala sobre a incorrigível lógica do capital e afirma que até é possível um ajuste das “[...] formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25-26, itálico do autor).

Para além do caráter incorrigível do capitalismo e pensando no contexto especificamente brasileiro, Costa (1996) aponta outros aspectos que se mostram mais determinantes para a redução de desigualdades sociais, além do mero crescimento econômico, como é defendido na Agenda 2030:

[...] É possível que não sejamos capazes de construir coalizões fortes o suficiente para produzir redução de desigualdades como valor primeiro e não como dependente de crescimento econômico. Mas é doloroso que não consigamos pensar distribuição (de riqueza e direitos) como algo autônomo do crescimento. Afinal nossos exemplos recentes, dos quais o Brasil é um dos mais destacados, demonstram claramente que, sob relações capitalistas, padrões de desigualdade podem se ampliar em processos de crescimento econômico. Para algumas reflexões sérias sobre possíveis alternativas para o Brasil, a própria distribuição é condição para uma nova fase de crescimento [...] (COSTA, 1996, p. 68).

Problematizando o ideário de desenvolvimento sustentável, Boff (2016) reconhece que há variações e distintas formulações, porém, ressalta que a maior parte tenta “[...] salvar o tipo imperante de desenvolvimento, [...] imprimindo-lhe um cariz sustentável, mesmo que aparente” (BOFF, 2016, p. 43). Desvela assim, algumas das importantes contradições que perpassam o binômio *desenvolvimento* e *sustentabilidade*, e argumenta que o desenvolvimento (sinônimo de crescimento material) “[...] é antropocêntrico, contraditório e equivocado [...]” (BOFF, 2016, p. 47).

Mostra-se antropocêntrico por centrar-se exclusivamente no ser humano e por desconsiderar os demais organismos vivos, aspecto esse que inclusive evidencia

“[...] o defeito de todas as definições dos organismos da ONU, o de serem exclusivamente antropocêntricos e pensarem o ser humano acima da natureza ou fora dela, como se não fosse parte dela” (BOFF, 2016, p. 47).

Mostra-se contraditório por atender a lógicas opostas, afinal, o desenvolvimento é um termo proveniente do ramo da economia política industrialista/capitalista, logo, “[...] é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – riqueza de um lado e pobreza do outro – e privilegia a acumulação individual [...]” (BOFF, 2016, p. 47-48), enquanto que a sustentabilidade:

[...] ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um até dos mais fracos.

Se esta compreensão for correta, então fica claro que *sustentabilidade* e *desenvolvimento* configuram uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados (BOFF, 2016, p. 48).

Mostra-se ainda equivocado, pela inconsistência já apontada na contextualização, em alegar que a pobreza é a causa dos problemas que buscamos combater, quando na verdade é apenas uma das consequências do sistema capitalista:

É *equivocado*, porque alega como causa aquilo que é efeito. Alega que a pobreza é a principal causa da degradação ecológica. Portanto, seríamos tentados a pensar: quanto menos pobreza, mais desenvolvimento sustentável e menos degradação, o que efetivamente não é assim (BOFF, 2016, p. 47-48).

Boff (2016) conclui que “[...] no modelo-padrão de desenvolvimento que se quer sustentável, o discurso da sustentabilidade é vazio e retórico” (BOFF, 2016, p. 51) e denuncia:

Aqui e acolá se verificam avanços no sentido da produção em níveis de mais baixo carbono, utilização de energias alternativas, reflorestamento de regiões degradadas e a criação de melhores sumidouros de dejetos, mas reparemos bem: tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, não se enfraqueça a competição e não se prejudiquem as inovações tecnológicas. Aqui a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação política importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para os reais problemas, que são a injustiça social

nacional e mundial, o aquecimento global crescente e as ameaças que pairam sobre a sobrevivência de nossa civilização e da espécie humana (BOFF, 2016, p. 51).

E assim, inevitavelmente, nos questionamos sobre a ampla confiabilidade e aposta (como observado na revisão de literatura) em um projeto audacioso e contraditório de desenvolvimento, que se propõe a ser sustentável, universal, indivisível, global, equitativo, *sem deixar ninguém para trás*, sendo que é fruto de negociações capitalistas e multilaterais, encabeçado por instituições internacionais, sob a direção de uma instituição marcada por complexas relações de poder como a ONU e com direta interferência das superpotências vitoriosas das duas grandes guerras mundiais. Questionamos ainda, o propósito de se lançar e relançar sempre objetivos e metas tão difíceis de serem alcançados pelas nações, acarretando, nas inúmeras situações em que não são alcançados, certa desmoralização frente ao cenário mundial, reafirmando sua condição de dependência, legitimando a necessidade da intervenção de organismos internacionais e de parcerias público-privadas em países em desenvolvimento.

Nesta pesquisa, investigamos em especial uma das áreas sobre a qual resvala reflexos do acordo global, tratamos das políticas que incidem nas bibliotecas públicas brasileiras. Instituições públicas que, conforme apresentado na revisão de literatura, historicamente sofreram as consequências de influências externas, não alcançando pleno desenvolvimento de suas potencialidades e reconhecimento social, frente às realidades e às importantes demandas nacionais, sendo recorrentemente exploradas para outros propósitos, que não exatamente seriam os seus, tendo em vista o descomprometimento com a efetiva democratização e mediação do acesso à leitura, à informação e à cultura, em prol da formação de uma sociedade emancipada, construtora e reivindicadora de suas próprias diretrizes e identidades.

Na próxima subseção, descrevemos documentos que apresentam diretrizes internacionais, tomadas como nacionais, para orientar o trabalho de bibliotecários, devendo, portanto, serem aplicadas em bibliotecas públicas, a fim de conciliar os fazeres biblioteconômicos com as proposições da Agenda 2030.

### 5.2.2 Diretrizes internacionais e nacionais

Esperamos nesta subseção, sistematizar informações necessárias à análise das orientações teóricas, internacionais e nacionais, da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030. As diretrizes internacionais descritas são provenientes de dois documentos elaborados pela Ifla e traduzidos pela Febab, para se tornarem acessíveis ao contexto nacional.

Fazendo uma breve apresentação das instituições mencionadas, a Ifla é uma organização internacional (independente, não governamental e sem fins lucrativos) que representa globalmente os interesses das bibliotecas e dos profissionais da informação, orientando, conseqüentemente, as ações de representações nacionais e regionais de biblioteconomia. Seus objetivos, segundo consta no *site* da instituição, são:

- Promover altos padrões de fornecimento e entrega de serviços de bibliotecas e informações
- Incentivar o amplo entendimento do valor de uma boa biblioteca e serviços de informação
- Representar os interesses de nossos membros em todo o mundo (IFLA, 2019, não paginado).

A Ifla estabelece relações com outras instituições internacionais, atuando ora como associada, ora como observadora, entendendo o contato estabelecido como “[...] oportunidade para um intercâmbio regular de informações e pontos de vista sobre questões de interesse mútuo [...]” (IFLA, 2019, não paginado). No caso da ONU, por exemplo, a Ifla atua com o *status* de observadora.

Nos últimos anos a Ifla tem dedicado esforços para defender o potencial das bibliotecas perante as proposições dos ODS da Agenda 2030, sobretudo no que tange a “[...] inclusão do acesso à informação, a salvaguarda do patrimônio cultural, a alfabetização universal e o acesso às tecnologias de informação e comunicação [...]” (IFLA, 2019, não paginado). E assim declaram seu posicionamento em relação à Agenda 2030:

A posição consistente da IFLA é que o **acesso à informação é essencial para alcançar os ODS** e que as bibliotecas não são apenas parceiros-

chave dos governos, mas já estão contribuindo para o progresso em direção à consecução dos 17 objetivos (IFLA, 2019, não paginado, negrito do autor).

Em função de tal entendimento, lançaram, em 2016, o Programa Internacional de *Advocacy* (*International Advocacy Programme*), com o propósito de capacitar, promover e apoiar as bibliotecas no planejamento e na implementação da Agenda 2030 (IFLA, 2019, não paginado). Os objetivos do programa são:

- Aumentar o nível de conscientização sobre os ODS dos bibliotecários nos níveis comunitário, nacional e regional e para promover o importante papel que as bibliotecas podem desempenhar no desenvolvimento, contribuindo para a Agenda 2030 da ONU e os ODS;
- Aumentar a participação de associações de bibliotecas e representantes de bibliotecas públicas no trabalho de *advocacy* em nível nacional e regional para garantir acesso público sustentável à informação por meio de serviços e programas de bibliotecas (IFLA, 2019, não paginado).


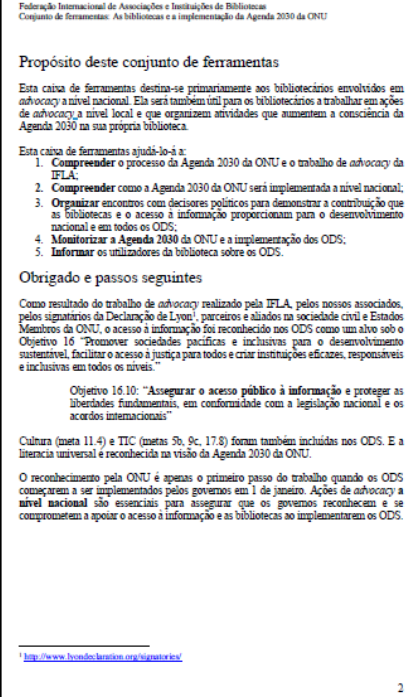
Entre as iniciativas do programa, está a elaboração dos documentos que compõem nosso *corpus*: *As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU* (IFLA, 2015) e *Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas* (IFLA, [2015?]), ambos traduzidos pela Febab.

A Febab é a organização que trata de assuntos de interesse dos bibliotecários, dos cientistas da informação e das instituições a eles vinculadas, no âmbito nacional. A federação declara, enquanto missão e objetivos:

[...] a FEBAB tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação (FEBAB, c2012-2020, não paginado).

Tendo em vista o comprometimento com a ampliação e a divulgação de materiais relacionados à missão da instituição, a Febab traduziu os referidos documentos, produzidos pela IFLA, para o trabalho com a Agenda 2030 no contexto das bibliotecas, os quais serão caracterizados e descritos a seguir.

Quadro 12 – As bibliotecas e a implementação da Agenda [...] (IFLA, 2015): caracterização geral

Páginas iniciais do documento	Título	As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015) – Tradução Febab
 <p>Programa de Ação da IFLA para o Desenvolvimento através das Bibliotecas Quilimo 2015; Primeira versão Nota: Este conjunto de ferramentas atualiza e substitui a anterior <i>Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda</i> (Janeiro 2015). O conjunto de ferramentas anterior permanece em linha para efeitos de referência.</p> <p><b>Introdução: Como usar este conjunto de ferramentas</b></p> <p>As bibliotecas dão um importante contributo para o desenvolvimento. O propósito deste conjunto de ferramentas é apoiar o trabalho de advocacy para a inclusão das bibliotecas e do acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais que contribuíam para cumprir <i>Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável</i> (Agenda 2030 da ONU).</p> <p>As bibliotecas devem mostrar agora que podem impulsionar o progresso ao longo de toda a Agenda 2030 da ONU. Mesmo sendo os ODS metas universais, cada país será responsável pelo desenvolvimento e implementação de estratégias nacionais para os alcançar, e espera-se que acompanhe e relate o seu próprio progresso em direção a cada um dos alvos. À medida que esses planos forem desenvolvidos, a comunidade bibliotecária de cada país terá uma clara oportunidade de comunicar aos seus líderes governamentais como as bibliotecas podem ser parceiros para promover as suas prioridades de desenvolvimento com uma boa relação custo-benefício. O advocacy é essencial agora para garantir o reconhecimento do papel das bibliotecas como motores do desenvolvimento local e para garantir que as bibliotecas recebam os recursos necessários para continuar este trabalho.</p> <p><b>Tome medidas agora até dezembro de 2015 no seu país para garantir que as bibliotecas tenham uma palavra a dizer quando os governos decidirem como vão implementar os ODS. Participe nas consultas nacionais sobre os planos de desenvolvimento. Organize encontros com políticos para fazer advocacy pelas bibliotecas.</b></p> <p style="text-align: right;">1</p>	<p><b>Produzido por</b></p> <p>Ifla</p>	
 <p>Propósito deste conjunto de ferramentas</p> <p>Esta caixa de ferramentas destina-se principalmente aos bibliotecários envolvidos em advocacy a nível nacional. Ela será também útil para os bibliotecários a trabalhar em ações de advocacy a nível local e que organizam atividades que mantêm a consciência da Agenda 2030 na sua própria biblioteca.</p> <p>Esta caixa de ferramentas ajuda-lo-a a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender o processo da Agenda 2030 da ONU e o trabalho de advocacy da IFLA;</li> <li>2. Compreender como a Agenda 2030 da ONU será implementada a nível nacional;</li> <li>3. Organizar encontros com decisores políticos para demonstrar a contribuição que as bibliotecas e o acesso à informação proporcionam para o desenvolvimento nacional e em todos os ODS;</li> <li>4. Monitorizar a Agenda 2030 da ONU e a implementação dos ODS;</li> <li>5. Informar os utilizadores da biblioteca sobre os ODS.</li> </ol> <p>Obrigado e passos seguintes</p> <p>Como resultado do trabalho de advocacy realizado pela IFLA, pelos nossos associados, pelos signatários da Declaração de Lyon<sup>1</sup>, parceiros e aliados na sociedade civil e Estados Membros da ONU, o acesso à informação foi reconhecido nos ODS como um alvo sob o Objetivo 16 "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, facilitar o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis."</p> <p>Objetivo 16.10: "Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais"</p> <p>Cultura (meta 11.4) e TIC (metas 5b, 9c, 17.8) foram também incluídas nos ODS. E a literacia universal é reconhecida na visão da Agenda 2030 da ONU.</p> <p>O reconhecimento pela ONU é apenas o primeiro passo do trabalho quando os ODS começaram a ser implementados pelos governos em 1 de janeiro. Ações de advocacy a nível nacional são essenciais para assegurar que os governos reconheçam e se comprometem a apoiar o acesso à informação e as bibliotecas ao implementarem os ODS.</p> <p><sup>1</sup> <a href="http://www.beyonddeclaration.org/signatories/">http://www.beyonddeclaration.org/signatories/</a></p> <p style="text-align: right;">2</p>	<p><b>Organização interna</b></p>	<p><b>Introdução: Como usar este conjunto de ferramentas</b></p> <p>Propósito deste conjunto de ferramentas</p> <p>Obrigado e passos seguintes</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Compreender a Agenda 2030 da ONU e o trabalho de advocacy da IFLA</b></li> </ol> <p>Contexto</p> <p>O trabalho de advocacy da IFLA</p> <p>Cronograma até 2030</p> <p>Indicadores</p> <p>Fórum Político de Alto Nível</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. <b>Compreender como a Agenda 2030 da ONU será implementada a nível nacional</b></li> </ol> <p>Planos de desenvolvimento nacionais</p> <p>Processo de implementação e prioridades do governo</p> <p>Outros processos relacionados</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. <b>Organizar reuniões com responsáveis políticos</b></li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Identificar representantes do setor bibliotecário</li> <li>3.2. Identificar o processo de implementação e as prioridades dos governos</li> <li>3.3. Desenhar a estratégia bibliotecária e preparar mensagens chave</li> <li>3.4. Organizar reuniões com os responsáveis políticos e participar nas consultas públicas</li> <li>3.5. Aproveitar os meios de comunicação social, as alianças e a experiência de líderes.</li> <li>3.6 Observar o processo com atenção</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>4. <b>Controlar a Agenda 2030 da ONU e a implementação dos ODS</b></li> </ol> <p>Comunicação com a IFLA</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. <b>Informar os utilizadores da biblioteca sobre os ODS</b></li> </ol> <p>Anexo 2: Folheto: Bibliotecas e o acesso à informação contribuem para o desenvolvimento nacional</p> <p>Anexo 3: Como as bibliotecas cumprem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Anexo 4: Propostas de indicadores</p>

Fonte: Ifla (2015).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

O documento *As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU* (IFLA, 2015), lançado em outubro 2015, compreende um apanhado de informações, organizadas em 19 páginas, com o propósito de explicar para a comunidade bibliotecária o que é a *Agenda 2030* (acordo global firmado em setembro do mesmo ano), assim como esclarecer como deveria ser implementada nos anos seguintes.

Naquele momento, o objetivo central era movimentar profissionais da informação para estabelecer diálogos com gestores governamentais (nacionais e regionais), e defender o potencial das bibliotecas, a importância de serem inseridas nos planos e nas estratégias de desenvolvimento sustentável (trabalho de *advocacy*), acompanhar o progresso e o cumprimento das metas, além de divulgar a implementação da Agenda 2030.

Já na introdução do documento, antes mesmo de apresentar pontos de convergência que se estabelecem entre as proposições da Agenda 2030 e as possibilidades de atuação dos bibliotecários, afirma-se categoricamente que as bibliotecas “[...] *dão um importante contributo para o desenvolvimento [...]*” (IFLA, 2015, p. 1, itálico nosso) e que devem atuar para “[...] *mostrar agora que podem impulsionar o progresso ao longo de toda a Agenda 2030 da ONU [...]*” (IFLA, 2015, p. 1, itálico nosso), lançando-se como parceiras na implementação de ações definidoras de prioridades do governo de seu país (IFLA, 2015).

Destacamos na citação acima termos que enfatizam o potencial das bibliotecas frente ao projeto de desenvolvimento sustentável, a ponto de se assegurar que as contribuições já são reais, sendo necessário divulgar e defender essa capacidade, para atuar, inclusive, na definição de prioridades nacionais. Reconhece-se, nesse primeiro contato com o documento, a adesão absoluta, também observada na revisão de literatura, por parte dos profissionais bibliotecários, influenciados talvez pela plena convicção dos órgãos de classe.

O movimento *advocacy* surge, desse modo, como uma oportunidade de defender o potencial das bibliotecas, frente à relação custo-benefício que tendem a oferecer ao projeto de desenvolvimento sustentável, a ser planejado pelos líderes nacionais; garantindo o reconhecimento das bibliotecas como importantes para o



desenvolvimento local, e assegurando os recursos e o comprometimento público necessários para sua contínua atuação social (IFLA, 2015). E assim, propõem:

**Tome medidas agora até dezembro de 2015** no seu país para garantir que as bibliotecas têm uma palavra a dizer quando os governos decidirem como vão implementar os ODS:

**Participe** nas consultas nacionais sobre os planos de desenvolvimento.

**Organize** encontros com políticos para fazer *advocacy* pelas bibliotecas (IFLA, 2015, p. 1, negrito do autor).

Desta forma, as orientações são destinadas aos bibliotecários envolvidos no movimento *advocacy* (nacional e local) e em atividades de divulgação da Agenda 2030 no espaço das bibliotecas em que atuam. Apresentam como propósito do documento:

1. **Compreender** o processo da Agenda 2030 da ONU e o trabalho de *advocacy* da IFLA;
2. **Compreender** como a Agenda 2030 da ONU será implementada a nível nacional;
3. **Organizar** encontros com decisores políticos para demonstrar a contribuição que as bibliotecas e o acesso à informação proporcionam para o desenvolvimento nacional e em todos os ODS;
4. **Monitorizar a Agenda 2030** da ONU e a implementação dos ODS;
5. **Informar** os utilizadores da biblioteca sobre os ODS (IFLA, 2015, p. 2, negrito do autor).

Em tom comemorativo pelo êxito na defesa do acesso à informação, à cultura, às TIC, e à alfabetização, a IFLA coloca-se como participante ativa, que advogou em prol dessas causas no processo de elaboração da Agenda 2030, sendo reconhecida pela ONU mediante os ODS e metas 16.10 (acesso público à informação), 11.4 (cultura), 5b, 9c e 17.8 (TIC), etc., considerando um importante primeiro passo para o futuro das ações (IFLA, 2015).

Vale destacar que nesse momento das orientações, estabelecem-se os pontos de convergência entre a Agenda 2030 e o campo de atuação das bibliotecas, delimitando o que seria o contexto mais direto de atuação e de inserção das bibliotecas em meio às inúmeras temáticas abordadas pelos ODS.

No primeiro capítulo, apresentam-se o contexto de surgimento e o projeto de sociedade que a nova agenda global almeja alcançar, a fim de favorecer maior compreensão sobre a sua origem, sobre as partes que constituem o plano de ação,

explicando o papel de importância das bibliotecas públicas, ao afirmar que: “[...] são instituições públicas essenciais que têm um papel vital a desempenhar no desenvolvimento de todos os níveis da sociedade” (IFLA, 2015, p. 3). Apesar da aparente delimitação, mencionada anteriormente, do contexto direto de atuação das bibliotecas e bibliotecários, apostam-se em amplas possibilidades de atuação social das bibliotecas públicas, dada a sua natureza institucional.

Em seguida, apresentam-se o trabalho de *advocacy* da IFLA e o cronograma com ações planejadas de 2012 até 2030, destacando-se momentos em que o trabalho da IFLA foi desenvolvido, assumindo o compromisso de seguir atuando nas etapas subsequentes (IFLA, 2015).

Esclarecem o que são indicadores, a importância na medição de avanços, como devem ser implementados, além de algumas propostas colocadas em anexo. Apresentam ainda, o Fórum Político de Alto Nível e seu funcionamento, afirmando futuras participações em “[...] consultas sobre os progressos no cumprimento das metas no acesso à informação: às TIC, à cultura e à literacia” (IFLA, 2015, p. 5).

São abordados os planos de desenvolvimento nacionais, explicando como a Agenda 2030 pode ser implementada nos países, tendo em vista a definição de gastos e de prioridades dos governos, podendo ser executada por meio de “[...] um único plano de desenvolvimento nacional, ou banda larga, inclusão digital e planos de desenvolvimento social, entre outros [...]” (IFLA, 2015, p. 5).

A compreensão sobre esse processo, é colocada como de grande importância para as bibliotecas terem melhores condições de planejamento e assim apresentarem proposições e definirem sua atuação para o convencimento das lideranças nacionais (IFLA, 2015).

Conforme estabelece a própria Agenda 2030, cada país tem autonomia na forma de implementação de suas proposições, de acordo com a realidade e as prioridades de cada nação, a partir das quais devem ser definidos objetivos, metas e indicadores próprios, sendo fundamental que os bibliotecários busquem informações sobre o

processo em curso, elaborando estratégias e tendo em vista os decisores políticos, isto é, as lideranças que devem ser procuradas (IFLA, 2015).

Outros processos regionais, que podem impactar em formas específicas de implementação da Agenda 2030, são evidenciados, apontando os seguintes acordos, processos, organizações e países envolvidos para orientar os bibliotecários:

- Declaração da Cidade do Cabo - Angola, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Lesotho, Guiné, Madagascar, Malawi, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Sudão do Sul e Suazilândia.
- Agenda 2063 da União Africana: A África que Nós Queremos - A União Africana.
- Parceria para um Governo Aberto - Moldávia, Geórgia, Ucrânia etc.
- Aliança para o Governo Aberto - Moldávia, Geórgia, Ucrânia etc.
- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – países-membros.
- Comissões regionais da Organização das Nações Unidas - comissões regionais da ONU, incluindo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
- Processos sobre alterações climáticas e financiamento, relacionados com o desenvolvimento - A terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução de Riscos de Desastres, Agenda de Ação de Addis Abeba, 21ª Conferência das Partes (COP21) etc. (IFLA, 2015).

Dentre as orientações dadas para a organização de reuniões com lideranças públicas, destacam-se:

- Identificar representantes do setor bibliotecário (seja da comunidade bibliotecária, seja de associações bibliotecárias, seja de bibliotecas públicas, universitárias ou nacionais) – devendo ocorrer mediante a divulgação da agenda e a convocação de apoio da classe.

- Identificar o processo de implementação e as prioridades dos governos – elencando caminhos e lideranças.
- Desenhar a estratégia bibliotecária e preparar mensagens-chave – identificando pessoas envolvidas, prioridades, interesses; considerando investimentos e políticas existentes; informando-se sobre a pauta de discussão de maior relevância; apresentando vantagens para uma possível parceria com bibliotecários; definindo um bom orador e mediador para a discussão.
- Organizar reuniões com os decisores políticos e participar nas consultas públicas – defendendo o potencial das bibliotecas frente as proposições da Agenda 2030 e apresentando como podem contribuir com os ODS.
- Aproveitar os meios de comunicação social, as alianças e a experiência de líderes – buscando meios para ampla divulgação pela mídia, entre bibliotecas, associações etc.
- Observar com atenção o desenvolvimento do processo – em cada país procedimentos distintos podem ser adotados, sendo necessário acompanhar e aproveitar as oportunidades (IFLA, 2015).

Alguns procedimentos são apontados para o controle da implementação da Agenda 2030. Foi indicado a comunicação direta com a IFLA (em inglês) nos seguintes casos:

- Durante a planificação e organização de reuniões com responsáveis políticos.
- Quando necessitar de antecedentes sobre a Agenda 2030 da ONU ou exemplos para apresentar nas reuniões.
- Quando necessitar de contatos ou apoio para a formação de parcerias no seu país (IFLA, 2015, p. 12).

Ressalta-se ainda, a necessidade de divulgação dos ODS, das ações nacionais e locais entre os frequentadores das bibliotecas (IFLA, 2015). Além das informações anteriormente apresentadas, o documento contém anexos com materiais complementares, são eles:

**Anexo 2<sup>42</sup>: Folheto** – contém textos curtos que podem ser utilizados em folhetos de divulgação, em reuniões e em discussões. Os temas abordados são:

- Bibliotecas e o acesso à informação contribuem para o desenvolvimento nacional.
- O acesso à informação ajuda a apoiar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- As bibliotecas garantem o acesso à informação – uma meta transversal que apoia todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Os serviços das bibliotecas contribuem para melhorar os resultados em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- As bibliotecas estão prontas para apoiar a implementação da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015).

**Anexo 3: Como as bibliotecas cumprem os 17 ODS** – apresenta um quadro com objetivos e exemplos de ações desenvolvidas em bibliotecas pelo mundo (IFLA, 2015).

**Anexo 4: Propostas de indicadores** – contém um quadro com indicadores, isto é, com critérios propostos pela IFLA para avaliações diagnósticas e/ou de progresso, no intuito de contribuir com ações iniciais<sup>43</sup>, podendo ser adaptadas e/ou substituídas. O quadro apresenta o que seriam três alvos da área biblioteconômica (Acesso à informação; TIC; e Alfabetização), seguidos dos indicadores apontados pela IFLA e eventuais notas (IFLA, 2015). Encerra-se assim esse primeiro documento.

Vale ressaltar que as orientações retratadas acima, sistematizadas pela IFLA (entidade que representa a classe bibliotecária internacionalmente), objetivavam apontar direções para a atuação da classe bibliotecária diante da Agenda 2030, previamente aprovada. Logo, a autonomia que é mencionada diz respeito às possíveis articulações, ações, priorizações e adequações que poderiam ser

---

<sup>42</sup> Não há menção ao anexo 1.

<sup>43</sup> Até o momento do lançamento do documento, ainda não haviam indicadores globais definidos pela ONU.

necessárias aos diferentes contextos de atuação dos bibliotecários, mas tendo em vista o que pressupõe a Agenda 2030.

Assim sendo, vê-se que neste momento do processo não havia mais espaço para o profissional bibliotecário opinar, divergir, interferir no que estava acordado. Deste modo, destacamos que não se propunha exatamente liberdade e autonomia aos profissionais, mas a conformação de práticas diante das diretrizes que se impunham, aprovadas previamente com a reconhecida participação da Ifla.

Outro aspecto que nos leva a tal entendimento, apesar do relato de ampla participação social no processo de construção das proposições da Agenda 2030, é o desconhecimento sobre o texto da Agenda 2030, relatado por alguns bibliotecários nas pesquisas que compõe a nossa revisão de literatura, evidenciando que os profissionais em si não foram amplamente atuantes no processo de formulação da Agenda 2030.

A seguir, apresentamos quadro com a caracterização geral do documento *Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas* (IFLA, [2015?]) – Tradução Febab.

Quadro 13 – Acesso e Oportunidades para Todos [...] (IFLA, [2015?]): caracterização geral

<p><b>Páginas iniciais do documento</b></p>	<p><b>Título</b></p>	<p>Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas (IFLA, [2015?]) – Tradução Febab</p>
	<p><b>Produzido por</b></p>	<p>Ifla</p>
	<p><b>Destinado a</b></p>	<p>Bibliotecas e bibliotecários de todo o mundo</p>
	<p><b>Organização interna</b></p>	<p><b>As bibliotecas apoiam todos os objetivos de desenvolvimento sustentável</b>  <b>As bibliotecas impulsionam o progresso através da implementação da Agenda 2030 da ONU</b>  Objetivo 1 ao 17 [ações desenvolvidas ao redor do mundo a partir dos ODS]  <b>Recomendações para os formuladores de políticas</b>  1. Incluir as bibliotecas em seus planos nacionais  2. Parcerias com as bibliotecas  3. Trabalhar com as bibliotecas para criar consciência sobre os ODS e o que significam em nível local  <b>Referências</b>  <b>Sobre</b>  <b>Fotografias/créditos das imagens</b>  <b>Contato</b></p>

Fonte: Ifla ([2015?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

O documento *Acesso e Oportunidades para Todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas* (IFLA, [2015?]), retoma, em suas primeiras páginas, os 17 ODS, a posição da Ifla frente ao projeto de desenvolvimento sustentável, o contexto de surgimento da Agenda 2030 e seu comprometimento com os âmbitos social, econômico e ambiental (IFLA, [2015?]).

As bibliotecas são inseridas como instituições de fundamental importância na implementação dos ODS, sobretudo, no que se refere ao acesso à informação, à cultura, às TIC e à alfabetização (IFLA, [2015?]). No que tange ao acesso à informação especificamente, afirma-se que:

O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões conscientes que podem melhorar suas vidas. As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura a pesquisa e a inovação (IFLA, [2015?], não paginado).

Salta aos nossos olhos a defesa única do acesso, como se fosse suficiente para alcançar autonomia no trato com a informação, com as desigualdades e as necessidades sociais. A mesma aposta cega ocorre com o acesso às TIC, como se apenas o acesso e o uso garantissem a transformação das vidas e das potencialidades humanas. Nada é mencionado sobre os processos de mediação a serem desempenhados pelos profissionais bibliotecários e educadores, sem os quais não se concretiza o processo formativo que conduz à emancipação humana.

De forma geral, o documento se dedica a ilustrar, em suas 24 páginas, como as “[...] 320.000 bibliotecas públicas e mais de um milhão de bibliotecas parlamentares, nacionais, universitárias, de pesquisa, especializadas e escolares [...]” (IFLA, [2015?], não paginado), existentes pelo mundo, podem contribuir com a Agenda 2030, e destacam inicialmente as seguintes ações:

- Promover a alfabetização universal, incluindo a alfabetização e as habilidades digitais, midiáticas e informacionais com o apoio de equipe especializada;
- Superar as dificuldades no acesso à informação e ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a compreenderem melhor as necessidades locais em matéria de informação;
- Promover um serviço em rede contendo os sites e programas governamentais;
- Promover a inclusão digital por meio das TICs;
- Atuar como centro da comunidade acadêmica e de pesquisa;
- Preservar e proporcionar o acesso à cultura e ao patrimônio do mundo (IFLA, [2015?], não paginado).

Na sequência, evidenciam as bibliotecas como impulsionadoras do progresso almejado pelas proposições da Agenda 2030, orientando a comunidade bibliotecária a acompanhar as prioridades e os balanços apresentados pelos governos nacionais, elaborar e divulgar propostas que corroborem com as necessidades locais (IFLA, [2015?]).

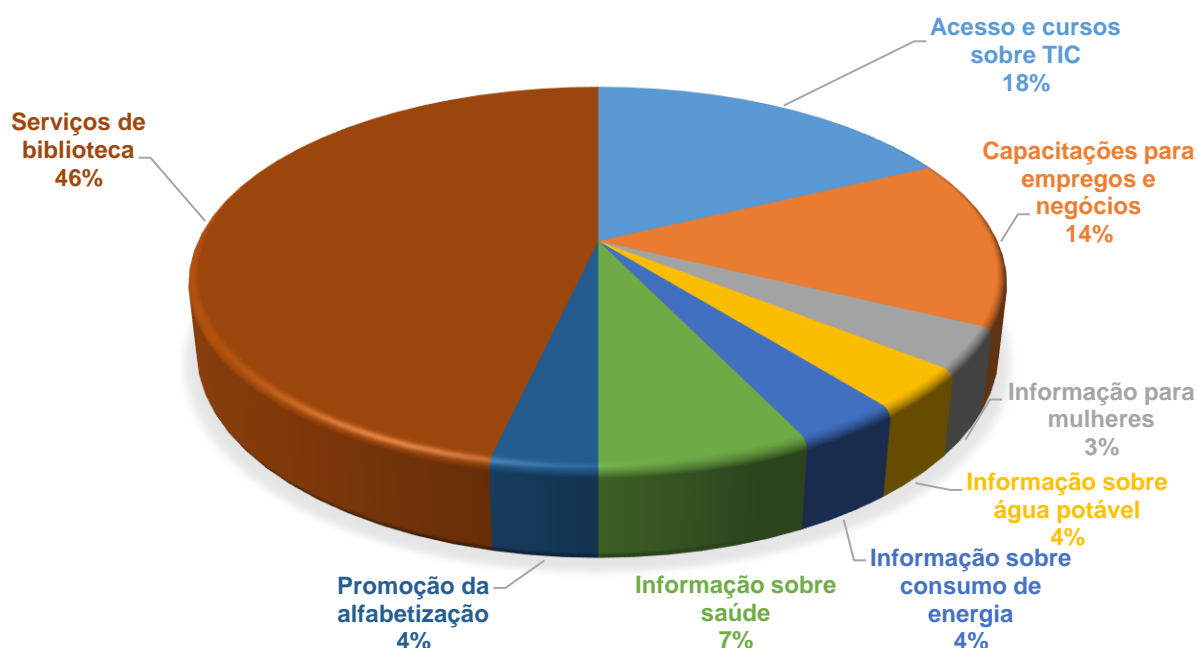
Assim, para cada um dos 17 ODS, o documento apresenta projetos realizados ao redor do mundo, destacando-se as parcerias estabelecidas e os impactos sociais



causados nas comunidades atendidas por bibliotecas, conforme sistematizado no APÊNDICE C.

A partir da referida sistematização, lançamo-nos a uma análise, visando listar e classificar os serviços disponibilizados, conforme representado no gráfico que segue:

Gráfico 5 – Serviços disponibilizados por bibliotecas segundo a Ifla ([2015?])



Fonte: Ifla ([2015?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Destacam-se, além dos serviços tipicamente disponibilizados por bibliotecas (que visam: empréstimos, devoluções, salvaguarda de materiais informacionais e a promoção do acesso às bibliotecas), os serviços que proporcionam acesso e cursos sobre TIC (18%) e capacitações para empregos e negócios (14%). Vê-se assim, que a abordagem ampla proposta pela Agenda 2030, também almejada e proposta pelos órgãos da classe biblioteconômica, para a atuação das bibliotecas públicas, sofre um aparente afunilamento. Entretanto, aborda-se ainda, em menor proporção, os temas: saúde (7%), alfabetização (4%), consumo de energia (4%), água potável (4%), além de informações destinadas às mulheres (3%).

Em meio à análise, observamos a recorrência de casos em que o acesso à TIC, assim como aos cursos sobre TIC, eram abordados estabelecendo alguma relação com o bem-estar econômico, levando-nos a pensar (apesar de não estar claro no texto) que o serviço prestado tenha a pretensão de proporcionar condições favoráveis para o acesso ao mercado de trabalho ou para a atuação em negócios, como objetivo final. Nesse caso, acreditamos que é possível maior porcentagem e dedicação dos serviços prestados pelas bibliotecas a este fim: a preparação para o mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o Brasil não é mencionado em nenhum dos exemplos dados, desta forma, observamos como se configura a realidade nacional a partir dos documentos descritos na próxima subseção.

Voltando ao documento, por fim, três recomendações são dadas para formuladores de políticas públicas, reforçando aspectos já abordados no decorrer desse e do documento anteriormente descrito, são elas: incluir as bibliotecas nos planos nacionais de desenvolvimento; estabelecer parcerias; e ter as bibliotecas como recursos para a conscientização da sociedade, informando aos seus públicos o que significam os ODS em nível local (IFLA, [2015?]).

Ao analisar as orientações teóricas, internacionais e nacionais, da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030, percebeu-se que as proposições apresentadas se voltam para a rede de bibliotecas existentes pelo mundo, sem fazer consideração alguma às precariedades dessas redes ou às insuficiências em determinadas realidades, cabendo a cada nação as adaptações e as prioridades necessárias, podendo as bibliotecas serem ignoradas nos planos nacionais de desenvolvimento caso a comunidade bibliotecária não se organize suficientemente.

Nos chama a atenção, de forma especial, o nível de autonomia e de organização exigido da classe, frente às demandas nacionais e internacionais, sem qualquer ressalva aos desafios que já encontram em meio às rotinas próprias da área e aos desafios que tendem a enfrentar nos novos processos sugeridos para atuação

social, na defesa, na promoção do espaço e dos fazeres biblioteconômicos para outros fins, além daqueles tradicionalmente relacionados às bibliotecas.

Observa-se forte apelo à classe bibliotecária para adesão e adaptação às propostas colocadas pela Agenda 2030, como caminho para a diminuição dos problemas sociais, econômicos e ambientais que marcam o cenário mundial. Entretanto, nada é mencionado sobre a necessidade de transformação das próprias bibliotecas. Assim, sem voltar-se para as diferentes especificidades nacionais e regionais, e tendo em vista a lógica do adaptar-se à realidade que está posta, tudo cabe e tudo pode ser proposto para as bibliotecas públicas: tratar da pobreza, da fome, da violência, do meio ambiente etc.

Pensando especificamente no contexto brasileiro, os questionamentos que surgem são: existem condições objetivas para a adesão às propostas da Agenda 2030? Os dados observados na revisão de literatura apontam que não exatamente. E ainda, considerando que tenhamos, hipoteticamente, as condições favoráveis, as bibliotecas públicas estariam atuando em prol de um projeto político e cultural coerente com seu processo histórico de desenvolvimento? Estariam comprometidas com aquelas funções mais elementares da instituição? Ou, mediante o movimento do adaptar-se, estariam tendendo à dispersão de seus propósitos, fazeres e anseios? Em paralelo a isso, estariam, como colocado por Lemos (1979), comprometidas com a superação da consciência ingênua decorrente da situação de dependência de nosso país frente ao cenário internacional? Ou, como colocado por Mészáros (2008) estariam, em consequência da internalização e legitimação da posição de dependência do Brasil na hierarquia social mundial, perpetuando os parâmetros reprodutivos do sistema capitalista?

Para refletirmos sobre as questões, retomo excerto do próprio Lemos (1979), ao afirmar que: “[...] Não parece válido supor que se possa atingir um eficiente desenvolvimento bibliotecário sem que se definam as funções que as bibliotecas desempenharão no processo de superação da dependência” (LEMOS, 1979, p. 203), isto é, não parece ser válida qualquer adesão indiscriminada a proposições que não estejam diretamente comprometidas com o histórico e com os desafios que marcam o cenário biblioteconômico nacional.


A seguir, abordamos os reflexos das diretrizes internacionais nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas.

### 5.2.3 Políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil

Nesta ocasião, nos detemos a descrever as fontes documentais que permitem refletir sobre como as orientações teóricas estudadas na subseção anterior, reverberam nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil.

Iniciamos com artigos provenientes de trabalhos apresentados no último CBB (FEBAB, 2019), evento caracterizado no quadro abaixo:

Quadro 14 – XXVIII CBB (FEBAB, 2019): caracterização geral

<p><b>Página inicial do site</b></p>	<p><b>Título</b></p>	<p>XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Desigualdade e Democracia: qual o papel das bibliotecas?</p>
	<p><b>Produzido por</b></p>	<p>Febab</p>
	<p><b>Destinado a</b></p>	<p>Bibliotecários, cientistas da informação e instituições a eles vinculadas</p>
	<p><b>Organização interna</b></p>	<p>Capa Sobre Acesso Cadastro Pesquisa Atual Anteriores Sobre o evento</p>

Fonte: CBB (FEBAB, 2019).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

O XXVIII CBB, ocorrido em Vitória, no Estado do Espírito Santo, em outubro de 2019, teve como tema central: *Desigualdade e democracia: qual o papel das bibliotecas?* Como já mencionamos, compreende um evento bianual, de grande

relevância nacional para área biblioteconômica, desenvolvido pela Febab e retratado como “[...] um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa” (FEBAB, 2019). Dentre os eixos temáticos do evento, destacamos o relativo aos ODS, compondo uma relação de estudos dedicados a pensar a relação das bibliotecas com a *Agenda 2030*, assim como divulgar ações desenvolvidas em bibliotecas que atendem aos ODS.

Conforme estabelecido nas diretrizes metodológicas, destacamos nos artigos: títulos, autores, contexto abordado (nacional ou local?), natureza das abordagens (análises pragmáticas ou teóricas acerca da vinculação das bibliotecas com a Agenda 2030?), abordagens teórico-metodológicas (apresentam rigor teórico-metodológico?), posicionamentos em relação à Agenda 2030 (avaliam positivamente ou negativamente a relação das bibliotecas com os ODS da Agenda 2030?) e resultados (o que concluem? Apontam para adequação ou inadequação aos pressupostos da Agenda 2030?), conforme consta no quadro que segue:

Quadro 15 – Pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB (FEBAB, 2019)

(continua)

Título (AUTOR, ano)	<b>Biblioteca, Interculturalidade e a Agenda 2030 (PORTO, 2019)</b>
<b>Contexto abordado</b>	Propõe-se a temática da interculturalidade nas bibliotecas, a fim de contribuir para a integração de imigrantes e refugiados no Brasil, relacionando com proposições da Agenda 2030. Assim, o estudo parte do contexto internacional mais amplo, no qual se insere a problemática da imigração, para o contexto nacional implicado.
<b>Natureza das abordagens</b>	Propõe-se um estudo teórico, entretanto, a breve explanação, fundamentada em revisão de literatura, se restringe a defender a importância de as bibliotecas serem espaços interculturais, em consonância com às diretrizes da Ifla e da ONU.
<b>Rigor teórico-metodológico</b>	O estudo contém uma breve caracterização metodológica, apresentando bases de dados consultadas, termos utilizados nas buscas e resultados recuperados para a revisão de literatura; e não há fundamentação teórica.
<b>Posicionamentos em relação à Agenda 2030</b>	Avaliam positivamente a relação das bibliotecas com a Agenda 2030.
<b>Resultados</b>	Concluem que diversos projetos desenvolvidos em bibliotecas abordam questões ligadas à interculturalidade (questões étnico-raciais, referentes aos imigrantes, refugiados etc.), porém, não são tratados como relativos à intercultura e poucos são publicados, sendo uma área a ser explorada por bibliotecários e cientistas da informação, seja em pesquisas, seja em ações práticas, seja em formações paralelas à atuação profissional.

Quadro 15 – Pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB (FEBAB, 2019)

(continuação)

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Biblioteconomia social e empreendedorismo bibliotecário: temas emergentes para o século XXI (SANTA ANNA; COSTA; SILVA, 2019)</b>
<b>Contexto abordado</b>	Aborda a Biblioteconomia Social e o Empreendedorismo Bibliotecário como temas que se destacam diante do projeto de desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030, alinhados às orientações da Ifla e da Febab. Apresenta uma pesquisa bibliográfica, com estudo de caso realizado na Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, analisando, em dois livros publicados por bibliotecários, registros de ações, locais e nacionais, desenvolvidas em bibliotecas.
<b>Natureza das abordagens</b>	Propõe-se um estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa. Os resultados retratam o processo de organização e publicação dos livros, assim como retratam seus constituintes temáticos (capítulos e assuntos abordados), representando como os temas são explorados em projetos desenvolvidos em Minas Gerais e em outros estados brasileiros. Tem-se, assim, uma abordagem mais pragmática acerca da vinculação do trabalho realizado pelas bibliotecas em atendimento à Agenda 2030.
<b>Rigor teórico-metodológico</b>	O estudo contém caracterização metodológica, apresentando bases de dados consultadas e termos utilizados nas buscas para a pesquisa bibliográfica; além de descrição das etapas e compreensões alcançadas com o desenrolar do estudo de caso. Não há dedicação à fundamentação teórica das discussões.
<b>Posicionamentos em relação à Agenda 2030</b>	Avaliam positivamente a relação das bibliotecas com a Agenda 2030. Afirmam ser necessária para o fortalecimento da agenda global e do papel das bibliotecas, levando a uma atuação profissional mais comprometida com questões sociais e com o mercado de trabalho.
<b>Resultados</b>	Conclui-se que a Biblioteconomia Social e o Empreendedorismo Bibliotecário são temas fundamentais, a serem explorados (na formação, na atuação e na pesquisa) para atender às proposições da Agenda 2030, fortalecer ações e o comprometimento da classe bibliotecária com o desenvolvimento sustentável.
<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Experiência da Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe nos Programas Tô na Rede e Conecta Biblioteca (FERREIRA, 2019)</b>
<b>Contexto abordado</b>	A partir de um relato de experiência, retratam-se ações formativas e projetos (Tô na Rede e Conecta Biblioteca) desenvolvidos na Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe (Pernambuco), comprometidos com os ODS da Agenda 2030.
<b>Natureza das abordagens</b>	Propõe-se a dar destaque aos referidos projetos, tendo em vista a maior valorização da biblioteca pela comunidade, diante do desenvolvimento de uma programação pensada a partir dos ODS da Agenda 2030, e considerando, de ante mão, as demandas locais. Vê-se, assim, o caráter mais pragmático da abordagem.
<b>Rigor teórico-metodológico</b>	O estudo não apresenta caracterização teórico-metodológica.
<b>Posicionamentos em relação à Agenda 2030</b>	Avaliam positivamente a relação das bibliotecas com a Agenda 2030, pois, na experiência relatada, refletiram na consolidação do planejamento anual de ações, contando com crescente presença e participação da comunidade nas atividades realizadas pela biblioteca.
<b>Resultados</b>	Os resultados apontam para maior valorização da biblioteca pela comunidade atendida, tendo em vista o aumento da presença e da participação na programação de ações disponibilizadas, sempre alinhadas aos ODS e aos anseios locais.

Quadro 15 – Pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB (FEBAB, 2019)

(continuação)

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>Mercado de Trabalho: oportunidade para todos (LIMA; DEUS; FERNANDES, 2019)</b>
<b>Contexto abordado</b>	Aborda o projeto Mercado de trabalho: oportunidades para todos, elaborado pela Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, tendo em vista a desafiadora realidade dos jovens mais vulneráveis de Belo Horizonte, e em atendimento ao ODS 8 (relativo ao trabalho e crescimento econômico) e ao ODS 4 (relativo à educação de qualidade) da Agenda 2030.
<b>Natureza das abordagens</b>	O referido projeto teve como objetivo proporcionar momentos formativos em preparação para o mercado de trabalho, caracterizando, deste modo, uma abordagem pragmática.
<b>Rigor teórico-metodológico</b>	O estudo apresenta alguns detalhes sobre as oficinas, as atividades e os encontros realizados, assim como o quantitativo de participantes, mas não há riqueza na caracterização metodológica, nem fundamentação teórica das discussões.
<b>Posicionamentos em relação à Agenda 2030</b>	Avaliam positivamente a relação das bibliotecas com a Agenda 2030, assim como os resultados do projeto, mencionando retornos de alguns participantes que conseguiram emprego e de duas pessoas aprovadas em cursos superiores.
<b>Resultados</b>	Concluem que foram oferecidas melhores condições de acesso ao mercado de trabalho para o público alvo. São ressaltados a contratação de bons profissionais e o financiamento de recursos pela Fundação Bill & Melinda Gates.
<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>O Programa Conecta Biblioteca e as mudanças nas Bibliotecas Públicas Capixabas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8 (BORGES; QUEIROZ; ROCHA; SERRA, 2019).</b>
<b>Contexto abordado</b>	Contém relatos de experiências descrevendo o processo de inserção de bibliotecas capixabas no programa Conecta Biblioteca, patrocinado pela Fundação Bill & Melinda Gates. As ações implementadas buscam atender às necessidades das comunidades atendidas pelas bibliotecas e aos ODS da Agenda 2030.
<b>Natureza das abordagens</b>	O estudo trata da atuação de bibliotecas, ressaltando as demandas das comunidades, a relação que estabelecem com os ODS, as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados, compreendendo uma abordagem mais pragmática.
<b>Rigor teórico-metodológico</b>	Apresentam-se detalhes sobre as etapas que constituíram os editais de seleção, as ações desenvolvidas em cada projeto, mas não há riqueza na caracterização metodológica, nem fundamentação teórica das discussões.
<b>Posicionamentos em relação à Agenda 2030</b>	Avaliam positivamente a relação das bibliotecas com a Agenda 2030. E quanto ao programa Conecta Biblioteca, entendem como uma oportunidade para os profissionais bibliotecários superarem os tradicionais formatos de atuação, visto que as bibliotecas são espaços híbridos que podem oferecer serviços inovadores e atender às necessidades do mundo moderno.
<b>Resultados</b>	Na Biblioteca Pública Municipal Madeira de Freitas, localizada em Cariacica, a demanda inicial foi por conhecimentos relativos à informática. O projeto foi pensado para atender ao ODS 4 (relativo à educação de qualidade), ODS 8 (relativo ao trabalho e crescimento econômico) e ODS 9 (relativo à inovação e infraestrutura). Destacou-se que ocorreu incentivo ao uso de TIC, por meio de aulas que disponibilizaram conteúdo básico, com maior participação de jovens, pessoas desempregadas, pessoas em situação de rua etc. Observou-se, por fim, elevação da autoestima dos participantes, compartilhamento de experiências, aprendizagem didática e lúdica dos temas abordados, além da inserção de jovens parceiros como instrutores das atividades programadas.

Quadro 15 – Pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB (FEBAB, 2019)

(conclusão)

<b>Título (AUTOR, ano)</b>	<b>O Programa Conecta Biblioteca e as mudanças nas Bibliotecas Públicas Capixabas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8 (BORGES; QUEIROZ; ROCHA; SERRA, 2019).</b>
<b>Resultados</b>	<p>Na Biblioteca Municipal Júlia Colnago Miranda, localizada em Viana, a demanda foi por cursos de qualificação profissional e de tecnologia. O projeto foi pensado para atender ao ODS 8 (relativo ao trabalho e crescimento econômico) e encontrava-se em fase de implementação em 2019, atuando com jovens da Medida Socioeducativa e adolescentes da Casa de Acolhimento.</p> <p>Na Biblioteca Municipal Maria Geaquinto, localizada em Jerônimo Monteiro, a demanda apontada pela comunidade foi por cursos de empreendedorismo, a partir da qual o projeto foi elaborado, tendo em vista o ODS 4 (relativo à educação de qualidade) e o ODS 8 (relativo ao trabalho e crescimento econômico). Os cursos ministrados abordaram, entre abril e julho de 2019, conteúdos relacionados à administração, negócios, tecnologias, empreendedorismo etc.</p>

Fonte: CBBB (FEBAB, 2019).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Diante das pesquisas, destacamos as solicitações das comunidades por atividades voltadas para a preparação e uso das TIC e inserção ao mercado de trabalho, seja pela via do emprego, seja pela via do empreendedorismo, confirmando tendência observada nas diretrizes teóricas estudadas na subseção anterior.

Há nessa relação estabelecida entre bibliotecas, bibliotecários e comunidades, um ponto que consideramos muito positivo, devendo, assim, ser ressaltado, trata-se do estreitamento de relações a partir do reconhecimento da realidade social, econômica e cultural da comunidade, das necessidades do bairro e/ou da cidade em que atuam, visto que, em conjunto, devem ser considerados para atender a todos, incluindo o público em potencial, isto é, aquele que ainda não frequenta, mas que pode passar a frequentar as bibliotecas.

Nesse quesito, compreendem ações louváveis e necessárias no âmbito biblioteconômico, sobretudo, o das bibliotecas públicas, entretanto, o aspecto para o qual devemos olhar com mais criticidade é a referida aproximação ocorrer pela via da preparação e da inserção das pessoas ao mercado de trabalho, mediante ações pragmáticas e objetivos utilitários, que não favorecem reflexão e transformação das condições de vida das pessoas, que reduzem a formação humana, a qual as bibliotecas devem se dedicar, à simples reprodução das atuais relações de trabalho,



desconectado da complexa, contraditória e injusta ordem social, econômica e cultural que nos é imposta.

Entendemos que as bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas, dada a sua natureza institucional, devem ser espaços democráticos, marcados por uma pluralidade de ações que, necessariamente, favoreçam a formação e a dignidade humana, para as quais as TIC e o trabalho devem ser considerados, mas não devem ser priorizados, visto que não são suficientes para tratar da totalidade e da complexidade das necessidades humanas<sup>44</sup>, sendo apenas uma faceta a ser considerada, e na condição de ser problematizada, frente às relações de exploração inerentes ao sistema capitalista.

Desta forma, vê-se que as bibliotecas estão sendo inseridas ao projeto neoliberal de sociedade, pelas diretrizes internacionais e por demandas que se impõe nos contextos local e nacional, passando a atuar em função do trabalho. Infelizmente, não por um trabalho humanizador, comprometido com a transformação das condições de vida das pessoas, mas por um trabalho afoito à lógica capitalista de adequação e adaptação às exigências do mercado, de processos formativos superficiais, em busca do rápido alcance de resultados e a consequente precarização das condições de trabalho.

Aliás, essa lógica de rápido alcance de resultados, aponta para uma corrida contra o tempo, que é a mesma presente na Agenda 2030, com as metas e os prazos a serem cumpridos (sem deixar ninguém para trás), levando à sensação de estarmos sempre atrasados e em busca de algo ainda a ser alcançado. Trata-se de uma simplificação e um falseamento dos processos transformativos, afinal, são séculos de história humana, estruturada nos moldes do sistema capitalista, sistema ao qual são inerentes a exploração e as desigualdades sociais, e diante da qual se propõem amplas transformações (sociais, ambientais e econômicas) em pouco mais de uma década, sem qualquer intenção de romper com tal estrutura. Nas palavras de

---

<sup>44</sup> Vale dizer que analisamos as ações alinhadas às proposições da Agenda 2030 observadas anteriormente (que compõe nosso *corpus*), não nos referimos à totalidade de ações desenvolvidas nas bibliotecas, visto que estão além dos objetivos desta pesquisa.

Mészáros (2008), o que ocorre é uma certa conformação de interesses particulares e conflitantes com a regra geral estabelecida.




Observam-se avaliações positivas, por parte da classe bibliotecária, quanto às oportunidades que estão sendo disponibilizadas, sobretudo, o quão interessante, atrativo e inovador se torna o espaço da biblioteca, a crescente valorização pelas comunidades atendidas, o *status* que tais ações lhes conferem diante do contexto social em que estão inseridas, permitindo superar moldes tradicionais de atuação. Nos perguntamos, entretanto, se o mérito do reconhecimento social pela via do trabalho é representativo do papel social das bibliotecas públicas? Se o foco deve ser a valorização e o prestígio da biblioteca ou o potencial transformativo das ações por elas desenvolvidas? E ainda, com que está comprometida a famigerada necessidade de superar moldes tradicionais de atuação?

Esse é um momento do estudo que acabamos por retomar a herança histórica abordada na revisão de literatura, a qual tende a transformar a biblioteca em um espaço de prestígio social, sem, contudo, mostrar-se comprometida com a efetiva transformação das condições de vida das pessoas. A lógica é a mesma, porém, sob os atuais discursos neoliberais de alívio da pobreza, de combate às desigualdades sociais e de inserção ao mercado de trabalho. Nesse processo, as bibliotecas são transformadas em ferramentas, a atuação bibliotecária acaba por ser também reduzida a fins pragmáticos e instrumentais, o que não somente deveria ser almejado no espaço de uma biblioteca.

Em meio aos trabalhos descritos, destacamos o programa Conecta Biblioteca como o mais mencionado entre os projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento, sendo implementado inclusive no Estado do Espírito Santo, em bibliotecas públicas da região metropolitana e do interior do estado, o qual também será abordado no próximo estudo descritivo, a ser realizado a partir do *site* do SNBP.

A seguir, apresentamos quadro com a caracterização geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:

Quadro 16 – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: caracterização geral

<b>Página inicial do site</b>	<b>Título</b>	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
	<b>Produzido por</b>	Secretaria Especial da Cultura, Ministério do Turismo, Governo Federal do Brasil
	<b>Destinado a</b>	Interessados, estudantes, profissionais e pesquisadores de bibliotecas públicas
	<b>Organização das páginas do site</b>	Início Sobre Sistemas Estaduais Informações das Bibliotecas Públicas Editais Notícias Perguntas Frequentes Documentos Contato

Fonte: SNBP (BRASIL, [20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Segundo consta no *site* institucional, o SNBP, criado em 1992, atua em conjunto com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, sob a gestão do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria da Economia Criativa e Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, com objetivo de disponibilizar “[...] bibliotecas públicas estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País.” (BRASIL, [20--?], não paginado).

Desde sua criação, o SNBP passou por inúmeras mudanças organizacionais, atuou em variadas parcerias, colaborando na criação e na implementação de programas, planos e projetos na área da leitura e das bibliotecas, alguns retratados na revisão de literatura. De forma geral, já foi subordinado a variadas diretorias, departamentos, secretarias e Ministérios, passando pelo Ministério da Cultura, da Cidadania, até o atual Ministério do Turismo. Já foi sediado no Rio de Janeiro (1992-2014), onde era subordinado à FBN, passando posteriormente para Brasília. Atuou na coordenação de inúmeros programas junto da FBN, como o Programa Livro Aberto, o Proler etc. Participou da construção de planos, como o Plano Nacional do Livro e da Leitura,

incentivando a criação dos Planos Estaduais e Municipais, em consonância com metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura. Lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, a partir do qual estudos, ações e investimentos foram possíveis. Enfim, atuou em variadas pastas ministeriais, com todas as insuficiências e as falhas já mencionadas na revisão de literatura, entretanto, saltam aos olhos as reestruturações mais recentes, referentes a 2019, que reduziram o Ministério da Cultura a uma Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania, passando, posteriormente, para o atual Ministério do Turismo (BRASIL, [20--?]).

São mudanças a serem lamentadas, visto que resultam em perdas para a promoção da cultura nacional, relegando a área cultural, assim como as bibliotecas públicas, que já carregam um histórico de desprestígio frente aos investimentos públicos, a um espaço de menor potencial de evolução frente a sua relevância social.

O SNBP apresenta alguns eixos de atuação, prestando serviços em:

- assessoria técnica – apoiando instalação e modernização; formação e desenvolvimento de coleções; tratamento e informatização de acervos; administração de bibliotecas; formação de pessoal etc.;
- instalação e modernização – investindo na instalação e modernização de bibliotecas (públicas e comunitárias) por meio de editais públicos;
- formação de pessoal – promovendo formações para bibliotecários, auxiliares de bibliotecas etc.;
- qualificação de acervos – investindo na formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas (públicas e comunitárias) por meio de editais públicos;
- fomento à pesquisa – estabelecendo parcerias para apoiar pesquisas acadêmicas sobre bibliotecas públicas e comunitárias;
- gestão da informação – gerenciando informações sobre bibliotecas (públicas e comunitárias) no Brasil (BRASIL, [20--?]).

O SNBP disponibiliza em seu *site*, informações sobre o próprio sistema nacional (histórico, eixos de atuação, estrutura, atividades e contato), cujo conteúdo consta na explanação anterior, e ainda informações sobre:

- sistemas estaduais – a página apresenta um mapa interativo, a partir do qual é possível acessar informações (endereço, nome do coordenador, telefone e relação das bibliotecas) dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, além de informações sobre o trabalho em rede, desenvolvido entre estados e municípios;
- bibliotecas públicas – a página apresenta um mapa interativo, a partir do qual é possível acessar informações (município, nome da biblioteca, vínculo, endereço, telefone e e-mail) das bibliotecas públicas por estado, além do resumo de dados sobre a realidade das bibliotecas públicas (por regiões geográficas), levantados em 2015, a fim de apoiar o desenvolvimento de políticas;
- editais – a página apresenta editais em andamento e concluídos;
- notícias – a página registra editais, projetos e ações, recentes e antigos, desenvolvidos no âmbito do SNBP, dos estados e dos municípios;
- perguntas frequentes – a página concentra questões comuns sobre o SNBP e suas atividades;
- documentos – a página disponibiliza artigos, guias e manuais, livros e relatórios sobre bibliotecas (públicas e comunitárias) no intuito de auxiliar os profissionais da área no desenvolvimento de suas funções;
- meios de contato – a página apresenta, além do endereço e contatos do SNBP, *links* para consulta a: perguntas frequentes; reclamação, denúncia, solicitação diversa, sugestão ou elogio; solicitação de acesso à informação pública; e contatos de bibliotecas públicas (BRASIL, [20--?]).

Vê-se que o *site* se mostra uma interessante fonte para investigarmos políticas voltadas às bibliotecas públicas. Optamos então, por tomá-lo como meio a partir do qual pesquisamos ações ou programas relacionados à Agenda 2030.

Conforme procedimento adotado na busca preliminar por ações alinhadas à Agenda 2030 (mencionada na subseção 4.3), utilizamos novamente o recurso de busca disponibilizado pelo *site* do SNBP<sup>45</sup>, lançando separadamente as seguintes expressões e sigla como estratégias de busca: *Agenda 2030*, *objetivos de desenvolvimento sustentável* e *ODS*. Diante das páginas recuperadas, foram realizadas leituras de registros do *site*, a partir dos quais analisamos vínculos com as proposições da Agenda 2030. Assim, foram identificadas as seguintes políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil:

Quadro 17 – O SNBP e a Agenda 2030

(continua)

Estratégia de busca	Registros recuperados	Políticas públicas
<i>Agenda 2030</i>	2ª Edição de Cursos gratuitos do Iberbibliotecas. Inscrições abertas até 2 de outubro. Brasil preside Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas) Selecionados para os Cursos 2018 do Iberbibliotecas Prorrogado prazo da 4ª Chamada de Cursos Iberbibliotecas para profissionais de bibliotecas V Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas Aparelhamento de bibliotecas	Iberbibliotecas
<i>objetivos de desenvolvimento sustentável</i>	Convocatória recebe inscrições de bibliotecas públicas e comunitárias para estímulo à transformação social ATENÇÃO: Prazo se encerra 6 de maio – 7º Concurso de Ajudas Iberbibliotecas para Bibliotecas Públicas e Comunitárias! Projeto oferece gratuitamente dez formações on-line em Mediação de Leitura com certificação especial Conecta Biblioteca divulga bibliotecas selecionadas para o programa Programa Conecta Biblioteca com apoio do Ministério da Cultura lança edital para as bibliotecas públicas Inscrições abertas para Edital de Apoio para Bibliotecas Públicas e Comunitárias Brasil preside Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)	Programa Recode Bibliotecas Concurso de Ajudas Iberbibliotecas Programa Conecta Biblioteca Iberbibliotecas

<sup>45</sup> As buscas foram realizadas no dia 27 de julho de 2020.

Quadro 17 – O SNBP e a Agenda 2030

Estratégia de busca	Registros recuperados	Políticas públicas <span style="float: right;">(conclusão)</span>
ODS	<p>Inscrições abertas para Edital de Apoio para Bibliotecas Públicas e Comunitárias</p> <p>Convocatória recebe inscrições de bibliotecas públicas e comunitárias para estímulo à transformação social</p> <p>ATENÇÃO: Prazo se encerra 6 de maio – 7º Concurso de Ajudas Iberbibliotecas para Bibliotecas Públicas e Comunitárias!</p> <p>Projeto oferece gratuitamente dez formações on-line em Mediação de Leitura com certificação especial</p> <p>Selecionados para os Cursos 2018 do Iberbibliotecas</p> <p>Prorrogado prazo da 4ª Chamada de Cursos Iberbibliotecas para profissionais de bibliotecas</p> <p>Conecta Biblioteca divulga bibliotecas selecionadas para o programa</p> <p>Programa Conecta Biblioteca com apoio do Ministério da Cultura lança edital para as bibliotecas públicas</p>	<p>Concurso de Ajudas do Iberbibliotecas</p> <p>Programa Recode Bibliotecas</p> <p>Iberbibliotecas</p> <p>Programa Conecta Biblioteca</p>

Fonte: SNBP (BRASIL, [20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Uma vez listadas as políticas públicas, passamos a buscar especificamente por elas no *site* do SNBP, a fim de ter acesso a mais informações. Como resultado das leituras, identificamos que as ações se enquadram em dois grandes programas, conforme sistematizado abaixo<sup>46</sup>:

- Programa Conecta Biblioteca/Programa Recode Bibliotecas:
  - ✓ Plataforma Recode.
  - ✓ Encontro Nacional Conecta Biblioteca.
- Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas):
  - ✓ Concurso de Bolsa Internacional.
  - ✓ Concurso de Estágios Internacionais.
  - ✓ Cursos on-line.
  - ✓ Seminário Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas.

<sup>46</sup> Essa relação retrata ações identificadas nos registros, com os quais tivemos acesso, do *site* do SNBP, e não necessariamente representa a totalidade de iniciativas dos referidos programas.

Novas buscas foram realizadas, concentrando atenção nos dois grandes programas. Os registros recuperados<sup>47</sup>, seguem listados no quadro abaixo:

Quadro 18 – Políticas públicas alinhadas à Agenda 2030: registros do SNBP

<b>Políticas públicas</b>	<b>Registros recuperados</b>	<b>Data do Registro</b>
<i>Programa Conecta Biblioteca</i>	Projeto oferece gratuitamente dez formações on-line em Mediação de Leitura com certificação especial	14 mar. 2019
	Projeto oferece gratuitamente 10 oficinas on-line em mediação de leitura	23 jan. 2019
	Conecta Biblioteca divulga bibliotecas selecionadas para o programa	19 mar. 2018
	Prorrogado prazo de inscrições do Conecta Biblioteca até 12/03	2 mar. 2018
	Programa Conecta Biblioteca com apoio do Ministério da Cultura lança edital para as bibliotecas públicas	8 fev. 2018
	Debate sobre “Bibliotecas em Rede” teve foco na sustentabilidade e transformação social	20 nov. 2017
	Programa Conecta Biblioteca abre inscrições para bibliotecas públicas	6 abr. 2017
<i>Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)</i>	Brasil preside Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)	19 maio 2019
	Resultado da seleção do 3º Estágio Internacional do Programa Iberbibliotecas em Madri	13 set. 2018
	1ª Bolsa Internacional Iberbibliotecas recebe inscrições até 2 de setembro	20 ago. 2018
	Concurso de Ajudas Iberbibliotecas 2018: Brasil tem três projetos vencedores	19 jul. 2018
	Iberbibliotecas recebe inscrições dos profissionais de bibliotecas para estágio em Madri	9 jul. 2018
	Gonzalo Oyarzún fala sobre o Seminário Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas 2018	22 jun. 2018
	Coordenadora-Geral avalia a realização do Seminário Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas	21 jun. 2018
	Seminário Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas	13 jun. 2018
	Eventos em Belém debatem bibliotecas públicas e cadeias produtiva e criativa do livro	30 maio 2018
	Inscrições prorrogadas para Concurso do Iberbibliotecas	13 abr. 2018

Fonte: SNBP (BRASIL, [20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

<sup>47</sup> São referentes ao dia 14 de agosto de 2020.



O quadro que segue sistematiza as informações fundamentais para nossa investigação, com base nas informações que constam nos registros recuperados no *site* do SNBP (BRASIL, [20--?]):

Quadro 19 – Políticas públicas alinhadas à Agenda 2030: caracterização geral

(continua)

<b>Política pública</b>	<b>Programa Conecta Biblioteca/Programa Recode Bibliotecas</b>
<b>Proposta geral</b>	É um programa nacional de estímulo à transformação social por meio de bibliotecas públicas, espaços considerados vitais para o desenvolvimento de comunidades. Para isso, propõe-se a promover apoio e formação a uma rede de profissionais de bibliotecas, estimulando-os a aprofundarem sua atuação como agentes de transformação, explorando os recursos tecnológicos das bibliotecas públicas para promover conhecimento e geração de oportunidades, especialmente para os jovens em situação de vulnerabilidade.
<b>Comprometimentos</b>	Realização da ONG Recode e da Caravan Studios, com patrocínio da Fundação Bill & Melinda Gates e apoio do SNBP e da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo. Sintonizado com as políticas públicas para o setor, o Programa está orientado pelas metas estabelecidas no Plano Nacional do Livro e Leitura, no Plano Nacional de Cultura e também pelos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.
<b>Objetivos</b>	Promover o empoderamento digital. Incentivar a transformação social por meio das bibliotecas públicas. Fortalecer as habilidades dos profissionais de bibliotecas e incentivar o papel desses espaços no desenvolvimento de comunidades. Aumentar o número de frequentadores na biblioteca. Promover o trabalho em rede. Contribuir com o fortalecimento e a sustentabilidade da rede nacional de bibliotecas. Mobilizar jovens e gestores para estimular a transformação social por meio das bibliotecas.
<b>Modos de abordagem</b>	A elaboração do programa envolveu representantes governamentais de todas as regiões do Brasil, compreendendo um processo colaborativo que identificou as demandas prioritárias para as bibliotecas, possibilitando um trabalho dito mais assertivo. Oferece aos bibliotecários e aos profissionais desses espaços uma capacitação de dois anos, com módulos presenciais e à distância, com custos cobertos pelo programa, em temas como: pesquisa da comunidade, gestão participativa, estratégias de comunicação e captação de recursos. Os selecionados fazem parte de uma grande rede de aprendizado e de troca de experiências, com apoio para a sustentabilidade de suas iniciativas e ganham visibilidade entre os principais atores desse setor no Brasil. As inscrições são para bibliotecas públicas estaduais ou municipais situadas em municípios com até 400 mil habitantes, com no mínimo três computadores voltados ao uso da comunidade e conectados à <i>internet</i> . Também é solicitado o cadastro atualizado junto ao SNBP e aos Sistemas Estaduais de Bibliotecas.

Quadro 19 – Políticas públicas alinhadas à Agenda 2030: caracterização geral

(conclusão)

Política pública	Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)
<b>Proposta geral</b>	É um programa Ibero-americano, isto é, destinado a países e a cidades filiadas da Ibero-América, comprometido com a consolidação de espaços culturais e com a função social das bibliotecas, por meio da criação de uma rede de cooperação que potencialize aprendizagens em benefício de todos. Desta forma, atua apoiando o desenvolvimento de redes de bibliotecas, desde a criação, consolidação até a modernização, dando visibilidade ao impacto social. Atuam com base nas seguintes linhas de ação: políticas públicas – desenvolver ações que afetem o desenho e a formulação de políticas públicas; educação e treinamento – profissionalizar o pessoal da biblioteca pública; pesquisa e estudos – produzir conhecimento para o fortalecimento dos sistemas de bibliotecas públicas; e serviços de biblioteca inovadores – gerar formas inovadoras de acesso e uso da informação, conhecimento e cultura.
<b>Comprometimentos</b>	É uma iniciativa da Secretaria Geral Ibero-Americana, tendo a coordenação do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe, órgão da Organização das Nações Unidas, que visa promover o acesso livre e aberto à leitura e à informação para todos os cidadãos através da criação de uma rede de cooperação ibero-americana no campo das bibliotecas públicas. Têm-se ainda o comprometimento com a Agenda 2030 (colocada como prioridade do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas), assim, são apoiados projetos que atendam aos ODS.
<b>Objetivos</b>	Promover o acesso livre e gratuito à leitura e à informação, aprimorar os serviços das bibliotecas públicas e comunitárias dos países ibero-americanos e promover intercâmbio entre elas.
<b>Modos de abordagem</b>	Trabalham com a questão da diversidade linguística da região, promovendo o intercâmbio cultural, o apoio financeiro e técnico a projetos em várias linhas de ação, propondo-se a fortalecer as bibliotecas públicas do Brasil por meio de parcerias. A atuação se dá em três frentes principais: cursos, concursos e estágios. Os programas de capacitação (que lançam bolsas de estágios, de intercâmbio, de cursos on-line) contam com mais de 800 vagas por ano.

Fonte: Brasil ([20--?]).

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

As caracterizações gerais evidenciam que os programas apresentam diferentes perspectivas de atuação, devendo, portanto, serem ressaltadas nesse primeiro momento de descrição. Enquanto o Programa Conecta Biblioteca propõe que os profissionais de bibliotecas sejam agentes de transformação, isto é, que as bibliotecas públicas atuem pela transformação social e pelo desenvolvimento de comunidades, amparando-se nos conhecimentos e nas possibilidades que os recursos tecnológicos podem oferecer a jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Iberbibliotecas está comprometido com a promoção de espaços culturais, com a função social das bibliotecas, com o impacto social possível a partir

da consolidação e do estabelecimento de uma rede de bibliotecas pela ibero-américa.

Conforme apresentado anteriormente, cada projeto se desmembra em atividades variadas: concursos, cursos, eventos etc. Apresentamos a seguir informações e características gerais dessas ações, antecedidas por informações complementares sobre os programas.

- **Programa Conecta Biblioteca/Programa Recode Bibliotecas**

É realizado pela organização social Recode, com 23 anos de atuação, presente em sete países, com 600 centros de empoderamento digital, tendo alcançado mais de 1,7 milhão de pessoas, propondo-se a promover o empoderamento digital entre jovens (RECODE, c2016).

Apresentando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), referentes a 2013, quanto a porcentagem de 45,7% de jovens que não concluem o ensino médio até os 19 anos; o terceiro lugar que o Brasil ocupa em evasão escolar apontado pela ONU, entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referente a 2012; e os 24% de jovens, entre 15 e 29 anos, que não estudam nem trabalham, segundo dados do IBGE, referentes a 2014, defendem a necessidade de reprogramar o mundo (RECODE, c2016), com o seguinte propósito:

Da era digital emerge uma nova lógica que rege a forma como nos comunicamos, aprendemos, interagimos e nos potencializamos. Os jovens dessa era podem *desafiar o sistema vigente* e, conectados, programar novas soluções para os problemas do mundo. Impulsionar esse movimento é o nosso propósito. Por meio do empoderamento digital, queremos ampliar o horizonte de oportunidades para os jovens em situação de vulnerabilidade social [...] (RECODE, c2016, não paginado, itálico nosso).

Destacamos em itálico trecho que expressa o desafio de romper com a ordem vigente. Considerando as informações as quais tivemos acesso até o presente momento, compreendemos que se faz referência à situação de vulnerabilidade social à qual inúmeros jovens se encontram, em consequência da evasão escolar e da falta de perspectiva apontadas nos dados anteriormente apresentados. Entretanto, vale observar que, quanto à nova lógica que emerge da era digital,

propõe-se uma absoluta adesão, visando programar novas soluções, empoderar digitalmente e ampliar oportunidades para os jovens em situação de vulnerabilidade.

Entendemos que seja importante ressaltar o uso empreendido à expressão em destaque, pois compreendemos que a proposição de romper com a ordem vigente implique em também repensar aspectos relacionados à ordem que emerge com a era digital, logo, há uma contradição que perpassa a proposta do referido programa, e que deve ser observada, a título de confirmação ou não, nas etapas subsequentes de descrição e de análise.

Seguindo com nossas descrições, a atuação da organização ocorre a partir da mobilização de uma rede de instituições, por meio da criação e da disseminação de metodologias de formação empreendedora e do uso de ferramentas digitais, buscando ampliar o impacto social em comunidades, escolas e bibliotecas, além de estimular o uso ético, consciente e cidadão da tecnologia (BRASIL, [20--?]), conforme consta no *síte* institucional da Recode (c2016):

Usamos a tecnologia como meio para gerar oportunidades de desenvolvimento, empregabilidade, retorno aos estudos e acesso ao universo do empreendedorismo para pessoas de 12 a 29 anos. Cada vez mais presente na vida desse público, a tecnologia é a linguagem que nos permite desenvolver nos jovens as competências do século 21, a autonomia em Tecnologias da Informação e Comunicação e a habilidade para resolução de problemas sociais (RECODE, c2016, não paginado).

Assim, a organização busca empoderar indivíduos para reprogramar realidades, disponibilizando um programa de estímulo à transformação social, promovendo apoio e formação continuada a uma rede de profissionais de bibliotecas, estimulando-os a aprofundarem sua atuação como agentes de transformação e a fortalecerem o vínculo entre bibliotecas e sociedade (BRASIL, [20--?]).

Quanto à metodologia adotada, a organização social estabelece quatro passos: motivar para ler o mundo – ler o mundo é reconhecer que a sua vida tem sentido num contexto maior; compreender para agir – trabalhar o olhar sob diferentes perspectivas em busca de soluções; planejar para impactar – antecipar a atuação da intervenção no mundo real por meio do planejamento; e experimentar para avaliar –

experimentar o desenvolvimento da ação e avaliar os resultados alcançados (RECODE, c2016, não paginado). Afirmam tratar-se de:

Uma metodologia de aprendizado contínuo e customizado, que habilita o jovem a ser um “reprogramador” da sua realidade. A nossa metodologia, que é a base para a formação de nossos multiplicadores e jovens, é inspirada no educador brasileiro Paulo Freire e nos conceitos de Educação Integral e Cultura Digital. Esse é também nosso diferencial: possibilitamos que o desenvolvimento desses jovens seja acompanhado de perto por um educador capacitado. Nossa metodologia contempla três dimensões para potencializar o impacto social: eu (foco no que o jovem pensa sobre o assunto), nós (como ele se vê em relação a isso) e todos nós (foco nos impactos que o assunto causa na família, na comunidade e no mundo) (RECODE, c2016, não paginado).

As três perspectivas contempladas para a potencialização do impacto social, dirigem atenção para as dimensões do *eu*, do *nós* e de *todos nós*, fazendo alusão a uma abordagem ampla de leitura de mundo, segundo conceito de Paulo Freire. Tendo isso em vista e retomando as percepções já alcançadas sobre ações desenvolvidas pelo projeto (mediante as pesquisas apresentadas no XXVIII CBBB), compreendemos a referência feita a Paulo Freire como elemento nevrálgico a ser refletido.

Apesar de anunciar uma abordagem ampla de leitura de mundo, a metodologia do programa Conecta Biblioteca acaba por explorar as relações cotidianas e espontâneas ao contemplar o que jovem conhece, o que ele pensa sobre o que conhece e os reflexos desses conhecimentos e pensamentos na família, na comunidade e no mundo. Vimos nos relatos dos trabalhos investigados, grande comprometimento com demandas das comunidades e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, disponibilizando formações relacionadas a TIC, empreendedorismo, administração, negócios etc. Nos perguntamos em que momento dessa metodologia ocorre a atuação ativa, sistematizada e intencional do mencionado educador capacitado? Como ocorrem os processos educativos e transformativos se, ao fim e ao cabo, a focalização está na realidade cotidiana da qual o jovem já faz parte? Retomando citação anterior, como pensar o desafio de romper com a ordem vigente se se atua para a incorporação de jovens à lógica do mercado que impera atualmente na sociedade?

Utilizando-se da menção feita ao educador brasileiro Paulo Freire, recorreremos à obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (FREIRE, 1996) para pensar essas questões. Nos três capítulos que constituem a obra, Freire (1996) afirma que: *não há docência sem discência* (capítulo 1), que *ensinar não é transferir conhecimento* (capítulo 2) e que *ensinar é uma especificidade humana* (capítulo 3). A obra, como um todo, nos oferece subsídios suficientes para compreender, à luz de Freire, como eticamente deve se dar a prática educativa. Entretanto, ressaltamos, em especial, alguns aspectos, visto que possibilitarão problematizar as concepções que fundamentam a metodologia de aprendizado do programa.

Uma das razões de ser da prática educativa, é proporcionar a visão do todo em que nos inserimos e a compreensão de quem somos diante desse contexto macro do qual fazemos parte, das forças que imperam e agem sobre nós, implicando diretamente no lugar que ocupamos no mundo e nos posicionamentos que assumimos, enquanto sujeitos, diante dos outros. Trata-se da prática educativo-crítica, conforme nos diz Freire (1996):

[...] Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a "outredade" do "não eu", ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 1996, p. 18-19).

Como pode ser observado, a participação dos educadores é algo fundamental, não há como prescindir de sua atuação ativa, uma vez que, entre os sujeitos envolvidos, os professores e as professoras são aqueles que dominam, além dos conteúdos e dos saberes a serem ensinados, as especificidades do processo de ensino e aprendizagem, exigindo atuação sistematizada e intencional, de modo a exercer e proporcionar a prática educativo-crítica mencionada anteriormente. Assim afirma Freire (1996):

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência

de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra.

[...]

Como professor, se minha opção é progressista e venho sendo coerente com ela, se não me posso permitir a ingenuidade de pensar-me igual ao educando, de desconhecer a especificidade da tarefa do professor, não posso, por outro lado, negar que o meu papel fundamental é contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador. Se trabalho com crianças, devo estar atento à difícil passagem ou caminhada da *heteronomia* para a *autonomia*, atento à responsabilidade de minha presença que tanto pode ser auxiliadora como pode virar perturbadora da busca inquieta dos educandos; se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. Primordialmente, minha posição tem de ser a de respeito à pessoa que queira mudar ou que recuse mudar. Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo. O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos (FREIRE, 1996, p. 28).

A citação evidencia a clara posição de Freire (1996) quanto a fundamental importância da atuação sistematizada e intencional dos educadores no processo educativo, a partir do qual é possível conduzir os educandos da heteronomia à autonomia, aspecto que não raramente é relativizado em equivocadas apropriações feitas da teoria do educador brasileiro. Outro importante aspecto a ser destacado, faz menção ao exercício político e propositivo que perpassa a prática educativa e a postura dos educadores, fazendo-se presente nas ações dos sujeitos envolvidos, assim como o respeito ao direito de escolha diante das proposições colocadas.

Merece atenção especial a ação de assumir-se sujeito, segundo propõe Freire (1996), para repensarmos a metodologia do programa em estudo no que se refere às relações cotidianas e espontâneas exploradas:

Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à

impotência. O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente de repente nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele.

Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo? (FREIRE, 1996, p. 30-31).

Freire (1996) convoca os sujeitos envolvidos na prática educativo-crítica a uma posição crítica e ao desmascaramento da ideologia dominante, à intervenção e à transformação social, não a um posicionamento ingênuo, não à mera constatação e adaptação à ordem vigente:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 38).

Diante do que procuramos expor sobre as perspectivas defendidas por Freire (1996), mediante os trechos selecionados (priorizamos o contato com o texto-fonte), lançamos luz para certa desconfiança nossa quanto a incompatibilidades (teórica e ética) com a metodologia proposta pelo programa em estudo, sobretudo, tendo em vista posicionamentos declarados por Freire (1996):

E é uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do *mercado*.

Continuo bem aberto à advertência de Marx, a da necessária radicalidade que me faz sempre desperto a tudo o que diz respeito à defesa dos interesses humanos. Interesses superiores aos de puros grupos ou de classes de gente.



Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a *probabilidade* de *transgredir* a ética, jamais poderia aceitar a *transgressão* como um *direito* mas como uma *possibilidade*. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual cruzar os braços. Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos. A fome frente a frente abundância e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades como o reacionarismo apregoa com ares de quem sofre por nada poder fazer. O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso as maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria. Nada, o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século. Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.

A ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento daquela desvalia acima referida dos interesses humanos em relação aos do mercado (FREIRE, 1996, p. 39).

Entendemos que a pausa na descrição, para tratar das perspectivas de Freire (1996), tenha se mostrado inevitável para problematizar as interrelações metodológicas mencionadas de forma ligeira e pontual pelo programa Conecta Biblioteca, incorrendo em equivocadas apropriações das concepções do educador. Feitas essas considerações, retomamos, na sequência, a descrição das características e proposições do programa em estudo.

Dentre as competências do século XXI que a tecnologia busca desenvolver nos jovens, estão: criatividade – capacidade de invenção, inovação e de enxergar questões sob novas e diferentes perspectivas; colaboração – habilidade para conviver e desenvolver atividades, em um processo interativo, com outras pessoas de diversas crenças, culturas e contextos sociais; comunicação – capacidade de argumentação, de expressão clara e empática e de escuta ativa, utilizando diferentes mídias; e resolução de desafios – habilidade para identificar desafios e oportunidades, utilizando a tecnologia e o pensamento crítico, para desenvolver soluções inovadoras e éticas. Competências essas estabelecidas a partir do que

preconizam estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), OCDE e Unesco (RECODE, c2016, não paginado).

Vale ressaltar que, além do programa de bibliotecas, a organização social realiza variadas ações e parcerias, como:

- o Movimento Recode – que focaliza ações e incentivos para o empoderamento digital de jovens em situação de vulnerabilidade social;
- o Movimento Bem Maior – com o mesmo objetivo, mas estabelecendo ampla rede de cooperação, estando entre os parceiros: a Fundação Bill & Melinda Gates e os empresários Elie Horn (fundador da Cyrela Brazil Realty), Eugenio Mattar (Diretor Executivo da Localiza), Luciano Huck (apresentador de televisão) e Rubens Menin (co-fundador e Diretor Executivo da MRV Engenharia);
- além dos projetos considerados especiais – Cineastas 360°, TecEscola, Recode em Escolas, Active Citizens e Aprender e transformar (RECODE, c2016, não paginado).

Importante destacar que todo o cenário de parcerias exposto acima, mostra-se muito coerente com a lógica de financiamento empresarial e com os interesses que movem ações e iniciativas de grandes corporações, com o discurso da qualidade e da eficiência, segundo moldes neoliberais.

Dentre os impactos sociais divulgados pela organização, está em destaque no *site* a figura que segue, representativa do ano 2018, e que ilustra a presença da organização nos estados brasileiros, o quantitativo de pessoas contempladas por ações da organização, assim como de agentes de transformação, de escolas, de organizações comunitárias, de centros de empoderamento digital e de bibliotecas envolvidos em ações no referido ano:

Figura 6 – Impacto social da organização social Recode – Ano 2018



Fonte: Recode (c2016).

O programa de bibliotecas, em especial, busca estreitar laços entre as bibliotecas (chamadas de equipamentos culturais) e as comunidades atendidas, de forma a angariar novos públicos, sobretudo, os jovens (entre 12 e 29 anos) em situação de vulnerabilidade social, a partir da formação continuada dos profissionais bibliotecários; da formação, do fortalecimento e da sustentabilidade de uma rede nacional de bibliotecas; e de profissionais que atuem como transformadores sociais (RECODE, c2016). São destacados os seguintes objetivos e estratégias:

Figura 7 – Objetivos e estratégias do Programa Conecta Bibliotecas/Programa Recode Bibliotecas



Fonte: Recode (c2016).

A defesa é por bibliotecas, profissionais e jovens protagonistas, empoderados e atuantes pela transformação social e digital das comunidades, tendo em vista as demandas locais como aspectos motivadores, apropriando-se das TIC e das inovações como aliadas nesse processo de reprogramação e de transformação das realidades (RECODE, c2016).

Dentre os recursos e os eventos que promovem no programa de bibliotecas, conforme identificado em registros do SNBP (BRASIL, [20--?]), estão:

**Plataforma Recode:** compreende uma plataforma digital que disponibiliza cursos gratuitos (também chamados de oficinas), realizados on-line, com o lema: reprogramar para transformar (RECODE, c2016). Propõe-se a “[...] incentivar à transformação social nas comunidades e contribuir para a formação de novos leitores [...]” (BRASIL, [20--?], não paginado).

Os cursos abordam temas variados, como: Novas Tecnologias; Contação de Histórias; A Biblioteca como Espaço de Leitura; Mediação de leitura; Literatura infantojuvenil; Práticas leitoras; Leitura e Relações de Trabalho; O Sentido da Leitura e a Leitura dos Sentidos; Dinamização de Acervos e Biblioterapia (BRASIL, [20--?]).

A programação é voltada para a formação continuada de “[...] bibliotecários, professores, educadores sociais, estudantes e profissionais que atuam em bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e prisionais [...]” (BRASIL, [20--?], não paginado), sobretudo, nas bibliotecas apoiadas pela Recode, entendendo que é preciso ir além da formação técnica, para que o profissional se torne um mediador entre o leitor e os livros (BRASIL, [20--?]).

Os cursos são, por vezes, combinados com uma agenda de conferências virtuais, momentos nos quais cursistas e professores podem trocar informações complementares e esclarecer dúvidas. A carga horária por curso é de 10 horas, com emissão de certificados com o selo da Cátedra de Leitura do Instituto Interdisciplinar de Leitura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em parceria com a Unesco (BRASIL, [20--?]).

Há ainda, cursos de tecnologia disponibilizados para jovens, em busca de empoderamento digital e em atendimento aos ODS da Agenda 2030, sobretudo ao ODS 4 (relativo à educação de qualidade) e ao ODS 8 (relativo ao trabalho e crescimento econômico) (RECODE, c2016).

**Encontro Nacional Conecta Biblioteca:** evento promovido pelo Programa Conecta Biblioteca que reuni os participantes e bibliotecas contempladas para o compartilhamento de boas práticas, formações para atuação junto das comunidades, auxiliando na identificação das demandas locais. Ocorre ainda a participação de parceiros do SNBP, dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (RECODE, c2016).

- **Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas)**

O Iberbibliotecas é um dos programas do espaço ibero-americano de cultura – contempla também o Ibermedias (audiovisual), o Iberescenas (teatro) e o Iberorquestras (orquestras). Segundo consta no *site* do programa, são membros ativos atualmente: “[...] Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru e as cidades de Buenos Aires (Argentina), Medellín (Colômbia) e Quito (Equador)” (IBERBIBLIOTECAS, [20--?], não paginado).

Em 2012, o Brasil aderiu ao programa e passou a investir noventa mil dólares anuais, participando e integrando as bibliotecas públicas brasileiras em todas as iniciativas propostas, tais como: editais públicos, cursos de formação continuada, entre outras atividades. Compreende, hoje, uma importante frente de trabalho do SNBP, visto que contempla os principais eixos de atuação: formação e qualificação de profissionais e o fomento aos espaços de leitura no Brasil (BRASIL, [20--?]).

O cargo de presidente do programa é atualmente exercido por Ana Maria da Costa Souza, servidora da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e coordenadora-geral do SNBP. O mandato vai até o final de 2021, quando o Brasil dará lugar à cidade de Medellín, na Colômbia (BRASIL, [20--?]). Dentre os concursos e eventos que promove, estão:

**Concurso de Ajudas:** é destinado a bibliotecas públicas, comunitárias e populares dos países e cidades membros do Iberbibliotecas, por meio de associações, sistemas, redes, organizações públicas e privadas enquanto proponentes, e com o intuito de consolidar as bibliotecas como “[...] espaços de livre acesso à informação e à leitura e contribuir para a inclusão social e a qualificação da educação e do desenvolvimento” (BRASIL, [20--?], não paginado). As inscrições são efetivadas pelo conselho intergovernamental do programa, após pré-seleção interna e análise de viabilidade dos projetos (BRASIL, [20--?]).

Em 2020, o concurso encontrava-se em sua oitava versão, selecionando projetos até fins de novembro, para execução até dezembro de 2021, constando em suas categorias orientadoras as possibilidades de abordagens voltadas para: projetos de bibliotecas em tempos de pandemia; projetos para fortalecer redes e sistemas de bibliotecas nacionais, estaduais ou municipais; projetos de planejamento e desenvolvimento de serviços de extensão de bibliotecas; e projetos vinculados diretamente ao cumprimento dos 17 ODS. Dentre os critérios de avaliação constavam: pertinência (identificação do problema, descrição precisa dos objetivos e coerência com os termos do concurso), relevância para a população, capacidade técnica e orçamento (BRASIL, [20--?]).

De 2012 a 2018, 15 projetos brasileiros já haviam sido selecionados, dentre eles:

- O projeto para formação de agentes culturais de bibliotecas públicas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio de Janeiro; o Programa Expedição Vagalume, desenvolvido pela Associação Vaga Lume, na região Norte; A Bahia tem dendê! Acarajé, patrimônio nacional do Brasil, da Biblioteca Virtual 2 de Julho, de Salvador – em 2014.
- O Projeto Cultural Intercâmbio Recife Xukuru, da Associação Cultural Esportiva Social Amigos, de Recife; a Rede Leitora Terra das Palmeiras, do Instituto Mariana, de São Luís – em 2015.
- O projeto Tô na Rede, do Instituto de Políticas Relacionais do Pará; BiblioarteLAB, da Associação Casa da Árvore, de Goiânia; Essa Biblioteca também é sua, da Biblioteca Pública Hans Christian Andersen, de São Paulo – em 2016.

- Piracaia na Leitura, do Instituto Cultura, de Piracaia; Biblioteca=Cultura=Pontos de Leitura, da Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, no Rio Grande do Sul; Rede Bibliotecas Comunitárias Conexão Leitura, da Associação Meninas e Mulheres do Morro, do Rio de Janeiro; e Encontro Panamazônico de Bibliotecas Públicas, da Fundação Cultural do Estado do Pará – em 2017.
- Diálogos para inclusão: formação e prática na promoção da cultura, políticas e práticas inclusivas em bibliotecas públicas e comunitárias, da Diversitas Soluções Inclusivas; Curso de capacitação em gestão da informação digital para os profissionais de bibliotecas de acesso público do Estado de São Paulo, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Rede de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, da Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura – 2018 (BRASIL, [20--?]).

Conforme apresentado na página do Programa Iberbibliotecas ([20--?]), na oitava edição do concurso, o apoio financeiro estabelecido para o desenvolvimento dos projetos foi de até 15 mil dólares, para projeto apresentado por uma única entidade-membro, e de até 30 mil dólares, para projeto apresentado em conjunto por mais de dois membros (IBERBIBLIOTECAS, [20--?], não paginado).

**Concurso de Bolsa Internacional:** propõe-se a “[...] promover a participação de profissionais que atuem nas bibliotecas públicas ou comunitárias em congressos, seminários, oficinas, entre outras ações” (BRASIL, [20--?], não paginado). Dessa forma, o programa se propõe a selecionar, conforme o interesse dos membros, um evento a cada ano e apoiar a participação de profissionais da área biblioteconômica, de acordo com as possibilidades dos orçamentos anuais (BRASIL, [20--?]).

Dentre as exigências constam o mínimo de dois anos de experiência em bibliotecas públicas ou comunitárias, não sendo obrigatório a formação de nível superior, além do desenvolvimento de um projeto e apresentação de documentos específicos, conforme pode ser observado na página do Programa Iberbibliotecas ([20--?]).

Em 2018 as primeiras bolsas internacionais foram disponibilizadas, apoiando dez profissionais a participarem do IX Congresso Nacional de Bibliotecas Públicas,

ocorrido em La Rioja, Espanha, no mês de novembro. Os profissionais contemplados receberam auxílio para: passagem aérea de ida e volta; traslados; passagem terrestre de ida e volta; hospedagem; alimentação; pagamento de taxas de saída do país; pagamento do visto de ingresso ao país de destino; e seguro de viagem durante todo o período da bolsa (BRASIL, [20--?]).

Em 2020, o segundo edital foi lançado, tendo em vista o Encontro de Bibliotecas Populares e Comunitárias de Medellín (Colômbia), programado para fins de abril. Evento que acabou sendo cancelado em decorrência da crise internacional causada pela epidemia de Covid-19 (BRASIL, [20--?]).

**Concurso de Estágios Internacionais:** tem como propósito o compartilhamento de práticas, a fim de contribuir para o desenvolvimento e para a qualificação de profissionais que lidam com os desafios dos espaços de leitura, possibilitando o aperfeiçoamento de suas competências e comunicação (BRASIL, [20--?]).

A cada ano, o Programa Iberbibliotecas se propõe a selecionar um país-membro para realização do estágio e apoiar a participação de profissionais dos demais membros ativos, de acordo com as possibilidades dos orçamentos anuais. São exigidos dos profissionais, no mínimo dois anos de experiência em bibliotecas públicas ou comunitárias, atuação e experiência em programas específicos, conforme tema abordado em cada edição do concurso, além de documentação específica. Não é exigido nível superior e todos os selecionados recebem apoio para custear passagem, hospedagem, alimentação e traslado (BRASIL, [20--?]).

Conforme consta na página do Programa Iberbibliotecas ([20--?]), em novembro de 2019 ocorreu a última edição do concurso, intitulado *Biblioteca geradora de cultura de paz*, com um programa de 24 bolsas de estágio a ser realizado em Costa Rica, aberto aos países e cidades membros. Dentre os critérios de avaliação constam: adequação do perfil profissional do candidato ao estágio específico; experiência de trabalho comprovada e documento de aval oficial correspondente ao centro de trabalho do candidato; e avaliação da utilidade da bolsa relativamente ao projeto proposto (IBERBIBLIOTECAS, [20--?]).



Há ainda obrigações a cumprir no que diz respeito ao compromisso e às comprovações de participação no estágio e na implementação do projeto nas bibliotecas em que atuam, sob o risco de o programa requerer o reembolso de recursos empreendidos (IBERBIBLIOTECAS, [20--?]).

**Cursos on-line:** disponibilizam mais de 800 vagas por ano, com crescente participação brasileira (BRASIL, [20--?]). Dentre os cursos ofertados em 2019/2, constam: Bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU; *Design thinking* para biblioteca; Formação de usuários e alfabetização informacional; Gestão e preservação do patrimônio digital; Ferramentas pedagógicas para desenvolver processos de formação com formadores; e Serviço ao cliente (Foco no usuário). Os cursos são destinados a bibliotecários e funcionários de bibliotecas públicas, comunitárias ou populares, conforme consta na página do Programa Iberbibliotecas ([20--?]).

**Seminário Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas:** é um evento que promove o encontro entre profissionais dos variados países-membros, incentiva a adesão de outros países da Ibero-América e fomenta discussões em torno de variados temas relacionados às áreas do livro e da leitura, ao papel social e às questões políticas atinentes às bibliotecas. Estabelece-se diálogo entre profissionais, coordenadores estaduais de bibliotecas públicas, especialistas e autoridades das áreas do livro, da leitura e das bibliotecas, sendo aberto ao público (BRASIL, [20--?]).

Conforme consta na página do Programa Iberbibliotecas ([20--?]), em junho de 2018 o seminário foi realizado em Brasília, no Distrito Federal, promovendo o encontro dos países participantes e uma programação variada. Na ocasião, membros do Iberbibliotecas participaram ainda do XIX Conselho Intergovernamental do Programa Iberbibliotecas, com o objetivo de avaliar avanços alcançados em 2018 e planejar as ações estratégicas para 2019. Além disso, durante o Conselho, foram selecionados os projetos ganhadores da 6ª Convocatória de Ajudas de 2018 (IBERBIBLIOTECAS, [20--?]).

Após a sistematização dessas últimas informações, as quais nos levaram a cogitar o Iberbibliotecas como um programa com ações aparentemente mais múltiplas,

sentimos a necessidade de voltar aos anais do XXVIII CBBB (FEBAB, 2019) para confirmar ou não a menor popularidade do programa. Após a verificação, confirmamos a ausência do programa em meio aos trabalhos do último CBBB (eixo 1), o que nos levou a pensar: como caracterizam-se as ações finais, desenvolvidas pelos bibliotecários a partir do Iberbibliotecas? Estarão comprometidas com os mesmos fins do Programa Conecta Biblioteca? Ou será que propõe uma abordagem mais ampla de formação humana? Em caso positivo, essa abordagem mais ampla se estenderia tanto aos profissionais bibliotecários, quando aos públicos atendidos pelas bibliotecas?

Considerando os documentos selecionados para o nosso *corpus* documental, tendo em vista as informações às quais tivemos acesso até o presente momento, sentimos a necessidade de saber mais sobre as atividades desenvolvidas pelos projetos selecionados pelo Programa Iberbibliotecas e assim equilibrar o quantitativo de informações sobre ambos os programas. Trata-se de uma necessidade que o andamento da pesquisa nos apontou, levando-nos a empreender novas buscas, não previstas inicialmente no projeto de pesquisa.

A princípio buscamos nos trabalhos do eixo 2 do XXVIII CBBB (FEBAB, 2019), intitulado *Não devemos deixar ninguém para trás* (o qual faz referência à Agenda 2030)<sup>48</sup>, e ainda em bases de dados selecionadas<sup>49</sup>. Diante da falta de informações, optamos por buscar (no google)<sup>50</sup>, individualmente, por materiais relacionados aos concursos, aos cursos e ao seminário promovidos pelo Programa Iberbibliotecas. Diante das informações recuperadas e sistematizadas, apresentamos a caracterização geral que segue:

---

<sup>48</sup> Um único artigo foi selecionado. Apesar de mencionar o programa, não relata ações desenvolvidas.

<sup>49</sup> Na Brapci (buscando por *Iberbiblioteca*, depois por "*Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas*", filtro por texto completo) nenhum resultado foi recuperado. No google acadêmico (filtrando por período entre 2012 e 2020, por páginas em português e com o descritor *Iberbiblioteca*) 21 resultados foram recuperados; depois, com os mesmos filtros, buscando por "*Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas*", sete resultados foram recuperados. Desses, apenas um apresentava relatos de atividades desenvolvidas pelo Iberbibliotecas em bibliotecas públicas, mas era o mesmo já recuperado entre os trabalhos do eixo 2 do XXVIII CBBB (FEBAB, 2019). No Portal de Periódicos da Capes (filtrando por período entre 2012 e 2020, por páginas em português e com a estratégia de busca *Iberbiblioteca OR "Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas"*) dois resultados foram recuperados e nenhum selecionado, visto que não tratavam do contexto brasileiro.

<sup>50</sup> Priorizamos *sites* oficiais (do próprio projeto ou do SNBP), mas, na ausência desses, exploramos endereços não oficiais que disponibilizassem alguma informação útil à caracterização geral das ações. As buscas foram realizadas no dia 28 de setembro de 2020.

Quadro 20 – Projetos selecionados pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continua)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Projeto para formação de agentes culturais de bibliotecas públicas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio de Janeiro (2014)</b>
<b>Proposições</b>	Formar agentes culturais para a dinamização dos espaços das Bibliotecas Públicas participantes do cadastro do Sistema Estadual de Bibliotecas.
<b>Realizações</b>	Foram oferecidos cursos de capacitação para os profissionais que atuam nessas bibliotecas, contando com subsídios para o aperfeiçoamento do quadro funcional, fazendo acompanhamento e monitoramento na elaboração de projetos educativo-culturais, tais como hora do conto, recontando sua história através da oralidade, e assim estimulando a produção cultural local. A Secretaria de Estado de Cultura teve seis meses para a realização do projeto, recebendo apoio financeiro no valor de U\$ 21 mil.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.vozdascomunidades.com.br/colunas/curiosidades/bibliotecas-publicas-do-rio-de-janeiro-recebem-apoio-do-programa-iberbibliotecas/">https://www.vozdascomunidades.com.br/colunas/curiosidades/bibliotecas-publicas-do-rio-de-janeiro-recebem-apoio-do-programa-iberbibliotecas/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Programa Expedição Vagalume, desenvolvido pela Associação Vagalume, na região Norte (2014)</b>
<b>Proposições</b>	Empoderar crianças de comunidades rurais da Amazônia a partir da promoção da leitura e da gestão de bibliotecas comunitárias como espaço para compartilhar saberes. Apresenta como princípios: humanismo (as pessoas que transformam sua realidade), criança (tudo começa com ela), leitura (empodera e possibilita a transformação social), interesse (toda mudança acontece de dentro pra fora), diversidade cultural (conhecer as diferenças e reconhecer as semelhanças para melhor conviver em um mundo plural), cultura local (valorização da memória, ancestralidade e saber tradicional que nutrem as raízes e fortalecem as comunidades), mediação (construir pontes entre as pessoas, as comunidades, as gerações e os diversos saberes) e escuta (compreender o outro e construir juntos, estabelecendo diálogo verdadeiro). Trabalham para formar leitores, acreditando que a leitura abre novas portas e oferece inúmeros caminhos para crianças e jovens da Amazônia.
<b>Realizações</b>	Acesso à leitura em comunidades rurais da Amazônia por meio da doação de livros, estantes e esteiras para que as comunidades montem suas próprias bibliotecas. Foram oferecidas capacitações para mães, pais, educadores e outros interessados na atuação como mediadores de leitura, a fim de levar os livros até as crianças, os jovens e os adultos da região. Incentivaram ainda, a gestão comunitária (as bibliotecas passam a pertencer às comunidades) e a valorização da cultura local, capacitando a comunidade para escrever livros artesanais com suas próprias histórias.  Fazendo referência aos programas Expedição e Rede (são interrelacionados), apontam os seguintes resultados: mais de 100.000 crianças, jovens e adultos já impactados desde 2001; 129.568 livros doados; 950 voluntários atuantes; 2.129 adolescentes já participaram do intercâmbio cultural; 4.876 mediadores de leitura formados; 20 Encontros e Congressos realizados com a rede de voluntários; 91 bibliotecas comunitárias; em 22 municípios da Amazônia Legal.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.vagalume.org.br/">https://www.vagalume.org.br/</a>

Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continuação)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>A Bahia tem dendê! Acarajé, patrimônio nacional do Brasil, da Biblioteca Virtual 2 de Julho, de Salvador (2014)</b>
<b>Proposições</b>	Compilar e difundir material sobre o ofício das baianas de acarajé, reconhecido como ofício cultural há 10 anos, a fim de promover e divulgar esse patrimônio cultural brasileiro.
<b>Realizações</b>	Elaborou-se um <i>website</i> com mais de 60 textos, entre artigos, teses e dissertações, que tratam do ofício das baianas e de assuntos correlatos; com letras de canções, <i>links</i> de gravações disponíveis na <i>internet</i> ; além de rica iconografia. <i>Website</i> disponível em: <a href="http://abahiatemdende.org/">http://abahiatemdende.org/</a> Elaborou-se ainda, um <i>e-book</i> com reportagens, entrevistas e relatos de baianas que visam divulgar a História da Bahia. <i>E-book</i> disponível em: <a href="http://abahiatemdende.org/wp-content/uploads/2015/12/a-bahia-dende-book.pdf">http://abahiatemdende.org/wp-content/uploads/2015/12/a-bahia-dende-book.pdf</a>
<b>Disponível em</b>	<a href="http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=82">http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=82</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Projeto Cultural Intercâmbio Recife Xukuru, da Associação Cultural Esportiva Social Amigos, de Recife (2015)</b>
<b>Proposições</b>	Compartilhar experiências de mediação de leitura, explorando acervos bibliográficos e orais, estimulando a produção textual.
<b>Realizações</b>	Ocorreu por meio de intercâmbio intercultural, promovido pela Associação Cultural Esportiva Social Amigos, que documentou e comparou as práticas de leitura dos mediadores das bibliotecas comunitárias da região metropolitana do Recife e dos indígenas Xukuru, na serra do Ororubá. Em torno da figura do Cacique Xicão (cuja memória é reverenciada pelo povo Xukuro) foram criados espaços de intercâmbio e de documentação do patrimônio cultural da região, expresso em diversas narrativas, mitos locais e manifestações da tradição oral, e através da experiência em documentação integrada às coleções de leitura da comunidade. Dentre os resultados estão: reconhecimento mútuo, identificação de diferenças e de semelhanças entre as realidades, conhecimentos sobre leitura, territórios étnicos e cultura popular.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/projeto-cultural-intercambio-recife-xukuru/">https://www.iberbibliotecas.org/projeto-cultural-intercambio-recife-xukuru/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Rede Leitora Terra das Palmeiras, do Instituto Mariana, de São Luís (2015)</b>
<b>Proposições</b>	Permitir o acesso das pessoas às comunidades que oferecem oportunidades para a experiência de leitura de livros (Cidade Olímpica, Cidade Operária, Santa Clara e Janaina), ao ensino que transmite educação cívica, desenvolvendo suas habilidades potenciais.
<b>Realizações</b>	Ocorreram, além de melhorias nas estruturas das bibliotecas, trabalhos de processamento técnico, aquisição e organização de acervos, carreatas literárias, rodas de leitura, tenda literária, café literário, sarau de poesia, encontro com livreiros e escritores, concurso etc.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/wp-content/uploads/2017/03/informe-agosto.pdf">https://www.iberbibliotecas.org/wp-content/uploads/2017/03/informe-agosto.pdf</a>

Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continuação)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Projeto Tô na Rede, do Instituto de Políticas Relacionais do Pará (2016)</b>
<b>Proposições</b>	Realizar o diagnóstico das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado do Pará.
<b>Realizações</b>	<p>O estudo ocorreu por meio de visitas presenciais a 144 municípios, em três etapas: a primeira para tratar de planejamento, preparação dos documentos, construção dos instrumentos de coleta e sistematização dos dados; a segunda para pesquisa de campo, com coleta de dados; e a terceira envolveu a análise dos dados coletados e divulgação dos resultados.</p> <p>A pesquisa mostrou que das 152 bibliotecas públicas no Pará, 119 encontram-se abertas, parcialmente abertas ou fechadas temporariamente e apenas 7% estão localizadas em zonas rurais. Quanto a acessibilidade para pessoas com deficiência, 34% possuem rampa de acesso, somente 5% contam com mobiliário adaptado e 33% possuem livros em braile no acervo. 49% possuem computadores com acesso à internet, 38% ofertam oficinas e cursos e 27% realizam atividades de leitura fora da biblioteca. O diagnóstico completo, intitulado plataforma de mapeamento colaborativo, está disponível em: <a href="https://mapa.tonarede.org.br/views/map">https://mapa.tonarede.org.br/views/map</a></p>
<b>Disponível em</b>	<a href="http://snbp.cultura.gov.br/tonaredepara/">http://snbp.cultura.gov.br/tonaredepara/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>BiblioarteLAB, da Associação Casa da Árvore, de Goiânia (2016)</b>
<b>Proposições</b>	Modernizar os serviços e promover uma programação cultural inovadora na Biblioteca Municipal Centenário.
<b>Realizações</b>	<p>Foi desenvolvido um aplicativo para a Biblioteca, novos serviços digitais foram disponibilizados, o laboratório foi ampliado e melhorado, além da promoção de eventos como: papo literário, oficinas, exposições etc.</p> <p>Entre os resultados, o projeto passou a atender mais crianças com idade entre 9 e 12 anos, embora a faixa etária mais presente entre as ações regulares seja de 13 a 19 anos. 75% dos participantes registrados eram estudantes de escolas públicas municipais e estaduais, 18% de escolas públicas e 7% estudantes universitários. As atividades oferecidas atraíram moradores da zona leste, zona sul e alguns bairros centrais.</p>
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/biblioartelab/">https://www.iberbibliotecas.org/biblioartelab/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Essa Biblioteca também é sua, da Biblioteca Pública Hans Christian Andersen, de São Paulo (2016)</b>
<b>Proposições</b>	Ressignificar os espaços das bibliotecas, romper com a imagem da biblioteca apenas como um local de conhecimento e de guarda de livros, transformá-lo em um local de arte, de cultura e de educação.
<b>Realizações</b>	Atividades voltadas para os mais diversos públicos como: espetáculos teatrais, intervenções, cursos de formação, concurso de poesia etc. Toda a programação ofertada gratuitamente para a população, com o objetivo de atrair o público de volta para biblioteca.
<b>Disponível em</b>	<a href="http://docplayer.com.br/123112639-Programa-ibero-americano-de-bibliotecas-publicas-iberbibliotecas.html">http://docplayer.com.br/123112639-Programa-ibero-americano-de-bibliotecas-publicas-iberbibliotecas.html</a>

Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continuação)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Piracaia na Leitura, do Instituto Cultura, de Piracaia (2017)</b>
<b>Proposições</b>	Realizar um estudo avaliativo do atendimento das bibliotecas populares de forma a contribuir para a concepção do plano de leitura do município, ampliar o público leitor e proporcionar experiências de acesso à leitura como vetor estratégico de inclusão social e de desenvolvimento humano.
<b>Realizações</b>	Foi realizado uma avaliação, por meio de 300 questionários aplicados, entre os usuários dos pontos de ônibus, saraus e entre seguidores do projeto nas redes sociais. A avaliação procurou identificar o perfil dos usuários do projeto e qual o impacto das ações em sua experiência leitora. Os resultados apontaram que muitos cidadãos piracaieiros descobriram-se leitores com o Piracaia na Leitura.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/piracaia-na-leitura/">https://www.iberbibliotecas.org/piracaia-na-leitura/</a> <a href="http://plataforma.prolivro.org.br/projeto-exibe.php?p=630&amp;s=97">http://plataforma.prolivro.org.br/projeto-exibe.php?p=630&amp;s=97</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Biblioteca=Cultura=Pontos de Leitura, da Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, no Rio Grande do Sul (2017)</b>
<b>Proposições</b>	Estabelecer quatro pontos de leitura em locais diferentes do município de Esteio, diversificar a cultura local, adquirir coleções próprias de livros para disponibilizar nesses pontos de leitura e integrar a ação de outros projetos bibliotecários. O projeto visa desenvolver o incentivo à leitura; a disponibilização de livros de literatura nacional e estrangeira para as várias comunidades atendidas; a realização de mediação de leitura e contação de histórias, palestras e encontros com escritores; o desenvolvimento de saraus literários; a realização de feiras de doação de livros na comunidade; a integração de segmentos culturais da cidade como literatura, música e teatro; o fortalecimento do incentivo à leitura e a criação de bibliotecas comunitárias no município; e, por fim, a promoção da participação de comunidades carentes e vulneráveis, pessoas em constante atendimento psicológico do município que fazem parte do Grupo de Apoio, alunos e comunidade em geral de diferentes idades, que residem em regiões distantes do centro da cidade e da periferia.
<b>Realizações</b>	O projeto implantou quatro pontos de leitura na cidade, na sede da Biblioteca (junto a Casa de Cultura Lufredina Araújo Gaya), no Centro de Artes e Esportes Unificados, na Praça da Juventude e na Escola Estadual Maria Sirley Vargas Ferraz. Cada espaço disponibilizando em torno de 250 livros para empréstimo à comunidade. A ação envolveu ainda, a realização de palestras, bate-papo com escritores, saraus literários, mediação de leitura, feiras de doação de livros, entre outras. A iniciativa foi classificada para receber R\$ 40 mil para sua execução.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/biblioteca-cultura-pontos-de-leitura/">https://www.iberbibliotecas.org/biblioteca-cultura-pontos-de-leitura/</a> <a href="https://visaodovalesl.com.br/noticias-da-regiao-esteio/">https://visaodovalesl.com.br/noticias-da-regiao-esteio/</a>

Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continuação)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Rede Bibliotecas Comunitárias Conexão Leitura, da Associação Meninas e Mulheres do Morro, do Rio de Janeiro (2017)</b>
<b>Proposições</b>	Fortalecer a Rede de Bibliotecas Comunitárias Conexão Leitura, capacitando os integrantes e novos agentes com oficinas de comunicação na área de construção de marcas. Além da elaboração de guia das práticas de Mediação de Leitura praticadas pela rede para socialização com outros espaços e projetos de leitura. A finalidade da rede é aprimorar a comunicação que será uma ferramenta estratégica e primordial para que as bibliotecas comunitárias possam ampliar a visibilidade de suas ações, disseminar o conhecimento de suas vivências na formação de leitores, estreitar e potencializar laços com parceiros, público atendido e apoiadores.
<b>Realizações</b>	Não encontramos informações sobre realizações do projeto.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-bibliotecas-comunitarias-conexao-leitura2/">https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-bibliotecas-comunitarias-conexao-leitura2/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Encontro Panamazônico de Bibliotecas Públicas, da Fundação Cultural do Estado do Pará (2017)</b>
<b>Proposições</b>	Realizar o I Encontro Pan-Amazônico de Bibliotecas Públicas. Resgatar experiências e compartilhar conhecimentos em fóruns temáticos a fim de estabelecer novos relacionamentos entre a biblioteca e a sociedade, superar eventuais barreiras geográficas e avançar no fortalecimento de uma grande rede de cooperação da Pan-Amazônia.
<b>Realizações</b>	O evento aconteceu na sede da Fundação Cultural do Estado do Pará, em Belém do Pará, com a participação de profissionais e demais interessados no mês de setembro de 2018. A programação contou com rodas de conversa sobre políticas do livro, leitura, literatura e bibliotecas na América Latina, sobre a formação do profissional de bibliotecas públicas da América Latina, sobre boas práticas das bibliotecas públicas da Pan-Amazônia etc.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/encontro-panamazonico-de-bibliotecas-publicas/">https://www.iberbibliotecas.org/encontro-panamazonico-de-bibliotecas-publicas/</a> <a href="https://www.redemundonoticias.com/post/2018/06/01/eventos-em-bel%C3%A9m-debatem-cadeia-produtiva-do-livro">https://www.redemundonoticias.com/post/2018/06/01/eventos-em-bel%C3%A9m-debatem-cadeia-produtiva-do-livro</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Diálogos para inclusão: formação e prática na promoção da cultura, políticas e práticas inclusivas em bibliotecas públicas e comunitárias, da Diversitas Soluções Inclusivas (2018)</b>
<b>Proposições</b>	Gerar ações efetivas em inclusão, valorização da diversidade e acessibilidade através da capacitação de gestores, bibliotecários e demais profissionais de bibliotecas públicas e comunitárias. Auxiliar na elaboração e acompanhar o desenvolvimento de ações inclusivas nessas bibliotecas. Divulgar práticas inclusivas para inspirar que outras bibliotecas do mundo adotem a Gestão Inclusiva. Dessa forma, visa desenvolver encontros de capacitação presencial e técnica para multiplicadores e profissionais de bibliotecas públicas em nível local. Da mesma forma, busca nortear ações elaboradas e desenvolvidas pelas bibliotecas participantes, para que possam aplicar os fundamentos e os princípios inclusivos, levando em consideração os contextos em que estão inseridas e a diversidade de públicos.
<b>Realizações</b>	Não encontramos informações sobre realizações do projeto.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://dialogosparainclusao.com/sobre/">https://dialogosparainclusao.com/sobre/</a> <a href="https://www.iberbibliotecas.org/5390-2/">https://www.iberbibliotecas.org/5390-2/</a>

Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(continuação)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Curso de capacitação em gestão da informação digital para os profissionais de bibliotecas de acesso público do Estado de São Paulo, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2018)</b>
<b>Proposições</b>	Realização de um curso gratuito de 20 horas para profissionais de bibliotecas públicas do Estado de São Paulo, intitulado Curso de Capacitação em Gestão da Informação Digital. O objetivo da unidade curricular é fornecer um suporte conceitual e prático para que os seus alunos possam planejar e implementar sistemas de informação capazes de gerir eficazmente a informação digital, considerando todos os seus aspectos e elementos essenciais.
<b>Realizações</b>	Foram disponibilizadas três turmas, para 150 profissionais das bibliotecas de acesso público do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria da Cultura, via plataforma do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo, por meio de Ensino a Distância. Turma 1, início em fev. de 2020; turma 2, início em abr. de 2020; turma 3, início em maio de 2020.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/curso-de-capacitacao-em-gestao-da-informacao-digital-para-os-profissionais-de-bibliotecas-de-acesso-publico-do-estado-de-sao-paulo-20-horas/">https://www.iberbibliotecas.org/curso-de-capacitacao-em-gestao-da-informacao-digital-para-os-profissionais-de-bibliotecas-de-acesso-publico-do-estado-de-sao-paulo-20-horas/</a> <a href="https://www.deolhonaci.com/news/curso-ead-gratuito-em-gestao-da-informacao-digital1/">https://www.deolhonaci.com/news/curso-ead-gratuito-em-gestao-da-informacao-digital1/</a>
<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>Rede de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, da Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura (2018)</b>
<b>Proposições</b>	Implantar, fortalecer e integrar as primeiras oito bibliotecas vivas de Santo André. E ainda, promover e desenvolver o gosto pela leitura e pela literatura em populações poderosas que se encontram em territórios de vulnerabilidade social e econômica. De forma mais específica, propõe-se a formação de mediadores de leitura e a aquisição de acervo e de mobiliário para as bibliotecas: duas estão localizadas na microrregião Sacadura Cabral – a da Fundação Santo André, organizada por alunos e professores do curso de Pedagogia, com apoio de outros cursos e a Caminhos da Cultura, situada no Núcleo Sacadura Cabral, que tem como ator central um dos moradores, Gian Nunes Oliveira; outras duas ficam na microrregião Cata Preta – uma no interior do Projeto Semear Conhecimento, onde a pedagoga Joelma Gonçalves Laureano atende a cerca de 90 crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e outra na Associação de Moradores do Núcleo Eucaliptos, que tem como animador Adauto Farias da Silva.
<b>Realizações</b>	O prêmio destinado à Rede de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André é de US\$ 9.300 e será integralmente investido no programa que vêm sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Santo André e a Rede de Bibliotecas de Santo André desde 2017. Não encontramos mais informações sobre as realizações do projeto.
<b>Disponível em</b>	<a href="https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre/">https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre/</a> <a href="https://www.fsa.br/rede-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-ganha-apoio-da-unesco/">https://www.fsa.br/rede-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-ganha-apoio-da-unesco/</a> <a href="https://spleituras.org.br/blog/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-recebe-apoio-financeiro-internacional/">https://spleituras.org.br/blog/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-recebe-apoio-financeiro-internacional/</a>



Quadro 20 – Ações desenvolvidas pelo Programa Iberbibliotecas: caracterização geral

(conclusão<sup>51</sup>)

<b>Projeto brasileiro selecionado</b>	<b>4º Estágio Internacional Iberbibliotecas (2019)</b>
<b>Proposições</b>	Nessa versão, o Estágio Internacional teve como tema: <i>Bibliotecas Geradoras de Cultura de Paz</i> . A seleção consistia em escolher 24 projetos, de 12 países e de profissionais bibliotecários que atuavam em bibliotecas públicas, comunitárias ou bibliotecas populares. O período de execução do projeto era de seis meses, no mínimo, devendo estar relacionado com a temática apresentada, além de outras exigências do edital. O estágio aconteceu entre os dias 3 e 9 de novembro de 2019, as despesas foram todas custeadas pelo Iberbibliotecas e pelo Ministério da Cultura e Juventude da Costa Rica, país que recebeu os estagiários.
<b>Realizações</b>	<p>Projeto selecionado: Desenvolvendo competência informacional para a vida – dignidade, respeito, afeto, amor para pessoas em situação de rua no entorno da Biblioteca Mário de Andrade. Por meio da mediação de leitura, abordando temas transversais (como: racismo, violência, homofobia etc.) o projeto teve o objetivo de desenvolver uma agenda de mediação de leitura voltada para este público uma vez por mês nos espaços da biblioteca.</p> <p>O estágio em si apresentava uma agenda bem elaborada e organizada, com planejamento de visitas a cinco cidades da Costa Rica, com atividades nos Centros Cívicos pela Paz (de Santa Cruz, Gabarito, Guarari - Heredia, Parque da Liberdade em San José e Centro Cívico de Cartago). Os Centros são espaços de cultura, leitura, integração e educação, além de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade. Foram construídos em regiões com maiores índices de violência e condição de pobreza, atuam de forma estatal e procuram promover o maior aporte de atividades possíveis para a população, tendo a biblioteca como base e todas as atividades são gratuitas. A Costa Rica se orgulha de não possuir exército, de ter mais professores que policiais e de ser um dos países mais seguros do mundo. Durante o estágio, foi possível participar de oficinas oferecidas à população (yogateca, oficina baila com o livro e oficina de escrita criativa). Além disso, ocorreram apresentações dos projetos dos bibliotecários selecionados.</p> <p>Não foram disponibilizadas informações sobre os resultados das ações desenvolvidas na Biblioteca Mário de Andrade.</p>
<b>Disponível em</b>	<a href="https://santabiblioteconomia.com.br/2020/01/28/bibliotecas-geradoras-de-cultura-de-paz/">https://santabiblioteconomia.com.br/2020/01/28/bibliotecas-geradoras-de-cultura-de-paz/</a>

Fonte: variadas fontes indicadas no decorrer do quadro.

Nota: apresentação dos dados adaptada pela autora.

Após as últimas caracterizações, voltando ao nosso objetivo de refletir sobre como as orientações teóricas estudadas na subseção anterior, reverberam nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil, observamos, no que diz respeito aos trabalhos apresentados no último CBBB, que as relações entre as bibliotecas e as comunidades por elas atendidas, estão adquirindo maior estreitamento em função das diretrizes internacionais, das demandas locais e nacionais decorrentes da lógica de mercado, do projeto neoliberal de sociedade, reduzindo o potencial de atuação e

<sup>51</sup> Assim como ocorreu com o Programa Conecta Biblioteca, não encontramos relatos de todas as ações já desenvolvidas pelo programa Iberbibliotecas, entretanto, considerando as dificuldades de acesso, acreditamos que seja uma importante amostra, representativa das atividades desenvolvidas por ambos os programas.

de transformação das bibliotecas – que no lugar de promover uma formação humana mais completa (visando a complexidade das necessidades humanas), problematizar as relações de exploração e as precárias condições de trabalho e de vida às quais estamos submetidos na atualidade, isto é, desvelar as forças que nos oprimem, acabam por corroborar com elas.

No que se refere às políticas que incidem sobre as bibliotecas públicas, observamos que os programas apresentam diferentes perspectivas:

- o Programa Conecta Biblioteca é voltado às relações cotidianas e às demandas que surgem das comunidades, as quais remetem, em sua maioria, às necessidades de preparação e de inserção ao mercado de trabalho, atuando alinhado à lógica de financiamento empresarial, focado, sobretudo, em resultados quantitativos, apresentando ainda, certas dubiedades conceituais e apropriações equivocadas das concepções freireanas sobre as quais afirmam fundamentar suas ações;
- o Programa Iberbibliotecas mostrou-se mais amplo do ponto de vista da multiplicidade de ações, abordagens e possibilidades formativas, destacando-se por promover formação continuada, projetos variados, participação em eventos, compartilhamento de experiências, além de cursos on-line, fortalecendo ações empreendidas em rede, investindo no potencial formativo das bibliotecas e na formação de leitores. Entretanto, destacou-se pelas condições precárias de mediação, sem comprometimento com a atuação profissional em Biblioteconomia, seja para a formação de leitores, seja para a estruturação e gestão das bibliotecas e dos acervos promovidos.

Aliás, a questão relativa à não obrigatoriedade de atuação profissional para a participação dos editais lançados, foi observada em ambos os programas<sup>52</sup>, os quais tratam a mediação de leitura, os processos formativos e de gestão implicados como passíveis de serem realizados por qualquer profissional atuante em biblioteca, por jovens, moradores, pais e/ou mães que desejam contribuir com sua comunidade,

---

<sup>52</sup> Importante dizer que o Programa Conecta Biblioteca prioriza profissionais formados em Biblioteconomia, mas não estabelece sua obrigatoriedade.

isto é, não há preocupação com a qualificação da mediação e da intervenção a ser realizada, com a atuação de profissionais formados, logo, coloca-se em questão a qualidade do que é desenvolvido e o potencial transformativo de tais projetos.

Mészáros (2008), ao tratar da educação para além do capital, problematiza a questão do aprendizado ao afirmar que “[...]. Aprende-se a todo momento, mas o que se aprende depende de onde e de como se faz esse aprendizado [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 16).

[...] A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideário de emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital? [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

Freitas (2018), ao tratar das influências empresariais na educação, argumenta que tem sido comum não discutir o que venha a ser de fato “[...] uma “boa educação para a juventude”, assumindo-se as demandas do *status quo* vinculadas às novas necessidades de preparação de mão de obra [...]” (FREITAS, 2018, p. 82):

Nesse processo, são feitas duas reduções: na primeira reduz-se o foco do que se considera uma “boa educação” para o que se considera uma “boa aprendizagem”, entendida como uma coleção de habilidades e competências em disciplinas básicas (usualmente Português e Matemática). Coloca-se a ênfase no “direito de aprender” e não no “direito de ser educado”, o qual é mais amplo [...] (FREITAS, 2018, p. 82-83).

Um aspecto importante frente ao que observamos na análise, diz respeito a certa dubiedade conceitual que perpassa as proposições dos programas, nos levando a desconfiar das intencionalidades, dos motivos pelos quais apresentam, de forma ambígua, contraditória, por vezes até equivocada, algumas das principais concepções que fundamentam suas ações.

Torres (1996) nos auxilia a compreender a complexidade de forças e de interesses conflitantes que perpassam o estado e, em consequência, o processo de constituição de projetos e de políticas públicas:

[...] o estado é também uma arena de confrontação de projetos políticos. Como arena de confrontação, não somente expressa as vicissitudes das lutas sociais, as tensões dos acordos e desacordos de forças sociais, mas também as contradições e dificuldades de estabelecer uma ação unificada, coerente e marcada pelos parâmetros centrais de um projeto político específico. Toda política pública, ainda que parte de um projeto de dominação, reflete, como arena de luta e como caixa de ressonância da sociedade civil, tensões, contradições, acordos e desacordos políticos, às vezes de grande magnitude (TORRES, 1996, p. 110).

Entendemos que os programas se mostram como um retrato da Agenda 2030, das tensões inerentes ao acordo firmado entre as 193 nações que compunham a ONU na ocasião de sua elaboração e aprovação, a referida dubiedade conceitual também perpassa as proposições do plano de ação, permitindo o comprometimento com os interesses neoliberais, como também com ações potencialmente formativas, que remetem a uma ampla formação humana. Cabe, entretanto, avaliar a qualidade dos processos formativos e de gestão implicados, questionar: que qualidade é essa? Com que está comprometida? A quem ela beneficia? E a propósito de que?

O próximo capítulo é destinado às discussões finais da pesquisa e como reflexo do percurso de investigação, abordamos as possíveis influências nas políticas de bibliotecas públicas, assim como suas implicações para a formação de leitores.

## 6 IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

[...] São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. Nisto reside a diferença essencial entre as nossas disciplinas (humanas) e naturais (sobre a natureza), embora aqui não haja fronteiras absolutas, impenetráveis. O pensamento das ciências humanas nasce como pensamento sobre pensamentos dos outros [...] (BAKHTIN, 2003, p. 307-308).

Neste capítulo, nos dedicamos a responder a problemática de pesquisa (como as proposições da Agenda 2030 repercutem nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores?), tratando das possíveis influências nas políticas públicas e das implicações para a formação de leitores. Conforme sugere a epígrafe acima, tal empreendimento se dará pelo pensamento sobre os pensamentos dos outros e pelas vivências que o nosso processo formativo/de pesquisa nos permitiu vivenciar até o presente momento, cientes, entretanto, da impossibilidade de esgotar as reflexões atinentes à referida problemática.

Entendemos que a influência neoliberal já foi elucidada no capítulo anterior, entretanto, sentimos a necessidade de iniciar as discussões deste capítulo conceituando e contextualizando brevemente o neoliberalismo, abordando como a educação é compreendida e conduzida nos moldes dessa sociedade, com contribuições de Frigotto (1995, 1996), Gentili (1996), Torres (1996), Mészáros (2008) e Freitas (2018), para assim termos condições de pensar as possíveis influências nas políticas de bibliotecas públicas e as implicações para a formação de leitores – estas últimas tendo em vista reflexões de Cavallo e Chartier (1998, 2003), Chartier e Hébrard (1995), além de Bakhtin (2003, 2006, 2010).

A concepção bakhtiniana de linguagem será fundamental para discutirmos a formação de leitores, tendo em vista os processos dialógicos a partir dos quais se alcança a compreensão. Tal discussão, torna-se possível pelo fundamento e interlocução com as categorias conceituais *palavra*, *signo*, *enunciado*, *diálogo*, *compreensão* e *polifonia* (BAKHTIN, 2003, 2006, 2010), conforme apresentado no quadro teórico-metodológico (capítulo 4).

A escolha pela relação com a Educação justifica-se pelo objetivo de avaliar implicações para a formação de leitores, aspecto que buscamos privilegiar, dentre as funções próprias da biblioteca pública, e por reconhecermos as relações que se estabelecem entre as áreas da Educação e da Biblioteconomia na formação humana, conforme já abordado em capítulos anteriores.

## 6.1 POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo em vista o conceito de neoliberalismo, vê-se que, a grosso modo, retoma o liberalismo econômico-social que fundamenta as bases da sociedade capitalista e defende a ingerência do Estado sobre a economia (concepção de Estado mínimo), apostando na capacidade do mercado de regular o trabalho e o capital.

Do ponto de vista histórico, Gentili (1996) afirma tratar-se de uma proposta que surge para lidar especificamente com “[...] *a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70* (GENTILI, 1996, p. 230, itálico do autor), com implicações para as relações políticas, econômicas, jurídicas e culturais (GENTILI, 1996). Segundo expõe, o neoliberalismo origina-se da “[...] necessidade de restabelecer a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global” (GENTILI, 1996, p. 230-231). O mesmo cenário é contextualizado por Frigotto (1996):

Na década de 60, com o governo J. F. Kennedy, a idéia desenvolvimentista é mais forte como estratégia de *melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos*. Esta idéia tem como escopo o surgimento da *Aliança para o Progresso*, assinada em Punta del Leste, em 1961. O próprio conceito de progresso sinaliza a concepção de desenvolvimento. Os instrumentos deste “cuidado” foram sendo construídos no pós II Guerra – ONU, OTAN, FMI, BID, UNESCO, OIT – organismos supranacionais que [...] são os *novos senhores do mundo ou o poder no mundo de fato*. É dentro do ideário da Carta de Punta del Leste que explicitamente se assenta a idéia de recursos humanos, de investimento em educação e treinamento – em capital humano – como fator chave do desenvolvimento (FRIGOTTO, 1996, p. 91).

Vê-se assim que a teoria do capital humano surge nos anos 1960 nos Estados Unidos e em 1970 no Brasil, no contexto das teorias do desenvolvimento pós-segunda guerra mundial, como “[...] expressão de um conjunto de elementos [...] que

[...] *geram a ampliação da capacidade de trabalho* e, portanto, de maior produtividade [...]” (FRIGOTTO, 1996, p. 92, *itálico do autor*), tendo como componentes básicos “[...] *traços cognitivos e comportamentais*. Elementos que assumem uma ênfase especial hoje nas teses sobre sociedade do conhecimento e qualidade total [...]” (FRIGOTTO, 1996, p. 92, *itálico do autor*). Problematizando reflexos para o cenário educacional brasileiro, Frigotto (1995) afirma que:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 60 e 70, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 1995, p. 18).

Desta forma, a teoria do capital humano foi lançada como caminho para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e o mesmo raciocínio foi estendido para o âmbito das relações privadas, na defesa de que os indivíduos “[...] que investissem neles mesmos em educação e treinamento, sairiam de um patamar e ascenderiam para outro na escala social” (FRIGOTTO, 1996, p. 93). Entretanto, Frigotto (1996) ressalta aspectos que precisam ser considerados:

Por ser uma formulação que olha a relação capitalista de dentro e o sistema como um dado resultante da perspectiva liberal e neoclássica de compreensão da realidade social, não leva em conta as relações de poder, as relações de força, os interesses antagônicos e conflitantes, portanto, as relações de classe. A debilidade da tese do capital humano de gerar política e socialmente o que prometia em termos das nações e dos indivíduos resulta, pois, da forma investida de aprender a materialidade histórica das relações econômicas, que são relações de poder e de força e não uma equação matemática como querem os neoclássicos ou neoconservadores (FRIGOTTO, 1996, p. 93).

Freitas (2018), ao contextualizar, avalia consequências para o cenário latino-americano, considerando que “[...] a democracia é apenas ‘desejável’, mas não é uma condição necessária ao neoliberalismo. [...]”, aspecto este que nos é muito caro, tendo em vista o atual cenário nacional e mundial de ataques a Estados Democráticos de Direitos (FREITAS, 2018, p. 14):

Entre 1930 e 1970, enquanto se difundia a abordagem neoliberal, o mundo experimentou o avanço do Estado de bem-estar social, baseado numa concepção desenvolvimentista de capitalismo que foi uma tentativa de sair da crise do primeiro ciclo do liberalismo clássico, que se esgotou no início do século passado em meio à Primeira Guerra Mundial e à crise de 1929. No entanto, novos problemas econômicos fizeram com que no começo dos anos 1980 o neoliberalismo se tornasse hegemônico nos Estados Unidos (com Reagan) e na Inglaterra (com Thatcher), expandindo-se para outros países.

Na América Latina, o esgotamento da primeira onda neoliberal nos anos 1990, seguido da ascensão de governos progressistas ocorrida em seguida, criou a ilusão de que o neoliberalismo havia passado. Produziu também um efeito complementar: chamou nossa atenção para o lado das reformas econômicas e seus impactos, retirando a nossa atenção do lado obscuro do neoliberalismo – sua ligação política com os conservadores, seu significado ideológico e os métodos pelos quais se propaga e resiste. Não levamos a sério o fato do liberalismo econômico retornar como movimento de resistência mundial às teses progressistas e *não ter compromisso com a democracia*, mas apenas com a instauração do livre mercado [...] (FREITAS, 2018, p. 13-14).

Nesta perspectiva, o Estado é compreendido “[...] como algo que atrapalha a liberdade individual de competir ao olhar para o bem-estar do coletivo” (FREITAS, 2018, p. 26), devendo, ao contrário, apostar na meritocracia e no esforço individual, isto é, no mérito daqueles que se mostram mais capazes e mais aptos – uma verdadeira injustiça social se considerarmos as desiguais condições de concorrência em uma sociedade de classes. Já o mercado é concebido como “[...] o instrumento eficaz para regular os interesses e as relações sociais de forma ‘livre, equânime, equilibrada e justa’ [...]” (FRIGOTTO, 1996, p. 83, itálico do autor). Assim sendo, o Estado perde o *status* de gestor e é relegado a um mero provedor ou financiador de recursos, o que nos leva a constatar que “[...] a idéia de Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital. [...]”, (FRIGOTTO, 1995, p. 163). É o que Frigotto (1996) retrata ao afirmar que:

A idéia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese de *Estado mínimo* e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito a estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isto passa a ser comprado e regido pela *férrea* lógica das leis do mercado. Na realidade, a idéia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (FRIGOTTO, 1996, p. 83, itálico do autor).



Torres (1996) aponta, além da já mencionada diminuição do setor e da intervenção pública, que os governos neoliberais promovem tratados de livre comércio, de mercados abertos e de ajustes estruturais em parceria com organismos internacionais (concepções presentes nas proposições da Agenda 2030, conforme abordado no capítulo anterior):

[...] O ajuste estrutural define-se como um conjunto de programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras. [...] Este modelo de estabilização e ajuste tem resultado em uma série de recomendações de política pública, incluindo a redução do gasto governamental, desvalorização da moeda para promover a exportação, redução de tarifas para importações e um aumento das poupanças públicas e privadas. Um aspecto central deste modelo é a redução drástica do setor estatal, especialmente mediante a privatização das empresas parastatais, a liberalização de salários e preços e a reorientação da produção industrial e agrícola para exportação. O propósito deste pacote de política pública é, a curto prazo, a redução do tamanho do déficit fiscal e do gasto público, da inflação e das taxas de câmbio e tarifas. A médio prazo, o ajuste estrutural baseia-se nas exportações como um motor para o desenvolvimento. [...] (TORRES, 1996, p. 114).

Outros aspectos importantes para compreender o neoliberalismo, as influências que perpassam a Agenda 2030, assim como as políticas públicas a ela alinhadas é o capitalismo globalizado e a reestruturação mundial da economia, conforme elucida Torres (1996):

[...] Em grande parte, esta globalização se dá por mudanças na economia, na informática e nas comunicações, que aceleram a produtividade do trabalho, substituindo trabalho por capital e desenvolvendo novas áreas de alta produtividade (como, por exemplo, o software que permitiu a criação, relativamente em pouco tempo, de super-milionários como Bill Gates, com uma companhia de alcance mundial como a Microsoft). Estas mudanças que redefinem as relações entre as nações implicam em uma alta mobilidade do capital via intercâmbio internacional, mas também através da velocidade de realização de investimentos de curto prazo e alto risco. [...] (TORRES, 1996, p. 118).

Pensando especificamente no contexto educacional brasileiro, tem-se, desde as reformas educacionais dos anos 1990 (que reverberaram nas atuais referências nacionais curriculares, bases comuns curriculares, padronizações de testes e responsabilização etc.), reflexos de um movimento global de reforma empresarial da educação, conforme retrata Freitas (2018):

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o

avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação.

O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendimento” que expressa o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa” (FREITAS, 2018, p. 31)

Trata-se de um projeto de sociedade pouco comprometido com as diversidades e as especificidades nacionais, apartado de vínculos sociais locais, estando antes atrelado a questões relativas à gestão do “[...] capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) [...]” (FREITAS, 2018, p. 12) que se impõe em âmbito mundial.

Freitas (2018) alerta:

Nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola.

No campo técnico, a reforma permite o alinhamento da escola às necessidades dos novos processos produtivos, coordenado pela OCDE e agências internacionais, visando a inserção das cadeias produtivas nacionais na lógica das cadeias internacionais, o que exige um alinhamento com as necessidades da Revolução Industrial 4.0 e as reformas que ela demanda (FREITAS, 2018, p. 29).

Nesta perspectiva, nem sempre a finalidade da educação é apresentada de forma explícita e o ideário de escola pública, gratuita e acessível a todos, enquanto um direito social conquistado, é colocada em risco, conforme ressalta Freitas (2018):

[...] os reformadores visam a implementação de reformas educacionais para, por um lado, garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um *status quo* modernizado. O objetivo final deste movimento é a retirada da educação do âmbito do “direito social” e sua inserção como “serviço” no interior do livre mercado, coerentemente com a sua concepção de sociedade e de Estado. [...] (FREITAS, 2018, p. 41-42).

Quanto à concepção de educação como um serviço e não mais como um direito social, Frigotto (1995) alerta que:

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana (FRIGOTTO, 1995, p. 31-32).

Freitas (2018) segue denunciando, que, por conseguinte, atenta-se contra as concepções de justiça social e de democracia, pois, para a formação da juventude, por exemplo (público contemplado nas políticas públicas analisadas), o que se propõe é:

[...] seu enquadramento na lógica de exploração do *status quo*, sendo este apenas tecnologicamente modernizado (Revolução 4.0). Ainda que construa alianças com outras visões e se manifeste pelo seu contrário, propondo “educação para todos”, trata-se [...] de uma educação desigual e que aprofunda a segregação ao longo do sistema educacional, amplificando sua elitização – ou seja, garantindo que a escola seja adaptada às novas exigências do *status quo* sem sair de seus limites e sem gerar demandas “indevidas” que pressionem o Estado econômica e politicamente (FREITAS, 2018, p. 60).

Não por acaso, as nomenclaturas utilizadas mundialmente para designar a reforma empresarial da educação, mencionada por Freitas (2018), são variadas e inconsistentes, por vezes não há nem a preocupação com a contextualização histórico-social do movimento, assim, vale ter em vista algumas de suas mais amplas características:

[...] “a) padronização da e na educação”; b) ênfase no ensino de “conhecimentos e habilidades básicas dos alunos em Leitura, Matemática e Ciências Naturais, tomados como principais alvos e índices de reformas educacionais”; c) ensino voltado para “resultados predeterminados, ou seja, para a busca de formas seguras e de baixo risco para atingir metas de aprendizagem”, o que afeta a criatividade das crianças e a autonomia dos professores; d) “transferência de inovação do mundo empresarial para o mundo educacional como principal fonte de mudança”; e) “políticas de responsabilização baseadas em testes” que envolvem “processos de credenciamento, promoção, inspeção e, ainda, recompensa ou punição de escolas e professores”; e finalmente f) um “maior controle da escola com uma ideologia baseada no livre mercado” que expandiu a escolha da escola pelos pais e a terceirização (FREITAS, 2018, p. 39).

Em consequência das reformas, Freitas (2018) retrata como os processos educativos tornaram-se atrativos para os investimentos internacionais:

A expansão desse padrão de se pensar e fazer educação, seja dentro de um país, seja ao redor do mundo, num cenário de globalização rentista e tecnológica, permitiu criar “escala de operação”, tornando os processos educativos mais atrativos aos investimentos transnacionais, à atuação de indústrias e prestadoras de serviço dos países centrais, que podem ampliar sua operação também na periferia do sistema – reproduzindo o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica. Não por acaso, seu motor está localizado na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em órgãos de financiamento internacional (BIRD e Banco Mundial) (FREITAS, 2018, p. 39).

Mészáros (2008) elucida as consequências de tais transformações para uma ampla formação humana, uma vez que se impõem a:

[...] educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (MÉSZÁROS, 2008, p. 12).

O autor defende assim, que a “[...] educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9) e que “[...] pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9). Assegura ainda, que o sistema capitalista é irreformável e incorrigível, e que qualquer reforma que possa ser lançada nunca terá força contra “[...] a lógica autoritária global do próprio capital [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47), cabendo o confronto e a alteração do todo do sistema, “[...] com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). E alerta que:

[...] O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais – que praticam e agravam o *apartheid* social –, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil (MÉSZÁROS, 2008, p. 11-12).

Frigotto (1995), retomando a teoria do capital humano, as consequências do projeto neoliberal para a educação, sintetiza o que abordamos nesta explanação inicial:

[...] o ajuste neoliberal se manifesta no campo educativo e da qualificação por um revisitar e “rejuvenescer” a teoria do capital humano, com um rosto, agora, mais social.

Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados. Por esta trilha podemos perceber que tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos ficam subordinadas à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão. Neste sentido, os dilemas da burguesia em face da educação e qualificação permanecem, mesmo que efetivamente mude o seu conteúdo histórico e que as contradições assumam formas mais cruciais (FRIGOTTO, 1995, p. 145).

Essa breve conceituação e contextualização do neoliberalismo no âmbito da educação é fundamental para pensarmos as concepções de mundo, de sociedade e de homem implícitas no projeto neoliberal de sociedade, assim como as implicações para a formação de leitores, a partir de bibliotecas públicas que desenvolvem e promovem políticas públicas alinhadas às proposições da ONU, mediante o plano de ação da Agenda 2030.

Vimos que não há comprometimento com a formação humana omnilateral, com o fortalecimento dos direitos conquistados socialmente, com a justiça social e com a democracia, mas antes, com a oferta de educação para o trabalho, mediante serviços e produtos mercantilizáveis, atendendo aos interesses econômicos das grandes corporações e dos organismos internacionais que agem no contexto global, implementando agendas para a educação e para o desenvolvimento socioeconômico das nações, com o intuito, explícito ou não, de inseri-las na lógica capitalista de exploração e mantê-las ajustadas à ordem social vigente, perpetuando as amarras próprias desse sistema.

Mesmo se considerarmos toda a dubiedade conceitual presente nas concepções e nas proposições dos discursos neoliberais, na Agenda 2030 e nas políticas públicas analisadas, não há como negar o potencial destrutivo, desafiador, no mínimo questionável das intencionalidades, das proposições teóricas e das ações investigadas em nosso percurso de pesquisa. O que nos leva a pensar se há espaço para a formação de leitores críticos, de sujeitos dialógicos que exercitam o diálogo e a compreensão segundo a concepção bakhtiniana de linguagem, aspecto que será problematizado na subseção que segue.

## 6.2 HÁ ESPAÇO PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES DIALÓGICOS?

A formação de leitores tem sido historicamente forjada sob a influência de múltiplas vozes conflitantes, é o que pode ser observado ao retomarmos as obras de Cavallo e Chartier (1998, 2003), que tratam da história da leitura no mundo ocidental, abordando comunidades de leitores, práticas de leitura, reconstruindo “[...] em suas diferenças e em suas singularidades, as diversas maneiras de ler que caracterizam as sociedades ocidentais desde a Antiguidade” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6).

Destacamos, em especial, o período da institucionalização do leitor e do apogeu das bibliotecas públicas no século XVIII. Os historiadores relatam que na época em que se ampliava a febre de leitura entre os mais diversos grupos sociais e se intensificava o consumo extensivo da leitura, as bibliotecas acabaram se tornando parceiras ideais (CAVALLO; CHARTIER, 2002). Entretanto, haviam outras forças em jogo, a ponto de as mesmas bibliotecas serem consideradas “[...] ‘locais moralmente venenosos e bordéis’, que instilavam seu ‘arsênico espiritual’, seja no jovem, seja no velho, no socialmente superior ou inferior. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 157).

Neste último caso, fazia-se referência ao predomínio do interesse e da procura por obras literárias, com “[...] histórias de cavalaria, de salteadores e fantasmas, também os romances familiares e de amor sentimental-emotivos, tais bibliotecas muitas vezes eram denominadas desdenhosamente ‘estabelecimentos marginais’. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 157). Essas concepções chocavam-se com outras, como a pretensão enciclopédica dos catálogos de gabinetes de leitura ou museus, nos quais “[...] se encontrava toda a amplitude do mercado editorial da época, de publicações técnico-científicas até obras completas de escritores, além de publicações estrangeiras. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 158).

Segundo afirmam os autores, a mesma crítica que denunciava e censurava a prática de “[...] leitura solitária, afastada da sociedade, considerando-a ociosa e socialmente prejudicial, encontrou nelas seu local central de emancipação, mas sem dúvida também de disciplina e controle mútuos [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 158).

Tem-se assim a presença de uma leitura vigiada, com normas rígidas, e inspecionada com desconfiança pelas autoridades:

[...] O desenvolvimento da leitura individual e conjunta nessa época aponta para o papel ambivalente do livro e da imprensa na disciplina social e na racionalização dos tempos modernos em seu conjunto. O conhecimento da técnica cultural da leitura pôde, por um lado, ter apoiado maciçamente essa formação social, mas, por outro, também ofereceu a mais interessante possibilidade de fugir individualmente das exigências sociais. Os iluministas burgueses estavam convencidos de que o caminho para a salvação imanente e transcendente passava pela leitura. Sua incansável propaganda por uma leitura útil aproximou da burguesia essa técnica cultural emergente como forma original de comunicação. Os adversários presos à tradição combatiam a leitura com a mesma veemência, porque na verdade ela significava o pecado original: quem lia, comia da árvore proibida do conhecimento (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 161).

A partir do século XIX, observa-se a transformação do público moderno, que se tornava diverso, anônimo e não lia “[...] o que lhes era indicado pela autoridade e pelos ideólogos, mas o que satisfazia suas necessidades concretas, emocionais, intelectuais, sociais e pessoais. O gênio escapara definitivamente da garrafa” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 161).

Em meio aos novos leitores do século XIX apontados por Cavallo e Chartier (2002), dentre os quais estavam as mulheres, as crianças e os operários, ressaltamos o destaque dado às leituras impostas e às leituras secretas das classes operárias, em meio à rápida urbanização e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Nessa época, as bibliotecas públicas circulantes apresentavam objetivos políticos e filantrópicos. As escolas das fábricas exerciam poder de controle, harmonia e estabilidade social, com a “[...] esperança de que os leitores da classe trabalhadora pudessem ser afastados da bebida e da literatura perigosa tendente para o socialismo, a superstição excessiva ou a obscenidade. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 188).

Visava-se a formação de operários bem-comportados, alinhados aos interesses das classes governantes, acreditava-se assim, que uma “[...] seleção de literatura útil, tendente a promover a ‘recreação racional’, iria incorporar os membros mais inteligentes da classe operária no consenso dos valores burgueses. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 188). Porém, tal estratégia de dominação social não se

colocava sem resistência, os novos leitores não aderiam tão facilmente às “[...] tentativas das bibliotecas de fornecer literatura moralista ou edificante. [...] Esses novos leitores solicitavam de forma esmagadora literatura para sua diversão, deixando de lado manuais práticos e obras instrutivas” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 186), conforme pode ser observado a seguir:

[...] Os leitores poderiam, de início, utilizar as bibliotecas para obter literatura de entretenimento, mas esperava-se que viessem a “progredir” passando para os textos clássicos do socialismo, para Kautsky e, eventualmente, para *Das Kapital*. O bibliotecário Griesbach, de Dresden, declarou que a principal função dos bibliotecários entre os operários era “fazer com que os usuários passassem da leitura de diversão para a leitura de textos de não-ficção”. Na Inglaterra, na década de 1830, tanto os utilitaristas quanto os evangélicos recomendavam que fosse dada aos leitores das classes trabalhadoras uma leitura “que os tornasse melhores”. [...]

Esse otimismo educacional, contudo, estava destinado a fracassar, na medida em que leitores das classes operárias, em sua grande maioria, escolhiam a literatura de entretenimento oferecida pelas bibliotecas circulantes, fossem elas patrocinadas pelos empregadores ou pelos sindicatos. [...] (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 189).

A citação que segue ilustra muito bem as diversas forças conflitantes no contexto da época, retratando as vozes de leitores populares, do poder público, da classe trabalhadora, de políticos, de religiosos, de intelectuais, da classe burguesa, enfim, evidencia a arena da luta classes, os interesses públicos e privados que perpassavam e influenciavam as ações empreendidas nas bibliotecas públicas:

O leitor popular, muitas vezes paternalisticamente descrito como *le grand enfant* (o menino grande), tinha opiniões próprias. Um litógrafo, Girard, estabeleceu uma *bibliothèque populaire* no terceiro *arrondissement* de Paris e tentou escapar enquanto pôde da supervisão municipal. Em Le Creusont, um operário de 28 anos, Dumay, em 1869, estabeleceu uma *bibliothèque démocratique*, a qual se mobilizou em apoio a um candidato republicano nas eleições daquele ano e em favor do voto pelo “não” no plebiscito de 1870. Na cidade industrial de St. Étienne, em 1866, tinham sido formadas duas bibliotecas populares que os *notables* da cidade e a elite religiosa tentaram submeter ao seu controle. A seleção de obras dos trabalhadores chocava por incluir Voltaire e Rousseau, além de George Sand e Eugène Sue, acusados de atacar a instituição do casamento e de justificar o suicídio e o adultério. Rabelais era considerado um autor perigoso, do mesmo modo que Michelet por causa de *La Sorcière*, Renan pela *Vie de Jesus*, e Lamennais pelas *Paroles d’ un croyant*. Infantin, Louis Blanc, Fourier e Proudhon estavam incluídos nessas bibliotecas de trabalhadores, a indicar que os leitores operários se esforçavam por formar uma cultura literária própria, livre do controle da burguesia, do catolicismo ou da burocracia (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 187).



Os autores relatam que, a despeito das forças que imperavam na época, uma parte da classe operária conseguia “[...] emancipar-se da ignorância e da dependência. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 190), sobretudo por meio da formação autodidata, privada da instrução escolar, visto que a “[...] necessidade de ganhar a vida o mais cedo possível, ou de viajar em busca de trabalho, tornava impossível uma escolarização mais prolongada. [...]” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 192).

A leitura era ponto central no *ethos* do progresso pessoal. As autobiografias dos operários raramente deixam de descrever suas leituras e muitas descrevem de forma detalhada os programas de leitura, que orientam seus autores e os levaram a ter sucesso. Quando Samuel Bamford, tecelão em Lancashire, descobriu o que chamava de “abençoado hábito da leitura”, enveredou por um caminho que o levaria a tornar-se agitador em favor da reforma do Parlamento, a praticar o jornalismo e, mais tarde, a ter uma carreira como leitor público de poesia. [...] A ansiosa busca por conhecimento através dos livros era vital para a emancipação intelectual sobre a qual estaria fundamentada a ação política, além de suprir a informação e a disciplina necessárias para um auto-aperfeiçoamento moral e racional. Willie Thom lia Walter Scott, “o mago de Waverley”, em seus momentos de folga como jovem tecelão em Aberdeen, em 1814. Os livros, escreveu ele, fornecem “vislumbres – os únicos que nos são permitidos – de uma existência verdadeira, natural e racional” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 191-192).

Chartier e Hébrard (1995), ao abordarem discursos sobre a leitura na França, entre 1880 e 1980, dedicam um capítulo aos discursos dos bibliotecários, e de início afirmam que “[...] as liberdades de escrever, de editar, de vender e de fazer ler conjuga, no direito que provém de uma herança revolucionária, o liberalismo econômico e a liberdade de pensamento. [...]” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 112), evidenciando contradições que perpassam a popularização da leitura. De um lado estava o Estado, suas ações de controle e de socialização de direitos, e de outro, estava o mercado e seus interesses na massificação da alfabetização e da leitura, tendo em vista seus fins pragmáticos de preparação suficiente para o trabalho. Nesse ínterim, constituem-se as bibliotecas e os bibliotecários:

[...] Através dos textos e das declarações de princípio, verifica-se como são intercambiáveis os objetivos programáticos dos militantes, dos eleitos, dos funcionários de escalão superior e dos profissionais das bibliotecas – por vezes, as mesmas pessoas. Para não nos enganarmos com consensos superficiais, convém deslindar as contradições ou as ambigüidades nascidas do fato de que o governo republicano luta sempre em duas frentes. De um lado, no momento em que se prepara para renunciar ao direito de censura do texto impresso, esse governo tende a aumentar os poderes diretos e indiretos do Estado sobre a leitura: um poder ideológico na luta contra as famílias de espírito adverso e no apoio àqueles que

considera seus partidários; um poder institucional na conquista progressiva de um corpo de funcionários especializados com que controla a formação e as carreiras; mas também um poder econômico, quando se trata de sustentar o fraco mercado de alguma edição mediante compras vultosas. De um lado, e de forma concorrente, a República esforça-se por fazer reconhecer o Estado como um simples árbitro, limitado sem dúvida a controlar o bom uso de créditos públicos mas sem qualquer desejo de censurar ou de orientar as leituras, preocupado antes de mais nada em suprir a demanda ou em promover-la por meio de uma oferta estimulante. Desde logo, o governo concebe como necessária a orientação dos leitores pelos bibliotecários, vista como assistência técnica que um profissional competente concede “de modo natural” aos amadores. Dessa tensão entre neutralidade e proselitismo nasce certo “estilo leigo” que, desde 1880, caracteriza o discurso republicano através da sua evolução e dos seus avatares (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 112).

Estilo leigo esse que talvez não se sustente mais na atualidade e no contexto investigado em nossa pesquisa, nem mesmo de forma velada como poderia ocorrer na França da época. Ao pensarmos nas diretrizes internacionais que incidem sobre as diferentes nações e, mais especificamente sobre as bibliotecas públicas, convocando profissionais para atuarem em consonância com suas ambições e encontrando ampla adesão, o discurso mostra-se agora monológico, homogêneo, uniforme, rompendo com as contradições que potencializam os processos e as possibilidades formativas.

Vale ressaltar que não se trata de um pleno discurso monológico se considerarmos as vozes das superpotências mundiais que fazem parte do CS da ONU e que chancelaram as proposições da Agenda 2030, afinal, são nações com interesses muito diversos e conflitantes. Deste modo, reconhecemos que o discurso em questão retrata vozes dissonantes, mas deixa de fora as vozes daqueles para os quais são dirigidas as políticas públicas alinhadas à Agenda 2030. Em outras palavras, apesar de reconhecermos que os interesses das grandes superpotências (dos vencedores das duas grandes guerras mundiais) são diversos e repercutem no discurso da ONU, identificamos como um discurso monológico aquele que predomina nas políticas de bibliotecas públicas alinhadas às proposições da Agenda 2030.

Retomando Chartier e Hébrard (1995), observamos que se mantêm as distorções entre o que se defende, nos discursos proferidos, e o que se realiza, na realidade e nas práticas das bibliotecas:

[...] O atraso dos recursos existentes, a pobreza dos meios mobilizados, em comparação às imensas necessidades que todos reconhecem, constituem um outro leitmotiv dos discursos que nascem da boca e da pena de profissionais e de militantes, mas também dos responsáveis governamentais. Como justificar que os créditos liberados nunca estejam à altura das promessas e das convicções políticas? Essa distorção entre os desejos e os atos produz nos discursos efeitos retóricos fortemente recorrentes. Não se pára de propor experiências-piloto ou de descrever notáveis realizações pontuais, ainda mais exemplares porque únicas, como árvore que oculta a ausência da floresta. Surge assim um esquema discursivo permanente que consiste em: afirmar a importância decisiva da leitura pública numa nação democrática e culta; reconhecer o estado insatisfatório da situação atual (herança do passado, consequência da crise, da guerra ou das debilidades do governo precedente) e proclamar que essa situação não deve ser mantida; enfatizar os sinais que alimentam a esperança, fixando esta ou aquela iniciativa admirável que promete mais com relação ao futuro, para que seja bem visível e sirva de referência para o projeto que a comissão (o Congresso, a Associação, o sindicato, a inspetoria, os relatores) vai enviar ao ministro, ou o ministro ao governo, ou o governo ao Congresso... Anuncia-se de modo triunfal uma medida que é "insuficiente" mas que demonstra a vontade de fazer mais. O tempo passa: dez, trinta, cinquenta anos mais tarde encontra-se outro discurso, com as mesmas palavras (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 113).

A metáfora da árvore que esconde a ausência da floresta nos faz lembrar das atuais boas práticas (ou práticas premiadas), das bibliotecas-modelo, dos projetos apontados como referência para bibliotecários de todo o mundo (conforme sistematizado no APÊNDICE C), dos projetos vinculados às políticas analisadas nesta pesquisa, enfim, nos faz lembrar da Agenda 2030 e de todos os acordos dela precedentes, ocultando a complexidade das carências e das insuficiências que marcam as diferentes nações, em especial, a desafiadora realidade biblioteconômica nacional e as causas estruturais que advêm do contexto histórico, social e econômico mais amplo.

A partir da retomada desses episódios históricos, com contribuições de Cavallo e Chartier (1998, 2003) e de Chartier e Hébrard (1995), vê-se o quão controversas e contraditórias mostram-se as vozes que se colocam no espaço público das bibliotecas, desde suas origens mais remotas, indicando que sempre houveram forças de dominação e forças de subversão da ordem vigente, conferindo às bibliotecas públicas um potente caráter polifônico, à luz da perspectiva bakhtiniana, mostrando-se reveladoras das forças que se impõe sobre as sociedades de cada época, tornando possível e potencializando os processos formativos, sem desconsiderar que, inegavelmente, as bibliotecas constituíram-se como dispositivos de controle social:

Quaisquer que sejam as intenções que presidiram ao seu nascimento, a biblioteca é um dispositivo evidente de controle das leituras populares; controle conservador, reformista ou revolucionário, conforme o caso, controle privado ou público, conforme o Estado esteja ou não presente, mas sempre um controle daqueles que ainda não sabem ler bem, ou escolher seus livros; daqueles que não se deveria deixar sós para enfrentar os perigos de certas leituras no universo cada vez mais amplo do texto escrito. Portanto, as palavras que justificam sua existência se relacionam menos com o dispositivo em si mesmo do que com as finalidades de uma estratégia mais global (o acompanhamento da leitura popular), desenvolvida por todas as instâncias do poder ou do contrapoder, a serviço dos seus valores e ideais (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 121).

Os autores evidenciam aspectos importantes de serem considerados e reconhecidos por aqueles que se propõe a atuar em espaços formativos como os das bibliotecas públicas contemporâneas. Trata-se de um excedente de visão que possibilita a atuação profissional consciente das implicações de nossas práticas, a preocupação e a autoanálise que exigem perguntar-nos, constantemente: a que se propõe nossas ações profissionais? Com o que estão comprometidas as ações promovidas pelas bibliotecas nas quais atuamos? Promovem a frequência assídua para a popularização e a vulgarização do conhecimento elaborado historicamente pela humanidade? Formam leitores e sujeitos dialógicos? As bibliotecas e as políticas públicas promovem a ampla formação humana?

Esses são alguns dos questionamentos que – sem sustentar ingenuidades quantos aos múltiplos interesses que perpassam a formação de leitores e as diretrizes que incidem sobre as bibliotecas, tendo em vista, sobretudo, que a institucionalização da leitura pela biblioteca não se fez sem intencionalidades, estando diretamente ligada à contenção de sentidos – nos permitem reconhecer que as bibliotecas, assim como as políticas públicas, podem proporcionar ou dificultar o acesso aos saberes, podem popularizar ou inibir o acesso à informação, e não raramente atuam pela contenção da formação de sentidos, privilegiando uma dada parcela da população.

Ao reconhecermos o caráter polifônico que caracteriza a história e a constituição das bibliotecas públicas e o decorrente potencial formativo, nos deparamos com o meio pelo qual se pode garantir e promover reais possibilidades de emancipação humana, a qual só pode ocorrer diante das múltiplas vozes, por vezes conflitantes, mas reveladoras da complexa dinâmica social, das forças econômicas, culturais e globais que agem sobre as diferentes nações e os variados contextos sócio-históricos.

Tendo em vista a concepção bakhtiniana de linguagem (BAKHTIN, 2003, 2006, 2010) e as relações polifônicas retratadas, nos deparamos com o processo dialógico que coloca em constante (trans)formação os leitores, enquanto sujeitos dialógicos inseridos na dinâmica das sociedades, na interação com os outros sujeitos, contribuindo, ativa e responsivamente, na representação de demandas sociais (individuais e/ou coletivas), ao passo que são também influenciados por elas, ou seja, a proposta dialógica se realiza no confronto de perspectivas, valores e crenças, com as palavras dos outros e com o mundo, mediante disputas dissonantes e consonantes que possibilitam ao leitor tornar-se parte da dinâmica social, influenciando e sendo influenciado pelas mais variadas e distintas concepções de mundo.

A perspectiva bakhtiniana nos aponta que as palavras, os enunciados e os diálogos que compõe as variadas cadeias comunicativas, emergem dos fenômenos sociais, das específicas (e únicas) situações comunicativas e dos sujeitos concretos em suas múltiplas interações, sofrendo influências constantes de inúmeras vozes equipolentes, que, diante da palavra (concebida como signo social) e dos enunciados polifônicos (dotados de vozes autônomas, plenas de valor), formam-se e transformam-se as consciências individuais (BAKHTIN, 2003, 2006). Desse modo, concebe-se o homem como um sujeito sócio-histórico, formado dialogicamente pela interação com os outros e com o meio que o circunda.

Tendo em vista essas concepções de linguagem e de homem, não há como pensar a língua e seus enunciados isoladamente, sem relação direta com os fenômenos sociais, pelo contrário, os enunciados mostram-se heterogêneos, uma vez que refletem e refratam facetas relativas às dimensões econômica, política e cultural de cada grupo, fenômeno e/ou contexto sócio-histórico (BAKHTIN, 2003, 2006).

À vista disso, importa ressaltar que a formação de leitores deve pressupor atenção não só à dimensão verbal, mas também às dimensões social, econômica, política e cultural, mediante a interação humana com o meio em que vivem, com o cenário mais amplo em que estão inseridos, proporcionada pela linguagem, pela interação com o outro, de forma a desvelar complexidades que perpassam os diferentes contextos sócio-históricos.

Esse desvelamento se dá pelo diálogo e pela compreensão. O diálogo com enunciados existentes mostra-se fundamental, pois a partir deles, outros passam a compor a cadeia comunicativa da área em questão, podendo contribuir com novos enunciados, que estão ainda por serem construídos, de modo que todos surgem em resposta àqueles que os precederam. Esse processo só se concretiza mediante a compreensão dialógica, ativa e responsiva da palavra, do signo ideológico inserido em seu contexto de produção, exigindo do leitor a sua contrapalavra em relação ao que foi dito, isto é, exigindo posicionamentos a partir dos quais lançam-se novas camadas enunciativas, que orientam e são orientadas por esse ininterrupto encadeamento e alternância de vozes equipolentes que se somam no decorrer da história humana. Desta forma, o alcance da compreensão depende da capacidade de tomada de posição, de emissão de contrapalavras (respostas em forma de réplicas) diante dos enunciados dos outros, diante das convergências e das divergências ideológicas que desestabilizam as concepções de mundo autocentradas (BAKHTIN, 2003, 2010).

Alinhado a tais concepções, viver significa participar de um eterno e inconcluso diálogo, propondo-se à prática da compreensão como momento de encontro entre concepções, tensões e contradições sociais, que potencializam a interação com outras consciências, favorecendo a superação das condições humanas, a construção de novos sentidos para o mundo, assim como a formação de sujeitos dialógicos (BAKHTIN, 2003, 2010).

Tendo em vista o potencial formativo desse processo dialógico nos propomos a pensar a formação de leitores desenvolvida por políticas de bibliotecas públicas que têm origem em enunciados como os da Agenda 2030 da ONU:

- que propõem metas e objetivos inalcançáveis, perpetuando a lógica capitalista de internalização e de adaptação à ordem social vigente, apontando para o predomínio de um discurso monológico que desfavorece a efetiva promoção de justiça social;
- promovida por orientações teóricas descomprometidas com as diferentes realidades das nações, com os desafios da prática biblioteconômica, mais diretamente, promovida por políticas que priorizam a adequação às

exigências do mercado de trabalho, alinhadas à lógica de financiamento empresarial da educação, negligenciando a atuação profissional qualificada e o potencial transformativo/emancipatório de suas ações;

- sendo desenvolvida por profissionais ou por voluntários nem sempre qualificados, que ainda não assumiram para si ou não tiveram condições favoráveis para reconhecer a importância de compreender as complexas relações de poder que perpassam as diretrizes internacionais sobre as áreas da Educação e da Biblioteconomia, lançando-se à adesões indiscriminadas a tais proposições.

E tendo em vista os documentos analisados, nos perguntamos ainda sobre a formação de leitores via políticas que, apesar de serem destinadas às bibliotecas públicas, não privilegiam, detidamente, a formação de leitores. Ausência observada, para além da Agenda 2030 (que não teria exatamente essa pretensão ao propor amplas abordagens que integram questões sociais, econômicas e ambientais), em documentos da Ifla/Febab (destinados às bibliotecas e à classe bibliotecária), no programa Conecta Biblioteca (voltado para bibliotecas públicas); estando presente somente nos registros de ações do programa Iberbibliotecas que, por sua vez, não se mostrou popular, sendo até desconsiderado em meio aos relatos de estudos apresentados no último CBBB (FEBAB, 2019) – evento de grande relevância para a área biblioteconômica no Brasil.

O pouco comprometimento com a formação de leitores e a sua consequente importância para uma ampla formação humana, percebido nos documentos analisados, nos causa perplexidade, visto serem, em sua maioria, destinados aos bibliotecários e às bibliotecas públicas.

Entendemos assim, que o modo como os educadores e aqueles que contribuem na formação de leitores se posicionam e atuam, perante as diretrizes internacionais e perante os desafios históricos que marcam a área biblioteconômica brasileira, exerce influência sobre a formação de leitores, tendo em vista a relação que estabelecem com os outros, com os leitores em formação, mediante os enunciados que são produzidos. Dessa interação dependerá a ocorrência e a mútua influência de posturas ativas ou passivas diante do contexto sócio-histórico em que estão

inseridos. Processo dialógico que se fortalece com as múltiplas, e por vezes conflitantes, vozes que anunciam, cada uma a sua maneira, as diferentes facetas que compõem a realidade concreta.

Tendo em vista o nosso referencial teórico-metodológico, acreditamos que a atuação bibliotecária encontra, socialmente, o seu caráter transformador ao promover a multiplicidade de vozes e tratando, especialmente, de bibliotecas públicas, entendemos que deve sempre haver espaço para o contraditório, dada a natureza própria das instituições públicas. Deste modo, olhamos com desconfiança ações que promovem adesão e adequação a discursos monológicos, entendendo que estão a serviço da perpetuação da ordem social estabelecida, visando manter no poder determinados grupos e nações, aos quais muito interessa a formação de leitores passivos e adaptativos, enfraquecendo o potencial formativo dos processos dialógicos e formando sujeitos pouco críticos com relação aos discursos provenientes de autoridades, como os organismos internacionais, por exemplo.

A incorporação incondicional de tais concepções enfraquece o poder de luta e de resistência da maior parte da população, carente do acesso ao conhecimento e de uma ampla formação humana que promoveriam condições favoráveis para a reivindicação de direitos; transformariam suas condições de vida; desvelariam o sistema, os mecanismos e as forças que os oprimem; possibilitariam aos sujeitos reconhecer-se sob determinada ordem social, sob influências que agem diretamente no meio em que estão inseridos; e, principalmente, reconhecer que cada grupo social produz suas próprias orientações ideológicas, a partir das quais se estabelece a luta de classes, tornando-se fundamental pensar sobre como o mundo se apresenta para nós e sobre como nos colocamos diante do mundo.

Segundo a perspectiva bakhtiniana, é na palavra, mediante os signos ideológicos dela decorrentes, que a luta de classes é travada, podendo refletir ou refratar a realidade, podendo atuar pela emancipação ou pela opressão, e não raramente dissimula seus reais anseios, que somente são revelados ao atentar-se para as condições concretas de realização, para o contexto de produção de seus enunciados (BAKHTIN, 2003, 2006).



O contrário pode levar a compreensões passivas e equivocadas sobre a realidade concreta, que ao serem apropriadas sem o devido aprofundamento, passam a constituir as consciências individuais, a influenciar na dinâmica social, desprovidas do potencial transformativo, visto que não favorecerem compreensões fidedignas e/ou novas concepções que contribuiriam para a problematização dos discursos que reproduzem e mantêm a ordem vigente, perpetuando os interesses das classes dominantes.

À vista disso, a formação de leitores deve considerar as relações que se estabelecem entre os sujeitos que leem, os enunciados lidos, as situações comunicativas e a natureza social das práticas de uso da linguagem, tendo em vista o contexto mais amplo em que estão inseridos, as relações de poder que estão postas, as decisões e as escolhas políticas a serem tomadas, almejando a formação de leitores críticos, dialógicos e autônomos. Assim sendo, a formação de leitores encontra seu verdadeiro sentido de ser ao extrapolar as questões especificamente verbais e cotidianas, ao extrapolar aquilo a que temos fácil acesso e que mais convém à manutenção dos interesses das classes hegemônicas, passando a avançar no diálogo com as questões socioculturais mais amplas que compõe o cenário real das condições humanas, preparando os sujeitos em formação para pensar dialogicamente sobre as questões mais urgentes de seu tempo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2003, p. 348).

Esta dissertação inscreve-se no campo de análise de políticas públicas de leitura. Tivemos como objetivo central investigar as proposições da Agenda 2030, para compreender as interferências nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e as implicações para a formação de leitores. Os resultados encontram-se registrados nos capítulos anteriores, mediante um diálogo inconcluso que, assim como ilustra a epígrafe, nos permitiu interrogar, responder, concordar, discordar, enfim, permitiu-nos viver, inteiramente, a experiência de pesquisa, retratando o que fomos capazes de construir em termos de compreensão sobre a problemática investigada.

Conforme relatado no segundo capítulo, a temática de pesquisa surgiu de uma experiência de exploração de documentos com diretrizes internacionais para a Educação, que compõe o banco de dados da professora e orientadora Cleonara Maria Schwartz, visando investigações sobre a influência de diretrizes internacionais (acordos, conferências e fóruns mundiais de Educação) em políticas públicas brasileiras.

A pertinência da investigação foi confirmada diante das poucas pesquisas, encontradas no PPGE da Ufes e na área da Educação, dedicadas a investigar as proposições da Agenda 2030 e as bibliotecas públicas. E, tratando especificamente da área biblioteconômica, encontrando extenso cenário de pesquisas e ampla adesão às diretrizes da Agenda 2030, identificamos a possibilidade de contribuir com outras maneiras possíveis de ler criticamente tais diretrizes, sem perder de vista a história, a realidade das bibliotecas públicas brasileiras, assim como o marcante cenário de insuficiências e de contrastes entre aspectos teóricos e práticos, como demonstrado no capítulo três.

Com fundamento na Filosofia Enunciativo-Discursiva do Círculo de Bakhtin, caracterizamos, no quarto capítulo, o quadro teórico-metodológico, assumindo o *corpus* documental como enunciados, segundo perspectiva bakhtiniana de linguagem, selecionando as categoriais conceituais que guiarão nossa postura, enquanto pesquisadoras no decorrer da investigação, e ainda as discussões sobre implicações na formação de leitores.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter analítico, na qual o referencial teórico também nos guiou metodologicamente, estando entre as noções conceituais selecionadas, em meio ao estudo das obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 2006), *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2003) e *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2010):

- palavra – que, uma vez posta em enunciações concretas, pode desvelar os signos e os valores sociais; as contraditórias leis políticas, econômicas, culturais etc. que determinam as realidades ideológicas de todo e qualquer domínio social; podendo revelar a luta de classes e suas implicações sociais;
- signo – domínio social ideológico; consenso decorrente do processo de interação e de organização social; revelador da luta de índices sociais, podendo ser instrumento de refração e de deformação do ser (BAKHTIN, 2003, 2006);
- enunciado – texto dotado de palavras, de signos sociais ideológicos, que surge em resposta a outros enunciados precedentes, sendo por eles influenciados, passando também a influenciar na cadeia enunciativa em questão e nas lutas de classes que são travadas por cada comunidade semiótica, representando, nas ciências humanas, o caminho para desvelar sentidos sobre um objeto de estudo (BAKHTIN, 2003, 2006);
- diálogo – que, tendo como unidade de comunicação os enunciados e a ação criadora da compreensão, pode revelar condições e finalidades das atividades humanas (BAKHTIN, 2003, 2006);
- compreensão – ação criadora resultante de processo dialógico que, em preparação para a resposta e plena compreensão, exige uma postura ativa e responsiva, permitindo concordar, discordar, completar etc., atentando-se

para a multiplicidade de valores e concepções de mundo, respeitando o outro como um legítimo outro (BAKHTIN, 2003, 2006);

- polifonia – coexistência de múltiplas vozes autônomas e equipolentes (plenas de valor) que mantêm-se em constante diálogo, mostrando-se sempre inconclusas e em construção (BAKHTIN, 2010).

Tendo em vista tais categoriais conceituais, dialogamos com os documentos, tomando-os como enunciados, como textos dotados de palavras e de signos ideológicos, buscando nos posicionar atentamente, ativa e responsivamente, frente às forças, aos valores e aos interesses que marcam os contextos global e nacional aos quais nos dedicamos, buscando nos apoiar nas múltiplas vozes que emergem e que devem ser consideradas na análise das repercussões da Agenda 2030, cotejando fontes por reconhecermos sua importância e potencial para revelar implicações para as bibliotecas públicas e para a formação de leitores.

No quinto capítulo nos dedicamos à contextualização, à descrição e à análise das fontes documentais. Iniciamos apresentando um histórico da ONU, desde o contexto de surgimento da organização, tratando ainda de seus propósitos, de suas características e de algumas das relações de poder que perpassam sua atuação em contexto global, permitindo-nos concluir que se trata de uma organização internacional, representativa da governança global e da interdependência política e econômica que constitui o mundo contemporâneo, compreendendo uma organização que tanto influência como é também influenciada por múltiplas negociações, não podendo, desse modo, ser tratada como dotada de neutralidade frente à complexidade de forças contraditórias que imperam no contexto do qual faz parte.

Contextualizamos ainda as origens do desenvolvimento sustentável, movimento a partir qual se origina a Agenda 2030, sendo fundamental para a análise das intencionalidades que perpassam o plano de ação, assim como as análises das orientações teóricas da área biblioteconômica e das políticas direcionadas às bibliotecas públicas.

O percurso de investigação nos mostrou que o projeto colocado sobre as proposições da Agenda 2030 da ONU é o projeto neoliberal de sociedade, a partir do qual:

- Identificamos intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam o movimento do desenvolvimento sustentável – dentre as quais destacamos:
  - ✓ a defesa do crescimento econômico como resolução para as grandes mazelas sociais, aliado ao combate aos problemas ambientais, que, mediante a proposição do desenvolvimento sustentável e de todos os contrassensos próprios da expressão, tem na ONU suas mais contemporâneas motivações e ambições frente ao cenário global, apresentando, desde as décadas de 1960 e 1970, reconhecida ineficiência diante do acirramento das desigualdades sociais, do agravamento dos problemas ambientais, de agendas que se mostram inalcançáveis, de metas e de objetivos que sempre precisam ser reafirmados, perpetuando a lógica capitalista de internalização e de adaptação à ordem social vigente.
  
- Analisamos as orientações teóricas, internacionais e nacionais, da área biblioteconômica para o trabalho com a Agenda 2030 – em meio as quais problematizamos:
  - ✓ o descomprometimento com os processos de medição no acesso à informação e à tecnologia, sem os quais não se concretiza o processo formativo que conduz à emancipação humana;
  - ✓ a referência às bibliotecas existentes pelo mundo, sem considerar as precariedades, as insuficiências e os desafios que marcam as diferentes nações;
  - ✓ a tendência de contemplar ações comprometidas com a preparação para inserção ao mercado de trabalho;
  - ✓ a convocação da classe bibliotecária para a implementação dos ODS, delegando responsabilidades, exigindo adesão, adaptação, autonomia

e comprometimento com a realidade nacional, mas tendo em vista os anseios internacionais.

- Refletimos sobre como tais orientações reverberam nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil – momento em que constatamos:
  - ✓ ações pragmáticas que focalizam esforços na preparação para o mercado de trabalho, perpetuando a contraditória e injusta ordem social, econômica e cultural que nos é imposta;
  - ✓ a inserção das bibliotecas, pelas diretrizes internacionais e por demandas do contexto local e nacional, ao projeto neoliberal, à lógica capitalista de adequação e de adaptação às exigências do mercado;
  - ✓ os processos formativos superficiais, em busca do rápido alcance de resultados, gerando a precarização das condições de trabalho;
  - ✓ tratando especificamente das políticas públicas analisadas, programas Conecta Biblioteca e Iberbibliotecas, vimos que o primeiro se volta para as relações e para as demandas cotidianas das comunidades (destaque para preparação para o mercado de trabalho), alinhado à lógica de financiamento empresarial, apresentando certas dubiedades conceituais, e que ambos os programas apresentam descomprometimento com a atuação profissional qualificada, conseqüentemente apresentam descomprometimento, com a qualidade e com o potencial transformativo/emancipatório do que é desenvolvido.
  
- Problematicamos como as proposições da Agenda 2030 repercutem nas políticas direcionadas às bibliotecas públicas do Brasil e na formação de leitores – discussão que nos levou a destacar:
  - ✓ influências neoliberais nas políticas públicas, que comprometem a formação humana omnilateral, a manutenção de direitos conquistados socialmente, a justiça social e a democracia, uma vez que priorizam a oferta de educação para o trabalho, mediante serviços e produtos

mercantilizáveis, atendendo aos interesses econômicos das grandes corporações e dos organismos internacionais que agem no contexto global, implementando agendas para a educação e para o desenvolvimento socioeconômico das nações em desenvolvimento, com o intuito, explícito ou não, de inseri-las na lógica capitalista de exploração e mantê-las ajustadas à ordem social vigente, perpetuando as amarras próprias desse sistema;

- ✓ e, destacamos ainda, as implicações para a formação de leitores, ao nos depararmos com o discurso predominantemente monológico da Agenda 2030, que incide sobre as políticas públicas e sobre as bibliotecas sem qualquer ressalva e contrapalavra dos profissionais da área biblioteconômica, desfavorecendo as contradições que emergem da multiplicidade de vozes e dos discursos polifônicos nos processos dialógicos, sendo esta a força que possibilita e potencializa a superação das condições humanas, a construção de novos sentidos para o mundo, assim como a formação leitores, enquanto sujeitos dialógicos, inseridos na complexa dinâmica das sociedades, na interação com os outros sujeitos e com o mundo.

Vimos, no capítulo seis, que a proposta dialógica, segundo concepção bakhtiniana de linguagem, se realiza no confronto de perspectivas, valores e crenças, com as palavras dos outros e com o mundo, mediante disputas dissonantes e consonantes que possibilitam ao sujeito tornar-se parte da dinâmica social, influenciando e sendo influenciado pelas mais variadas e distintas concepções de mundo.

Entendemos assim, que o modo como os educadores e aqueles que contribuem na formação de leitores se posicionam e atuam, perante as diretrizes internacionais e perante os desafios históricos que marcam a área biblioteconômica brasileira, exerce influência sobre a formação de leitores, tendo em vista a relação que estabelecem uns com os outros, com os leitores em formação, mediante os enunciados que são produzidos. Dessa interação depende a ocorrência e a mútua influência de posturas ativas ou passivas diante do contexto sócio-histórico em que estão inseridos.

Desse modo, a formação de leitores deve pressupor atenção não só à dimensão verbal, mas também às dimensões social, econômica, política e cultural, mediante a interação humana com o meio em que vivem, com o cenário mais amplo em que estão inseridos, proporcionada pela linguagem, pela interação com o outro, de forma a desvelar complexidades que perpassam os diferentes contextos sócio-históricos.

Destacamos que a formação de leitores encontra seu verdadeiro sentido de ser ao extrapolar as questões especificamente verbais e cotidianas, ao extrapolar aquilo a que temos fácil acesso e que mais convém à manutenção dos interesses das classes hegemônicas, passando a avançar no diálogo com as questões socioculturais mais amplas que compõe o cenário real das condições humanas, preparando os sujeitos em formação para pensar dialogicamente sobre as questões mais urgentes de seu tempo.

Assim sendo, destacamos ainda que a incorporação incondicional a discursos monológicos, enfraquece o poder luta e de resistência da maior parte da população, carente do acesso ao conhecimento e de uma ampla formação humana que promoveriam condições favoráveis para a reivindicação de direitos; transformariam suas condições de vida; desvelariam o sistema, os mecanismos e as forças que os oprimem; possibilitariam aos sujeitos reconhecer-se sob determinada ordem social, sob influências que agem diretamente no meio em que estão inseridos; e, principalmente, reconhecer que cada grupo social produz suas próprias orientações ideológicas, a partir das quais se estabelece a luta de classes, tornando-se fundamental pensar sobre como o mundo se apresenta para nós e sobre como nos colocamos diante do mundo.

Ao fim do percurso de pesquisa, compreendemos que o propósito de identificar quais são as forças e como estas se impõe sobre o contexto nacional, assim como quais são os desafios decorrentes do histórico nacional, envolvendo o campo de análise de políticas públicas de leitura que incidem sobre as bibliotecas, significou pensar em como a situação atual das políticas de bibliotecas públicas foi gestada, quais são as heranças que o passado impõe ao presente; e ainda que, ao suscitar reflexões e problematizações sobre as influências de diretrizes internacionais no contexto das bibliotecas públicas brasileiras, os profissionais de bibliotecas podem



construir uma prática mais fundamentada e comprometida com o contexto nacional, possibilitando uma atuação profissional ciente do cenário amplo em que se inserem, sem aceitá-lo como algo naturalmente dado, mas sim como reflexo das influências que agem historicamente sobre o Brasil, as quais podem e devem ser refletidas cuidadosamente.

Acreditamos que este estudo deixa sua contribuição para a linha de pesquisa *Educação e Linguagens* do PPGE da Ufes, ao inaugurar investigações sobre diretrizes internacionais e implicações de políticas públicas de leitura na formação de leitores via bibliotecas, podendo inserir o programa no campo de pesquisas nacional e internacionalmente recuperadas, primando por questões de ordem nacional e local. Na área mais ampla da Educação, pode contribuir com as poucas pesquisas encontradas sobre a Agenda 2030 e na área da Biblioteconomia, tende a contribuir com outros modos possíveis de ler e de pensar criticamente as diretrizes internacionais, elaboradas em contextos distantes das bibliotecas, se considerarmos as proposições da Agenda 2030, e em contextos distintos do brasileiro, se considerarmos as proposições da Ifla.

Considerando os já mencionados estudos da linha de pesquisa *Educação e Linguagens*, do PPGE da Ufes: Endlich (2014), Côco (2014), Gonçalves (2015), Antunes (2015), Pereira (2015), Loose (2016), Campos (2016), Costa (2017), Rosado (2018), Dias (2019), Endlich (2019) etc. – que investigaram políticas destinadas à alfabetização e ao ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista as influências de planos e de programas alinhados às diretrizes internacionais; e, acrescentando ainda, o trabalho da professora Gontijo (2014), que aborda a alfabetização sob o enfoque das políticas mundiais e dos movimentos nacionais, julgamos ser possível pensar influências da Agenda 2030 para além do âmbito das bibliotecas públicas, podendo agir ainda sobre o contexto escolar, no qual já foi amplamente identificado, mediante os referidos trabalhos, um histórico de interferências neoliberais em políticas públicas. Desta forma, entendemos que há outras possibilidades de investigação da Agenda 2030 e suas repercussões em políticas do contexto neoliberal que agem nas bibliotecas escolares, na formação de professores, nos programas que promovem o acesso à alfabetização, à leitura e ao livro, podendo ser objeto para outras pesquisas.

Cumpramos salientar, para além dos trabalhos mencionados e explorados nesta investigação (selecionados com base em critérios e recortes temporais definidos), estudos do Grupo de Pesquisa Literatura e Educação<sup>53</sup> (entre eles: RUBIM, 2016; VINTER, 2017; SILVA, 2017; SOUZA, 2019; RAMALHETE, 2015; etc.), os quais temos acompanhado nos últimos anos, e que abordam, em meio aos distintos objetos investigados, a importância e os desafios próprios do cenário escolar no que tange à leitura literária, à formação de leitores, às relações entre livros, leitores e o mercado editorial etc., questões que perpassam as práticas, os fazeres e os interesses das bibliotecas/dos bibliotecários, sendo reveladores da necessidade de aprofundar e de desenvolver novas pesquisas dedicadas às políticas públicas que agem sobre as bibliotecas escolares.

Encerramos aqui, cientes de que não estamos finalizando, nem esgotando as reflexões e os enunciados desta investigação, tratando-se apenas de mais uma camada enunciativa que passa a compor a complexa e ininterrupta cadeia comunicativa da temática em questão. No decorrer da pesquisa, procuramos dialogar e compreender, ativamente e responsabilmente, os enunciados precedentes, na certeza de que outros enunciados surgirão em resposta, para o confronto de ideias e de posicionamentos convergentes e divergentes. Passamos então a palavra aos interlocutores, abrindo espaço para novas compreensões...

---

<sup>53</sup> Grupo de pesquisa que também contribuiu na revisão da primeira versão completa do texto desta dissertação. Registramos aqui os nossos agradecimentos aos pesquisadores e aos colegas pela generosidade na leitura do texto, pela seriedade das críticas e dos elogios direcionados ao trabalho, além de todo o aprendizado proporcionado em meio aos estudos do grupo, sempre fundamentais para o andamento do curso de mestrado, para o desenvolvimento da pesquisa, até o momento da defesa da dissertação, contribuindo ativamente para a nossa formação, em sentido mais amplo possível, seja academicamente, seja profissionalmente, seja pessoalmente.

## REFERÊNCIAS

- A BAHIA tem dendê. *In*: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. **A Bahia tem dendê**. Salvador: BVCP, [2014?]. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=82>. Acesso em: 28 set. 2020.
- AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8495>. Acesso em: 27 dez. 2019.
- ALVIM, Luísa. As Bibliotecas Públicas e a Agenda 2030: a percepção dos profissionais de informação. *In*: CONGRESSO NACIONAL BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13., 2018, Portugal. **Anais eletrônicos [...]**. Portugal: BAD, 2018. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/23731/1/Alvim.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.
- ANTUNES, Camila da Silva. **O papel do bibliotecário no acesso à informação: a escolha informada na opção do modelo de parto**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11248/Camila%20da%20Silva%20Antunes%20-papel%20do%20bibliotecario%20no%20acesso%20a%20informacao%20escolha%20do%20parto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 set. 2019.
- ANTUNES, Janaína Silva Costa. **Um olhar sobre o Pró-Letramento**. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9227\\_JANA%CDNA%20ANTUNES%20T ESE.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9227_JANA%CDNA%20ANTUNES%20T ESE.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. [São Paulo]: Hucitec Editora, 2006. Disponível em: [https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo\\_filosofia\\_linguagem.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf). Acesso em: 5 maio 2019.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARBOSA, Anahi de Castro; BARBOSA, Lisa Stephane Sousa. Governança Global, Regimes e Instituições: mudanças na ONU e sua agenda. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 111-143. Disponível em: <http://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/download/289/244>. Acesso em: 3 maio 2019.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3-30, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26573>. Acesso em: 25 set. 2019.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 108-124, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/14011>. Acesso em: 25 set. 2019.

BLOG FSA. **Fundação Santo André faz parte do Projeto, reconhecido entre 152 inscritos no 6º Concurso de Ajudas do Iberbibliotecas, disputado por oito países**. [S. l.]: FSA, 2018. Disponível em: <https://www.fsa.br/rede-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-ganha-apoio-da-unesco/>. Acesso em: 28 set. 2020.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2016.

BORGES, Fernanda Samora Dias; QUEIROZ, Marcelle da Silva Coelho; ROCHA, Rita Santos da; SERRA, Júlive Argentina Santos. O Programa Conecta Biblioteca e as mudanças nas Bibliotecas Públicas Capixabas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2116>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. A biblioteca pública como um lugar de signos. **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 21-34, 2004. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/04/pdf\\_7520bd0979\\_0015935.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_7520bd0979_0015935.pdf). Acesso em: 2 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. [Brasília]: SNBP, [20--?]. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Tô na rede**: projeto realizou diagnóstico de 152 bibliotecas públicas no estado do Pará. [S. l.]: SNBP, 2018. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tonaredepara/>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

BUGIATO, Caio. Uma breve apresentação da Organização das Nações Unidas. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70**: contribuições, desafios e perspectivas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 173-189. Disponível em: <http://ufrbr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

BUSS, Paulo Marchiori. **Saúde na agenda do desenvolvimento sustentável 2030 e seus ODS**: análise e perspectivas da implementação na América Latina e Caribe (ALC) (2012-2019). 2019. 322 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CRUZ\\_711bc1a7a9dc21dafa6cda84db290cef](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CRUZ_711bc1a7a9dc21dafa6cda84db290cef). Acesso em: 14 maio 2020.

CAMPOS, Rosiane Sudré. **Alfabetização de Jovens e Adultos no CEEJA-VI - ES**: um estudo das concepções de linguagem/língua e alfabetização (final da década de 1980 a 2003). 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10248\\_Disserta%E7%E3o%20-%20Rosiane%20Sudr%E9%20Campos.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10248_Disserta%E7%E3o%20-%20Rosiane%20Sudr%E9%20Campos.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 16, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931>. Acesso em: 3 maio 2019.

CASTRO, Thales Cavalcanti. **O jogo do poder internacional**: unipolaridade, realismo multilateralista e a fabricação de consensos no processo decisório do conselho de segurança da ONU (1990-2004). 2005. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE\\_e49f96cdd7deb13bdd81544409986050](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_e49f96cdd7deb13bdd81544409986050). Acesso em: 14 maio 2020.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. 2. imp. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBARD, Jean. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CÔCO, Dilza. **Avaliação externa da alfabetização: o Paebes-Alfa no Espírito Santo**. 2014. 404 f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em:  
[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_7703\\_TESE%20AVALIA%20C7%20C3O%20EXTERNA%20DA%20ALFABETIZA%20C7%20C3O%20-%20O%20PAEBES%20ALFA%20NO%20ESP%20CDRITO%20SANTO.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7703_TESE%20AVALIA%20C7%20C3O%20EXTERNA%20DA%20ALFABETIZA%20C7%20C3O%20-%20O%20PAEBES%20ALFA%20NO%20ESP%20CDRITO%20SANTO.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

CORRÊA, Nathália dos Santos; SÁ, Maria Irene da Fonseca; SOBRAL, Fabricia Carla Ferreira. A evolução das bibliotecas na sustentabilidade ambiental: uma análise comparativa de casos da América Latina. *In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC*, 9., 2019, Barcelona. **Anais eletrônicos** [...]. Barcelona: EDICIC, 2019. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/34436/>. Acesso em: 25 set. 2019.

COSTA, Kaira Walbiane Couto. **Cadernos de formação do PNAIC em Língua Portuguesa: concepções de alfabetização e de letramento**. 2017. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:  
[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_11190\\_TESE%20COMPLETA%20PARA%20PUBLICA%20C7%20C3O%20%20%20.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11190_TESE%20COMPLETA%20PARA%20PUBLICA%20C7%20C3O%20%20%20.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

COSTA, Márcio da. A educação em tempos de conservadorismo. *In: GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 43-76.

COSTA, Marilda de Oliveira; GENTIL, Heloisa Salles. Educação na Agenda 2030 e Emenda Constitucional 95: uma erosão do direito a educação. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 59, p. 662-681, set./dez. 2018. Disponível em:  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/12949>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CRAVO, Teresa Almeida. Duas décadas de consolidação da paz: as críticas ao modelo das Nações Unidas. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 21-37, jul./dez. 2013. Disponível em:  
<https://www.jus.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2621>. Acesso em: 14 maio 2020.

CURSO EAD Gratuito em Gestão da Informação Digital. **De olho na CI**, [S. l.], v. 11, n. 2, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www.deolhonaci.com/news/curso-ead-gratuito-em-gestao-da-informacao-digital1/>. Acesso em: 28 set. 2020.

DIÁLOGOS para inclusão. **O Projeto**. [S. l.]: Diálogo para inclusão, [2019?]. Disponível em: <https://dialogosparainclusao.com/sobre/>. Acesso em: 28 set. 2020.

DIAS, Fabricia Pereira de Oliveira. **O projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe (1980-2000) e a alfabetização de crianças**. 2019. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13070\\_O%20PROJETO%20PRINCIPAL%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20PARA%20A%20AM%C9RICA%20LATINA%20E%20O%20CARIBE%20%28PPE%20-%201980-2000%29%20E%20A%20ALFABETIZA%C7%C3O%20DE%20CRIAN%C7AS.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13070_O%20PROJETO%20PRINCIPAL%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20PARA%20A%20AM%C9RICA%20LATINA%20E%20O%20CARIBE%20%28PPE%20-%201980-2000%29%20E%20A%20ALFABETIZA%C7%C3O%20DE%20CRIAN%C7AS.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

DIAS, Sandra Moura. Ambiente e saúde: coerência e estratégias de sustentabilidade ambiental em sistemas de informação. *In*: JORNADAS APDIS INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO, INTERVENÇÃO, PARTILHA DE CONHECIMENTO EM SAÚDE, 14., 2016, Coimbra. **Comunicações** [...]. Portugal: APDIS, 2016. Disponível em: <https://apdis.pt/publicacoes/index.php/jornadas/article/view/113>. Acesso em: 25 set. 2019.

ENDLICH, Ana Paula Rocha. **Diálogos sobre a alfabetização, a leitura e a escrita no Programa Provinha Brasil**. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2014. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_8093\\_Ana%20Paula%20R%20Endlich%20disserta%E7%E3o%20Provinha%20Brasil.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8093_Ana%20Paula%20R%20Endlich%20disserta%E7%E3o%20Provinha%20Brasil.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições). **Sobre a Febab**. São Paulo, c2012-2020. Disponível em: <http://www.febab.org.br/sobre/>. Acesso em 6 jun. 2020.

FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/13/showToc>. Acesso em: 2 jan. 2020.

FERREIRA, Ialy Cintra. Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Experiência da Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe nos Programas Tô na Rede e Conecta Biblioteca. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2103>. Acesso em: 2 jan. 2020.

FRAGA, Elizângela Ribeiro. **Política Educativa de Jovens e Adultos no Brasil no contexto da Agenda Globalmente Estruturada para Educação**. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/8534>. Acesso em: 25 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1621>. Acesso em: 2 jan. 2020.

FRITOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRITOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 77-108.

G1. Brasil atinge 210 milhões de habitantes, diz IBGE. **G1**, 28 ago. 2019. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/28/brasil-atinge-210-milhoes-de-habitantes-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2020.

GAMA, Thalita. Experiências Fantásticas – Com Ana Virginia. *In*: SANTA Biblioteconomia. **Experiências Fantásticas**: bibliotecas geradoras de cultura de paz. [S. l.]: Santa Biblioteconomia, [2020?]. Disponível em: <https://santabiblioteconomia.com.br/2020/01/28/bibliotecas-geradoras-de-cultura-de-paz/>. Acesso em: 28 set. 2020.

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 228-252.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030/ONU. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 373-389, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1597>. Acesso em: 25 set. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenação da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e do Curso de Graduação Tecnológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Rosalina Tellis. **As relações grafofônicas na Provinha Brasil (2008-2012)**. 2015. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.



Disponível em:

[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9485\\_ROSALINA%20TELLIS%20GON%C7ALVES-TESE-VERS%C3O%20PARA%20ENCADERNA%C7%C3O.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9485_ROSALINA%20TELLIS%20GON%C7ALVES-TESE-VERS%C3O%20PARA%20ENCADERNA%C7%C3O.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

GONÇALVES, Shirlei Rossato Pelarin; GRACIOSO, Luciana de Souza; SILVA, Carla Regina. Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua.

**Informação@ Profissões**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 114-133, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/infoprof/article/view/33335>. Acesso em: 25 set. 2019.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas).

**Iberbibliotecas**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [20--?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Diálogos**

**para Inclusão**: Formação e prática na promoção da cultura, políticas e práticas inclusivas em Bibliotecas Públicas e Comunitárias. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2018?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/5390-2/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Biblioarte**

**LAB**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2016?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/biblioartelab/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Biblioteca**

**= cultura = pontos de leitura**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2017?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/biblioteca-cultura-pontos-de-leitura/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Curso de**

**capacitação em gestão da informação digital para os profissionais de bibliotecas de acesso público do Estado de São Paulo (20 horas)**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2018?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/curso-de-capacitacao-em-gestao-da-informacao-digital-para-os-profissionais-de-bibliotecas-de-acesso-publico-do-estado-de-sao-paulo-20-horas/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Encontro**

**Panamazônico de Bibliotecas Públicas**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2017?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/encontro-panamazonico-de-bibliotecas-publicas/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Piracaia**

**na Leitura**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2017?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/piracaia-na-leitura/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Projeto**

**Cultural Intercâmbio Recife Xukuru**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2015?]. Disponível em:

<https://www.iberbibliotecas.org/projeto-cultural-intercambio-recife-xukuru/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Rede de Bibliotecas Comunitárias Conexão Leitura**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2017?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-bibliotecas-comunitarias-conexao-leitura2/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Rede de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2018?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre/>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas). **Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas: 3ª Convocatória de Ayudas 2015**. [S. l.]: Iberbibliotecas, [2015?]. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/wp-content/uploads/2017/03/informe-agosto.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). **Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas**. [2015?]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). **Bibliotecas, Desenvolvimento e Agenda 2030 das Nações Unidas**. 2018. Disponível em: <https://www.ifla.org/libraries-development>. Acesso em: 3 maio 2019.

IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). **IFLA**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 6 jun. 2020.

INSTITUTO Pró-livro. Projeto Piracaia na Leitura. *In*: Plataforma Pró-livro. **Projeto Piracaia na Leitura**. [S. l.]: IPL, 2018. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/projeto-exibe.php?p=630&s=97>. Acesso em: 28 set. 2020.

IVANOVA, Maria; BUENO, Gabriela. ONU 70 Anos e o Meio Ambiente: desafios e oportunidades em busca do Desenvolvimento Sustentável. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 708-738. Disponível em: <http://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

JUBILUT, Líliliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. Disponível em: <http://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 3/4, p. 203-210, jul./dez. 1979. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002069/d035dbbedbc8155e051cda69f638e6f9/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

LIMA, Alessandra Soraya Gino; DEUS, Adriana Marcia; FERNANDES, Cleide Aparecida. Mercado de Trabalho: oportunidade para todos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2131>. Acesso em: 2 jan. 2020.

LINDEMANN, Cátia; SILVA, Claudio Renato Moraes da. A nau CBBB: ancoragem na sociedade do conhecimento, para a disseminação da informação social. **RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 1571-1587, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/742>. Acesso em: 25 set. 2019.

LOOSE, Celina. **Apropriações de concepções de leitura do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10389\\_Disserta%E7%E3o%20mestrado%20-%20celina%20loose.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10389_Disserta%E7%E3o%20mestrado%20-%20celina%20loose.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

MACHADO, Frederico Borges. **Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura**. 2015. 313 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18820>. Acesso em: 2 jan. 2020.

MARQUES, Jaqueline Benites. **As bibliotecas públicas e comunitárias tornando-se um espaço para educação ambiental e a conscientização na reciclagem de materiais**. 2017. 48 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-2017.1/Jaqueline%20Benites%20Marques.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/858>. Acesso em: 2 jan. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2008.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Nações Unidas Brasil**. [S. l.]: ONU, [20--?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 13 maio 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. 2015b. Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 3 maio 2019.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasil: ONUBR, 2015a. Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7HUKTJ>. Acesso em: 2 jan. 2020.

PEREIRA, Selma Lucia de Assis. **PAEBES: modos, formas e diálogos a partir dos usos dos resultados em Língua Portuguesa da avaliação externa estadual no município de Cariacica-ES**. 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em:  
[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9233 DISSERTA%C7%C3O%20SELMA%20%20FINAL.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9233 DISSERTA%C7%C3O%20SELMA%20%20FINAL.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da Onu. **Revista Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019. Disponível em:  
<http://novapaideia.org/ojs/ojs-2.4.8-3/index.php/RIEP/article/view/36>. Acesso em: 27 dez. 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Marli Dias Souza; SPUDEIT, Daniela; GERALDO, Genilson; MADALENA, Críchyna da Silva. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 246-256, jan./abr. 2018. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/34251>. Acesso em: 3 maio 2019.

PINTO, Tiago Leite; BRANDÃO, Gláucia Isaias. A biblioteca escolar em consonância com a Agenda 2030: Biblioteca SENAI Niterói e o empoderamento das mulheres e meninas. **RBBD**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, n. especial, p. 437-451, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/987>. Acesso em: 3 maio 2019.

PORTO, Morena Pereira. Biblioteca, Interculturalidade e a Agenda 2030. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2097>. Acesso em: 2 jan. 2020.

PROGRAMA Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas. *In*: DOCPLAYER. **Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas**: 4º concurso de ajudas 2016. [S. l.]: Docplayer, [2020?]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/123112639-Programa-ibero-americano-de-bibliotecas-publicas-iberbibliotecas.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

RAMALHETE, Mariana Passos Ramalhete Guerra. **O leitor e a literatura juvenil**: um diálogo entre os prêmios literários Jabuti e FNLIJ e o Programa Nacional Biblioteca da Escola. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8642/1/tese\\_9361\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20-%20Mariana%20Ramalhete.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8642/1/tese_9361_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20-%20Mariana%20Ramalhete.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Cultura letrada no Brasil Colonial: bibliotecas, livros e leitura. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, s. 3, n. 7, p. 89-104, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2839>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Rebecin**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, n. 2, p. 44-57, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/72805>. Acesso em: 3 maio 2019.

RECODE. **A tecnologia pode transformar a sua vida**. Rio de Janeiro: Recode, c2016. Disponível em: <https://recode.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

REDE Mundo. **Eventos em Belém debatem cadeia produtiva do livro**. [S. l.]: Rede Mundo, 2018. Disponível em: <https://www.redemundonoticias.com/post/2018/06/01/eventos-em-bel%C3%A9m-debatem-cadeia-produtiva-do-livro>. Acesso em: 28 set. 2020.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; MACIEL, Tadeu Morato. A Cooperação Internacional e a ONU. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 1375-1407. Disponível em: <http://ufrr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

RODRIGUES, Thiago. A Organização das Nações Unidas, da guerra à guerra. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 1266-1283. Disponível em: <http://ufrr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11576/Daniele%20Achilles.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ROSA, Renata de Melo. A ONU, setenta anos depois, para que serve? *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 87-110. Disponível em: <http://ufrr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

ROSADO, Lara Oliveira. **O trabalho com a leitura nos anos iniciais do ensino fundamental divulgado no “Portal do Professor” do MEC**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_12827\\_Disserta%E7ao%20Lara%20Rosa%20do.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_12827_Disserta%E7ao%20Lara%20Rosa%20do.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

RUBIM, Rossanna dos Santos Santana. **Leitura literária de alunos do campus São Mateus do Instituto Federal do Espírito Santo frente às tecnologias de informação e comunicação contemporâneas**. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3320/1/tese\\_9584 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20ROSSANNA%20DOS%20SANTOS%20SANTANA%20RUBIM%20PPGL%20vers%C3%A3o%20depositada.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3320/1/tese_9584 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20ROSSANNA%20DOS%20SANTOS%20SANTANA%20RUBIM%20PPGL%20vers%C3%A3o%20depositada.pdf). Acesso em: 3 maio 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da. Biblioteconomia social e empreendedorismo bibliotecário: temas emergentes para o século XXI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Febab, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2099>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. **Advocacy Bibliotecário**: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26022019-161955/en.php>. Acesso em: 25 set. 2019.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

SILVA, Eduardo Valadares. **Diálogos sobre a biblioteca escolar**: entre textos e contextos. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1929>. Acesso em: 3 maio 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-122, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060>. Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, Lucecléia Francisco da. **Contra tudo e todos: a formação de leitores em contextos adversos, no Município da Serra**. 2017. 293 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_11744\\_DISSERTA%C7%C3O%20LUCECL%C9IA%20FRANCISCO%20DA%20SILVA%20-%20ARQUIVO%20FINAL.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11744_DISSERTA%C7%C3O%20LUCECL%C9IA%20FRANCISCO%20DA%20SILVA%20-%20ARQUIVO%20FINAL.pdf). Acesso em: 3 maio 2021.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. **A concentração geográfica da sociedade civil global**: análise da distribuição das sedes das organizações não governamentais credenciadas para as conferências sociais globais da Organização das Nações Unidas (1992-1996) e para as conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (1996-2005). 2011. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP\\_b1d5a7c12cd2ff8f6bf0019b4ead691b](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_b1d5a7c12cd2ff8f6bf0019b4ead691b). Acesso em: 14 maio 2020.

SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira. **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 142-169, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1073>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SOUZA, Claudia Santos; SPUDEIT, Daniela. Empreendedorismo social na Biblioteconomia: Análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030. **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 3-22, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1231>. Acesso em: 25 set. 2019.

SOUZA, Danilo Fernandes Sampaio de. **Literatura juvenil premiada: diálogos entre pesquisas acadêmicas, crítica especializada, escola e adolescentes**. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13670 DISSERTA%C7%C3O%20%20FINAL%2028%2008%202019%20certo%20ABNT%20%281%29.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13670 DISSERTA%C7%C3O%20%20FINAL%2028%2008%202019%20certo%20ABNT%20%281%29.pdf). Acesso em: 3 maio 2021.

SP LEITURAS. **Rede de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André recebe apoio financeiro internacional**. [S. l.]: SP Leituras, 2018. Disponível em: <https://spleituras.org.br/blog/rede-de-pequenas-bibliotecas-vivas-de-santo-andre-recebe-apoio-financeiro-internacional/>. Acesso em: 28 set. 2020.

SPUDEIT, Daniela; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Bibliotecas Parque e a Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 138-152, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/835>. Acesso em: 25 set. 2019.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19166>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-165, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004656&dd1=4e189>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TEIXEIRA, Lilian Aguilar; SILVA, Gleibson José da; MARQUES, Rogério Ferreira. A biblioteca como mediadora nas questões sociais: o tráfico de mulheres no Mato Grosso do Sul. No que podemos colaborar? **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, p. 184-197, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/850>. Acesso em: 25 set. 2019.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 109-136.

VAGA Lume. **Um livro muda a vida**: doe agora. São Paulo: Vaga Lume, 2018. Disponível em: <https://www.vagalume.org.br/>. Acesso em: 28 set. 2020.



VINTER, Ravena Brazil. **(Não) leituras de obras literárias em contexto escolar: um estudo de caso a partir de versão integral e adaptações de O cortiço, de Aluísio Azevedo**. 2017. 271 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:

[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10771\\_Disserta%E7%E3o%20Ravena%20Brazil%20Vinter%20finalizada%20v6.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10771_Disserta%E7%E3o%20Ravena%20Brazil%20Vinter%20finalizada%20v6.pdf). Acesso em: 3 maio 2021.

VISÃO do Vale. **Notícias da região: esteio**. [S. l.]: Visão do Vale, 2018. Disponível em: <https://visaodoval.esl.com.br/noticias-da-regiao-esteio/>. Acesso em: 28 set. 2020.

VOZ das comunidades. **Bibliotecas públicas do Rio de Janeiro recebem apoio do Programa Iberbibliotecas**. [S. l.]: Voz das comunidades, 2013. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/colunas/curiosidades/bibliotecas-publicas-do-rio-de-janeiro-recebem-apoio-do-programa-iberbibliotecas/>. Acesso em: 28 set. 2020.

ZAMUR, Andrea Cristina Godoy. Os órgãos principais e a estrutura da ONU. *In*: JUBILUT, Líliliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 190-214. Disponível em: <http://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 14 maio 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Pesquisas selecionadas para *corpus* documental

<b>Evento:</b>	XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	<b>Eixo temático:</b>	Eixo 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
<b>Título:</b>	Biblioteca, Interculturalidade e a Agenda 2030	<b>Autor/es:</b>	Morena Pereira Porto
<b>Resumo:</b>	<p>A imigração não é um fenômeno novo no mundo, porém a globalização e as mudanças ocorridas ao longo do século possibilitaram uma movimentação maior e mais rápida, gerando um desafio tanto para os países receptores quanto para os próprios imigrantes. Dessa forma, a temática da interculturalidade passou a ser uma preocupação corrente de organizações internacionais, como a ONU que, com participação da IFLA, elaborou instrumentos como a Agenda 2030 que se propõe a nortear trabalhos em relação à economia, ao ambiente e ao desenvolvimento social para os próximos anos. A biblioteca, como um organismo multicultural, deve efetivamente contribuir com serviços e produtos interculturais. O presente trabalho teve como objetivo apresentar a importância de as bibliotecas serem interculturais e contribuírem para a integração de imigrante e refugiado, relacioná-las com os objetivos da Agenda 2030 e averiguar publicações sobre a temática na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Diante do cenário apresentado, percebeu-se que as bibliotecas se tornam enriquecedoras para uma formação mais plural e crítica da sociedade, porém, notou-se que esta é uma temática ainda pouco explorada pela Biblioteconomia e Ciência da informação</p>		
<b>Endereço:</b>	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2097">https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2097</a>		
<b>Critério de seleção:</b>	Aborda tema vinculado à <i>Agenda 2030</i> , não direcionado a um tipo específico de biblioteca, mas possível ao perfil de atuação das bibliotecas públicas		
<b>Evento:</b>	XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	<b>Eixo temático:</b>	Eixo 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
<b>Título:</b>	Biblioteconomia social e empreendedorismo bibliotecário: temas emergentes para o século XXI	<b>Autor/es:</b>	Jorge Santa Anna, Maria Elizabeth de Oliveira Costa, Edcleiton Bruno Fernandes da Silva

<b>Resumo:</b>	<p>A preocupação com o desenvolvimento sustentável das nações - conforme proposta da Agenda 2030 - tem sido colocada como uma questão emergente na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Parte-se do pressuposto de que as bibliotecas, seus profissionais e órgãos de classe desempenham papel imprescindível, haja vista mobilizar ações em prol dessa causa. O presente texto propõe reflexões acerca dos projetos que podem ser desenvolvidos pelas bibliotecas e bibliotecários em âmbito local, com o intuito de possibilitar o alcance do desenvolvimento sustentável, especificamente no que tange à eliminação das desigualdades e a ampliação da oferta de emprego. Utiliza pesquisa descritiva, bibliográfica e estudo de caso, com abordagem mista. O ambiente de investigação é a Associação de Bibliotecários de Minas Gerais e o caso contempla o levantamento de informações sobre o desenvolvimento e publicação de duas coletâneas. A partir deste estudo, foi possível concluir que a Biblioteconomia Social e o Empreendedorismo na Biblioteconomia são temas emergentes a serem explorados pelos bibliotecários, em seus variados contextos de atuação, de modo a fortalecer o compromisso da área com o desenvolvimento sustentável. Os resultados revelaram a existência de diversos assuntos e projetos voltados para esses temas, desenvolvidos em diferentes estados e distintos contextos, seja no âmbito da formação, atuação ou na pesquisa. Conclui que as associações profissionais contribuem ao articular os bibliotecários nos estados e municípios brasileiros, a partir de eventos, projetos e atividades inovadoras e mobilizadoras, incentivando à publicação desses resultados, haja vista provocar maior visibilidade e reconhecimento acerca da atuação bibliotecária</p>		
<b>Endereço:</b>	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2099">https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2099</a>		
<b>Critério de seleção:</b>	Aborda tema vinculado à <i>Agenda 2030</i> , não direcionado a um tipo específico de biblioteca, mas possível ao perfil de atuação das bibliotecas públicas		
<b>Evento:</b>	XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	<b>Eixo temático:</b>	Eixo 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
<b>Título:</b>	Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Experiência da Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe nos Programas <i>Tô na Rede</i> e <i>Conecta Biblioteca</i>	<b>Autor/es:</b>	Ialy Cintra Ferreira
<b>Resumo:</b>	<p>A Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe (BPPC), localizada na cidade de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife (RMR) - Pernambuco, entre os anos de 2017 e 2018 foi selecionada a participar de programas formativos que tem por propósito inserir as bibliotecas públicas em um contexto atuante em suas comunidades, desenvolvendo uma programação com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Com cursos e consultorias especializadas sobre gestão participativa, reconhecimento de talentos, pesquisa de comunidade, estratégias de comunicação e articulação, os programas “Tô na Rede” e “Conecta Biblioteca” promoveram uma mudança positiva na elaboração e planejamento das atividades oferecidas ao público camaragibense. Permeando os ODS 04 – Educação de Qualidade, 08 – Emprego Digno e Crescimento Econômico, 10 – Redução das Desigualdades, 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes a BPPC vem em crescente aumento do número de usuários e de atividades oferecidas como mediação de leitura, cineclubes, a criação do programa de capacitação profissional Jovem Empreendedor e apoio institucional a atividade de educação patrimonial “Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe”</p>		
<b>Endereço:</b>	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2103">https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2103</a>		

<b>Critério de seleção:</b>	Aborda biblioteca pública brasileira e <i>Agenda 2030</i> ou ODS		
<b>Título:</b>	Mercado de Trabalho: oportunidade para todos	<b>Autor/es:</b>	Alessandra Soraya Gino Lima e Adriana Marcia Deus, Cleide Aparecida Fernandes
<b>Resumo:</b>	O projeto "Mercado de Trabalho: oportunidades para todos" foi desenvolvido com o objetivo de capacitar jovens da periferia de Belo Horizonte, estudantes da rede pública de ensino para o ingresso ao mercado de trabalho em seus primeiros empregos. Foi elaborado em formato de 5 oficinas e executado nas dependências da Biblioteca pública Estadual de Minas Gerais. Teve financiamento do INELI/CERLALC e foi executado pela equipe de bibliotecários e técnicos do Setor de Referência e Estudos da Biblioteca. Está alinhado aos ODS 4 e 8, juntamente com a preocupação da biblioteca em realizar ações que estejam em consonância com a Agenda 2030		
<b>Endereço:</b>	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2131">https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2131</a>		
<b>Critério de seleção:</b>	Aborda biblioteca pública brasileira e <i>Agenda 2030</i> ou ODS		
<b>Evento:</b>	XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	<b>Eixo temático:</b>	Eixo 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
<b>Título:</b>	O Programa Conecta Biblioteca e as mudanças nas Bibliotecas Públicas Capixabas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8	<b>Autor/es:</b>	Fernanda Samora Dias Borges, Marcelle da Silva Coelho Queiroz, Rita Santos da Rocha e Júlive Argentina Santos Serra
<b>Resumo:</b>	Relata a introdução das Bibliotecas Públicas Municipais do Espírito Santo no Programa Conecta Biblioteca. Das bibliotecas cadastradas foram selecionadas em 2015 duas bibliotecas no 2015 no edital do Projeto CDI Bibliotecas - 'ONDA 0', uma biblioteca em 2017 - 'ONDA 1' e cinco bibliotecas em 2018 - 'ONDA 2.' Através do Programa Conecta Bibliotecas vimos a necessidade de extrapolar os muros da biblioteca e planejar ações conjuntas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 4 e 8 em um ambiente que os membros da comunidade podem participar. A cada etapa ou ONDA A habilitação, a capacitação da equipe técnica com o intuito de fortalecimento dos profissionais com a geração de aumento de número de usuários através de novas programações das bibliotecas voltadas a atender as ODS 4 e 8, ou seja acesso à informação e capacitação, a fim de alcançar o objetivo do Programa Conecta Biblioteca, Foi verificada a existência de demanda reprimida nas comunidades assistidas pela bibliotecas de Cariacica, Viana e Jerônimo Monteiro, relacionada aos serviços não ofertados que propiciem o acesso mais rápido à informação e capacitações. As conclusões destacam a estas bibliotecas se tornam novos espaços para desenvolvimento de trabalhos com a comunidade e soluções de problemas detectados nas mesmas, voltadas para a facilitação do processo de transformação social		
<b>Endereço:</b>	<a href="https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2116">https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2116</a>		
<b>Critério de seleção:</b>	Aborda biblioteca pública brasileira e <i>Agenda 2030</i> ou ODS		

## APÊNDICE B - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas

<b>Objetivo 1</b>	<b>Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</b>
Metas	<p>1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia</p> <p>1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais</p> <p>1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis</p> <p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças</p> <p>1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais</p> <p>1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões</p> <p>1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza</p>
<b>Objetivo 2</b>	<b>Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</b>
Metas	<p>2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas</p> <p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola</p> <p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo</p> <p>2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente</p> <p>2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos</p> <p>2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha</p> <p>2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos</p>
<b>Objetivo 3</b>	<b>Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</b>
Metas	<p>3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos</p>

	<p>3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos</p> <p>3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis</p> <p>3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar</p> <p>3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool</p> <p>3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas</p> <p>3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais</p> <p>3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</p> <p>3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo</p> <p>3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado</p> <p>3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos</p> <p>3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p>3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde</p>
<b>Objetivo 4</b>	<b>Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</b>
Metas	<p>4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p> <p>4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário</p> <p>4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade</p> <p>4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo</p> <p>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p> <p>4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática</p> <p>4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p> <p>4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento</p> <p>4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive</p>

	por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
<b>Objetivo 5</b>	<b>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</b>
Metas	<p>5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte</p> <p>5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos</p> <p>5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas</p> <p>5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais</p> <p>5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública</p> <p>5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão</p> <p>5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais</p> <p>5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres</p> <p>5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis</p>
<b>Objetivo 6</b>	<b>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</b>
Metas	<p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água</p> <p>6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado</p> <p>6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos</p> <p>6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso</p> <p>6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento</p>
<b>Objetivo 7</b>	<b>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos</b>
Metas	<p>7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia</p> <p>7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global</p> <p>7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética</p> <p>7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa</p> <p>7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio</p>

<b>Objetivo 8</b>	<b>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</b>
Metas	<p>8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra</p> <p>8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros</p> <p>8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança</p> <p>8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p> <p>8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação</p> <p>8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas</p> <p>8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários</p> <p>8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais</p> <p>8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos</p> <p>8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos</p> <p>8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]</p>
<b>Objetivo 9</b>	<b>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</b>
Metas	<p>9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos</p> <p>9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos</p> <p>9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados</p> <p>9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p> <p>9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento</p> <p>9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p>9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities</p>



	9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020
<b>Objetivo 10</b>	<b>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</b>
Metas	<p>10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional</p> <p>10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra</p> <p>10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito</p> <p>10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade</p> <p>10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações</p> <p>10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas</p> <p>10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas</p> <p>10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC</p> <p>10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais</p> <p>10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%</p>
<b>Objetivo 11</b>	<b>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</b>
Metas	<p>11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas</p> <p>11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países</p> <p>11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo</p> <p>11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade</p> <p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros</p> <p>11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência</p> <p>11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento</p> <p>11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis</p> <p>11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais</p>
<b>Objetivo 12</b>	<b>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</b>
Metas	<p>12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento</p> <p>12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais</p> <p>12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de</p>

	<p>varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita</p> <p>12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente</p> <p>12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso</p> <p>12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios</p> <p>12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais</p> <p>12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza</p> <p>12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo</p> <p>12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais</p> <p>12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas</p>
<b>Objetivo 13</b>	<b>Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos</b>
Metas	<p>13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</p> <p>13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais</p> <p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima</p> <p>13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível</p> <p>13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas</p>
<b>Objetivo 14</b>	<b>Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</b>
Metas	<p>14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes</p> <p>14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos</p> <p>14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis</p> <p>14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas</p> <p>14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível</p> <p>14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio</p> <p>14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em</p>

	<p>desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo</p> <p>14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos</p> <p>14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados</p> <p>14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”</p>
<b>Objetivo 15</b>	<b>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</b>
Metas	<p>15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais</p> <p>15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente</p> <p>15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo</p> <p>15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável</p> <p>15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas</p> <p>15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos</p> <p>15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem</p> <p>15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias</p> <p>15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas</p> <p>15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas</p> <p>15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento</p> <p>15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável</p>
<b>Objetivo 16</b>	<b>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</b>
Metas	<p>16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares</p> <p>16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças</p> <p>16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos</p> <p>16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado</p>

	<p>16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas</p> <p>16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</p> <p>16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis</p> <p>16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global</p> <p>16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento</p> <p>16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais</p> <p>16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime</p> <p>16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável</p>
<b>Objetivo 17</b>	<b>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</b>
Metas	<p>17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas</p> <p>17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos</p> <p>17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes</p> <p>17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento</p> <p>17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos</p> <p><b>Tecnologia</b></p> <p>17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global</p> <p>17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado</p> <p>17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação</p> <p><b>Capacitação</b></p> <p>17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular</p> <p><b>Comércio</b></p> <p>17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha</p> <p>17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020</p> <p>17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado</p> <p><b>Questões sistêmicas</b></p> <p><i>Coerência de políticas e institucional</i></p> <p>17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas</p> <p>17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável</p>

	<p>17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável <i>As parcerias multissetoriais</i></p> <p>17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento</p> <p>17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias <i>Dados, monitoramento e prestação de contas</i></p> <p>17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais</p> <p>17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento</p>
--	---

## APÊNDICE C - Ações realizadas por bibliotecas ao redor do mundo

ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		
<p><i>As bibliotecas, ao proporcionar acesso à informação e habilidades, oferecem oportunidades às pessoas para melhorar suas vidas e contribuem para a tomada de decisões por parte dos governos, das comunidades e outras instituições destinadas a reduzir a pobreza e elevar a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo</i></p>			
País	Serviços oferecidos	Parcerias	Impacto social
Eslovênia	<p>Serviço de Informação e Emprego</p> <p>Capacitações em alfabetização informacional e midiática</p> <p>Auxílio na preparação de currículos e na candidatura a vagas de emprego</p>	<p>Centro de Prevenção e Drogaditos do Hospital Universitário de Psiquiatria de Ljubljana</p>	<p>Permitiu que 1200 pessoas por ano (entre os quais moradores de rua, usuários de drogas e beneficiários de programas sociais), encontrassem emprego, proporcionando reabilitação, reintegração e inclusão social</p>
Sri Lanka	<p>Alfabetização digital e o acesso à tecnologia</p>	-	<p>300 centros oferecem capacitação em computação básica, orientação no acesso à informação através da <i>internet</i>, uma ampla variedade de conhecimentos locais relevantes, compreendendo a forma mais importante de dar acesso a infraestrutura nos lugares mais remotos e pobres do país</p>
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		
<p><i>Bibliotecas, incluindo bibliotecas agrícolas especializadas e serviços de extensão promovem acesso à investigação e dados sobre culturas, mercado e métodos de agricultura produtiva</i></p>			
País	Serviços oferecidos	Parcerias	Impacto social
Romênia	<p>Serviços de <i>internet</i></p>	<p>Capacitação de 1000 bibliotecários pela Biblionet</p>	<p>100.000 agricultores receberam 187 milhões de dólares em subsídios via serviços de <i>internet</i> entre 2011 e 2014. Os agricultores aprenderam a usar a tecnologia nas bibliotecas para acessar os formulários financeiros e submetê-los, economizando tempo e dinheiro</p>
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades		
<p><i>As bibliotecas médicas, de hospitais e outras bibliotecas especializadas são provedoras essenciais do acesso à investigação médica que respalda melhores resultados em matéria de saúde pública. O acesso público à informação sobre saúde em todas as bibliotecas ajuda as pessoas a estarem melhor informadas sobre saúde e a manterem-se saudáveis</i></p>			
País	Serviços oferecidos	Parcerias/investimento	Impacto social

Austrália	-	Investimento em bibliotecas	Hospitais, departamentos governamentais, associações e outras organizações envolvidas com os cuidados da saúde, obtiveram 5 dólares de retorno para cada 1 dólar investido em bibliotecas
Kyrgyzstan	Programa de Inovação para bibliotecas públicas <i>Não a Tuberculose!</i>	Serviço do Consórcio de Informação de Bibliotecas de Kyrgyzstan <i>Não a Tuberculose!</i> Projeto HOPE e a Sociedade de Meia Lua Roxa	Além de debates públicos com 5.600 pessoas, 190 bibliotecas rurais receberam capacitações, para 800 pessoas, sobre como combater a epidemia de Tuberculose
Uganda	Compêndio de Informação sobre a Saúde de Uganda, publicado pela Biblioteca da Universidade de Makere, no formato impresso, com informações de saúde para os trabalhadores que não podem ter acesso à informação on-line	-	Distribuído a mais de 1500 unidades de saúde incluindo hospitais, centros de saúde, dispensários, algumas ONGs, consultórios médicos de distritos, todas as comissões de serviços sociais e saúde dos distritos e membros do parlamento. O Compêndio é uma das poucas fontes de informação atualizada em áreas remotas durante epidemias como a hepatite
<b>ODS 4</b>	<b>Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</b>		
<i>As bibliotecas são o coração das escolas, universidades e institutos em todos os países do mundo. As bibliotecas apoiam programas de alfabetização, oferecem um lugar seguro para a aprendizagem e colaboram com pesquisadores na utilização de dados e informações para gerar novos conhecimentos</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Países Baixos	Oferecimento de livros e de capacitações para os primeiros anos das escolas primárias, visando a alfabetização das crianças	Creches e centros de saúde Governos nacional e locais	75.000 crianças por ano, com idade entre 0 e 4 anos, foram beneficiadas
Suécia	Cursos denominados <i>Começar!</i> , nos quais os usuários sem experiência aprendem a abrir contas de e-mail, a utilizar melhor a <i>internet</i> e a realizar configurações de privacidade	-	Superação da divisão digital e encorajamento da inclusão social e da sustentabilidade de usuários imigrantes, especialmente menores de idade, que podem melhorar sua aprendizagem e realizar tarefas escolares
Singapura	Boas coleções, empréstimo e devolução de livros, assistência dos bibliotecários e contação de histórias Programas e serviços por meio de plataformas físicas e digitais em todo o país	Conselho Nacional de Bibliotecas de Singapura	Programas personalizados, ônibus com bibliotecas móveis disponibilizados para escolas com necessidades especiais, orfanatos e abrigos
<b>ODS 5</b>	<b>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</b>		

<i>As bibliotecas apoiam a igualdade de gêneros ao oferecer espaços de encontro seguros e programas para mulheres e meninas sobre direitos e saúde. Além disso, as TICs e os programas de alfabetização ajudam as mulheres a construir habilidades empreendedoras</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Uganda	Programa de capacitação nas TCI dirigido às mulheres agricultoras, oferecendo acesso, nos idiomas locais, aos boletins meteorológicos, aos preços de cultivo, apoiando o estabelecimento de comércio digital	-	Por meio da tecnologia, aumenta-se o bem estar econômico das mulheres
Nepal	Programa de empoderamento, com seminários e <i>workshops</i> , sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero, saúde, violência contra a mulher e outros temas. Além de cursos práticos sobre leitura, escrita e matemática, inglês, tecnologias, atitudes empreendedoras; e aulas práticas sobre fabricação de produtos para venda	-	A biblioteca encoraja as mulheres a participarem de um grupo que se reúne uma vez por mês em um setor reservado da biblioteca, onde elas podem se expressar livremente. Os centros de educação para o Desenvolvimento Rural de todo o país também oferecem programas de treinamento em qualidade de vida, saúde, conhecimentos digitais e tecnologia
<b>ODS 6</b>	<b>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</b>		
<b>ODS 7</b>	<b>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível de energia para todos</b>		
<i>As bibliotecas oferecem o acesso público à informação sobre água, uso de energia e saneamento. Muitas bibliotecas públicas e comunitárias de todo o mundo são o único lugar onde as pessoas têm acesso confiável à eletricidade para ler, estudar e candidatar-se a um emprego</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Honduras	Projeto de tratamento de água realizado na praça central do povoado	-	Papel central na provisão de água potável a toda a comunidade
Reino Unido	Empréstimo de monitores de energia para controlar equipamentos elétricos que consomem muita energia	-	Permite a redução do consumo de energia
<b>ODS 8</b>	<b>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</b>		
<i>Acesso público às tecnologias de informação e os treinamentos em bibliotecas permitem que as pessoas se candidatem aos empregos. A equipe capacitada da biblioteca pode ajudar as pessoas com os formulários on-line, escrever matérias de apoio e encontrar o emprego apropriado.</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
União Europeia	Acesso público às tecnologias de informação e às capacitações que permitem as	-	Bibliotecas públicas ajudaram 4.1 milhões de europeus com consultas relacionadas a



	peças solicitem emprego on-line		emprego e 1.5 milhões a candidatar-se ao trabalho
Estados Unidos	Orientações para comerciantes atuais e futuros de comunidades carentes	Biblioteca de Ciência, Indústria e Comércio Biblioteca Pública de Queens Biblioteca Profissional de Negócios e Comércio de Brooklin (B&CL)	Maratonas sobre planos de negócios
<b>ODS 9</b>	<b>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</b>		
<i>As bibliotecas são o coração das instituições de pesquisa e da vida acadêmica. Elas propiciam o acesso à internet de alta velocidade, infraestrutura de pesquisa e profissionais capacitados. Em muitos países as bibliotecas públicas e educacionais são os principais ou os únicos provedores de acesso público à internet de baixo ou nenhum custo, uma forma fundamental de aumentar a conectividade</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias/investimentos</b>	<b>Impacto social</b>
Letônia	-	Investimentos em bibliotecas	Por cada dólar investido em bibliotecas públicas na Letônia no período de 2008-2010 se obtiveram quase 2 dólares (diretos ou indiretos)  Os ganhos obtidos pelo uso de computadores e <i>internet</i> foram maiores 3 dólares por cada dólar investido
Finlândia	Acesso a publicações, dados e métodos usados em pesquisa	Laboratório de Ciências Abertas (Open Science Lab)	O acesso livre é um dos princípios fundamentais de melhoria do acesso à informação
<b>ODS 10</b>	<b>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</b>		
<i>Acesso equitativo à informação, liberdade de expressão, liberdade de associação e reunião, o direito à privacidade são fundamentais para a independência individual. As bibliotecas contribuem para reduzir a desigualdade proporcionando espaços cívicos seguros e abertos a todos em áreas urbanas e rurais em todo o mundo</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Mongólia	Criação de audiolivros em formato DAISY	Federação de Cegos da Mongólia	Aumento da quantidade de material acessível para pessoas com deficiência visual e com problemas de leitura
Internacional	Acesso à informação e recursos em campos de refugiados	Bibliotecas sem Fronteiras Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	Permite acesso à informação por meio de conexão de <i>internet</i> , por satélite, e também a livros.
<b>ODS 11</b>	<b>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</b>		
<i>Bibliotecas desempenham um papel fundamental na preservação de um patrimônio cultural inestimável, em todas as suas formas, para as futuras gerações. A cultura fortalece as comunidades locais e favorece o desenvolvimento inclusivo e sustentável das cidades</i>			

País	Serviços oferecidos	Parcerias	Impacto social
Mali	Salvaguarda de manuscritos durante a ocupação por grupos armados em 2013	-	Os manuscritos têm sido conservados na capital e estão em processo de restauração e digitalização. As bibliotecas tem tido um papel fundamental nas atividades de evacuação e preservação do patrimônio único de Mali
China	Inauguração da biblioteca do metrô, que visa ampliar mais serviços, oferecer recursos de alta qualidade – como livros eletrônicos que possam ser baixados gratuitamente – fomentar a cultura tradicional e promover a leitura	-	Nessa biblioteca os trabalhadores são leitores, os leitores são passageiros e a biblioteca do metrô se transforma em uma “estação de leitura para todos”
Colômbia	Renovação urbana da cidade de Medellin, mediante a implementação do centro de desenvolvimento social e de bibliotecas parque	-	Oferecem ferramentas e programas educativos para beneficiar as comunidades carentes, constituindo-se em centros para projetos ecológicos e de desenvolvimento urbano
<b>ODS 12</b>	<b>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</b>		
<b>ODS 13</b>	<b>Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</b>		
<b>ODS 14</b>	<b>Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</b>		
<b>ODS 15</b>	<b>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</b>		
<p><i>As bibliotecas são instituições sustentáveis: elas compartilham recursos dentro da comunidade e em nível internacional e garantem a todos o acesso à informação. Todas as bibliotecas desempenham um papel significativo na provisão de acesso a dados, pesquisa e conhecimento que apoia a pesquisa informada e o acesso público à informação sobre mudanças climáticas, sendo papel chave na preservação do conhecimento indígena - que inclui tomada de decisão local sobre aspectos fundamentais da vida, incluindo caça, pesca, uso da terra e gestão da água</i></p>			
País	Serviços oferecidos	Parcerias	Impacto social
Estados Unidos	Disponibiliza obras sobre biodiversidade, que incluem mais de 46 milhões de páginas de mais de 170.000 volumes de obras sobre biodiversidade, publicadas entre os séculos XV e XXI, em mais de 40 idiomas	Bibliotecas Smithsonianas	Os pesquisadores estão usando dados para identificar novas espécies, marcar avanços em matéria de população e ecossistemas e informar futuros modelos de mudanças climáticas. São dados que podem ser utilizados para formulação de políticas sobre conservação, desenvolvimento sustentável e administração responsável dos recursos. A coleção garante que todas as pessoas - de todos os lugares -

			tenham acesso à informação necessária para salvar as espécies dos ecossistemas da Terra
Singapura	Construção da Biblioteca Ecológica Infantil, com coleções especiais sobre preservação do meio ambiente e programas interativos de educação pública	-	As coleções visam proporcionar maior compreensão sobre mudanças climáticas. Reafirma-se a importância da preservação com o edifício construído com materiais recicláveis Prêmio de Selo Verde de Platina (Green Mark Platinum Award) recebido em maio de 2013, pela Autoridade de Construção em Singapura
<b>ODS 16</b>	<b>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</b>		
<i>Para alcançar o acesso pleno à informação todos devem ter tanto o acesso como as habilidades para utilizar a informação de maneira efetiva como expressado na Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e o Desenvolvimento. As bibliotecas possuem habilidades e os recursos para apoiar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e utilizar a informação de maneira efetiva para o desenvolvimento</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Moldavia, Geórgia e Ucrânia	Bibliotecários participam de reuniões da sociedade civil para colaborar com o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional dos seus países	-	Tem aumentado a conscientização sobre a contribuição das bibliotecas e a importância do acesso à informação para o cumprimento dos compromissos firmados pela Aliança para o Governo Aberto
Internacional	Acesso à informação e aos serviços relevantes com o propósito de promover a difusão do conhecimento, o bom governo e o desenvolvimento econômico	Grupo do Banco Mundial	Profissionais qualificados em informação respondem perguntas relacionadas com o desenvolvimento, encontram informação em diversas fontes internas e externas, promovem a capacitação das equipes sobre as coleções, recursos e serviços que tenham relação com as prioridades de desenvolvimento do Banco
Suíça	Acesso gratuito a centenas de milhares de documentos sobre ética e disciplinas afins	Globethics.net – biblioteca on-line	Através da modernização do acesso aos recursos do conhecimento sobre ética no hemisfério sul, esta iniciativa internacional visa o aprimoramento do intercâmbio de conhecimentos, em particular, de norte a sul e de sul a sul, e vai contribuir com o desenvolvimento, especialmente, mediante a promoção de liderança responsável, boa governança

			e tomada de decisões e seus processos baseados em valores
<b>ODS 17</b>	<b>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</b>		
<i>As bibliotecas oferecem uma rede global de instituições baseadas na comunidade dispostas a apoiar planos de desenvolvimento nacional a nível local e nacional como recursos para aprimorar a tomada de decisões</i>			
<b>País</b>	<b>Serviços oferecidos</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Impacto social</b>
Canadá	Criação de uma plataforma unificada de busca e acesso	Conselho Nacional de Pesquisa da Biblioteca Nacional de Ciência	Objetiva garantir serviços de biblioteca e informações sustentáveis para pesquisadores e funcionários do governo federal, e promover a visibilidade, o acesso às coleções e repositórios das bibliotecas de ciências para os canadenses